MARIA DE LOURDES SILVA DE OLIVEIRA

Parque Augusta na luta pelo comum urbano: uma etnografia de redes e ruas.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 25 de março de 2019. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:

Participação

Orientador:

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 – 4936

Oliveira, Maria de Lourdes Silva de
Parque Augusta na luta pelo comum urbano: uma etnografia de redes e ruas / Maria de Lourdes Silva de Oliveira; orientador, Dennis de Oliveira. – 2019
178 f: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Movimentos sociais urbanos - São Paulo (SP). 2. Espaço urbano - São Paulo (SP). 3. Parques - São Paulo (SP). 4. Participação comunitária. 5. Redes sociais. I. Oliveira, Dennis de, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 303.4840981611

Nome: OLIVEIRA, Maria de Lourdes Silva de.
Título: Parque Augusta na luta pelo comum urbano: Uma etnografia de redes e ruas

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP-EACH) para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de concentração: Participação

Aprovado em: 25 / 03 / 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Alberto Machado
Universidade de São Paulo. Escola de Artes Ciências e Humanidades

Prof. Dr. Salvador Andres Schavelzon
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dra. Fabiana Feliz do Amaral
Universidade do Vale do Paraíba

A Antônio, Manuela e Luigi, que me inspiram a buscar um mundo em que o fazer em comum experimentado pelo Movimento Parque Augusta seja, no futuro mais próximo possível, a prática cotidiana de suas vidas nas cidades, não uma exceção.

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, Dennis de Oliveira, pelo apoio e confiança depositada e pela liberdade para experimentar múltiplas possibilidades metodológicas e investigativas.

A Antonio Lafuente, por ter me guiado pelos caminhos do comum/procomún com tanta generosidade e por seu interesse em nossos avanços nesta área no Brasil.

Ao Movimento Parque Augusta, pela generosa acolhida, pela convivência amorosa e compartilhamento de conhecimentos, dúvidas e sonhos, pela paciência com tantas perguntas e pedidos nesses quase dois anos de vida em comum. Em especial a Henny Freitas, que primeiro me recebeu, a Daniel Scandurra e Augusto Aneas, pelo imensa parceria nestes dois anos, e a Nina Liesenberg, Daniel Silva, Amélia Loureiro, Paulão, Kiu Bio, Walter Macedo, Michel Rosenthal Wagner, Heber Biella, Daniel Aymoré, Ilô Dewald, Luiz Ferreira, Cláudia Medeiros, Denise del Bosc, Tatiana Biaconcini, Ana Banin, Mariana Ribeiro, Fernanda Rubio e dona Ana Maraschin, nossa matriarca.

A Salvador Schalvelson e Jorge Machado, pelas preciosas recomendações na banca de qualificação.

A meu querido Gabriel, pela compreensão da ausência e incentivo nos momentos em que o fim parecia apenas uma miragem.

A Gustavo e Dama, pelo incentivo a voltar a estudar e pela paciência com uma mãe e avó pouco presente.

A Leandro e Lizandra, pela amizade e parceria nestes anos todos.

A Ana Doria, por não me permitir desistir.

A Carol Honora e Marisa Villi, inseparáveis colegas do mestrado, que continuaram companheiras deste processo a distância. E a Julliana Cutolo, pela rigorosa revisão.

Aos colegas de mestrado em Comunicación, Cultura y Ciudadanía Digitales, da Universidade Rey Juan Carlos, que compartilharam ideias e conhecimentos, vinhos e tapas, que muito auxiliaram nesta investigação.

Aos amigos de toda vida Roberta, Dani, Alessandra, Cely, Edu, Stela, Rudi e Valci que torceram, apoiaram e ofereceram ouvidos e ombros para os eternos lamentos de uma mestranda.

“Yo me rebelo, por tanto nosotros existimos.”
(CAMUS, 1955, p. 38)

RESUMO

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Silva de. **Parque Augusta na luta pelo comum urbano:** Uma etnografia de redes e ruas. 2019. 178 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão corrigida.

Palco de manifestações multitudinárias neste início de século, as cidades têm presenciado o embate entre os desejos subjetivos por habitar espaços inclusivos, sustentáveis, compartilhados e geridos entre todos, e a crescente exclusão e destruição dos espaços comuns, provocadas principalmente pela especulação imobiliária e pelo consumo como experiência de vida. Em luta por um direito à cidade renovado, calcado no fazer cidade entre todos, de baixo para cima, coletivos de ativistas e movimentos de moradores vêm se conformando como laboratórios de comuns urbanos em todo o mundo. Em cinco anos de luta pela criação de um parque no Centro de São Paulo, impedindo a construção de três torres de concreto em uma região já adensada e com baixo índice de áreas verdes, o Movimento Parque Augusta tornou-se, a partir de suas práticas, um símbolo das possibilidades geradas nesses laboratórios, experimentando e produzindo em comum, como uma comunidade epistêmica. Este estudo traz um relato das características que permitem configurar o Movimento Parque Augusta como um comum urbano, construído em dois anos de observação colaborativa, análise de documentos e redes digitais. Ele mostra como a constituição da comunidade e sua governança, as ferramentas de ação, deliberação e comunicação por ele utilizadas, bem como os produtos construídos em comum, formam um protótipo que entregam como legado para coletivos e lutas afins.

Palavras-chave: Movimento Parque Augusta. Parque Augusta. Comum. Comum urbano. Commons. Direito à cidade. Direito às infraestruturas.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Silva de. **Augusta Park in the fight for the urban common:** An ethnography of networks and streets. 2019. 178 p. Dissertation (Master on Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2019. Corrected version.

A stage of multitudinous demonstrations in the beginning of XXI century, big cities have witnessed the clash between subjective desires for inhabiting inclusive, sustainable, shared and managed spaces among all, and the increasing exclusion and destruction of common spaces, caused mainly by real estate speculation and consumption as a life experience. In a struggle for a renewed right to the city, based on making city among all, a bottom-up experience, collective activists and neighbor's movements around the world have been conforming themselves as urban common laboratories. In five years of struggle for a park in São Paulo center area, preventing the construction of three towers in an already densely populated area with a low index of trees, Movimento Parque Augusta became, through its practices, a symbol of these laboratories' possibilities, experimenting and producing in common, as an epistemic community. This study brings an ethnographic view about what characterizes Movimento Parque Augusta as an urban common, built in two years of collaborative observation, document and digital networks analysis. It shows how the constitution of the community and its governance, the tools of action, deliberation and communication used by it, as well as the products built in common, form a prototype that they deliver as a legacy for collectives and related struggles.

Keywords: Movimento Parque Augusta. Parque Augusta. Augusta Park. Urban common. Commons. Right to the city. Right to the infrastructures.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Histórico da luta pelo parque 45

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Terreno do Parque Augusta 16
Figura 2 – Há um parque atrás do muro? 47
Figura 3 – "Dona Ana" 51
Figura 4 – Ata de assembleia de 03/02/14 55
Figura 5 – Ata do GT de Autogestão 59
Figura 6 – Ata de assembleia de 15/12/13 60
Figura 7 – Ata de assembleia de 03/02/14 61
Figura 8 – Print screen de tela do site do OPA 62
Figura 9 – Print screen de tela do site do OPA 62
Figura 10 – Print screen de tela do site do OPA 63
Figura 11 – Post do Grupo Secreto 67
Figura 12 – Post do Grupo Secreto 67
Figura 13 – Post do Grupo Secreto 67
Figura 14 – Relato de reunião de cuidados 68
Figura 15 – Ata de assembleia de 14/09/15 69
Figura 16 – Relato sobre encontro de cura do OPA 71
Figura 17 – Foto do encontro de cura 72
Figura 18 – Faixa-símbolo do movimento 74
Figura 19 – Produção em comum de faixas e cartazes 75
Figura 20 – Assembleia durante a ocupação 82
Figura 21 – Extrato do documento Gestão Comunitária do Parque Augusta 85
Figura 22 – Assembleia de 2014 na Praça Roosevelt 86
Figura 23 – Extrato de assembleia de 02/01/14 86
Figura 24 – Ata de assembleia de 08/01/14 87
Figura 25 – Metodologia de assembleia 88
Figura 26 – Roteiro de assembleia 89
Figura 27 – Roteiro teste para assembleia I 90
Figura 28 – Roteiro teste para assembleia II 90
Figura 29 – Código de conduta para assembleias 91
Figura 30 – Print screen da capa do Grupo Secreto do Facebook 92
Figura 31 – Print screen da capa do Grupo ZAT Parque Augusta 94
Figura 32 – Print screen de debates no grupo Psicoparques 94
Figura 33 – Estratégia de redes sociais Verão Parque Augusta 96
Figura 34 – Prints da capa dos perfis no YouTube 99
Figura 35 – Memes de convocatórias do movimento no Facebook 99
Figura 36 – Visualizações de vídeos no Facebook 07/17 a 07/18 100
Figura 37 – Alcance da página do Movimento no Facebook 101
Figura 38 – Memes simbólicos do OPA 102
Figura 39 – Funk da Especulação 103
Figura 40 – Exemplos de memes do Facebook, Instagram e Twitter 104
Figura 41 – Extrato de ata de assembleia 106
Figura 42 – Parque custo zero 106
Figura 43 – Cartilha para Vigília Criativa 110
Figura 44 – Extrato de ata de 22/01/15 (ocupação) 111
Figura 45 – Mapa da ocupação 112
Figura 46 – Retratos da ocupação: carnaval 113
Figura 47 – Assembleia e festival durante a ocupação 113

Figura 48 – Chamada para atividades durante a ocupação 114
Figura 49 – Imagens da desocupação 115
Figura 50 – Desintegraçao de posse: banquete comunitário antes da PM chegar 115
Figura 51 – A rua também é parque 116
Figura 52 – Evento Ocupa a Rua Picnic no Asfalto 116
Figura 53 – Evento SeCura Humana 117
Figura 54 – Manifestações em ato na rua e diante da Prefeitura 118
Figura 55 – Marcha até a Prefeitura pós-desocupação e manifestação no Fórum 118
Figura 56 – Índice de Caderno Digital da RNP 126
Figura 57 – Exemplo de texto construído colaborativamente em pad 129
Figura 58 – Extrato de acta de assembleia de 25/05/17 130
Figura 59 – Texto colaborativo para contribuir com o Plano Diretor da Cidade 131
Figura 60 – Planilha de produção do Festival Parque Augusta/Escola Sem Paredes 132
Figura 61 – Arquivo do Google Drive 133
Figura 62 – Pad com debate sobre construção do site 134
Figura 63 – Site do OPA 135
Figura 64 – Site do OPA 135
Figura 65 – Espaço para participação do público no site 136
Figura 66 – Capas da Revista OPA 1 e 2 137
Figura 67 – Formulário de desejos para o Parque 140
Figura 68 – Lousa dos desejos na Rua Augusta 141
Figura 69 – Meme com desejo para o Parque 142
Figura 70 – Ata de assembleia de 23/12/13 143
Figura 71 – Extrato de ata com debate sobre projeto do parque 143
Figura 72 – Extrato de ata de assembleia de 02/01/14 144
Figura 73 – Encontros para construção de projeto comunitário na Livraria Tapera 146
Figura 74 – Extrato das respostas do Questionário dos Desejos 147
Figura 75 – Reunião do GT Projeto em junho de 2017 148
Figura 76 – Mural com síntese dos debates sobre Projeto Comunitário 148
Figura 77 – Apontamentos para projeto de gestão 149
Figura 78 – Extrato de ata de assembleia de 22/05/17 149
Figura 79 – Primeiro projeto comunitário entregue à SVMA 150
Figura 80 – Projeto síntese entregue pelo Movimento 151
Figura 81 – Evento no Facebook e foto do Fórum de 2014 154
Figura 82 – Programa do I Fórum Parque Augusta 154
Figura 83 – Evento e programa do II Fórum 156
Figura 84 – Debate sobre autogestão e micropolítica 156
Figura 85 – Descrição e programação do Fórum Comunitário. 158
Figura 86 – Fórum Parque Augusta – Ecologia Social 160
Figura 87 – Fórum Parque Augusta – Ecologia Ambiental 162
Figura 88 – Espírito comunitário 166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Conpresp - Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

EVA – Espacio Vecinal Arganzuela

FAU/USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

GT – Grupo de Trabalho

MP – Ministério Público

MPL – Movimento Passe Livre

OPA – Organismo Parque Augusta

PM – Polícia Militar

RAE – Real Academia Espanhola

Samorcc – Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro de Cerqueira César

SVMA – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Cidade de São Paulo

TDC – Transferência de Direito de Construir

TAR – Teoria Ator-Rede

TAZ – Zona Autônoma Temporária

TICs – Teorias de Informação e Comunicação

TMR – Teoria de Mobilização de Recursos

Zepam – Zona Especial de Proteção Ambiental

SUMARIO

1.	**INTRODUÇÃO** …….…….....	15
1.1	OBJETIVOS RECONFIGURADOS …….…….....	18
1.2	METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO…….…...……	20
1.2.1	**Observar, participar, colaborar** ……...	23
2.	**CONSTRUINDO CIDADES EM COMUM**…….…...	26
2.1	DO DIREITO À CIDADE AO DIREITO ÀS INFRAESTRUTURAS ..….....	27
2.2	COMMONS, PROCOMÚN, COMUM ……...……...……...	31
2.3	A METRÓPOLE COMO O NOVO REINO DO COMUM ……...….....	38
3.	**A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE** ……...…….……	40
3.1	DESCOBERTA DO ESPAÇO ……...…….……...	44
3.2	ORIGEM E COMPOSIÇÃO DA COMUNIDADE …….…….……..	50
3.3	GOVERNANÇA EM COMUM…….…….….	58
4.	**AS FERRAMENTAS DO COMUM** ……	73
4.1	TOMADA DE DECISÕES …….……...…….....	81
4.1.1	**Assembleias** ……...…….…….....	85
4.1.2	**Grupos do Facebook, Telegram e WhatsApp** …….……...…….	91
4.2	COMUNICAÇÃO ENTRE TODOS ……...	95
4.2.1	**Aprisionados no Facebook** …….…...	96
4.2.2	**#MeGustaParqueAugusta: memes e hashtags** ……...…….….....	102
4.2.3	**Relações com a mídia corporativa** ……...…….….....	105
4.3	INSTRUMENTOS DE AÇÃO…….	106
4.3.1	**Vigília Criativa** ……...	107
4.3.2	**A Rua Também É Parque** …….	115
4.3.3	**De gabinete em gabinete** ……...…….….....	118
5.	**A PRODUÇÃO EM COMUM** ……...…….....	123
5.1	ARQUIVO DE PRÁTICAS E IDEIAS ……...…….……..	128
5.2	SITE “DESINTEGRAÇÃO DE POSSE” ……...…….……..	133
5.3	REVISTA ORGANISMO PARQUE AUGUSTA …….....	136
5.4	PROJETO COMUNITÁRIO ……...	139
5.4.1	**Os autores somos nós** …….…….....	149
5.5	FÓRUM PARQUE AUGUSTA ……..	152

5.5.1 Fórum Comunitário Laboratório Vivo ……..……... 157
5.5.1.1 Reposicionando o social 159
5.5.1.2 Conexões cosmopolíticas 162
5.5.1.3 Espaço de acolhimento ou de segregação?..... 164
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS ……... 167
REFERÊNCIAS 171
ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS 177
ANEXO B – QUESTIONÁRIO DE DESEJOS ...……...……..... 178

1. INTRODUÇÃO

> "[...] Comum não significa que todos estão de acordo. Isso não é verdade! O Comum é aquilo que uma vez se chamou de instância de emancipação, instância de ruptura. É se declarar juntos. No trabalho, na produção, na construção de modelos culturais, na construção da liberdade, além da igualdade. Significa efetivamente construir comum, comum produtivo, isto é, dotar de subjetividade livre o fato de ser cooperantes. [...] Vê-se aí este desejo de liberdade, que é parte da expressão mais profunda do homem, um desejo de construir uma sociedade como expressão de nós." (NEGRI, 2015, p. 72)

Quando em junho de 2013 um evento aberto em um perfil privado no Facebook chamava para a criação comunitária do Parque Augusta ("Vamos criar o Parque Augusta?"), começando por quebrar o muro que escondia a mata nativa do terreno, alguns vizinhos do bairro entraram em polvorosa. Eles não conheciam a pessoa que tinha aberto o tal evento e eram totalmente contra qualquer ato de "vandalismo" no espaço privado, no caso a ideia de pessoas de fora da vizinhança entrando e "criando" o parque, inclusive com a quebra do muro, como chegou a ser dito no evento. Queriam ter o seu parque oficializado de forma "pacífica", negociando com a Prefeitura e os vereadores. Pouco mais de dez pessoas atenderam à primeira convocatória, mas a eles foram se juntando, com o passar das semanas, dezenas, centenas de outros jovens, velhos, crianças, famílias inteiras, artistas e até sem teto das redondezas, todos em defesa da última área verde incrustada na zona central de São Paulo e ameaçada de virar três torres de concreto.

A antiga e praticamente silenciosa luta dos moradores da vizinhança, iniciada em 2001, tornou-se em pouco tempo, com a chegada dos novos ativistas, um movimento de toda a cidade e com conexões internacionais[1]. Com ações nas redes sociais e nas ruas, entre "ocupas" (47 dias de "vigília criativa" em 2015), arteativismo, atos públicos e ações judiciais, já dura mais de cinco anos e se ramificou em uma rede de luta por parques em toda a cidade (Rede Novos Parques). O que era uma reivindicação de um pequeno grupo de moradores do bairro tornou-se um símbolo do embate entre os desejos subjetivos por habitar espaços inclusivos, sustentáveis, compartilhados e geridos entre todos e a crescente exclusão e

[1]Ativistas que defendiam o Parque Gezi, em Istambul, estiveram em São Paulo em 2014 e participaram de ações em conjunto com os do Parque Augusta. Em 2015, houve uma ação no Twitter que contou com a colaboração de ativistas da Grécia, Inglaterra e Espanha.

destruição dos espaços comuns das metrópoles e megalópoles, provocadas principalmente pela especulação imobiliária, a expressão urbana do capitalismo financeiro globalizado.

Figura 1 – Terreno do Parque Augusta

Fonte: Arquivo do OPA no Google Drive.

A assinatura de um acordo entre a Prefeitura de São Paulo e as construtoras donas do terreno de 23.733 mil metros quadrados, no dia 10 de agosto de 2018, possibilitando a criação do parque sem desembolso de dinheiro público[2], representa mais uma etapa vencida e a segunda grande vitória do Movimento Parque Augusta. A primeira foi ter conseguido evitar a privatização de um bem comum para a construção de três edifícios no espaço usado informalmente como parque há mais de 40 anos, que já havia sido tombado como área de proteção ambiental pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) e criado oficialmente por lei em dezembro de 2013. Lei essa desrespeitada pelas construtoras donas do terreno (Setin e Cyrela) que, três dias depois de sua assinatura pelo então prefeito Fernando Haddad, ousaram fechar os portões e proibir o acesso da população desde então, medida que dura até o fechamento desta dissertação, em novembro de 2018.

[2] O acordo foi baseado na doação dos dois terrenos que formam o parque à Cidade e no recebimento, em troca, de títulos de potencial construtivo ou Transferência do Direito de Construir (TDC), que podem ser aplicados em outra região da cidade para aumentar a área de uma edificação além do estabelecido. Normalmente, as empresas pagam uma outorga para a Prefeitura ou compram os títulos de outras empresas. Os cálculos do valor a ser convertido em TDC com a doação do Parque Augusta ainda não estavam concluídos quando do final da dissertação, mas o Movimento se baseia em 10% do valor inicialmente pago pelas construtoras ao antigo proprietário – R$ 65 milhões – por ser esta uma Zona Especial de Proteção Ambiental (Zepam), declarada após a compra.

Com o parque prestes a reabrir seus portões, o Movimento Parque Augusta parte para una nova etapa de sua luta. Desde o início, mais do que reivindicar um difuso direito à cidade, o direito de uso daquela que já existe, os ativistas que chegaram a partir de junho de 2013 basearam sua atuação no direito de construir entre todos a cidade que desejam, o direito de fazer as infraestruturas que necessitam para desfrutá-la, o direito de serem eles mesmos uma infraestrutura da cidade em comum que reivindicam. A luta que os ativistas, principalmente aqueles reunidos no coletivo Organismo Parque Augusta (OPA)[3], iniciam agora é pela autogestão ou gestão comunitária do parque conquistado, a partir de um processo que chamam de "canteiro vivo": o acesso imediato da comunidade ao terreno, para que possa terminar de configurar, desde as obras de implantação, o projeto desenhado em um amplo processo de criação coletiva, iniciado em 2013, e do qual participaram o Movimento como um todo e moradores e usuários do Centro.

O presente estudo é fruto de um mergulho no funcionamento e na história deste movimento, com um recorte no OPA[4], para investigar suas práticas no fazer político urbano neste início de século. Práticas essas que podem ser sintetizadas no ativismo digital (por onde iniciaram sua ação), na autogestão, na construção comunitária de conhecimento e projetos e fora da dicotomia público-privado vigente. Resultado de dois anos de acompanhamento do cotidiano do movimento, a investigação teve como primeiro foco seu caráter net-ativista: pautado por ações que se originam nas redes e continuam nas ruas, onde são filmadas, transmitidas, fotografadas, postadas e comentadas online; desvinculado de partidos e governos, operado de forma horizontal, sem lideranças e hierarquias (FELICE, 2013).

Já ao longo dos primeiros meses, porém, observamos que o conceito de net-ativismo não abarcava a totalidade das características e condições essenciais da existência do movimento: o fazer entre todos, em comum, como parte de um processo aberto e experimental, de constante aprendizado e reformulação coletiva, em conexão permanente com outros movimentos nacionais e internacionais. A observação participante e colaborativa do dia a dia ativista nos levou a um redirecionamento teórico como referência investigativa – o comum urbano em seus múltiplos desdobramentos conceituais e um direito à cidade renovado (HARVEY, 2012 e BOILER, 2016) – e a um estudo empírico moldado pela etnografia como metodologia do trabalho de campo. Redirecionamento este que descortinou não mais apenas

[3] Além do OPA, conforme será explicado mais adiante, o Movimento Parque Augusta congrega o grupo de vizinhos Aliados do Parque Augusta e dois ativistas que se intitulam Movimento Parque augusta Sem Prédios.
[4] O coletivo Organismo Parque Augusta, que se formou no final de 2013, estudava chamar-se apenas Canteiro Vivo quando este estudo foi encerrado, em novembro de 2018.

um conjunto de atos net-ativistas, mas sim um laboratório de práticas cidadãs e que pode conformar uma comunidade epistêmica pelo conhecimento que produz e difunde (LAFUENTE e CORSÍN-JIMÉNEZ, 2011). Tal reorientação, empreendida após a qualificação, exigiu que objetivos e metodologias fossem parcialmente adaptados para a nova realidade, seguindo o que descrevemos a seguir.

1.1 OBJETIVOS REFORMULADOS

A formação de movimentos e coletivos autônomos surgidos na confluência de redes e ruas, com atuação voltada para os territórios comuns urbanos ou para sua formação, recentes que são no fazer político brasileiro, ainda não tiveram sua ação e o papel que podem representar na política urbana suficientemente desnudados. Não nos referimos aqui aos informais mutirões comunitários, que constroem casas ou limpam ruas em comum, um recurso já clássico entre a população das franjas das cidades desassistidas pelo Estado, e sim aos coletivos que atuam tendo o comum como norte político. Em uma pesquisa no Google Acadêmico, encontramos apenas uma tese de doutorado no Brasil, com data de 2017, tratando especificamente do tema, mas com recorte em ocupações por moradia autogestionadas. Uma outra dissertação que enfoca o Movimento Parque Augusta, produzida na FAU/USP, estava em fase de publicação quando terminamos nossa redação.

Essa ausência nos motivou a contribuir, a partir do estudo do caso do Movimento Parque Augusta, para que se possa avançar na compreensão de como se formam as comunidades que constituem os comuns urbanos, sua governança, as ferramentas de que lançam mão para atuar e o ecossistema que acabam por formar nas dinâmicas político-sociais da atualidade. Da mesma forma, buscamos enfocar o substrato político que motiva, aglutina e faz avançar a comunidade e os atores envolvidos, fora das estruturas organizativas tradicionais, que ainda carece de aprofundamento.

Diante desta realidade, e a partir de experiências de comuns urbanos acompanhadas fora do Brasil, especialmente na Espanha[5], algumas perguntas básicas nos acompanharam nesse percurso: O que caracteriza um movimento de comum urbano na realidade de uma metrópole brasileira como São Paulo? A existência de um movimento com as características

[5]Estudo das experiências de comuns urbanos que desenvolvo em Madrid para o Máster en Comunicación, Cultura y Ciudadanía Digitales, da Universidad Rey Juan Carlos – Campo de Cebada, Esta Es Una Plaza e Espacio Vecinal Arganzuela (EVA).

de um comum urbano tem condições de ser uma semente, um laboratório de prototipagem de novos comuns urbanos para São Paulo e o Brasil? Se o Movimento Parque Augusta é esta semente, este protótipo, o que ele deixa de legado para as lutas urbanas que vêm a seguir e para a sua própria continuidade?

Em busca de respostas para essas questões, traçamos como objetivo geral da investigação contribuir para o conhecimento e análise da formação desse movimento, levando em conta a comunidade que o conforma (composição, critérios de aglutinação, governança), as ferramentas utilizadas em seu fazer político (comunicação, deliberação, ação) e o conjunto de conhecimentos produzidos ao longo do tempo (projetos, documentos, manifestos, fundamentos teóricos, eventos, publicações etc.) e como e por que pode ser enquadrado na categoria de um laboratório de comum urbano.

Tendo como premissa que o comum é o elemento de motivação, gatilho e aglutinação do movimento, faz parte ainda do objetivo geral identificar a natureza e a construção desse comum na prática diária do ativismo e das ações que o tornam possível. E para o alcance desse objetivo geral, traçamos como objetivos específicos:

1. Levantar o histórico do Movimento Parque Augusta e contextualizá-lo nas lutas urbanas e na ação política emergente em São Paulo neste início do século 21, a partir de acompanhamento etnográfico das redes digitais e dos encontros, reuniões, assembleias, atos, eventos e demais ações, conjugando estudos *on* e *offline*.
2. Caracterizar a forma de atuação do movimento estudado – formação e composição da comunidade, práticas políticas e organizativas, relações externas e internas, a produção em comum –, a partir do acompanhamento de seu cotidiano nas redes e nas ruas e das variações que ela sofreu desde sua criação até o presente momento, relacionando-a com as diferentes fases da luta e da evolução/aprofundamento dos pressupostos teóricos que a orientam.
3. Explicitar, no relato etnográfico das práticas, a aderência que os diversos conceitos de comum têm no movimento e construir o percurso teórico/político que os perpassa nas diferentes fases.

1.2 METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

> O que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver (KUHN, 1998, p. 148).

O paradigma científico que prevaleceu até o início do século XX foi, primeiro, o racionalismo cartesiano, de Descartes (século XVI), potencializado em meados do século XIX pelo positivismo idealizado por Auguste Conte (1855): privilegia a objetividade, a síntese, a racionalidade e a separação entre sujeito (pesquisador) e objeto (de estudo), entre Filosofia e Ciência. Considerado por Edgar Morin (2011) como "paradigma da simplificação", por estar baseado "nos princípios de disjunção, de redução e de abstração", foi sob essa égide da racionalidade científica que se compartimentou os saberes, isolando as ciências físicas, biológicas e sociais umas das outras. Outra sua imposição foi a superespecialização disciplinar nos diferentes campos de conhecimento. E, ignorando a complexidade e diversidade do social, acabou por exigir para o estudo das ciências antropossociais os mesmos métodos de análise das ciências naturais – objetividade, quantificação etc. (MORIN, 2011, p. 11).

O desconforto das ciências sociais e humanas diante desta racionalidade quantitativa esteve sempre latente. Afinal, a ação humana é subjetiva, não se pode entender ou explicar seu comportamento pela aparência ou características externas. E como separar observador do objeto observado, se o primeiro é parte indissociável do social pesquisado (LATOUR, 2012)? As descobertas no campo da Física no século XX, especialmente a Teoria da Relatividade de Einstein (1905), e o Princípio da Incerteza de Heisenberg (1927), corroeram os alicerces do método positivista. As generalizações são questionadas, a separação sujeito-objeto demonstra sua impossibilidade, da mesma forma que a disjunção homem-natureza. Santos (2008) nomeia aquele que se insurge nesse processo como o "paradigma emergente" e nomeia quatro princípios centrais a nortear não só o novo fazer político, mas o conhecimento em si: todo o conhecimento científico-natural é científico-social, encerrando dicotomias vigentes como natureza/cultura, observador/observado, subjetivo/objetivo, vivo/inanimado etc.; todo o conhecimento é local e total, tem como horizonte a totalidade universal, sem fragmentação disciplinar; todo conhecimento é autoconhecimento, passando a integrar os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças e juízos de valor do pesquisador; e todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum, invertendo os vetores vigentes na ciência moderna (SANTOS, 2008, pp. 61-92).

Esta revolução paradigmática, que perpassa o conhecimento como um todo – o científico e o senso comum –, transforma o modo de vida, a política, a economia e as relações sociais. É nesse caldo de cultura, envolvido pelas lutas antiglobalização em geral e pelo

crescente enfrentamento da monetização da vida nas cidades, que surge o coletivo ativista da presente investigação. E, na medida em que é, ao mesmo tempo, partícipe e fruto desse processo de transformação, o seu estudo também exige paradigmas e métodos de análise condizentes com os modelos, valores e relações emergentes. Coletivos plurais na constituição, na ação e nos objetivos, reticulares em sua prática política, exigem um olhar para além do enquadramento dado pelas categorias clássicas dos movimentos sociais. Do ponto de vista metodológico, inscrevem-se no que se considera uma *ecologia da ação*, que encaminha o estudo para, de um lado, o Pensamento Complexo, de Edgar Morin (2011) e, de outro, para o rastreamento da ação proposto pela Teoria Ator-Rede, de Bruno Latour (2012).

> A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido dos acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Mas então a complexidade se apresenta com trações inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza (MORIN, 2011, p. 13).

O conceito de *ecologia da ação* adotado por Morin (2005) demonstra aderência aos movimentos em rede como o do Parque Augusta, porque estes pressupõem uma agência tanto do homem – os ativistas –, quanto dos objetos – o bosque, as ruas, as redes digitais –, que os amplificam e reconfiguram à medida em que entram no processo, podendo alterar não só o curso pretendido inicialmente, quanto os próprios objetivos e finalidades. Ao entrar nas redes, perde-se o controle da ação, que passa a ser reconfigurada pelos internautas; ocupar o bosque ou ser relegado à condição de observador do outro lado do muro determina não apenas as estratégias imediatas dos ativistas e redesenha a estrutura de táticas de luta permanentemente, mas redesenha o próprio movimento e seus atores. Segundo Morin, a ação não decorre apenas da vontade de quem a pratica (os ativistas), mas recebe influência dos contextos em que se insere, das condições sociais, biológicas, culturais e políticas que podem ajudar o sentido daquilo que é a nossa intenção. (MORIN, 2007).

A par do Pensamento Complexo e sua ecologia da ação, o método que permite uma análise acurada da relação entre natureza, cidades, redes digitais, infraestruturas e comunidade é a Teoria Ator-Rede (TAR), de Bruno Latour, Michel Callon e John Law (2012), que Massimo Di Felice advoga como o "novo léxico" necessário para o estudo desse tipo de ação:

> […] não mais realizada por um único sujeito, nem linearmente direcionada a uma finalidade pré-determinada, mas reticular, enquanto desenvolvida no interior de um ecossistema complexo através da colaboração de diversos actantes (circuitos informativos, interfaces, mídias, corpos, paisagens etc.).(DI FELICE, 2013, p.10).

O termo *actante*, tomado emprestado da semiótica, é usado por Latour (2012) para identificar os diferentes "atores" do processo social, que podem ser humanos e não humanos. A TAR parte do esforço de redefinir o social em uma época em que o que se compreende por sociedade passou – e ainda passa – por mudanças radicais, especialmente decorrentes das revoluções tecnológicas que alteraram não só os comportamentos, como principalmente o próprio modo de produção capitalista. Trata-se de um tempo em que "as fronteiras de grupo são incertas" e o "leque de entidades a considerar flutua" e a "sociologia do social não consegue mais encontrar novas associações de atores" (LATOUR, 2012, p. 31). Para encontrar esse "novo social" que se constitui, o autor defende que se devolva aos atores a capacidade de elaborar suas próprias teorias.

> A tarefa não consiste mais em impor a ordem, em limitar o número de entidades aceitáveis, em revelar aos atores o que eles são ou em acrescentar alguma lucidez à sua prática cega. Para empregar um slogan da ANT[6], cumpre 'seguir os próprios atores', ou seja, tentar entender suas inovações frequentemente bizarras, a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos, que métodos elaboraram para sua adequação, quais definições esclareceriam melhor as novas associações que eles se viram forçados a estabelecer (LATOUR, 2012, p. 31).

Latour defende que, em vez de procurar enquadrar os novos atores e associações nas categorias tradicionais, é hora de permitir que eles próprios apresentem o modo como se estabeleceram. Em vez de procurar resolver as controvérsias, deve-se apenas rastrear as conexões entre elas, estabelecendo uma cartografia para estudo (LATOUR, 2012, p. 44). Na espécie de "roteiro metodológico" que traça em Reagregando o Social – uma introdução à Teoria Ator-Rede, Latour (2012) indica as cinco fontes de incerteza que devem ser levadas em conta pelo pesquisador:

1. não há grupos, apenas formação de grupos. São as formações que deixam rastros para serem detectados e registrados, observados, mas não as conexões já estabelecidas, que se tornam invisíveis;
2. a ação é assumida. Uma ação é composta por vários actantes, que interferem uns nas atuações dos outros. Cabe ao pesquisador registrar e descrever estas conexões da forma como as vê;

[6] A tradução do livro mantém a sigla em inglês de Actor-Network Theory, o que optei por deixar apenas nas citações e adotar no texto a sigla já popularizada por vários autores em português.

3. os objetos também agem. Qualquer coisa que modifique uma situação é um actante. Se deixam traços, se são mediadores, os objetos devem ser "ouvidos", sua ação deve ser registrada;
4. questão de fato vs. questão de interesse. É preciso identificar como os fatos são construídos e o que está por trás de cada um deles, os interesses envolvidos, desnudar todas as agências que lhes deram origem;
5. escrever relatos de risco.

Em síntese, ensina Latour:

> Um bom relato da ANT é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando. Em vez de transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos do texto pode se tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma nova translação (LATOUR, 2012, p. 189).

1.2.1 Observar, participar, colaborar

A investigação desenvolvida tendo como guia a TAR e o Pensamento Complexo se deu com base em três formas de coleta e estudo de material: análise de redes digitais e dos conteúdos/conhecimento produzido pelo movimento de 2013 até 2018; acompanhamento de assembleias, reuniões e eventos; e entrevistas com ativistas. O foco da pesquisa foi o Organismo Parque Augusta (OPA), único coletivo organizado do movimento e que conduz as ações gerais desde junho de 2013, embora só tenha adotado este nome em dezembro daquele ano.

Procedimentos realizados:

I. Análise da presença do Movimento Parque Augusta nas redes digitais, nos diferentes grupos, fóruns e plataformas de Internet que utilizam seguiu a metodologia de coleta e análise de conteúdo desenvolvida por pesquisadores brasileiros (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011), americanos (HINE, 2009) e canadenses (KOZINETS, 2007; 2010). Denominada de *etnografia digital* ou *netnografia*, traz os parâmetros de audição e acompanhamento de grupos da etnografia tradicional para o mundo virtual sem desvincular a ação online da offline. Os conteúdos das páginas e perfis de redes sociais (Facebook e Twitter) foram coletados pelo Software NCapture[7] e analisados

[7]Ver http://www.qsrinternational.com/nvivo/support-overview/faqs/what-is-ncapture

pelo software vinculado NVivo[8]. Instagram, YouTube e Twittcasting foram investigados diretamente nas plataformas. Conteúdos analisados:

a) Perfil no Twitter - @parque_augusta – 1.800 posts desde sua criação, em dezembro de 2013, até 10 de abril 2018, data final da coleta.
b) Página no Facebook – Parque Augusta Já - 7.200 entre posts, fotos, vídeos e comentários, desde março de 2014 até 10 abril de 2018. Os posts mais antigos (entre junho de 2013 e março de 2014) foram avaliados manualmente na própria página, devido à limitação de acesso a posts mais antigos impostas por esta rede social. Com o acesso de administrador facilitado pelo coletivo, foi possível coletar dados estatísticos para subsidiar a análise.
c) Instagram - @parque_augusta – 470 imagens (fotos, memes e pequenos vídeos), de dezembro de 2013 até julho de 2018. Conteúdo analisado manualmente na própria página, por limitação dos softwares livres para captura.
d) Grupos no Facebook: Grupo Secreto Parque Augusta e Grupo de Discussões Parque Augusta (aberto), mantidos pelo OPA/Canteiro Vivo; Grupo Aliados do Parque Augusta (aberto) e Grupo Parque Augusta (aberto, mantido pela Samorcc) foram analisados manualmente, na própria página, devido às limitações de coleta impostas pelo Facebook para grupos. Posts considerados significativos para o universo da pesquisa foram salvos via printscreen. No caso do Grupo Secreto do OPA, foi facilitado pelo movimento o acesso como administrador, garantindo o levantamento dos documentos ali arquivados, como atas de assembleias, manifestos, resoluções, cópia de leis etc.
e) YouTube – Foram assistidos cerca de 70 vídeos nos 2 canais do movimento, compreendendo a produção entre outubro de 2013 e novembro de 2018. O conteúdo, quando necessário, foi transcrito para análise do NVivo.
f) Soundcloud - No caso do Fórum Canteiro Vivo, realizado em 2017, o próprio movimento compartilhou com a pesquisadora as transcrições de cerca de 15 horas de intervenções.
g) Pads – Análise do conteúdo de aproximadamente 50 pads disponíveis na plataforma PiratePad. www.piratepad.net
h) Google Drive – Leitura de aproximadamente 200 arquivos de conteúdo disponibilizados pelo movimento, entre atas de assembleias, planos de ação e

[8]Ver https://www.qsrinternational.com/nvivo/nvivo-products

comunicação, notas e manifestos, leis, documentos jurídicos produzidos internamente e artigos teóricos que embasaram sua luta.

i) Questionário de desejos – Leitura e tabulação de 100 respostas ao questionário sobre o parque desejado pela comunidade.

II. No caso do site que o movimento possuía até dezembro de 2016, os conteúdos foram fotografados pesquisadora na época em que iniciou a investigação, quando ainda estava no ar. Alguns textos foram analisados também via cópia mantidas no drive de arquivos do movimento. Este drive foi totalmente liberado para pesquisa, permitindo o estudo de toda a produção de conhecimento registrada e remanescente, bem como as atas de assembleias existentes. Muitas das atas, conforme explicamos no *Capítulo 4. As ferramentas do Comum*, foram perdidas porque estavam armazenadas em uma plataforma de pad (Titanpad) que saiu do ar. As atas recolhidas foram analisadas a partir do software Nvivo.

III. De setembro de 2016 a novembro de 2018, foram acompanhadas presencialmente ou via Internet, as principais assembleias, reuniões e eventos do movimento, permitindo anotações adicionais às atas por eles produzidas. Este acompanhamento seguiu o modelo de "observação participante" de Tim May (2004) e da "observação colaborativa", que vem sendo experimentada por antropólogos espanhóis, como Adolfo Estalella (2016), Estalella e Tomás Criado (2010), Estalella e Elisenda Ardèvol (2007), no estudo de movimentos do comum urbano em Madri, semelhantes em objetivos e ações àquele estudado neste trabalho. O experimento de Estalella (2016) e seus parceiros prevê uma colaboração efetiva e afetiva com as ações e debates dos coletivos, ajudando a produzir conhecimento sobre essa nova forma de fazer cidade, comunitária e participativa. Esta parceria se estabeleceu desde os primeiros encontros com os ativistas, que compreenderam a pesquisa como um aporte de conhecimento para suas práticas políticas, assim como a pesquisadora compreendeu o movimento como um aporte para as suas próprias práticas, para além do processo investigativo.

IV. Foram feitas entrevistas qualitativas abertas com nove ativistas, a partir de um roteiro de conteúdos que se encontra nos anexos, sendo oito integrantes ou próximos ao OPA e um do Aliados do Parque Augusta, como contraponto aos relatos do início do movimento pelo embate travado entre os dois grupos pela linha de ação a seguir e que permanecem até hoje.

2. CONSTRUINDO CIDADES EM COMUM

Originado no calor das chamadas Jornadas de Junho, as grandes manifestações que tomaram as ruas das grandes cidades brasileiras em 2013, inicialmente contra o aumento das passagens de ônibus, o Movimento Parque Augusta traz em seus genes tanto as multidões antiglobalização que sacudiam a Europa e os Estados Unidos desde a virada do século, como os coletivos de artistas, estudantes e ativistas que nos últimos anos estavam dando nova vida de forma autônoma ao degradado Centro de São Paulo, promovendo atividades culturais gratuitas e abertas, Também têm como referências e práticas os coletivos ambientalistas, que há tempos denunciam a carência de áreas verdes na zona central, e os agroecologistas, dedicados a povoar a cidade de hortas urbanas e a recuperar as águas que o asfalto vem encobrindo há mais de um século. Na área da Subprefeitura da Sé, onde vivem mais de 400 mil pessoas e por onde circulam durante o dia pelo menos o triplo, contando os trabalhadores de escritórios e repartições públicas, há apenas 1,36 metros quadrados de cobertura vegetal por habitante[9], enquanto a recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) é de no mínimo 12 metros quadrados.

Em contraposição aos sucessivos projetos públicos e privados de "requalificação" do Centro, como a *Operação Urbana Centro*[10], destinados a atrair uma população mais endinheirada para a área, expulsando ou isolando os moradores atuais – em sua maioria classe média baixa ou pobres –, desde meados dos anos 2000 muitos coletivos independentes e autônomos, formados principalmente por artistas, passaram a tomar as ruas, os viadutos e seus baixios (especialmente o Minhocão e o Buraco da Minhoca), o Vale do Anhangabaú e a praça Roosevelt, promovendo festivais e ocupações musicais ou festas, além de ações ativistas pontuais ou permanentes. São exemplos a festa de música eletrônica Voodoohop[11], surgida

---

[9] Fonte: Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Disponível em https://www.areasverdesdascidades.com.br/2004/05/areas-verdes-publicas-por-habitante-na.html. Acesso em 15/04/18.

[10] A Operação Urbana Centro foi criada em 1997 com o objetivo de atrair investimentos para toda a zona central (Centro velho e Centro novo) e foi a responsável pela atração do interesse imobiliário pela área do Baixo Augusta em meados dos anos 2000. Mais informações em https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/operacoes-urbanas/operacao-urbana-centro/

[11] voodoohop.com

em 2009, e o coletivo Ocupeacidade[12], atuante desde 2006, assim como espaços como a Matilha Cultural, que junto com os teatros da praça Roosevelt contribuíram para trazer jovens, em especial os estudantes, para a área central.

Em outubro de 2011, a versão paulista do movimento internacional Occupy e dos Indignados espanhóis, o Ocupa Sampa, instalou-se no Vale do Anhangabaú, agregando múltiplas pautas, da condenação da usina de Belo Monte, da desocupação de prédios populares no centro e da corrupção até a defesa de "democracia real", fora dos partidos e das hierarquias. Baseado na autogestão por assembleias, o movimento acabou por atrair desde moradores de rua até acadêmicos e artistas independentes. Ainda que não tenha se propagado como o rastilho de pólvora da Europa e Estados Unidos, somou nas lutas urbanas paulistas, onde se destacavam os movimentos por moradia e já tomava fôlego a reivindicação por tarifa zero no transporte público, que desde meados da década anterior dava vida ao Movimento Passe Livre (MPL) em várias capitais.

Este caldo de cultura, acabou desembocando em uma grande mobilização artística no Centro, intitulada "Existe Amor em SP", em torno do direito à cidade e do desejo de mudança na forma de administrá-la. Mobilização que terminou por ser incorporada à campanha que elegeu o prefeito Fernando Haddad (PT) em 2012. Junho de 2013 trouxe as multidões conectadas para as ruas, tendo o Centro, incluindo a região no entorno do então desconhecido Parque Augusta, como um dos palcos da violência policial que fustigou os jovens que inicialmente massificaram a luta do MPL para impedir o aumento das passagens de ônibus, uma pauta fundamental do direito à cidade. Enquanto as Jornadas de Junho derivavam para uma miríade de reivindicações ao Governo Federal, tomava corpo no Baixo Augusta a luta por uma pauta concreta que acabou por se tornar, em São Paulo, a síntese das cidades rebeldes em disputa com as expressões locais do capitalismo global: barrar a especulação imobiliária sobre a última área verde disponível no Centro da cidade de concreto.

2.1 DO DIREITO À CIDADE AO DIREITO ÀS INFRAESTRUTURAS

No contexto de oposição à mercantilização global dos espaços públicos, da vida e do lazer nas grandes cidades, viu-se renovado o clássico conceito do direito à cidade, cunhado

---

[12] OCUPEACIDADE surgiu em SP em 2006 como uma proposta de unir pessoas interessadas em produzir coletivamente ações artísticas nos diversos espaços da cidade. https://www.facebook.com/ocupeacidade

por Henri Lefebvre originalmente em 1967, quando as metrópoles europeias, especialmente Paris, viviam as crises decorrentes da passagem do capitalismo industrial para o financeiro e o início do turismo de massa. Lefebvre analisa as transformações negativas trazidas historicamente pela industrialização ao tecido urbano, especialmente os efeitos da expulsão dos trabalhadores para as periferias, o abandono do centro pela burguesia e sua ocupação por escritórios (centro de decisões econômicas) ou edifícios vazios. E desmonta as razões do planejamento urbano funcionalista, a serviço do poder econômico, a fragmentação dos conhecimentos que regem este planejamento e a não participação da então classe operária na tomada de decisões sobre as cidades (LEFEBVRE, 2017).

Ainda que tenha trabalhado sobre um recorte de espaço e tempo específicos, sua caracterização dos problemas urbanos, especialmente para a realidade das metrópoles latino-americanas, guarda atualidade. No entanto, a classe operária a quem Lefebvre confiava o protagonismo das lutas pelo direito à cidade foi substituída pelo crescente precariado[13], que inclui a classe média pauperizada vítima das políticas neoliberais, inclusive jovens sem perspectivas profissionais no horizonte. Precariado cada vez mais vítima da especulação imobiliária e intensa gentrificação[14] dos bairros centrais, como em uma segunda etapa da exclusão social perpetrada no último século em São Paulo. A centralidade do estudo de Lefebvre está no significado que dá à expressão "direito à cidade" e o que é necessário para torná-lo realidade:

> *"*El derecho a la ciudad no puede concebirse como un simple derecho de visita o como un retorno a las ciudades tradicionales. Solo puede formularse como un derecho a la vida urbana, transformada, renovada. […] El derecho a la ciudad se manifesta como forma superior de los derechos: el derecho a la libertad, a la individualización en la socialización, al habitat y al habitar. El derecho a la obra (a la actividade participativa) y el derecho a la

[13] Seguimos aqui a acepção de precariado adotada pelo sociólogo Giovani Alves, que o define como um conjunto de categorias *sociais* imersas na condição de proletariedade como, por exemplo, jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil, jovens empregados ou operários altamente escolarizados, principalmente no setor de serviços e comércio, precarizados nas suas condições de vida e trabalho, frustrados em suas expectativas profissionais; ou ainda os jovens-adultos recém-graduados desempregados ou inseridos em relações de emprego precário; ou mesmo estudantes de nível superior (estudantes universitários são trabalhadores assalariados *em formação* e muitos deles, estudam e trabalham em condições de precariedade salarial). (Cf. ALVES, Giovanni. O novo e precário mundo do trabalho - Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000

[14]"Gentrificação" é o processo de transformação de centros urbanos a partir de sua ocupação por camadas sociais de classe média alta e classe alta, com a consequente expulsão da comunidade de baixa renda ou moradores tradicionais. A palavra vem do inglês *gentrification*, que por sua vez tem origem no francês *genterise*, significando "pessoa de origem nobre". Foi cunhada com este sentido pela socióloga Ruth Glass, em 1964, ao estudar as transformações de bairros urbanos londrinos, onde a classe trabalhadora foi substituída pela classe média.

> apropiación (muy diferente del derecho a la propiedad) están imbricados en el derecho a la ciudad.[15] (LEFEBVRE, 2017, pp.139 e 158)

A participação na tomada de decisões, tema muito frequente no âmbito do planejamento urbano já na época em que Lefebvre escreveu seu livro, é um dos motivos de controvérsias que permanece. Se, de um lado, ele a considerava uma condicionante para a transformação da cidade enfrentando as forças sociais e políticas poderosas que "arrasam o urbano em formação", de outro, já alertava de que ela poderia não passar de uma farsa política:

> En la práctica, la ideología de la participación permite obtener al menor costo la aquiescencia de personas interesadas y implicadas. Después de un simulacro que más o menos impulsa la información y la actividad social, aquellas vuelven a su tranquila pasividad, a su retiro. ¿No está claro ya que la participación real y activa tiene un nombre? Ese nombre es autogestión.[16] (LEFEBVRE, 2017, p. 123)

Embora Lefebvre não tenha avançado neste estudo sobre o tema da autogestão e das fórmulas de participação efetiva da população na construção das cidades, parte justamente deste ponto a renovação do conceito de direito à cidade operada neste século. Além de imersos em uma crise de representatividade política sem precedentes, os últimos 20 anos transformaram significativamente os estilos de vida, com a conversão da vida urbana em mais um produto de consumo ofertado pelo capitalismo neoliberal vigente. Para David Harvey, foi a prática de luta dos movimentos sociais contra a precariedade laboral, a mercantilização da vida e a exclusão social que trouxe novamente para a ordem do dia o direito à cidade – e não o conceito de Lefebvre que o levou às ruas como um guia político a ser seguido. Até porque o conceito de "direito à cidade" vem sendo apropriado pelo próprio poder econômico como justificativa para impor projetos urbanos que têm no consumo e na gentrificação seu mote maior. Assim, o real direito à cidade significa a busca de um "poder configurador do processo

---

[15] Tradução nossa: "O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou como um retorno às cidades tradicionais. Ele só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada e renovada. [...] O direito à cidade se manifesta como a forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito ao trabalho (à atividade participativa) e o direito à apropriação (muito diferente do direito à propriedade) estão imbricados no direito à cidade".

[16] Tradução nossa: "Na prática, a ideologia da participação permite que o consentimento das pessoas interessadas e envolvidas seja obtido ao menor custo. Depois de uma simulação que mais ou menos promove informação e atividade social, eles retornam à sua pacata passividade, à sua aposentadoria. Já não está claro que a participação real e ativa tem um nome? Esse nome é autogestão."

de urbanização" que permita fazer cidade "de um modo fundamental e radical" (HARVEY, 2012, p. 21):

> […] la cuestión de que tipo de ciudad queremos no puede separarse del tipo de personas que queremos ser, el tipo de relaciones sociales que pretendemos, las relaciones con la naturaleza que apreciamos, el estilo de vida que deseamos y los valores estéticos que respetamos. El derecho a la ciudad es por tanto mucho mas que un derecho de acceso individual o colectivo a los recursos que esta almacena o protege; es un derecho a cambiar y reinventar la ciudad de acuerdo con nuestros deseos. Es, además, un derecho más colectivo que individual, ya que la reinvención de la ciudad depende inevitablemente del ejercicio de un poder colectivo sobre el proceso de urbanización.[17] (HARVEY, 2012, p. 20)

Desde os primeiros mutirões de limpeza e plantio de horta, encontros, assembleias, fóruns e festivais de arte realizados dentro do parque, em 2013, largamente documentados em sua atuação nas redes sociais, manifestos, documentos internos e públicos e na página na Internet, os integrantes do OPA têm no "fazer cidade em comum", de forma autônoma e autogestionada, a razão e norte de sua atuação. Nestes cinco anos, funcionou tanto como um laboratório de práticas de luta como de construção de cidade, este último traduzido no Projeto Comunitário para o parque, entregue à Prefeitura em 2017 como um protótipo elaborado a partir dos desejos manifestos por moradores e ativistas. As mais de 200 contribuições recebidas online e offline sintetizam o fazer cidade em comum e dialogam diretamente com o que o antropólogo espanhol Alberto Corsín Jimenéz classifica como "direito às infraestruturas". Ele aplica esta formulação justamente à experiência do "Campo de Cebada", um terreno público vazio ocupado no Centro de Madrid, "mobiliado" e gerido por seus vizinhos como um espaço cultural em "comum", cujo protótipo chegou a ser estudado pelos integrantes do OPA durante os primeiros meses do movimento.

O conceito de direito às infraestruturas "articula novos projetos e caminhos para a governança política e a ação em ambientes urbanos", reunindo materiais, dispositivos, aparelhos, sistemas de mídia, interfaces e relações sociais, ou seja, humanos e não humanos que se retroalimentam constituindo protótipos de espaços e cidades baseados na inteligência coletiva (CORSÍN JIMENÉZ, 2014).

---

[17]Tradução nossa: [...] a questão de que tipo de cidade queremos não pode ser separada do tipo de pessoas que queremos ser, o tipo de relações sociais que queremos, as relações que temos com a natureza que apreciamos, o estilo de vida que queremos e os valores estéticos que respeitamos. O direito à cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso individual ou coletivo aos recursos que essa armazena ou protege; é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com os nossos desejos. É também um direito mais coletivo do que individual, já que a reinvenção da cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

> What would a city look like if its infrastructures were designed, built, certified and managed by its residents? Cities worldwide are witnessing today a transformation of their material and infrastructural landscapes. In the name of 'open technology', 'open hardware' or, more amply, 'open source urbanism', citizens are wiring the landscape of their communities with the devices, networks or architectures that they deem worthy of local attention or concern. From community urban gardens to alternative energy microstations or Wi-Fi networks, open source hardware projects wireframe the city with new socio-technical relations. Such interventions in the urban fabric are transforming, if not directly challenging the public qualities of urban space. Public spaces become technomateria artefacts that citizens take upon themselves to service and maintain.[18] (Idem, p. 342)

2.2 COMMONS, PROCOMÚN, COMUM

A formulação teórica do direito às infraestruturas traz embutida em si mesma o conceito de "comum" que, nas duas últimas décadas, passou a ser empregado, especialmente no Sul da Europa, para traduzir as lutas e práticas sociais contra a mercantilização dos espaços públicos, com mais ênfase nas cidades, onde a redução da proteção social do Estado e o avanço neoliberal sobre as propriedades se fazem sentir de forma mais aguda. O comum é hoje o amálgama que sustenta as possibilidades de construir e gerir entre todos, de forma comunitária, as infraestruturas, aí incluídos o próprio ativismo e o urbanismo de código aberto por ele preconizado. Longe das hierarquias partidárias e dos movimentos sociais tradicionais, e refratários a qualquer liderança, os coletivos chamados de "comuns urbanos", do qual o Movimento Parque Augusta é um dos expoentes, têm na autogestão, na horizontalidade e na deliberação por assembleias os traços principais de sua governança. Emergiram com força na Europa e em algumas cidades americanas, especialmente nos últimos 20 anos, reivindicando o direito de deixar na mão da comunidade a gestão de espaços de uso comum, como hortas urbanas, parques, praças e centros sociais. Pouco a pouco, lutas ou práticas semelhantes começaram a despontar no Brasil nesta década. São exemplos – alguns mais outros menos

[18] Tradução nossa: "Como seria uma cidade se suas infraestruturas fossem projetadas, construídas, certificadas e gerenciadas por seus moradores? Cidades em todo o mundo estão testemunhando hoje uma transformação de suas paisagens materiais e infraestruturais. Em nome da "tecnologia aberta", do "hardware aberto" ou, mais amplamente, do "urbanismo de código aberto", os cidadãos estão relacionando a paisagem de suas comunidades com os dispositivos, redes ou arquiteturas que consideram dignas de atenção ou preocupação local. De hortas urbanas comunitárias a microestações de energia alternativa ou redes Wi-Fi, os projetos de hardware de código aberto passaram a formar a cidade com novas relações sociotécnicas. Tais intervenções no tecido urbano estão transformando, se não desafiando diretamente, as qualidades públicas do espaço urbano. Espaços públicos tornam-se artefatos tecnomateriais que os cidadãos assumem para servir e manter."

duradouros, bem-sucedidos ou não em seu final – o *Ocupa Estelita*[19], em Recife; o *Espaço Comum Luiz Estrela*[20], de Belo Horizonte; e a *Casa Amarela*[21], em São Paulo; além de hortas urbanas e experiências sazonais e circunstancias que aparecem na forma de mutirões para recuperar comunitariamente áreas específicas.

Mas tanto o *comum* como o *comum urbano* são conceitos muito recentes quando aplicados nesses contextos. Quem primeiro usou o termo "comum" para tipificar as lutas anticapitalistas que tomavam as cidades, com protestos massivos e ocupação dos espaços públicos, foi Naomi Klein, em 2001, no artigo "Reclaiming de Commons", referindo-se às manifestações de Seattle durante reunião do G20 (1999) e ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2001).

> There are oppositional threads, taking form in many different campaigns and movements. The spirit they share is a radical reclaiming of the commons. As our communal spaces — town squares, streets, schools, farms, plants — are displaced by the ballooning marketplace, a spirit of resistance is taking hold around the world. People are reclaiming bits of nature and of culture, and saying 'this is going to be public space'.[22] (KLEIN, 2001)

Entendemos que a classificação do Movimento Parque Augusta como um *comum urbano* se dá a partir de várias camadas teóricas. Seja porque o Parque Augusta é um bem de uso comum da cidade, a ser preservado também por seu valor ambiental, seja pelas características e objetivos do movimento autogestionado ou por sua própria formação e figuração entre as lutas urbanas em São Paulo, contra a especulação imobiliária e a privatização da vida. Por isso, para melhor compreendermos o percurso teórico que norteia esta investigação, consideramos fundamental traçar rapidamente um histórico do comum atinente à investigação, desde o sentido de *commons*, tradicionalmente traduzido do Inglês como "bens comuns", passando pelo *procomún* adotado na Espanha até chegarmos ao *comum urbano* e ao *commoning*, que surge em estudos mais recentes. Na medida em que a definição

---

[19] Movimento de ocupação nascido em 2012 para impedir a construção de 12 edifícios no antigo Cais José de Estelita no Centro Histórico de Recife, arrematado por preços subvalorizados em um leilão público.

[20] Espaço comum de ocupação artística, política e cultural de um casarão histórico em Belo Horizonte, pertencente ao governo local e abandonado há 19 anos. Surgiu em 2013 e acabou sendo cedido à comunidade por 20 anos.

[21] Ocupação artística e de moradia autogestionada em um casarão público do início do século 20, e que funciona no bairro da Consolação, a poucas quadras do Parque Augusta, desde 2014. Os diversos coletivos participaram ativamente da luta pelo Parque Augusta desde o início.

[22] Tradução nossa. "Há redes de oposição tomando forma em muitas campanhas e movimentos diferentes. O espírito que eles compartilham é uma recuperação radical dos bens comuns. Como os nossos espaços comuns - praças, ruas, escolas, fazendas, plantas - são deslocados pelas bolhas do mercado, um espírito de resistência está tomando conta do mundo. As pessoas estão recuperando pedaços da natureza e da cultura e dizendo: "este será espaço público".

das linhas teóricas com que trabalhamos decorreu das práticas observadas durante o estudo do Movimento, e não o contrário, a natureza heterogênea da comunidade, suas práticas e os próprios referenciais de que lança mão em sua luta guiaram a escolha dos autores com mais aderência àquilo que foi observado.

Assim, em primeiro lugar, consideramos inevitável partirmos do conceito de *commons*, que deu origem às novas vertentes teóricas, pela similaridade entre seu destino histórico frente ao avanço capitalista e o destino dos territórios urbanos frente ao avanço neoliberal desde o final do século passado. Na Inglaterra da Idade Média e em parte da Europa, "commons" eram as terras de uso e gestão comum por parte de um grupo de agricultores ("campos comunales"), livres para definir suas regras e delas retirar sua subsistência. A partir do século XVI, os commons passaram a ser cercados ("enclosures"), divididos em pequenas propriedades de uso exclusivo de um ou mais donos. Em meados do século XVII, a Inglaterra estava totalmente cercada e o campo privatizado, com a consequente proletarização dos agricultores e a destruição da conexão ancestral do homem com a terra, além da imposição de um modelo de sociedade que criminalizava a vida em comum, as festas e terminou por disciplinar os corpos das mulheres (LINEBAUGH, 2008[23] apud MENDES e CAVA, 2017). Assim como hoje multidões vão às ruas contra o neoliberalismo que monetiza a vida e privatiza os espaços urbanos comuns, do qual o recente processo de concessão de parques de São Paulo à iniciativa privada é o exemplo mais recente[24], também os ingleses protagonizaram insurreições "Reclaiming the commons", que percorreram a segunda metade do século XVIII até meados do século XIX, agitando as ruas de Londres, Bristol e Birminghan, entre outras (THOMPSON, 1966[25] apud MENDES e CAVA, 2017)

Embora alguns commons tenham sobrevivido ao capitalismo liberal em alguns países europeus, a prática somente voltou à ordem do dia na produção acadêmica em 1968, quando o biólogo americano Garrett Hardin, em uma espécie de preparação do terreno para as reformas neoliberais que chegavam, publica um artigo na Revista Science, intitulado "Tragedy of the commons", defendendo a propriedade privada como única alternativa para a produção capaz de alimentar a população crescente. Para ele, a autogestão não é viável porque sempre que

---

[23] LINEBAUGH, P. The Magna Carta manifesto. Liberts and commons for all. Los Angeles: University of California Press, 2008.

[24] Lei 16.703 de 4/10/17, disponível em https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2017/1670/16703/lei-ordinaria-n-16703-2017-disciplina-as-concessoes-e-permissoes-de-servicos-obras-e-bens-publicos-que-serao-realizadas-no-ambito-do-plano-municipal-de-desestatizacao-pmd-introduz-alteracoes-na-lei-n-16211-de-27-de-maio-de-2015A Prefeitura de São Paulo. Acesso em 10/10/18

[25] THOMPSON, E.P. The making of the working class. New York: Vintage Book, 1966.

possível o ser humano vai encontrar maneiras de se beneficiar individualmente, em detrimento do coletivo. Sua base é o ser humano egoísta, individualista, incapaz de cooperar com outros e de viver fora do patrão público ou privado. A resposta a Hardin veio em 1990, pelas mãos da economista americana Elinor Ostrom em "Governing de commons", o alentado estudo de casos concretos e atuais de experiências de gestão do que ela chamou de "recursos de uso comum" (RUC), a riqueza material derivada da natureza (água, ar, frutos da terra, florestas, recursos pesqueiros), ou feita pelo homem (pastos) que é "suficientemente grande para ser custoso (mas não impossível) excluir a destinatários potenciais dos benefícios de seu uso" (OSTROM, 2012, p.66). Ostrom refere-se, especificamente, a bens explorados e administrados de forma compartilhada, autogestionada com regras claras e acordadas previamente, por uma comunidade que deles tira seu sustento, como os indígenas ou os usuários de um sistema de irrigação público. Da gestão dos "commons" observados, Ostrom extraiu oito princípios que garantem que esta não seja a "tragédia" proclamada por Hardin:

a) Definir limites claros na formação dos grupos de usuários;
b) Combinar as regras que governam o uso de bens comuns com as necessidades e condições locais;
c) Certificar-se de que aqueles atingidos pelas regras possam participar de sua modificação;
d) Garantir que as autoridades externas respeitem os direitos regulamentares dos membros da comunidade;
e) Desenvolver um sistema de monitoramento interno da comunidade, para que seja possível acompanhar o comportamento de outros membros;
f) Usar sanções graduais para aqueles que violarem as regras;
g) Fornecer meios acessíveis e de baixo custo para resolver disputas;
h) Desenvolver a responsabilidade de governar o recurso comum em níveis alinhados, desde o mais baixo até o sistema interconectado completo.

Tais requisitos de governança dos recursos de uso comum não são automaticamente aplicáveis aos novos comuns urbanos, visto que tratam da exploração de recursos materiais finitos. No entanto, as regras de governança verificadas por Ostrom têm funcionado como um guia na gestão de espaços comuns e movimentos urbanos, sendo que algumas delas, como veremos no subcapítulo *3.3 Governança*, têm impacto na formação e manutenção de comunidades heterogêneas, como o Movimento Parque Augusta, seja pela sua presença, seja pela sua ausência.

Na esteira de Ostrom, primeira mulher a receber o Prêmio Nobel de Economia justamente por este trabalho (2009), o *comum* entra na pauta de investigações acadêmicas e no cotidiano das lutas antiglobalização, na mesma medida em que seu conceito se dilata para além dos bens naturais e das possibilidades econômicas e avança em uma transdisciplinaridade que vai da geografia à filosofia, passando pela sociologia, a política e a arquitetura, sempre com o enfoque de insurgência contra as políticas neoliberais, a privatização da vida e das relações sociais. A mercantilização do espaço público, do lazer e da cultura, aliado ao novo espírito do capitalismo (BOLTANSKY E CHIAPELLO, 2009), que funde vida e trabalho a partir dos avanços das tecnologias de informação e comunicação (TICs), impõem às cidades um urbanismo que tende a destruí-las "como bem comum social, político e vital" (HARVEY, 2012). É neste contexto que se formam os movimentos como o do Parque Augusta, congregando pessoas dispostas a impedir o avanço da especulação imobiliária (neste caso materializada na construção de três torres de edifícios em área de preservação) e construir em comum espaços de encontros e lazer distantes daqueles impostos pelo mercado. E, para isso, criam as relações sociais "não estáveis e maleáveis com seu entorno social e físico, existente ou por ser criado, consideradas essenciais para sua vida e sobrevivência", como David Harvey (2012) define o comum que perpassa esses movimentos e que trataremos em profundidade no capítulo *3. A formação da comunidade.*

> De hecho, existe una práctica social de comunalización, que produce o establece una relación social con determinado bien común cuyos usos, o bien quedan restringidos a cierto grupo social, o están parcial o plenamente abiertos a todos[26]. (HARVEY, 2012, p. 116)

Michael Hardt e Antonio Negri também veem o comum como a produção social necessária para a relação entre as pessoas e que congrega os saberes, as linguagens, os códigos, a informação e os afetos, em uma interação permanente entre homem e natureza (HARDT e NEGRI, 2011). Eles, entretanto, conectam este comum com o agir da multidão, aquela que tomou as praças em dezenas de países, "um sujeito social internamente diferente e múltiplo, cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (muito menos na diferença), mas naquilo que têm em comum" (HARDT & NEGRI, 2014, pp. 140-141).

Mesmo que a perspectiva da multidão, como a veem Hardt e Negri, não possa ser uma categoria para enquadrar genericamente movimentos como o do Parque Augusta, a

[26] Tradução nossa: "De fato, há uma prática social de comunalização, que produz ou estabelece uma relação social com um bem comum cujos usos podem ficar restritos a um determinado grupo social ou são parcial ou totalmente abertos a todos."

importância de sua conceituação aqui está no papel que eles atribuem ao comum na produção e acumulação capitalista contemporânea, fundada no trabalho imaterial (cognitivo) que tem nas cidades sua maior fonte. Ainda que a extração e privatização de recursos e riquezas permaneça essencial para a manutenção do sistema, o comum é um dos pilares do capitalismo financeiro globalizado, inerente à nova forma de produção, baseada em informação, códigos abertos, saberes, imagens e afetos que moldam o consumo (HARDT&NEGRI, 2010).

Trata-se de uma sociedade em rede, na qual os resultados da produção capitalista tornam-se cada vez mais relações sociais em formas de vida. Preponderam, além do trabalho imaterial, a feminização da mão de obra (jornadas mais flexíveis e tarefas afetivas, emocionais e relacionais), a imigração e a mescla social. A própria inovação tecnológica nascida do capital, especialmente a Internet, exige códigos abertos, informações comuns, amplas conexões e interatividade. E isso se dá preferencialmente nas cidades, onde a riqueza que da comunidade brota —linguagens, escritas, criações coletivas e a produção imaterial em geral — é também a riqueza comum posta para circular. Incluem-se aí as práticas sociais dos movimentos net-ativistas, que surgiram nas redes e delas fazem uso intensivo, inclusive das plataformas de propriedade das grandes corporações globais, como Facebook, em um processo que pode ser considerado contraditório com as lutas que empreendem contra o avanço capitalista sobre a qualidade da vida urbana.

Yochai Benkler, sem considerar ainda o enorme domínio das grandes corporações de Internet, como Facebook e Google (seu livro *A riqueza das redes* foi publicado em 2006), e também distante de conceituações insurgentes como as de Hardt e Negri, partiu justamente das redes digitais e suas possibilidades quando definiu o comum como "um tipo particular de arranjo institucional para governar o uso e a disposição de recursos" (BENKLER, 2003, apud AMADEU, 2007, p. 12). Ele inclui nesse invólucro tanto os bens naturais como a informação propriamente dita e as novas tecnologias que mudaram sua produção e circulação. Benkler aponta que as características das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) se opõem diretamente à propriedade, pois "nenhum indivíduo tem controle exclusivo sobre o uso e disposição de qualquer recurso em particular", enquadrando aqui as principais ferramentas que mudaram definitivamente a prática política desde os anos 90 do século passado.

Benkler foca seu estudo nas inúmeras formas de colaboração possíveis a partir das redes digitais, incluindo plataformas como Wikipedia e, principalmente, os softwares livres, reforçando o sentido de que quando há cooperação, ou seja, o fazer em comum, todos ganham. Esta cooperação e o uso intensivo das redes digitais está no cerne do Organismo

Parque Augusta, como analisamos nos capítulos *4. As ferramentas do comum* e *5. A produção em comum*. Embora guarde semelhança com o comum estudado por Ostrom, no que diz respeito à governança, Benkler aponta que, no caso dos bens digitais, principalmente nos softwares de código aberto e nas plataformas produzidas a partir da inteligência coletiva, seria difícil definir um ou os sujeitos encarregados da governança, o que é possível nos recursos naturais por ela estudados. Ao mesmo tempo em que avalia que os recursos digitais devem estar disponíveis e podem ser usados por "qualquer um que faça parte de um certo número de pessoas (mais ou menos bem definidas), este desfrute deve dar-se sob regras que podem variar de "vale tudo" a formais bem articuladas e cujo respeito é imposto com eficácia" (BENKLER, 2003, p. 6).

Esse desfrutar entre todos também está na acepção da versão espanhola do comum, o *procomún*, que pode ser traduzido como "em proveito do comum" ou "de utilidade pública". Na visão dos teóricos espanhóis, trata-se de uma palavra mais completa que apenas comum, que segundo o dicionário da Real Academia Espanhola (RAE) significa algo que, não sendo propriedade de ninguém, pertence ou é extensível a todos. Para o investigador espanhol Antonio Lafuente 2010), o procomún é "aquilo que fazemos entre todos", a inteligência coletiva que permite não só enfrentar as pressões hostis que vêm de agentes externos refratários a esse modelo, tanto de defensores do privado como do estatal, mas também lidar com as diferenças inerentes a uma comunidade de indivíduos (LAFUENTE, 2010). Por não restringir o procomún apenas à gestão de espaços de uso comum, esta definição abre o campo conceitual para a inclusão de movimentos como o Parque Augusta, que ainda não estão dentro do espaço que buscam autogestionar – um recurso de uso comum semelhante aos de que fala Ostrom –, mas que, em sua luta, produzem conhecimento e ações coletivamente, entre todos, para alcançar o seu objetivo. E que, nessa caminhada, funcionam como um laboratório de práticas não só para seu projeto, mas também para outros ativismos.

> El procomún, los bienes comunes - los commons, en inglés - sostienen y son sostenidos por colectivos humanos. Y, así, salimos de la economía y nos metemos en la antropología. La definición anterior de procomún (bienes que son de todos y de nadie al mismo tiempo) es claramente insuficiente. De la ética de los valores hemos de transitar a la de las capacidades si queremos entender cómo es la dinámica de producción del procomún, pues un bien común no es más que una estrategia exitosa de construcción de capacidades para un colectivo humano.[27] (LAFUENTE, 2010, p18)

[27]Tradução nossa: "O procomún, o comum - os commons, em inglês - sustenta e é sustentado por coletivos humanos. E assim, deixamos a economia e entramos na antropologia. A definição anterior de procomún (bens que não são de ninguém e de todos ao mesmo tempo) é claramente insuficiente. Da ética dos valores, temos que

A partir de suas experiências no Laboratório del Procomún, que dirigiu no MediaLab Prado[28], Lafuente dedicou-se a traçar as diferentes dimensões que o caracterizam:

- o próprio corpo humano, tanto em sua corporeidade (órgãos e partes) como na sensibilidade (sentidos que são fonte de gozo e liberdade);
- o meio ambiente, com a biosfera (a vida que há nos bosques, animais, DNA, fotossíntese etc.) e a geosfera (o planeta que garante a vida, com seu clima, seus minerais, seus ciclos);
- a cidade, com seus entornos urbano (parques, museus, festas etc.), cultural (o simbolismo dos fluxos de conhecimento, paisagens, sistemas, democracia) e doméstico (a língua, a fala, o folclore, as ferramentas, os jogos), e
- O digital, os códigos e linguagens com que as máquinas falam (formatos, protocolos abertos, arquivos, drives) e as estruturas que buscam um ciberespaço não dominado pelas corporações (internet, comunidades virtuais, direitos da rede).

Todos estes entornos acabam por ter algum tipo de relação com o Movimento Parque Augusta, objeto deste estudo. Estão ali as sensibilidades que movem ativistas e formam a comunidade; o meio ambiente com o bosque a ser protegido e toda a vida que este propicia; a cidade e seus fluxos que constroem uma espécie de segunda natureza, o espaço e tempo das infraestruturas que brotam do ativismo, da participação e da autogestão pleiteada e exercida pelo movimento; e, por fim, o digital que oferece as ferramentas com que os ativistas se comunicam, deliberam e atuam. (LAFUENTE, 2010). Prepondera, porém, a riqueza do comum que brota da metrópole São Paulo, nela mesma contidos todos os demais entornos, como veremos a seguir.

2.3 A METRÓPOLE COMO O NOVO REINO DO COMUM

Ainda que a produção de comum a partir da gestão de recursos de uso comum estudada por Ostrom resista quase que heroicamente à ofensiva neoliberal em alguns recantos de campos e montanhas, especialmente no Sul Global (aldeias indígenas, por exemplo), os

---

passar para a das capacidades, se quisermos entender o que é a dinâmica de produção do procomún, uma vez que um bem comum nada mais é do que uma estratégia bem-sucedida de capacitação para um grupo humano."

[28]Laboratório cidadão pertencente ao Ayuntamiento de Madrid.

grandes depósitos do comum estão hoje nas metrópoles, como Klein, Harvey, Hardt e Negri apontaram. É ali que a produção do comum se dá de forma mais intensa e direta, em práticas culturais, circuitos intelectuais, redes afetivas e instituições sociais. É ali que as pessoas vivem juntas, compartilham recursos, se comunicam e trocam bens e ideias. Mas não só. O "espectro" do comum ronda a cidade naquilo que esta tem de mais valioso para o capital: os bens imobiliários e suas localizações, os serviços e facilidades oferecidos – parques, sistema de transporte, comércio, escolas etc. – e os atributos negativos de determinada região – violência, poluição sonora e do ar, trânsito etc. (HARDT e NEGRI, 2010).

> La renta opera a través de una desocialización del común, privatizando en manos de los ricos la riqueza común producida y consolidada en la metrópolis […] La renta y los bienes inmuebles son aparatos omnipresentes de segmentación y control que se extienden con fluidez por todo el paisaje urbano y configuran los dispositivos de la explotación social.[29] (HARDT&NEGRI, 2010, p. 263)

Em Cidades Rebeldes (2012), David Harvey também articula uma noção do comum como uma prática fundamental para uma política do espaço urbano.

> El ambiente y atractivo de una ciudad, por ejemplo, es un producto colectivo de sus ciudadanos, pero es el sector turístico el que capitaliza comercialmente este bien común y extrae de él rentas y monopolios. En sus actividades y sus luchas cotidianas, los individuos y los grupos sociales crean el mundo social urbano, un marco común que todos pueden habitar.[30] (HARVEY, 2012, p. 74)

Da mesma forma que Hardt e Negri (2010) veem a cidade como o substituto do chão de fábrica na "revolução na vida, da vida" necessária para reconhecimento político da possibilidade de produção, uso e proteção dos bens comuns, Harvey (2012) aponta o próprio comum como um marco na resistência anticapitalista que norteia a ação de coletivos como o OPA:

> Poner los cuerpos humanos en este lugar (plazas, parques y calles) convierte el espacio público en un común político, un lugar para el debate y la discusión abierta sobre las maniobras del poder (…). Las plazas Syntagma en Atenas, Tahrir en El Cairo y de Catalunya en Barcelona eram espacios públicos que se convirtieran en un bien

[29] Tradução nossa: A renda funciona através de uma dessocialização do comum, privatizando nas mãos dos ricos o bem-estar comum produzido e consolidado na metrópole. […] A renda e imóveis são aparatos onipresentes de segmentação e controle que se espalham fluidamente pela paisagem urbana e configuram os dispositivos de exploração social.

[30] Tradução nossa: A ambiência e a atratividade de uma cidade, por exemplo, é um produto coletivo de seus cidadãos, mas é o setor turístico que comercializa esse bem comum e extrai dele as receitas e os monopólios. Através de suas atividades diárias e lutas, indivíduos e grupos sociais criam o mundo social da cidade e, assim, criam algo comum como um quadro dentro do qual todos podem habitar.

> común urbano cuando la gente se reunió allí para expresar sus opiniones políticas y proclamar sus reivindicaciones".[31] (HARVEY, 2012, p. 161)

Foi na sequência destas lutas globais que tiveram lugar nos territórios urbanos que cidades como São Paulo viram nascer uma série de movimentos autônomos de resistência ao poder, movimentos de demandas por causas específicas, micropolíticas do cotidiano que vão da luta por moradia, passam pelas causas identitárias (feminismo, racismo) e chegam ao meio ambiente e o direito à cidade na forma como tratamos acima. Um ativismo que visa a defender o espaço comum da sanha privatizante das grandes corporações e mesmo de governos decididos a ceder às pressões neoliberais para reduzir o tamanho do Estado e deixar que o capital se encarregue de gerir o que é de todos. Como ressalta David Harvey, "a urbanização capitalista tende perpetuamente a destruir a cidade como bem comum social, político e vital" (HARVEY, 2012, p. 125), mas ao mesmo tempo, o comum não se perde, especialmente nas cidades, onde está sendo produzido continuamente. Em sua visão, a cidade é um produto coletivo de seus cidadãos e é em suas atividades cotidianas e lutas que "os indivíduos e grupos sociais criam o mundo social da cidade e, assim, criam algo comum como um quadro dentro do qual todos podem habitar" (HARVEY, 2012, p. 116).

A partir desta perspectiva, o *comum* seria, então, uma forma "de se relacionar e produzir baseado na cooperação social", como assinalam Maribel Casas-Cortés, Sebastian Cobarrubias e John Pickles (2014), abrindo caminho para que se avance na definição de "comum urbano". Estes autores alertam que existe uma "linha tênue" que separa os conceitos de *espaço público* e *bens públicos*, de um lado, e os *bens comuns*, de outro. Isto é, entre o terreno onde está o Parque Augusta e o Parque Augusta construído entre todos, autogestionado, reivindicado pela comunidade. "Espaços públicos e bens públicos podem ser essenciais para a possibilidade de um bem comum, mas a produção e sustentação de um bem comum exige esforço real e ação política por parte de um povo" (CASAS-CORTÉS, COBARRUBIAS E PICKLES, 2014, p. 451).

> Nenhum comum é possível a menos que nos recusemos a basear nossa vida e nossa reprodução no sofrimento dos outros, a menos que nos recusemos a nos ver como separados deles. De fato, se o senso comum tem algum significado, deve ser a produção de nós mesmos

[31] Tradução nossa: "Colocar corpos humanos neste lugar (praças, parques e ruas) transforma o espaço público em um comum político, um lugar de debate e discussão aberta sobre as manobras do poder (...). As praças Syntagma, em Atenas, Tahrir, no Cairo, e Catalunya, em Barcelona, eram espaços públicos que se tornavam comuns urbanos quando as pessoas se reuniam para expressar suas opiniões políticas e proclamar suas demandas".

> como um assunto comum. . . como uma qualidade de relações, um princípio de cooperação e responsabilidade entre si, as florestas, os mares e os animais. (Idem, p. 453)

A arquiteta e investigadora espanhola Ana Méndez, localiza os comuns urbanos em "uma franja intermediária do amálgama entre a estrutura física construída nas cidades e a vida social dos cidadãos" (MÉNDEZ, 2015, P. 2). Delimita-se, de esta maneira, o campo de um certo tipo de espaços de organização e gestão, a meio caminho entre o material e o imaterial, as comunidades tradicionais de produção e cuidado e o conhecimento emergente e socialização, a auto-organização e a institucionalização.

Seguramente, a prática de dezenas de comunidades, especialmente no Sul da Europa (Itália, Espanha e Grécia), mas também nos Estados Unidos (Nova York) e na América Latina, consolidou a definição de *comum urbano* como hoje se aplica a este tipo de espaço e/ou ativismo. Trata-se de comunidades – como a que forma o Movimento Parque Augusta e que veremos nos capítulos *3. A formação da comunidade* e *4. A produção em comum* –, dispostas a enfrentar ombro a ombro a mercantilização das cidades e defender ou construir espaços comuns não monetizados para preservação do meio ambiente, convívios sociais, cuidados, formação e lazer.

Adotando a definição de *comum urbano* como uma prática social insurgente, baseada na cooperação e na resistência ao capitalismo neoliberal e sua ânsia privatizante e de lucro imediato, voltada a construir cidades entre todos, como espaços inclusivos e saudáveis, é possível considerar que se trata, na verdade, de um verbo, não de um substantivo composto. Por essa razão, David Bollier passou a adotar o termo *commoning* como expressão do que define como "o exercício de atuar em comum de forma engajada, que regenera as conexões sociais das pessoas entre si e com a natureza" (BOLLIER, 2011, p.3). Um exercício que abre possibilidades para que elas configurem "novas aspirações e identidades, dando oportunidades de agência pessoal que vão além dos papéis de consumidor, de cidadão e de eleitor" – um engajamento que lhes proporciona adquirir "novos valores culturais saudáveis e implicam responsabilidade e direito" (idem).

É esta prática social insurgente que analisamos nas próximas páginas, buscando desnudar o que lhe forma, lhe sustenta e move em direção à construção de uma cidade sustentada pelo e para o comum.

3. A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE

> *¿Cómo construir una sociedad a partir de las voluntades individuales? ¿Qué tenemos en común?*[32]
> (Garcez, 2013)

São exatos 23.733 metros quadrados,[33] cerca de 40% deles ocupados por um bosque com aproximadamente 800 árvores, dois terços delas nativas da Mata Atlântica. Estão ali espécies como cereja-do-rio grande, cedro-rosa, embaúba, figueira, jacarandá, jeribá e pitangueira, além de macaúba, jambolão, abacateiro e goiabeira.[34] Situado nas esquinas das ruas Caio Prado, Augusta e Marquês de Paranaguá, no chamado Baixo Augusta, no central bairro da Consolação, o terreno que em 10 de agosto de 2018 foi declarado Parque Augusta já abrigou tanto (de 1907 a 1967) o colégio católico Des Oiseaux, onde estudava a elite paulistana (Patrícia Galvão, a Pagu, a socióloga Ruth Cardoso e a senadora Marta Suplicy foram suas alunas), como um pavilhão anexo modesto para as filhas de operários, que foi frequentado pela escritora Zélia Gatai. Na sequência, transformou-se em um cursinho pré-vestibular, um espaço cultural de vanguarda na década de 80 (Projeto SP) e um estacionamento. E estava prestes a receber três torres de apartamentos de alto padrão, não fosse a ação de vizinhos e ativistas que, juntos, brigaram cinco anos, nas ruas, nas redes e na Justiça para impedir o avanço imobiliário na já adensada região do Centro de São Paulo. A reivindicação foi, desde o início, contra a privatização do espaço comum - as árvores e o que resta das construções históricas do terreno estão tombadas desde 2004[35] -, que já estava garantido na escritura de venda do imóvel pelas cônegas de Santo Agostinho, donas do Colégio, por uma cláusula prevendo o acesso irrestrito e gratuito do público ao bosque.

Para alguns, o bosque escondido por trás de muro criou a luta necessária para seu desfrute e preservação:

---

[32] Tradução nossa: "Como construir uma sociedade baseada em interesses individuais? O que temos em comum?"

[33] Esta é a metragem oficial que consta nas escrituras dos dois terrenos que compõem o parque, das quais o movimento tem cópias.

[34] Conforme mapeamento feito pelo mestre em botânica Ricardo Cardim, da Universidade de São Paulo, em 2013 e divulgado pelo jornal Folha de São Paulo. Disponível em https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/01/27/alvo-de-disputa-parque-augusta-e-oasis-de-mata-atlantica-no-centro-de-sp.htm. Acesso em 20/12/2016.

[35] Tombamento feito pelo Conpresp em dezembro de 2004.

> *Na verdade, na minha vida, eu vejo* [o parque] *como uma missão, como uma obrigação que eu tenho como ser humano. É isto, basicamente sempre foi, a partir do momento que eu entendi o que é que é este terreno, um terreno que o acaso histórico acabou deixando e que eu tive a dimensão total do que ele é, do que ele pode significar, do que ele pode vir a ser. (*Ativista, depoimento verbal)

Outros habitaram primeiro a necessidade de lutar para impedir o avanço das políticas neoliberais com que sucessivas administrações municipais aprofundavam a exclusão e a mercantilização do Centro de São Paulo, e puderam concretizá-la no terreno do Baixo Augusta:

> *Eu procurava um movimento aberto, horizontal, para me engajar e em São Paulo era tudo fechado. Até que vi um chamado na Internet sobre o Parque Augusta. E aqui estou até hoje.* (Ativista, depoimento verbal)

Seja por seus interesses ou motivações políticas, seja pela origem espacial, profissão, idade ou tempo de adesão à causa, a comunidade Parque Augusta traz em si parte da diversidade da população que habita o entorno do bosque, ainda que não inclua moradores de rua (apenas durante a ocupação de 2015) ou moradores sem teto que vivem em prédios ocupados na zona central. São estudantes, professores, arquiteta(o)s, artistas, designers, músicos, atores, performers, socióloga(o)s, publicitária(o)s, jornalistas, comunicadores, donas de casa, aposentada(o)s, ambientalistas, agroecologistas, bióloga(o)s, advogada(o)s, cozinheira(o)s, ex-moradores de rua, desempregada(o)s, poetas e artesã(o)s, para relacionar as profissões mais presentes ao longo do tempo.[36] Uma parte deles somando no crescente "precariado", a classe média, em geral com menos de 40 anos, que trabalha como *free lancer* e que raramente teve uma carteira de trabalho assinada. Trata-se de uma comunidade que se formou não por uma identidade prévia inerente a seus membros, capturados por uma construção cultural externa a eles próprios. Pelo contrário, como definem Lafuente e Corsín Jimenez, incluem-se na categoria das "comunidades de afetados" por algo que lhes foi tirado ou de que sentem falta:

> Nuestras comunidades son formadas por personas que se sienten amenazadas y que echan en falta algo que de pronto, desde que les ha sido arrebatado, consideran clave. Hablamos entonces de comunidades de extraños, emergentes y en lucha. Lo que tienen en común, lo que forzó su cohesión, tiene una doble naturaleza: de una parte, que a todos les aprieta el zapato en el mismo sitio y, de la otra, que han decidido luchar contra lo que consideran una agresión.

[36] Optamos por colocar as profissões no plural para que não se identifique publicamente nenhum dos integrantes, preservando sua privacidade.

> Hablamos entonces de comunidades de afectados que intentan ser de empoderados y, en el extremo, de afectos.[37] (LAFUENTE e CORSÍN JIMÉNEZ, 2010, p. 21)

Fluida e elástica, a comunidade que se formou em torno da causa do Parque Augusta a partir de junho de 2013, se não manteve todos os seus membros iniciais ao longo dos cinco anos de luta, manteve suas características, princípios e objetivos principais. Pauta-se pela autogestão interna, desvinculação de partidos políticos, entidades e ONGs, defesa de um parque 100% público sem prédios e sem ônus para a Prefeitura, gestão comunitária do espaço e conexão com outros movimentos que atuam em São Paulo também reivindicando o direito de viver em uma cidade com mais verde e lazer público e menos consumo.

Neste capítulo traçamos o caminho percorrido por esta comunidade, desde a descoberta do parque como um desejo e objeto de luta até sua organização interna e governança como um movimento de comum urbano.

3.1 A DESCOBERTA DO ESPAÇO

> *El espacio es el vacío. El lugar es una construcción, una producción de significado social.* (LEFEBVRE, 1967)

Até 2013, os moradores do Baixo Augusta e dos bairros vizinhos eram praticamente os únicos que conheciam e desfrutavam do bosque como área de lazer ou para passear seus cachorros. Um local quase secreto, mas que já em 1970 a Prefeitura o havia reconhecido como área de utilidade pública para funcionar como um jardim, consolidando o uso corrente. Mas esta medida foi derrubada na Câmara de Vereadores três anos depois. Conforme mostramos no quadro 02, desde então a história do terreno é marcada pelas disputas políticas e judiciais. Foi no início dos anos 2000 que os moradores passaram a se envolver mais diretamente no processo, com um abaixo assinado capitaneado pela Sociedade de Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro Cerqueira César (Samorcc). Na mesma época, alguns

[37] Tradução nossa: Nossas comunidades são formadas por pessoas que se sentem ameaçadas e que sentem a falta de algo que, de repente, desde que lhes foi tirado, consideram chave. Falamos, então, de comunidades de estranhos, emergentes e em luta. O que eles têm em comum, o que forçou sua coesão, tem uma dupla natureza: por um lado, que a todos lhes aperta o sapato no mesmo lugar e, por outro, que decidiram lutar contra o que consideram agressão. Estamos falando de comunidades afetadas que tentam ser de empoderados e, no final, de afetos."

vizinhos também se intitularam Aliados do Parque Augusta, um grupo informal que apoiava as ações institucionais da Samorcc.

Quadro 1. Histórico da luta pelo parque

1902	Construção de um palacete pela família Uchoa no terreno que faz esquina com as ruas Caio Prado, Augusta e Marquês de Paranaguá.
1907 a 1969	Terreno é adquirido pela Ordem de Santo Agostinho, que constrói um prédio junto ao palacete, onde passa a funcionar o tradicional colégio feminino católico Des Oiseaux.
1970	Freiras transferem Colégio para o Morumbi e vendem parte do terreno. Prefeitura decreta terreno de utilidade pública para construção de um jardim
1973	Novos proprietários conseguem revogar, via Câmara de Vereadores, o decreto de utilidade pública para que possam construir um hotel.
1974	Sem autorização da Prefeitura, os proprietários põem o palacete e o prédio abaixo, restando apenas uma casa anexa, que hoje é tombada, junto com o muro remanescente.
1977	Construtora Teijin compra o terreno e anuncia a construção de um hotel, mas o projeto não avança.
Anos 80	Montado sob uma lona de circo, surge em 1986 o Projeto SP, importante espaço da música de vanguarda, apresentando shows nacionais e internacionais.
1989	Prefeito Jânio Quadros determina a manutenção do terreno aberto à população como exigiram as freiras ao vender a propriedade e que consta da escritura e da matrícula municipal.
1996	O ex-banqueiro do BCN Armando Conde adquire o terreno da Teijin.
2001	Abaixo assinado feito pela Samorcc tem 15 mil assinaturas e é entregue à Câmara de Vereadores pedindo apoio na criação do parque.
2004	Conpresp tomba o bosque, a casa e o muro remanescente da antiga construção.
2006	Armando Conde anuncia a construção de um hipermercado e depois de três edifícios comerciais, mas ambos os projetos desagradam aos vizinhos e também são rejeitados pelo Conpresp. Vereador Gilson Barreto apresenta à Câmara projeto de lei de criação do parque
2008	Prefeito Gilberto Kassab (PSD) decreta nova utilidade pública do espaço para funcionar como parque. Conpresp aprova a construção de três prédios na área ao lado do bosque, mas que também possui árvores.
2010	Aliados do Parque Augusta fazem petição pública na internet com 11.415 assinaturas[38]
2011	Câmara de Vereadores aprova em 1ª votação o projeto apresentado em 2006
2012	Embora sem ainda serem proprietárias da área, as construtoras Setin e Cyrela apresentam seu projeto de construção de torres.

[38]Disponível em https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2010N4173

2013	Decreto de utilidade pública caduca. Ativistas começam a ocupar o espaço em junho, organizando mutirões de limpeza e realizando festivais de arte e música de repercussão nacional, além de estabelecerem contatos com movimentos internacionais, como o do Parque Gezi, na Turquia. Cyrela e Setin formalizam a compra da área em setembro. Em novembro, Câmara aprova projeto de lei que tramitava desde 2006 para criação do parque Pressionado pelos ativistas, prefeito Fernando Haddad (PT) assina a lei 15.941 criando o parque Augusta no dia 23 de dezembro As construtoras fecham ilegalmente os portões no dia 29 de dezembro
2014	Prefeitura afirma que não tem verba para bancar a construção. Ativistas começam a ouvir a população sobre o parque desejado (em frente ao parque e pela Internet) e organizam uma série de eventos na calçada, chamados "A rua também é parque", como forma de pressão para reabertura dos portões.
2015	No início de janeiro, Conpresp aprova a construção dos edifícios com um parque privado, passando por cima do decreto de utilidade pública assinado um ano antes Em 17 de janeiro, ativistas ocupam o terreno em uma Vigília Criativa. Organizam assembleias abertas e grupos de trabalho para gerar o que chamam de zona autônoma temporária[39]. Se estabelece uma rotina de cuidados, com mutirões de limpeza, catalogação de árvores, plantio de horta e mudas, além de atividades lúdicas e artísticas, incluindo um festival. Milhares de pessoas circulam por ali. Em fevereiro, Justiça determina reintegração de posse da área às construtoras, o que é feito com violência pela PM no dia 04 de março. Em fevereiro, o Ministério Público Estadual de São Paulo determinou que as indenizações (US$ 25 milhões) pagas à Prefeitura de São Paulo pelos bancos UBS, CITIBANK e DEUTSCH ,por conta dos recursos públicos desviados pelo ex-prefeito Paulo Maluf durante obras da Avenida Roberto Marinho (antiga Águas Espraiadas), deverão ser usadas para viabilizar o Parque Augusta em toda sua área. Em maio, campanha de abaixo assinado feita pela plataforma Minha Sampa coleta 11.600 assinaturas em defesa da abertura imediata do parque.[40] Em julho, uma liminar judicial garante a reabertura dos portões, mas pouco tempo depois são novamente fechados.
2016	Em abril, promotor de justiça Silvio Marques entra com ação pública pedindo a reabertura dos portões e o pagamento de danos morais coletivos no valor de R$ 500 mil por dia em que o parque esteve fechado. Processo teve várias audiências públicas na Justiça e Prefeitura chegou a fazer proposta de compra do terreno por R$ 40 milhões, mas construtoras não aceitaram.
2017	Em abril, Ministério Público propõe ao recém empossado prefeito João Doria permutar outras

[39]Referência ao livro Zona Autônoma Temporária, de Hackin Bey. Disponível em http://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2015/08/TAZ-Zona-Autonoma-Temporaria-Hakim-Bey.pdf. Acesso em 14/01/2016

[40]Disponível em http://paneladepressao.nossascidades.org/campaigns/611# Acesso em 12/11/18

	áreas públicas pelo terreno do Parque Augusta, o que lhe permitiria liberar o dinheiro de Maluf repatriado para a construção de creches. Em julho, a pedido da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), mesmo discordando dos ritmos impostos pela Prefeitura, Movimento Parque Augusta entrega projeto comunitário para construção do parque, baseado no Formulário do Desejos coletado desde 2014 e em dois meses de debates com a comunidade. O projeto inclui proposta de gestão comunitária em um Canteiro Vivo desde o início de sua implantação. Samorcc entrega projeto separado, que inclui elementos não aprovados pela comunidade, como exploração comercial do espaço (food truck) e exposição de esculturas feitas pela mulher do prefeito, Bia Doria. Em agosto, prefeitura e construtoras assinam acordo, com aval da Samorcc, para troca do terreno do parque por outro em Pinheiros, mais construção de creches e sede de administração regional. Fórmula pouco transparente desagrada aos ativistas e acaba por não ser aceita no final pela Justiça
2018	Durante todo o ano, novo acordo é tentado, baseado na transferência de potencial construtivo. Em gosto de 2018, novo acordo é assinado e finalmente homologado pela Justiça em setembro. Ativistas passam a reivindicar a abertura imediata dos portões para que instalem um “canteiro vivo”, onde seria debatido o projeto de parque desejado, a partir daquele elaborado pela comunidade.

Fonte: A autora, a partir de documentos oficiais, relatos de ativistas e reportagens na mídia.

Escondido atrás de muros, em um trecho da rua Augusta que até meados da década de 2000 era ponto de prostituição, e com a demanda dos vizinhos pouco retratada pela mídia, o bosque entrou na mira da cidade em junho de 2013. Descoberto por um jovem sociólogo interessado em experimentar os modelos de intervenção urbana “botton-up”, que já proliferavam na Europa, atraiu a atenção de ativistas, ambientalistas e arquitetos a partir de um evento por ele criado no Facebook, em 22 de junho de 2013, com um convite para o dia 29 seguinte: "Vamos criar o Parque Augusta?”.

Figura 2 – Há um parque atrás do muro?

Fonte: Página do Movimento no Facebook

Nos sete dias que separaram o convite do evento, mais de uma dezena de jovens se reuniram para organizar o que iam fazer, 6.366 pessoas foram convidadas, 637 confirmaram presença e 210 disseram estar interessadas. O simples convite provocou nada menos que 161 debates na página do evento, com dezenas de comentários em cada um deles. Formou-se uma esfera pública digital em torno de um espaço que, para a maior parte de quem participava, era também virtual (nunca o tinham visto). De um lado, os ativistas que ainda viviam a experiência das Jornadas de Junho e, inspirados no movimento Parque Gezi (Istambul)[41], no Occupy[42] e no 15M[43] espanhol, defendiam a ocupação do espaço para começar, de baixo para cima, a construção do parque dos sonhos. Do outro, os vizinhos do Aliados do Parque Augusta, defensores das batalhas institucionais e legais. Os embates indicaram que a disputa não se dava pelo espaço em si – afinal, ninguém era proprietário do terreno nem reivindicava sê-lo. Disputavam o sistema de ações e o sistema de objetos que, como afirma Santos (1994a), conformam de forma indissociável um espaço geográfico e lhe dão vida e significado. Ou, como entende Lefebvre (1967), transformar o espaço vazio, a partir da construção social, em um lugar.

Embora apenas cerca de 20 pessoas tenham finalmente comparecido a este primeiro encontro, o número de adesões cresceu paulatinamente ao longo das semanas seguintes, sempre chamadas pelas redes sociais, até envolver a cidade em uma causa que ela praticamente desconhecia. Nascia ali uma comunidade ativista que se constituiria em torno de um espaço físico-virtual chamado Parque Augusta. Se, para uma boa parte dos novos ativistas e moradores que chegavam todas as semanas, o portal para descoberta do parque havia sido o espaço virtual – a imagem de um bosque-oásis no centro da cidade que convidava ao desfrute e à intervenção – foi no espaço físico, no entorno de terra e árvores que os corpos se encontraram e sentiram-se afetados pela necessidade urgente de defender o terreno dos interesses imobiliários de seus proprietários e de fazerem uma cidade em comum.

A chegada pela Internet:

> *No dia da consciência negra, 20 de novembro de 2013, fizeram um chamado no Facebook que era um meme, uma marretinha, porque tinham fechado o parque, começaram a subir um muro na área que antes era aberta 24 horas e aí a galera convocou para demolir o muro. Quando eu cheguei lá o muro já estava no chão. De dentro do*

[41] Movimento que começou em maio de 2013, na praça Taksin, centro de Istambul, em defesa do Parque Gezi, ameaçado de se transformar em shopping center.
[42] Movimento anticapitalista iniciado em setembro de 2011, em Wall Street (NY) e que se espalhou pelas grandes cidades do mundo na sequência, do qual o Ocupa Sampa foi a versão paulista.
[43] 15M é como se tornou conhecimento o movimento dos Indignados espanhóis, que tomaram as ruas da Espanha em 15 de Maio de 2011, prestando contra as políticas neoliberais do governo do país, e que se transformou em um grande acampamento nas praças.

> *parque saiu um pessoal que já estava lá há muito tempo. Eles me convidaram para entrar e foi a primeira vez que eu vi como era o parque por dentro."* (Ativista, depoimento verbal)

O boca a boca entre os moradores do Centro:

> *Comecei a me envolver com a causa Parque Augusta creio que 2003/2004, quando fiquei sabendo de reuniões que aconteciam numa sala de um edifício na Rua Marques de Paranaguá, onde mora uma pessoa que já tinha iniciado um movimento em defesa do local como parque, pois era aberto e muitas pessoas do entorno e vizinhança iam passear com os cachorros, nem tanto na mata, mas mais próximo de onde era o estacionamento.* (Ativista, depoimento verbal)

A apresentação de uma amiga e o chamado pela Internet, na sequência:

> *Conheci o parque Augusta em 2004, no segundo ano da FAU, com uma amiga que morava na Visconde de Ouro Preto. Estávamos passando por lá e ela me perguntou se eu já tinha entrado neste terreno. Entramos, pois ficava sempre aberto. Eu olhei aquilo e fiquei impressionado, me interessou muito. O lugar já guardava um imaginário de "jardim secreto", até que em junho de 2013 começaram as manifestações propriamente ditas e eu já percebia que se estava ativando um movimento. Eu comecei a participar do movimento nos festivais entre outubro e novembro de 2013. (*Ativista, depoimento verbal)

De tanto frequentar o centro, eis que...

> *Quando vi esta luta do parque sempre me perguntei que terreno que é este? Um terreno enorme e vazio sem uso no meio da cidade, sempre achei muito estranho. Quando eu entendi o que era o terreno, porque que ele estava vazio, que era por falta de interesse de exploração comercial, porque se tivesse interesse já teriam feito algumas coisas ali. Comecei a entender melhor como funcionava e acabou mesmo me atraindo.* (Ativista, depoimento verbal)

Nestes primeiros cinco anos de movimento, ora dentro do bosque, mas a maior parte do tempo fora dele, após o fechamento ilegal dos portões por parte das construtoras proprietárias em 29 de dezembro de 2013, o Parque Augusta existiu física e virtualmente na prática e no imaginário daqueles que se dedicaram a torná-lo realidade. As redes e as ruas alternaram-se e sobrepuseram-se sem trégua, conformando o que o sociólogo Massimo Di Felice chama de "habitar atópico" na realidade das metrópoles digitalizadas do século XXI:

> A superação da distância entre sujeito e território permite a alteração da natureza do mesmo e a interpenetração e interdependência entre ambiente e indivíduo. Digitalizado, o ambiente permite um habitar informativo, pós-arquitetônico e pós-geográfico, multiplica práticas de interação com o ambiente, nos leva a habitar naturezas diferentes e mundos no interior dos quais nos deslocamos informativamente. (DI FELICE, 2009, p. 22)

Nos primeiros meses dentro do parque (junho a dezembro de 2013) e depois, durante a ocupação de 47 dias no verão de 2015 (17/01 a 04/03), o terreno foi totalmente esquadrinhado, árvores catalogadas, pequenas ruínas das construções históricas encontradas, todo lixo removido em mutirões frequentes. Armou-se uma geodésica para encontros, construiu-se uma horta comunitária e inundou-se o espaço de atividades como yoga, festivais de arte, oficinas de autoconstrução, aulas públicas e encontros afetivos, muitos encontros afetivos com a multidão que passou a usá-lo como uma referência para ir ao Centro. Os relatos da maior parte dos ativistas sobre este período trazem menos as sensações experimentadas individualmente, detendo-se no que *foi descortinado para "nós"* e no que *foi feito por "nós*". A conexão com o espaço e o próprio espaço em si passaram a existir como decorrência das relações estabelecidas entre todos os elos presentes: a terra, as árvores, as construções, os muros, as pessoas, as redes digitais usadas para dar ciência ao mundo de sua existência. Relações essas que conformam o comum que dá origem a essa comunidade. Uma comunidade que cria novos espaços para onde levar o Parque Augusta à medida em que se vê privada daquele a que tem direito de fato e de direito, como as calçadas da rua Augusta, as ruas Caio Prado e Marquês de Paranaguá, a praça Roosevelt, a Matilha Cultural, a Livraria Tapera Taperá, a Casa Amarela, a Biblioteca Mário de Andrade e o Buraco da Minhoca[44]. Um Parque Augusta virtual e ambulante flutuando no Centro durante cinco anos.

3.2 ORIGEM E COMPOSIÇÃO DA COMUNIDADE

Até começarem as assembleias abertas, os mutirões de limpeza e autoconstrução e a concretização das novas formas de lutas necessárias para tornar o terreno baldio do Baixo Augusta um parque, o que havia no espaço era um conjunto de indivíduos que frequentava a área (os vizinhos) e eventualmente se juntava em ações institucionais. Ou, anualmente desde 2011, no "Picnic à moda antiga", um evento temático, com moradores vestidos à moda dos anos 20 que confraternizavam na rua Augusta, onde sempre uma faixa lembrava a demanda pelo parque. Foi a partir de junho de 2013, quando os ativistas mais jovens chegaram, dialogaram com os vizinhos e trouxeram novas dinâmicas de ação que começou realmente a

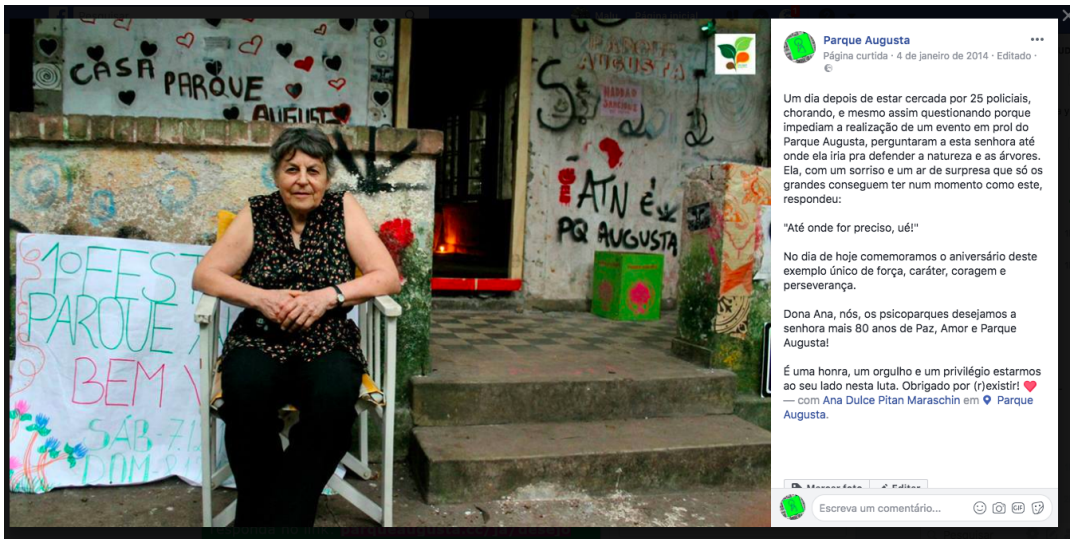
[44]Buraco da Minhoca é como os coletivos que atuam no centro nominaram os baixios do Minhocão na altura da rua da Consolação, onde em 2013 e 2014 foram realizadas festas e manifestações culturais.

se esboçar o que ao longo dos meses seguintes se conformou em uma comunidade ou, como prefere um de seus integrantes, “uma macrocomunidade formada por microcomunidades”.

> *[...] em cima desta causa, que é única e que você tem diversos indivíduos e um plural de indivíduos agrupados em subgrupos, que são os movimentos, existe o que se chama “comunidade”. Porque a definição de comunidade, para mim, é grupo de indivíduos alinhados por alguma razão, tipo teoria dos conjuntos matemáticos, sabe assim? Comunidade é toda e qualquer soma de elementos que tenham algo em comum, então é isto, é uma comunidade.* (Ativista, depoimento verbal)

E entre todos esses conjuntos ou microcomunidades circula com desenvoltura e muito empenho Ana Dulce Pitan Maraschin, a “Dona Ana”, uma professora aposentada de 84 anos, vizinha do parque, que se juntou à causa ainda em 2004.

Figura 3 “Dona Ana”



Fonte: Página do Parque Augusta no Facebook

Considerada ora a matriarca, ora a musa do movimento, dona Ana funciona muitas vezes como o elo dessa comunidade, principalmente por sua presença segura em todos os principais eventos, assembleias e reuniões que tenham a ver não só com o Parque Augusta, mas também com os demais parques, lutas gerais pelo direito à cidade ou em defesa da democracia. Foi por sua inspiração que acabou surgindo, em 2014, a Rede Novos Parques, para lutar contra a especulação imobiliária que ronda as áreas verdes de toda a cidade (mais de 30, em novembro de 2018). Em 2015, quando a polícia quis fichar os ativistas para abrir processo por ocupação ilegal, a partir de denúncia das empreiteiras, ela fez questão de dar o seu nome para proteger os jovens que seriam mais fáceis de perseguir do que uma pessoa da sua idade.

> *Primeiro foram os Aliados, depois chegou um mundo de gente jovem, que foi inesquecível o trabalho deles, foi muito bom. Tivemos muitas brigas, muita discussão e muito debate, mas o nosso ideal foi sempre o mesmo.* (Dona Ana, 2018)[45]

Os debates acalorados dentro do OPA e entre todos os grupos devem-se, principalmente, ao fato de que o interesse comum – o parque público, sem prédios –, embute nuances e às vezes até abismos entre as visões sobre estratégias de ação e gestão, fazendo com que estabeleçam entre si e com o bosque relações de distintas subjetividades. Como outras comunidades de comum urbano encontradas principalmente na Europa (Londres e Espanha), não é homogênea nem fechada, pelo contrário, esbanja pluralidade e se mantém pelo fazer comum (CASTRO-COMA e MARTÍS-COSTA, 2016). Seriam, como as define Stravides (2011), "comunidades em movimento" ou "comunidades em produção". Aqui, há os adeptos unicamente da ação institucional, onde se enquadram a Samorcc e os Aliados do Parque Augusta. Há os defensores da ação direta[46], embora não rechacem em conjunto o institucional, no caso do OPA, formado pelos ativistas que foram chegando depois de junho de 2013. Se juntam a eles dois ativistas que se intitulam "Movimento Parque Augusta Sem Prédios" e se dedicam a performar com faixas pedindo o parque tanto nos atos dos coletivos como em eventos públicos ou privados de grande visibilidade em São Paulo. Fotografam e gravam depoimentos para exibir nas redes. Mas dentro do próprio OPA há divisões sobre a ênfase a ser dada à linha institucional. Os autointitulados anarquistas, em grande quantidade inicialmente, sempre abominaram este caminho, insistindo na ação direta como único mecanismo possível de luta. Já para outros, não recusar a via institucional não significa dar-lhe protagonismo ou recorrer a ela, mas sim somar forças quando iniciativas nesse sentido são

---

[45] *Entrevista publicada no YouTube do movimento. Disponível em https://youtu.be/-3dYW0Yb8Ys Acesso em 01/10/18*

[46] Segundo o historiador britânico Nicolas Walter, a ação direta é uma técnica antipolítica (e também uma forma de se fazer política) que surgiu na França no final do século XIX. "Quando a frase foi usada pela primeira vez, em 1890, ela designava apenas o antônimo de ação política, ou seja, parlamentar; e no contexto do movimento operário significava 'ação industrial', em especial as greves, boicotes e sabotagens que eram vistos como uma forma de preparação e ensaio à revolução". Mesmo não sendo uma criação anarquista, foi como uma ação anárquica e autônoma contra o Estado que ela se constituiu (Cf. a dissertação de mestrado de ADOILE A. GUIMARÃES: "Anarquismo e ação direta como estratégia ético-política - persuasão e violência na modernidade", que traça a genealogia da ação direta. Disponível em http://livros01.livrosgratis.com.br/cp106587.pdf Acesso em 12/12/2018). Atualmente, para os movimentos autonomistas, a ação direta é usada como sinônimo do ativismo que praticam e não está relacionada à violência, como o senso comum costuma vê-la: ela contempla desde a ocupação dos espaços públicos (ruas, praças, prédios) a manifestações que visem a contestar a política tradicional, como a leitura de um manifesto durante um evento político para o qual não foram convidados, até a pichação de muros com dizeres sobre sua causa ou bater nos tapumes que as construtoras colocaram no Parque Augusta, por exemplo.

protagonizadas pelos demais grupos. E um grupo menor, embora não despreze a ação direta, foca seu esforço no institucional.

> *Por ser uma macrocomunidade formada por microcomunidades que vão se dividindo até chegar à unidade individual, você tem essas diferenças de um indivíduo pro outro. Mas você tem como agrupá-las das mais diferentes formas. Por exemplo, em algumas delas você pega um elemento dos Aliados e você só vai identificar ele com um elemento do OPA que não se identifica neste aspecto com os outros do Opa e vice-versa. Porque assim como indivíduos múltiplos, indivíduos com múltiplas facetas, obviamente você tem diversas maneiras de agrupar e reorganizar das mais diferentes formas. A única forma que existe de agrupar todos de uma única maneira é através do significado da causa de preservar o parque sem prédio. Isto é o fator comum que faz com que todos estes indivíduos, com todas suas nuances individuais, estejam agrupados em uma única comunidade.* (Ativista, depoimento informal)

Desvendar os fios que conectam os diferentes grupos e singularidades internas à comunidade, entender suas conexões, os consensos e dissensos, estabelecidos e restabelecidos ao longo do tempo perpassou todo o esforço de investigação. Não apenas dentro da comunidade como um todo, mas, principalmente, na microcomunidade que se constituiu como OPA de 2013 até 2017, quando da entrega do Projeto Comunitário à Prefeitura, e que, desde então, passou a considerar-se como o "Canteiro Vivo" que reivindicam, a forma parque-protótipo, em permanente construção comunitária. A horizontalidade e a autonomia que pautou sua atuação desde o início sempre há deixado fluir padrões de comportamento e ação que, algumas vezes, poderiam ser classificados como avessos ao coletivo. E isso muitas vezes gerou intermináveis discussões durante as assembleias, repetindo uma característica praticamente comum a movimentos autogeridos, como os *squatters* londrinos e berlinenses, os centros sociais e o 15M espanhol (Hodkinson e Chaterton, 2006; Cámara-Menoyo, 2018, 15M). Mas, mesmo com dissidências e perdas de corpos e mentes ao longo do caminho, como será visto no subcapítulo *3.3 Governança em comum*, a microcomunidade se compôs e recompôs, seguiu adiante, sem assumir como cisões ou rompimentos eventuais atitudes que assim apareceriam em grupos verticalmente organizados.

A microcomunidade OPA e o seu momento Canteiro Vivo, no final de 2018, na verdade, se constitui como a comunidade central, orgânica, de todo o movimento, visto que é o único coletivo organizado, que atua em comum, produz em comum e que conseguiu dar visibilidade a uma causa que andava a passos lentos nos escaninhos oficiais. Com menos de seis meses de ação direta no parque, de junho a dezembro de 2013, conseguiu com que o prefeito Fernando Haddad assinasse a lei de criação do parque, e em alguns meses mais ofereceu ao Ministério Público os subsídios jurídicos e ambientais necessários para que este

entrasse, em 2015, com uma ação civil pública contra os proprietários pelo fechamento dos portões. Ação esta que desencadeou o acordo que finalmente, em 2018, transferiu o terreno das mãos dos proprietários privados para o Estado. Esse processo não se deu sem uma – às vezes velada, outras ferrenha – disputa por protagonismo entre os grupos, especialmente entre OPA e Samorcc, representada por uma filiada a um partido político e que foi candidata à Câmara Federal em 2018 usando a bandeira da criação do parque. Adepta do protagonismo pessoal, a representante da Samorcc sempre agiu individualmente, sem debater com a comunidade nem submeter suas ações ao escrutínio das assembleias.

O caráter não partidário do OPA, a estrutura horizontal, sem lideranças nem representantes fixos e totalmente aberto a quem queira participar tem permanentemente se chocado com estas e outras tentativas de captura pessoal e política da causa, assunto frequente de assembleias e grupos de discussão. A disputa por protagonismo perpassou, inclusive, a entrega do Projeto Comunitário (tratamos disso no capítulo *6. A produção em comum*), quando a Samorcc primeiro acompanhou as reuniões do OPA sobre o projeto, mas depois apresentou uma proposta individual, em nome de dois arquitetos, contendo elementos gentrificadores (*food truck*, escultoras da esposa do prefeito) que não traduziam o desejo da comunidade. E chegou à assinatura do acordo entre Prefeitura e construtoras, quando a Samorcc de um lado e um ativista do OPA de outro assinaram como representantes da sociedade.

Uma boa parte dos cinco anos de vida em comum ao redor do Parque Augusta consumiu-se na produção do conhecimento necessário para fortalecer os argumentos da sociedade em favor de sua existência legal, 100% público, inclusive com a realização de fóruns públicos com a presença de outros movimentos e acadêmicos (ver capítulo *5. A produção em comum*). Uma mobilização que ramificou pelos campos jurídico, do patrimônio histórico e ambiental, do arquitetônico e da agroecologia. Usando os saberes e habilidades que a heterogeneidade de integrantes oferecia, a comunidade esforçou-se para rastrear todas as variáveis do problema que lhe afetava, os atores envolvidos em cada uma, desenhou propostas de soluções e construiu as narrativas para potencializar sua ação ativista.

A própria definição do caráter do movimento, seus objetivos e princípios e, claro, o nome adotado, saiu de um laboratório informal realizado em janeiro e fevereiro de 2014, logo após o fechamento dos portões do parque. Está documentado em uma das atas mais detalhadas (03/02/14) de todas as que permanecem nos arquivos do OPA.

Figura 4 - Ata da assembleia de 03/02/14[47]

RELATO - ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO MOVIMENTO PELO PARQUE AUGUSTA

Matilha Cultural, 3 de fevereiro de 2014

Pauta 1: Quem Somos

A1 – Desde fim de novembro, mudou a configuração do movimento, das pessoas e das relações estabelecidas.

A.1 sugeriu a data do festival de 30/11 para marcar o início do grupo Organismo Parque Augusta.

A2 – Considera que a palavra organismo tem um sentido não tão bom quanto o de movimento, pois o segundo soa melhor e dá a ideia de evolução constante. ...

A.3 – Debate do nome é muito interessante. Conceito do nome Parque Augusta representa bem o que vivemos, pois fala de um parque que não existe ainda, então as pessoas fazem hoje o movimento. O conceito é um grupo de pessoas estar falando de um parque e querendo um parque, já faz com que exista, mesmo que sem espaço físico, esse parque. Já Organismo é uma palavra que vem da biologia e significa um conjunto de células, órgãos e tecidos que é regulado por um sistema central, por isso não vê como interessante. Acha a ideia de Movimento melhor.

A1 – Pensou a ideia de organismo como uma relação entre homem e parque. Não concorda com o conceito de sistema central. A questão central é pensar uma gestão participativa do parque, pensando em um parque novo, com a gestão realizada por todos que querem participar dessa gestão.

A5 – Gosta de simplificar, e movimento Parque Augusta bate com esse conceito. ...

A6 – Maior organismo da face da terra é um fungo, e não possui sistema nervoso. Associar a ideia de organismo a algo que possua sistema nervoso central é reducionista. Acha uma grande perda de tempo debatermos nomes, mas entende que estamos criando uma marca para quem está vindo de fora e vendermos a causa. .... Movimento traz em si o conceito cristalizado de movimento de esquerda verticalizado, e não acha positivo nos alinharmos a este conceito.

A1 – Acha que a pauta está modificada; a questão central é pensar o que queremos enquanto movimento. Movimento nós já somos de qualquer forma.

...

A8 – Defende a proposta de ser movimento, pois acredita que estamos discutindo concepções, e defende a ideia de movimentos sociais. Entende movimento como movimento de resistência, independente da configuração e viés político. A ideia de movimento contempla as diferentes lutas que estão colocadas no centro, ocupando o espaço público, como resistência à lógica capitalista.

...

A6 – Se formos fazer só o que querem ouvir e o que conhecem, vamos repetir tudo o que fizeram no passado. A premissa de que só vão se adaptar a nós se fizermos algo que nos remete a algo pronto é simplista. Tudo o que este movimento faz é tentar desconstruir os valores colocados, tanto de esquerda como de direita.

...

A1 – interessante levar no nome a nossa meta e a nossa proposta. Temos como meta desenvolver proposta de gestão para o parque, e essa proposta pode ter o nome de Organismo Parque Augusta. O Organismo indica a união do homem com a natureza em uma relação simbiótica.

...

- Votação consultiva: Parque Augusta – 13; Movimento Parque Augusta – 16; Organismo Parque Augusta – 16; Movimento Organismo Parque Augusta – 3; Expressão para o parque (nova) – 12

Sugestão final de dona Ana: Parque Augusta (Existe)

Fonte: Cópia de trechos da ata da assembleia feita pela autora.

[47] Para não identificar os ativistas, foram usados números para nomeá-los quando necessário nas atas. Os números referem-se apenas à ata em questão: o número 1 de uma ata não é necessariamente o número 1 de outra. Quando não há qualquer identificação é porque a ata traz apenas o resumo das falas, sem apontar nomes.

Mais do que usar a capacidade profissional de cada integrante (advogado, arquiteto, designer etc.), o movimento enveredou pelo caminho do aprendizado coletivo, como as comunidades epistêmicas rastreadas por Lafuente e Corsín Jiménez (2010), que geralmente precisam empreender uma "tarefa hercúlea" para dar visibilidade a uma causa que, não só aos olhos dos proprietários do terreno, mas também àqueles de alguns políticos e administradores públicos, não era prioritária ou um capricho de jovens de classe média[48].

> *Só pessoas em condições de sobrevivência garantidas podem lutar por isto, só quem tem onde morar pode falar: este espaço eu não preciso morar nele, eu quero que seja público para eu jogar bola. Só quem tem transporte pode ir da periferia para o centro para lutar por um parque. De fato, era um movimento majoritariamente de pessoas de classe média, mas não era só isto. Esta diversidade tem que ser respeitada, apesar de não ser a maioria, não quer dizer que não havia diversidade. Usaram isto bastante contra a gente, os outros movimentos de esquerda também tinham este preconceito e têm até hoje. Acho que não tem a ver com eles, mas tem a ver com a própria esquerda mais tradicional, que coloca esta disputa como secundária. Tivemos que lutar bastante contra isto e foi até legal porque a gente desenvolveu melhor nossos argumentos e nosso próprio sentido e se entendeu melhor também.* (Ativista, depoimento verbal)

A necessidade de aprendizado sobre os mais diversos temas aparece como ponto de pauta desde 2013. Embora os arrazoados legais das ações públicas que apresentaram em 2014 (2 negadas) e 2016 (1 aceita e que ajudou a forçar o acordo posterior, por impor multas às construtoras pelo fechamento dos portões) tenham sido obra dos advogados, em conjunto o movimento foi adquirindo conhecimento para construir uma narrativa comum e deter as informações que passariam a subsidiar suas ações. Aprenderam o que era a servidão de passagem que constava na escritura dos terrenos por imposição das antigas proprietárias, que garantia o acesso público permanente ao bosque, o que fora deles tirado pelas construtoras a partir de 2013. Entenderam os meandros do tombamento histórico e ambiental do terreno decretado pelo Conpresp em 2004, e se aferraram a esta lei como um dos argumentos mais importantes para impedir a destruição do bosque, ainda que indignados tenham visto, em 2014, o Conpresp ignorar sua própria decisão e aprovar ilegalmente a construção de prédios no local. Tomaram lições sobre potencial construtivo, outorga onerosa e gabarito de construção, os artigos legais que delimitam as construções urbanas, especialmente para uma área de Zepam (Zona Especial de Proteção Ambiental), como o terreno se tornou em 2014,

[48]"Haddad diz que Parque Augusta não é prioridade" em O Estado de São Paulo de 13/09/13, disponível em https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/diego-zanchetta/haddad-diz-que-parque-augusta-nao-e-prioridade/ e "Ativistas do parque Augusta são meia dúzia paga pelo papai, diz empreiteiro" em Folha de S.Paulo de 11/08/17, disponível em https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1908953-ativistas-do-pq-augusta-sao-meia-duzia-paga-pelo-papai-diz-empreiteiro.shtml. Acessos em 10/11/18.

quando São Paulo aprovou um novo Plano Diretor, processo no qual, aliás, o movimento se empenhou. E foi justamente com o uso dessa legislação que conseguiram o acordo que selou a entrega do terreno ao poder público. Também mergulharam na legislação que rege a criação e a administração dos parques na cidade e começaram a estudar formas de tentar conseguir, mais à frente, uma inédita gestão comunitária em um momento em que o poder público da cidade se dedica a privatizar as áreas comuns.

> *A gente começou a ler mais profundamente para conversar com o policial (que foi fazer a desocupação dos ativistas, em 2015), falávamos da servidão de passagem. O OPA surgiu para ser a negação disto (luta institucional), mas em um determinado momento nos demos conta que tínhamos que fazer tudo junto, queríamos provar que dava para fazer expropriação, que não precisava desapropriar, que podia ser a custo zero e os outros movimentos não se preocupavam com isto. Eles não se preocupavam em ser um símbolo contra a especulação imobiliária, nunca saltou aos olhos. Acho que isto a gente que trouxe mais, do custo zero.* (*Ativista, depoimento verbal*)

Como o movimento autogestionado não tem representantes, apenas representações eventuais, juntos circularam pelos gabinetes e salas de reuniões da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, para desespero da burocracia, que deseja falar com um único interlocutor (algumas reuniões de 2017 chegaram a ter mais de 10 ativistas). Juntos visitaram o gabinete do promotor que conduziu a ação contra o fechamento dos portões e debateram as possibilidades para criação do parque que sonhavam. E juntos lotaram as salas do Fórum nas audiências públicas sobre o processo. E foram todos juntos, em encontros que avançaram pelos finais de semana, rodeados de papéis e de canetas coloridas, que rabiscaram, em enormes folhas de desenho, os elementos que queriam ver ou experimentar no parque que sempre sonharam. Saiu dali o Projeto Comunitário, sem nenhuma assinatura pessoal, que entregaram à Prefeitura em 2017, reivindicando um Canteiro Vivo para que de dentro do terreno conduzissem as obras (mínimas) de construção.

E para além de sua demanda específica – o parque -, juntos foram às ruas em atos promovidos por outros movimentos voltados para o direito à cidade e contra privatização do espaço público, defesa dos territórios e culturas indígenas, especialmente daqueles que vivem em São Paulo, e de reivindicações políticas mais amplas, como as manifestações contra o Mundial de Futebol da Fifa - Não vai ter Copa, em 2013/14. Em novembro de 2018, por exemplo, se uniram aos usuários do Parque do Chácara do Jóquei, criado há pouco mais de dois anos, contra sua concessão para a iniciativa privada, conforme estava em curso quando da finalização deste estudo. Durante todos estes anos, a parceria com outros coletivos, em especial daqueles que têm algum tipo de interferência no Centro, sempre esteve presente, formando redes autônomas para disputar a cidade diante do capital. Enfim, estabeleceram ao

longo desse tempo uma “vida em comum”, de acordo com o olhar de Marina Garcez ao tratar da caracterização do comum praticado nos coletivos urbanos emergentes:

> Hablar de «vida en común» no es sinónimo de identidad cultural o política, así como tampoco de la sumisión de la singularidad al uno, a la homogeneidad del todo. «Vida en común» es algo mucho más básico: el conjunto de relaciones tanto materiales como simbólicas que hacen posible una vida humana. Una vida humana, única e irreductible, sin embargo no se basta nunca a sí mesma.[49] (GARCEZ, 2013, p.18)

3.3 GOVERNANÇA EM COMUM

Um dos principais argumentos de Garret Hardin ao defender a primazia da propriedade privada sobre a gestão coletiva dos bens de uso comum era que os indivíduos tenderiam, sempre que não estivessem sendo observados ou fosse possível, a aumentar o benefício próprio em detrimento dos direitos coletivos, o que se constituiria em sua tragédia (HARDIN, 1968). Ou seja, dariam um “jeitinho” de se beneficiarem em detrimento do coletivo. Elinor Ostrom, em seu alentado estudo empírico da prática dessa gestão dos recursos de uso comum, mostra que, apesar dos grandes desafios apresentados pela autogestão, esta é possível, sim. Mas que, para isso, eram necessários um conjunto de regras construídas e acordadas entre todos, baseadas nos oito princípios que apresentamos no capítulo 2. Segundo Ostrom constatou, há uma clara disposição das pessoas em abrir mão de benefícios individuais imediatos, egoístas, sejam financeiros ou de outra espécie, quando constatam que todos trabalham e respeitam a coletividade, que há uma comunidade unida para isso (OSTROM, 1990).

Os movimentos e os espaços de comum urbano não podem, sem dúvida, ser comparados à exploração produtiva de recursos naturais como uma pradaria ou a água de irrigação, alguns dos exemplos estudados por Ostrom. Embora o bosque seja um recurso público de uso comum, não só ninguém depende dele para seu sustento, como não é possível que alguém, ao usá-lo em demasia, vá impedir que outro dele se beneficie se não lhe proibir a entrada. Durante a ocupação de 2015, por exemplo, os portões estiveram abertos para quem

[49] Tradução nossa: “Falar de "vida em comum" não é sinônimo de identidade cultural ou política, nem de submissão da singularidade ao uno, à homogeneidade do todo. «A vida em comum» é algo muito mais básico: o conjunto de relações materiais e simbólicas que tornam possível a vida humana. Uma vida humana, única e irredutível, no entanto, nunca é suficiente para si mesma.”

quisesse entrar e os únicos “barrados”, como veremos adiante, foram os traficantes que tentaram se instalar ali.

E o que torna ainda um pouco mais distinto o caso do Movimento Parque Augusta em relação à governança dos recursos de uso comum e mesmo dos centros sociais, hortas e praças autogestionadas, por exemplo, é que, ao perder o direito de usar o terreno, o parque se tornou virtual, existente nas redes e nos espaços para onde as assembleias e eventos foram transportados – Rua Augusta, Praça Roosevelt etc. Com isso, o movimento adquiriu um caráter fluido, o que para muitos ativistas tem impedido o estabelecimento de um código de conduta comum, capaz de preservar sempre os valores da comunidade e imunizá-la contra eventuais crises de relacionamento interno. Os princípios gerais, no entanto, resistiram às turbulências ao longo do tempo. Isso não significa que não houve tentativas concretas de encontrar soluções de governança mais estruturadas. É o que mostra o relato de um dos encontros (figura 3) do Grupo de Estudos de Autogestão, que esteve ativo durante o ano de 2015 e que acabou por produzir um documento que seria posto em comum apenas em 2018, quando começaram os debates sobre o Canteiro Vivo.

Figura 5 - Ata do GT de Autogestão

GRUPO DE ESTUDOS – Quarta – feira (08/04/15): A TIRANIA DA TIRANIA

Reflexões do grupo:

- Temos que pensar num meio termo. Não podemos deixar o grupo totalmente sem acordos e consensos internos, nem estabelecermos superestruturas.
- Quando alguém comete um desvio de nossos princípios e objetivos no grupo, o que fazemos?
- É preciso entender o que é a autogestão, a gestão compartilhada e a gestão popular...
- É importante a existência do afeto, assim como acordos consensuados, pois se a base da revolução não for a amizade não formaremos uma sociedade realmente diferente da que vivemos.
- A estruturação pode acabar por abafar a espontaneidade e o afeto, mas não necessariamente.
- Com a revisão dos princípios e objetivos iremos lutar por um alinhamento interno e não para criar regras.

Propostas de Ação:

- Sistematização e esclarecimento de nossos GTs; Termos documentos listando o escopo de cada GT. Que exista um espaço físico para a exposição dos nossos objetivos, princípios e GTs, também como um espaço de acolhimento. (Colar nas paredes os princípios, descrições dos GTS, etc.)
- Ter estratégias p/ reconhecermos quando alguém comete um desvio dos princípios e objetivos do grupo.
- Revisão dos objetivos e princípios para esclarecimento interno - queremos gestão compartilhada, gestão popular ou autogestão?

Fonte: Reprodução de extrato da ata da assembleia pela autora.

A governança do movimento e, junto com ele, do parque que deseja figurou entre os primeiros aprendizados do coletivo e foi construída pouco a pouco, a partir dos debates nas assembleias (no total, o movimento realizou perto de 200 assembleias em cinco anos) e das referências externas de outros coletivos ou de espaços autogestionados europeus. As principais foram os *squatters* de Londres e Berlim, que alguns conheceram pessoalmente, ou da Espanha, experiência levada por integrante do coletivo de arquitetos Basurama, que participou dos primeiros meses de construção do movimento e chegou a fazer uma aula pública sobre El Campo de Cebada, o solar autogestionado que funcionou como espaço cultural no centro de Madrid de 2011 a 2017.

A pouca experiência de ativismo de boa parte dos integrantes do movimento os levava a tatear na forma de se organizar nos primeiros tempos. As dinâmicas da assembleia integravam inicialmente a pauta das próprias assembleias – *meta-assembleia* – realizadas quando da formação do Organismo Parque Augusta, como mostram extratos das atas de 15/12 e 26/12 (figura 6). Esse debate vai se repetir ao longo do tempo, sempre que em algum momento a organização da própria assembleia e a escritura da ata causem desconforto. Nos momentos de maior organização do coletivo, as assembleias definiam quem ocuparia os diferentes papéis no encontro seguinte: mesa, inscrições, controle do tempo, redação das atas. Bem como montavam o roteiro de debates: apresentação das pessoas novas, informes, pautas e encaminhamentos e a assembleia em questão seguia rigorosamente o que fora previamente estabelecido, como mostra o extrato na figura 7.

Figura 6 – Trecho de ata de assembleia de 15/12/13 e 26/12/13

Ata de 15/12/13

META-ASSEMBLEIA:
- A ASSEMBLEIA É SOBERANA
- AS COMISSÕES TÊM A FUNÇÃO DE INFORMAR, não podem atropelar a deliberação da assembleia ...

Ata de 26/12/13

A1 – Como proceder na assembleia: colocar tópicos.

- Aí cada GT fala sobre o palco.

- Decisões de GTs são levadas à assembleia

A2 - Deve haver pauta da assembleia com deadline de assuntos

A3 - O "à parte" deve ser de pouco tempo: 30 seg

Fonte: reprodução de extrato das atas feita pela autora

Figura 7 – Trecho de ata de assembleia de 03/02/14

RELATO - ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO MOVIMENTO PELO PARQUE AUGUSTA
Matilha Cultural, 3 de fevereiro de 2014
Mesa: A1, A2
Ata/Relato: A3
Presentes: (colocar no final)

Reunião do GT Projeto - chamada pelo Mister para dar resposta à Folha de SP, que ofereceu espaço para criarmos texto e imagem de uma proposta para o parque. Reuniões na terça e quinta-feira.

GT Dossiê – A4 colocou a questão da DUP do terreno; reunião informal; reunião para conhecer e se aproximar dos aliados; 5 pessoas; parece haver consonância entre as causas nossas e deles. Falou do aliado B, que tem uma produção de arte do evento "Piquenique à moda antiga". Falta só ele vir aqui também.

- Muro dos Desejos – A5 – GT tem projeto de fazer lousa no muro que não é tombado, na Caio Prado. Fizeram protótipo e precisam fazer vaquinha na assembleia para comprar tinta específica. ...

- Caixa – A6– Do $$ que ele tinha guardado, sobrou $980,00. Teve que comprar escada por R$ 390,00 e gastou ¼ do valor para o muro. Consegue reduzir o custo do muro usando látex, mas o efeito não será o mesmo. O custo da tinta duplica com a tinta adequada. Sugerem vaquinha de R$ 2,00 por integrante da assembleia para reforçar o caixa.

- Relato da reunião com Unidos do Peruche – A6 – tinham dito que viriam hoje, mas não vieram. Entrou em contato há 3 semanas com Sr. Otacílio, que tenta reavivar o movimento em favor do parque Peruche. (longo relato sobre a reunião). Querem colocar o bloco (carnaval) deles na R. Augusta para fazer um link entre as duas lutas. A área deles é o dobro da nossa. Estão perdidos, pois não possuem metodologias de organização de grupo e de assembleias, nem conseguem hoje mobilizar a juventude local... Encaminhamento: retomar e continuar contato com eles. Reforçar questão do evento com bloco e bateria deles.

- Bloco de Carnaval – projeto de contar com eles para o nosso bloco. Deveríamos marcar reunião entre os interessados, se possível sexta-feira, e criar o bloco. Ideia de convidar blocos do centro para um evento de blocos de carnaval na Rua Augusta.

- Relato **A Rua também é Parque** – programação aberta e mista; começou 14h e fo**i** muito positivo. Foi o 4° evento, mas não há clareza sobre como é feito para as **pessoas** que entram. Criaram um pad de metodologia de produção – passo a passo da produção dos eventos. Encaminhar reunião para formar o GT Produção. Pessoa reclamou das condições da Rua Caio Prado depois do evento, pois ficou muito lixo no chão. Pensar logística de lixo pros eventos, ainda antes dos eventos. Isso entra na metodologia de produção.

- Comunicação interna: temos um grupo mais restrito no Face onde todos os GTs se articulam. Antes de criar mais GTs, devemos melhorar e criar metodologias para nossa comunicação interna.

PAUTAS DE HOJE PARA DISCUSSÃO:
- Texto Quem Somos e criação do Organismo.
- Resposta Folha
- Diálogo com Poder Público
- Comunicação Interna
- Comunicação Externa – otimizar nossos canais
- Jurídico – SOS; Cooperativas

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES
Próxima mesa: A7, A8 e ...

Fonte: Reprodução de extrato da ata feito pela autora.

Uma das primeiras inspirações e fonte de pesquisa mais sólida sobre a governança foi o Movimento Passe Livre (MPL), que protagonizou as Jornadas de Junho, e também o Ocupa Sampa, manifestações de que muitos participaram. A experiência de governança do MPL aparece entre os princípios do movimento publicados no site, mas cada ponto passou por análise de todos a partir da redação coletiva deste conjunto de regras em pads.

Figura 8 - Print screen de tela do site do OPA

Horizontalidade
Não existe representação, todos os envolvidos são realizadores do processo político. Cada um se envolve na medida que lhe faz sentido e contribui como bem entender. A assembleia é a instância máxima de deliberação coletiva.

Aqui, tomamos emprestado o amadurecimento do MPL (*http://saopaulo.mpl.org.br/*): "Todas as pessoas envolvidas devem possuir o mesmo poder de decisão, o mesmo direito à voz e à liderança nata. Pode-se dizer que um movimento horizontal é um movimento onde todos e todas são líderes, ou onde esses líderes não existem. Desta forma, todos e todas têm os mesmos direitos e deveres, não há cargos instituídos, todos e todas devem ter o acesso a todas as informações. As responsabilidades por tarefas específicas devem ser rotatórias, para que os membros do grupo possam aprender diversas funções." Ademais, a horizontalidade, como princípio, inclui uma profunda decisão: nunca um grupo formal – político, religioso, econômico ou de qualquer natureza – terá controle sobre o **Organismo Parque Augusta.**

Entendemos horizontalidade como a busca ativa pela dissolução de poder entre os participantes do organismo. Todos somos líderes. Horizontalidade plena é utopia, não é algo definitivo apenas porque está pontuado numa lista de princípios.
Humanos espontaneamente se organizam em grupos de afinidades, espontaneamente realizam ações. Dissolução do poder é evitar que indivíduos se cristalizem em determinados papéis. É estar alerta para os pontos de concentração de responsabilidade e garantir que nenhum aspecto do organismo se torne inacessível.
Aqui, tomamos emprestado o amadurecimento do MPL (http://saopaulo.mpl.org.br/):
"Todas as pessoas envolvidas devem possuir o mesmo poder de decisão, o mesmo direito à voz e a liderança nata. Pode-se dizer que um movimento horizontal é um movimento onde todos e todas são líderes, ou onde esses líderes não existem. Desta forma, todos e todas têm os mesmos direitos e deveres, não há cargos instituídos, todos e todas devem ter o acesso a todas as informações. As responsabilidades por tarefas específicas devem ser rotatórias, para que os membros do grupo possam aprender diversas funções."
Ademais, a horizontalidade como princípio inclui uma profunda decisão: nunca um grupo formal – político, religioso, econômico ou de qualquer natureza – terá controle sobre o organismo Parque Augusta.

Fonte: Site do OPA

O pluralismo e a democracia direta também são princípios que perpassam a história da prática do coletivo nesses primeiros cinco anos e estavam presentes tanto no site (figuras 9 e 10) como em alguns documentos públicos ou entregues à administração. No entanto, também neste período, ainda que os princípios estivessem escritos e consensuados entre todos, sempre pairaram no ar as implicações práticas do pluralismo na tomada de decisões, que, segundo Chantal Mouffe, muitas vezes, significa não ter ilusões de que seja possível "escapar de nossa natureza humana" para alcançar consensos racionais (MOUFFE, 2000[50] *apud* DELLA PORTA, 2012)

Figura 9- Print screen de tela do site do OPA

Democracia Direta
Não existe representação, todos os envolvidos são realizadores do processo político. Cada um se envolve na medida que lhe faz sentido e contribui como bem entender. Todos os projetos e iniciativas que compreendam estes princípios serão bem-vindos.
A assembleia é o momento do respaldo. Se for coerente com estes princípios, é muito provável que o grupo acolherá sua iniciativa.
Cada um dos participantes do organismo pode escolher participar ou não participar de qualquer projeto, a qualquer momento.
Fica invalidado o argumento "eu trabalhei mais do que você por isso eu xxx". Trabalhou porque quis, não para ganhar moeda política.
Havendo concordância com estes princípios, a opinião de cada membro tem o mesmo exato peso.
Da mesma forma, a maioria não impõe à minoria sua vontade. Se seis querem e quatro não querem, quatro vão fazer outra coisa.

Fonte: Site do OPA

[50] MOUFFE, Chantal. The democratic paradox. London: Verso, 2000.

Figura 10 - Print screen de tela do site do OPA

Pluralismo
Somos muitos, nós, o planeta. Todos povoados de infinitas variações do mesmo princípio: vida.
Como a natureza, vivemos da diversidade. Entendemos que existe força vital na multiplicidade e que todas as cabeças têm o que dizer, se soubermos escutar. O Organismo Parque Augusta é e será permeável a um sem número de desejos e ações que estejam em sintonia com os princípios estabelecidos aqui.
Isso não quer dizer, porém, que acolheremos toda e qualquer iniciativa, pois ela dependerá de ser aprovada em assembleia pública.
Primazia pelo Espaço Público

Fonte: site do OPA

Estes princípios se mantiveram ao longo do tempo, ainda que a rotatividade de integrantes do OPA e de seu momento Canteiro Vivo tenha sido permanente. Entre aqueles que atenderam aos primeiros chamados, apenas uma ativista continuava em dezembro de 2018. Cerca de dez pessoas que se juntaram à causa ao longo de 2013 e os principais vizinhos também continuaram a postos. Ao longo deste percurso, no entanto, muitos saíram e não voltaram, outros retomaram as atividades e voltaram a sair e outros ainda se reaproximavam quando encerramos a pesquisa de campo.

> *"[...] quando a gente assume a ocupação aí a autogestão se dá de fato, a gente tenta implementar uma metodologia de assembleia lá dentro, mas é o dia a dia que vai mostrando a autogestão daquele espaço [...]. Quando fecham os portões de novo, a gente falou 'puta, voltamos de novo para parte do mental, do conceito'. A gente percebe que a parte jurídica é muito importante, mas passa a ser o foco do movimento. Onde todo mundo precisa se formar advogado para entender, fica desgastado [...]. Quando a gente passa a priorizar a parte jurídica já não eram mais todos que tinham voz, isto passou para aquelas pessoas que poderiam traduzir esta linguagem e passar para uma mais comum dentro do movimento. O jurídico passou a ter mais brilho e é uma coisa puta chata porque a gente sabe como funciona a justiça no Brasil, porque o processo é lento, desgastante."*
> (Ativista, depoimento informal)

Abertas a qualquer pessoa (só não foram públicas no final de 2014 e início de 2015, quando era preparada a reocupação do parque), as assembleias acabam por refletir a natureza do movimento em todas suas interfaces. De um lado, como observaram Adolfo Estalella e Alberto Corsín Jimenéz em relação aos encontros do bairro madrileno de Lavapiés, como parte do 15M, as assembleias alçam os corpos ao primeiro plano da prática política e se constituem em uma infraestrutura urbana que reformula o próprio espaço público (ESTALELLA e CORSÍN JIMENÉZ, 2013), dando protagonismo e respaldo cidadão à sua luta. De outro, expõem ao mesmo tempo a força da organização, a prática da comunidade-laboratório e a complexidade da governança interna da comunidade, a dificuldade para se chegar aos consensos, a dispersão dos debates, eventuais crises e disputas por

representatividade e poder, e indefinição sobre o que não é urgente, ainda que seja muito importante. Práticas estas relativamente constantes em movimentos com características semelhantes, que acabam por drenar energias do comum e afastar os novos integrantes ainda não familiarizados com a dinâmica (HODKINSON e CHATTERTON, 2006).

Em linhas gerais, praticamente nenhum projeto, evento, comunicado público ou ação aconteceu no OPA sem a devida anuência da assembleia. A urgência, no entanto, muitas vezes transferiu eventualmente para os grupos de Facebook, Telegram ou WhatsApp as decisões, dos quais nem todos participam. Todavia, em momentos de crise interna ou de discordância extrema na tomada de decisões, a autonomia de que sempre todos gozaram acaba por permitir ações individuais em detrimento da maioria. Foi o caso, por exemplo, de um encontro com representante das construtoras em 2015, desautorizado pela assembleia e mesmo assim realizado por um ativista que julgou ser importante – no final, a assembleia parecia estar certa porque a reunião não reverteu em nada positivo.

> *A autogestão é diferente da não-gestão; tem uma gestão envolvida nisto, só que as pessoas confundem com bagunça. E para mim esta coisa da horizontalidade é a mesma coisa de verticalidade, só muda a direção. Precisa ter algum tipo de acordo para as pessoas encaixarem e agirem, para que todos sejam autônomos nas suas ações, mas que tenham acordos antes das ações. Esta é a parte da governança, é diferente a governança da parte operacional. No operacional todo mundo tem autonomia para fazer o que quiser, mas existem os pré-acordos na parte da governança.* (Ativista, depoimento informal)

A questão da horizontalidade na tomada de decisões e a possibilidade de eventualmente ser necessário ter um representante para determinadas atividades é, desde o fechamento dos portões, em dezembro de 2013, um tema controverso sobre o qual nunca houve um pré-acordo. E que vai perseguir toda a história do OPA/Canteiro Vivo, com exceção do período da ocupação, quando praticamente não havia, de um lado, necessidade de representação institucional e, de outro, as decisões e atividades fluíam mais fácil diante da quantidade de coisas a fazer, segundo relatam os ativistas que dela participaram.

> *Quando ocupamos se manteve a mesma governança precária, mas mantida, e ampliou absurdamente o organismo, tínhamos assembleia que eu contava 400 pessoas. Era uma coisa assustadora. Tinham sempre as pessoas que já estavam ali mais dispostas a organizar aquele debate. Mas a coisa cresceu muito com umas grandes assembleias complexas. Era assim com muita briga, muita treta, começou a vir muita violência. Casos de agressão na ocupação, as pessoas brigando e se agredindo, pessoas novas que chegaram com impulso mais agressivo e as pessoas que já estavam dentro entrando em conflito. Também tinham os conflitos entre os que de fato*

> *trabalhavam e quem não trabalhava, quem limpa e quem não, quem ia de turista e para lazer. Quem levava tudo nas costas. Aí tiveram também as questões de assédio sexual que apareceram mulheres fazendo denúncias.*
> *Começaram a entrar traficantes no parque, começou a haver comercialização de drogas por baixo dos panos, na área da casinha e ninguém mais podia entrar. Era uma tensão forte de como dialogar com as pessoas de lá porque não queríamos estas pessoas na ocupação. Isto durou até o final, até a reintegração.* (Ativista, relato informal)

Todas as disputas e dificuldades por que passou o movimento nesse sentido, no entanto, nunca se constituíram em uma fragilidade secreta, a não ser exposta. Afinal, todas as assembleias eram públicas, anunciadas nas redes sociais e, algumas, inclusive, gravadas. Naquela que acontece no dia 17/02/14 no Teatro Heleny Gauriba, por exemplo, transmitida ao vivo e gravada no Twittcasting, esses são temas que abrem o encontro, que conta com a presença de pelo menos 10 novos ativistas de outros coletivos e da urbanista Raquel Rolnik – cerca de 40 pessoas, no total. Os consensos: o movimento é horizontal ("todos temos voz") e a assembleia é soberana. O dissenso: a possibilidade de haver em determinados momentos um representante para falar em nome do movimento. Já na própria assembleia um convite para a participação de um debate na Universidade Mackenzie leva à proposta de que participem todos os que queiram, considerada na hora como impossível pela organizadora, presente à reunião, "por falta de espaço no palco". No que foi imediatamente contestada por uma ativista: "façam na rua que cabem todos".

Também esta visão de parte dos ativistas sobre a imposição de seus códigos sobre representatividade aos agentes externos percorrerá toda sua atuação, muitas vezes motivada pela não-aceitação, internamente, que para questões específicas alguém fale em nome do coletivo e que este alguém seja a pessoa mais familiarizada com o tema em questão. Em 2017, por exemplo, instaurou-se uma queda de braço com a TV Câmara para que mais de um integrante pudesse participar de um debate sobre a criação do Parque, que contaria também com representantes da Prefeitura e da Câmara de Vereadores. O veto da emissora foi motivo de largo debate pela não-aceitação de normas externas que contrariavam os princípios internos. Mesmo que isso significasse perder a oportunidade de expor o projeto do movimento e confrontar as contradições do poder público e das construtoras na permuta de terrenos então proposta e que traria prejuízos à cidade e aos cofres públicos.

As assembleias mostram que os embates nas tomadas de decisão depois da desocupação se fazem presentes com constância e quase sempre há por trás das discussões a

dicotomia entre atuação institucional e ação direta e, em consequência, o poder e protagonismo derivado disso. Na maioria das vezes, a ação institucional, por regra, implica em deter mais conhecimento sobre determinado tema (processo jurídico, registros de imóveis etc.), mesmo que no geral todos se informem, e também uma certa capacidade de se relacionar com autoridades. Com o tempo, estas acabam por relacionar o movimento a determinada pessoa, principalmente porque as organizações hierarquizadas, como governos, Justiça, Ministério Público e Parlamento, ainda não se acostumaram às práticas dos movimentos sociais emergentes do século XXI. Um caso emblemático do problema da representatividade que exigem as autoridades ao se relacionarem com os movimentos do comum aconteceu em Barcelona, durante o 15M, quando um integrante negociou sozinho com a prefeitura local o fim da acampada na Plaza Catalunya, o que não foi aceito pela assembleia e, por isso, inutilizou o acordo. (CÁMARA-MENOYO, 2018).

Os meandros das práticas assembleárias e da formação de Grupos de Trabalho (GTs) Eixos Temáticos (os ETs, nomenclatura adotada em 2018, quando preparavam o canteiro vivo) dentro do movimento incluem não apenas os ativistas do OPA, mas também os demais integrantes da comunidade, que delas participam com frequência. O percurso do movimento aparece em suas atas como uma história de exibições e demonstrações públicas da força da produção em comum e também de uma permanente crítica e autocrítica sobre a definição e distribuição de tarefas que nunca são executadas ou do excesso de reuniões para pouca ação, como tratado longamente na assembleia de 10 de novembro de 2014.

As rodas de sentires feitas em alguns dos encontros, com o objetivo de identificar a raiz de entraves na ação, disputas internas e problemas, conforme relatos posteriores dos ativistas entrevistados, acabam por não resultar em uso concreto da ferramenta assembleia para deliberações, ora não gerando atitudes e fazeres novos, ora levando a discussões sem fim, antes e depois, via posts no grupo secreto do Facebook e no Telegram. São momentos em que os consensos parecem impossíveis e a assembleia fracassa como instrumento de deliberação soberano e horizontal. Independente de todos reafirmarem que o que os une, no final, é ter um parque 100% sem prédios, os caminhos para chegar lá, a vivência como grupo, a produção em comum e o próprio projeto de parque autogestionado não são motivos de consenso. Nem dentro do OPA nem entre este e os demais grupos.

Um caso emblemático aconteceu em maio, junho e julho de 2015, antes e depois da primeira reunião formal com o prefeito Fernando Haddad. Um embate sobre quem podia e tinha direito de representar o OPA nessa reunião levou a uma ruptura no movimento e

transformou o grupo secreto do Facebook em uma extensão da assembleia, um espaço para que os descontentes com a linha de ação institucional se manifestassem de forma contundente, trazendo à tona as diferenças de visão sobre o movimento e atuação. Extratos da discussão:

Figura 11 – Post do grupo secreto

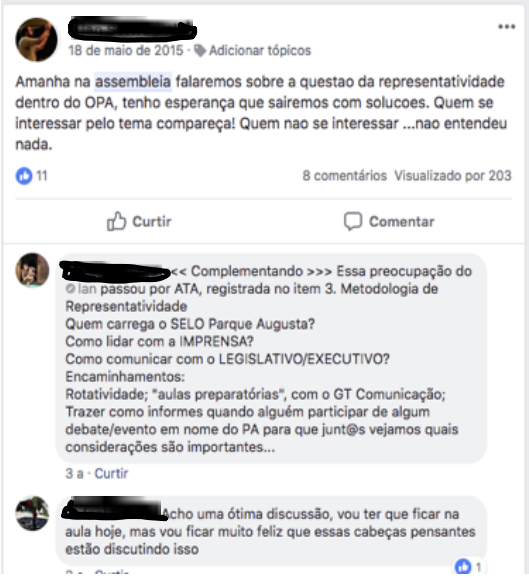
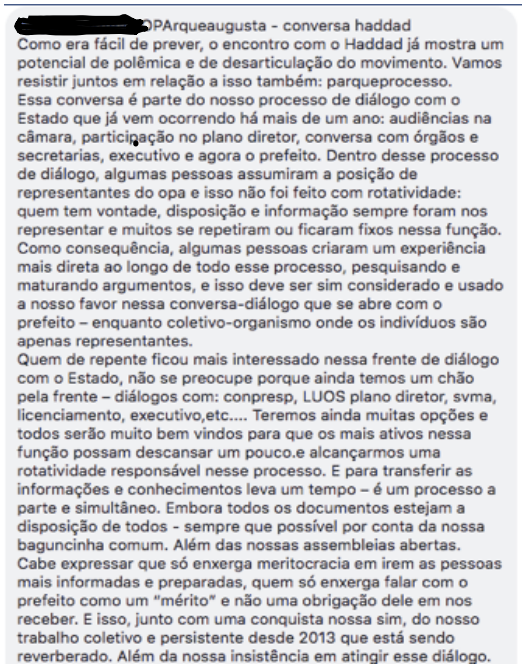


Figura 12 – Post do grupo secreto

Fonte: Grupo do OPA no Facebook

Figura 13 – Post do grupo secreto



Fonte: Grupo secreto do OPA no Facebook

Cerca de um mês depois da crise instaurada sobre a representatividade, muitos militantes se haviam afastado e uma assembleia extraordinária foi convocada com o propósito específico de "discutir a relação", a clássica "DR". E esta já começa sob o signo da discórdia, pela definição da data em que se realizaria, visto que surge um evento oficial no mesmo dia, que alguns ativistas consideram fundamental a presença de todos. Depois de muito polêmica, a "DR" acaba acontecendo e se transforma em uma reunião de cuidados, na busca de não só aparar arestas, mas de acolher as singularidades e aprender a conviver com elas, mantendo o afeto que esteve presente desde o primeiro dia do movimento:

Figura 14 – Relato de reunião de cuidados

20/07/15 - Relato da reunião de quarta D.R./lavação de roupa suja:

- Falamos em marcar uma reunião só para discutir nossa opinião e presença em editais;
- Falamos que pessoas identificam autoritarismo da postura de alguns;
- Ressaltamos a importância de acolhermos as capacidades de cada um e de termos diversidade de táticas;
- Temos que definir o que fazemos quando alguém é atacado ou ofendido;
- Temos que começar a lidar com as conexões perdidas;
- Falamos de marcar outra reunião e ficou, após uma enquete, na quinta-feira.

Fonte: Arquivo do OPA no Google Drive

A crise se estendeu por mais dois meses, até que em setembro uma nova roda de sentires buscou reativar os afetos e o comum que estavam presentes no grupo desde o início.

Foi na assembleia de 14 de setembro de 2015, com a presença de 27 pessoas e cuja pauta era justamente falar sobre a situação interna do movimento. As subjetividades postas à mesa configuraram um retrato sem filtro das emoções em rebuliço e apontaram para a necessidade de repactuação, fato que veio a se repetir também em 2016, 2017 e 2018, sempre tendo como fundo a linha de ação adotada em cada momento, as relações com as instituições, os princípios do movimento, a disputa por protagonismo e dúvidas ideológicas.

Na assembleia seguinte, de 21/09/15, o movimento segue sem que o assunto volte à tona, o que alguns dos entrevistados considerarão posteriormente como um erro: não repactuar claramente a governança e as formas de deliberação. Mas, como tantas outras a partir dali, a assembleia volta à objetividade e às deliberações práticas, com um porém que seria a reconexão com os demais grupos que formam o Movimento, dos quais o OPA andava afastado no dia a dia, embora os integrantes do Aliados participem do grupo secreto.

Figura 15 – Ata de assembleia de 14/09/15

Assembleia Parque Augusta – 14/09/15

Agora são 19h50 e a assembleia está apenas começando. Somos 7 pessoas. Começamos com o que foi deliberado na última assembleia: uma ronda de impressões sobre as ações do OPA. Chegam mais duas pessoas. Somos 9 no total. O frio eh intenso, mas estamos todos lá, firmes pelo mesmo objetivo: o Parque Augusta.

Acho que estamos perdidos. Não sabemos mais o que fazer. Precisamos popularizar o movimento para não arrotar egos. As coisas não estão sendo digeridas, estão sendo engolidas. Através de atitudes grosseiras.

Repensei porque eu vim hoje. Perdi meu esforço de engajamento pelo parque. Vejo disputa de poder. Não tenho interesse de poder nem interesse político. Estou num momento frágil e não quero continuar dessa forma. Eu quero paz. Se o mundo está todo em guerra, esse grupo tem que tentar fazer a paz. Na hora que estamos aqui, estamos pelo parque. Não gosto de briga. Precisamos ouvir. Estabelecer uma cultura de discussão que não seja dedo na cara. Existir um diálogo para discutir os jogos de interesse que estão rolando dentro do parque.

Para mim a última reunião que mais me marcou foi aquela de dois dias antes da reunião com o prefeito. Aquilo foi um verdadeiro ato de AUTOBOICOTE dentro do movimento e as reações das pessoas que não souberam como reagir. Todos tínhamos um foco, um ideal que era o Parque Augusta. Agora, por uma questão política, cada um foi para um lado. Tem grupos aqui dentro muito fechados, mas que lutam para conseguir o parque. Não adianta que o grupo radical queira que todos sejam como eles. Isso não vai acontecer.

A falta de pontualidade me incomoda. Esperamos quase uma hora, no frio, ter quórum para a assembleia começar. Daí discutimos um monte de coisas, identificamos o que precisa ser feito, distribuímos tarefas e/ou deixamos em aberto para as pessoas se manifestarem a respeito, mas nada ou quase nada é feito e voltamos para a próxima assembleia para discutir as mesmas coisas que precisam ser feitas....

Acho que não dá para desvincular o parque de uma disputa política. Isso é política. A gente vive num sistema político que é o mesmo desde a Ditadura Militar. Fazer política contempla formas diferentes. Questões ideológicas com políticas diferentes. O que estamos fazendo é política. Tudo que não fazemos também eh política. A omissão eh uma posição política. Precisamos encontrar os pontos comuns para ver até que ponto os pontos diferentes nos separam. Apoiar ou não apoiar também é um posicionamento político. Momento, intenção e formas diferentes de se fazer política. A gente vem até aqui porque não estamos de acordo com a forma que as coisas acontecem.

Fortalecer o PONTO COMUM. Estamos nos desalinhando quando saímos do ponto comum. Deixamos que as questões ideológicas sejam maiores do que o parque em si. O que significa ter uma qualidade de vida, um espaço de uso comum. Ficamos um tempão tentando definir o que é o OPA e a realidade é que isso está em constante mudança. Para mim, o OPA é um movimento que luta pelo parque por questões ideológicas. Quer o parque, mas não de qualquer jeito. Uma maneira de reconstruir a cidade. ...

Eu tô nesse movimento desde dezembro de 2013. De lá para cá foi um trabalho intenso que o grupo do PA fez. Tantas coisas que foram feitas e estão jogando tudo no LIXO. Todo esse pessoal que esteve engajado no PA estava na Casa Amarela, que está se desintegrando. Do Buraco da Minhoca que está fechado. Eu vejo o trabalho imenso de vocês, mas não aparece porque vejo brigas ao invés de diálogo. Vejo que o movimento está acabando pelo radicalismo e pela falta de diálogo. Porque as pessoas não estão aqui? Eram desconhecidas. Agora todo mundo se conhece e já perdeu a graça. O PA traz uma questão social e ideológica.

Estávamos cansados de SP. Achávamos que éramos uma resposta do junho de 2013. Nos encontramos em novembro de 2013. Uma necessidade de participação política. De cidadania. Precisamos aprender a ser cidadãos. A palavra para mim não eh política, eh CIDADANIA. O parque eh nosso direito, um direito à cidade. Pelos crimes cometidos esse terreno já deveria ser nosso. Essa decepção de quando você está muito tempo num mesmo processo, você começa a observar o ego dos outros e o seu. ... O problema é o EGO. É achar que as pessoas seriam beneficiadas por aparecer na televisão. Pura questão de ego.

O que fez com que o PA viesse novamente à tona foi uma LUZ que reacendeu através das manifestações por todo o Brasil, mudando a consciência de cada um participando como cidadão do processo. Questões tecnopolíticas. Juntou ambientalistas, pessoas com energia de querer participar, os de 2013, os individuais, mas não individualistas. Nem a questão ideológica nem a pragmática devem trabalhar separadamente. No final das contas vão sobrar os ambientalistas e os mais antigos da causa. Vão surgir os Green Blocks. Esperem as Olimpíadas. O OPA é humano demais, muita autoanálise, muitas questões interpessoais.

PROPOSTA: Acho que podíamos fazer um exercício pessoal ao tentar responder: Porque nos identificamos com o OPA? Existem outros movimentos que lutam pelo PA, mas porque o OPA? Por que nós realmente estamos juntos?

Fonte: Extrato da ata de assembleia de 14/09/15

Em 2016, já com um certo esgotamento da ação direta e com um foco centrado no institucional, a partir da ação pública contra as construtoras pelo fechamento do espaço público (iniciativa do Ministério Público, a pedido do movimento) que passou a correr na Justiça, o movimento reduziu bastante o ritmo de atuação, mas seguiu com assembleias semanais abertas, sempre às segundas-feiras. Boa parte dos ativistas que não concordavam com a prerrogativa do esforço institucional acabaram por deixar o movimento. As atas remanescentes das assembleias registram em média 10 participantes por sessão e nenhum comentário sobre eventuais crises de governança. Apenas a constatação, depois da participação de um ativista em encontro sobre áreas verdes x mercado imobiliário em Belo Horizonte, que todos os movimentos se encontram em uma situação semelhante: "legítimo impasse político e brigas internas" (ata da assembleia de 15/02/16).

E foram as brigas internas, principalmente por disputa de protagonismo pessoal, que, depois do intenso trabalho de desenvolvimento, a muitas mãos, do Projeto Comunitário (vide capítulo *5. A produção do comum*) entregue à Prefeitura em julho de 2017 e da realização do Fórum Canteiro Vivo, no mesmo mês, que acabaram paralisando o movimento de dezembro a maio de 2018. Alguns poucos integrantes permaneceram tocando a parte institucional, mas sem a configuração de comunidade, sem assembleias e sem tomada de decisões de forma horizontal. Seguiam por inércia as ações do Ministério Público, Justiça e Prefeitura sobre o acordo com as construtoras. Até que uma nova possibilidade de solução para o parque surge a partir dos debates em torno de outro movimento da Rede Novos Parques (Parque do Peruche), embasada na troca de potencial construtivo do terreno, sem que a Prefeitura precise desembolsar dinheiro público para fazer o sonho da comunidade sair do papel. Com a criação do parque finalmente encaminhando-se para uma decisão (detalhes sobre esta linha do ativismo no subcapítulo *4.3 Ferramentas de Ação*) em julho de 2018 se realizaram, quase simultaneamente, a primeira assembleia do ano e a organização de um GT para produzir a edição de número três da revista do OPA, com o conteúdo do Fórum Comunitário de 2017.

Retomam-se os debates sobre a gestão do movimento e do parque, voltam ativistas que haviam se afastado, renovam-se, via grupos de WhatsApp e assembleias, as formulações sobre a instalação do Canteiro Vivo, os debates sobre participar ou não no Conselho Gestor de Parques[51] (novamente a ação direta x ação institucional) e nova rodada de sentires acabava de

[51] Os conselhos gestores dos parques de São Paulo foram criados em 2013 e são formados por 4 representantes da sociedade civil, eleitos diretamente, 1 dos trabalhadores do parque e 3 da Prefeitura. Uma nova lei de regulamentação, elaborada em 2018, às vésperas da decisão de privatizar a gestão dos parques, tornou os conselhos apenas consultivos, tirando deles qualquer poder de veto à realização de eventos e outras atividades que venham a ser definidas pela administração. Informações em

realizar-se em meados de dezembro de 2018. Embora o trabalho de campo dessa investigação já estivesse encerrado, consideramos fundamental inserir um relato curto desse encontro, que chegou via e-mail e mostra como a comunidade aqui retratada se transforma uma vez mais neste momento em que reivindicam o Canteiro Vivo:

Figura 16 – Relato sobre encontro de cura do OPA

Relato feito Por Michel Rosenthal Wagner, advogado especialista em mediação de comunidades e ativista do OPA, sobre encontro de cura em 17/12/18:

"Conto que no centro do círculo (fotos anexas), colocamos uma escultura de 4 pessoas em roda, segurando a potência do círculo, com 2 no ar, sendo seguradas. E a roda gira, e todos sustentam todos. Colocamos também 2 bastões de fala das tribos Masai africanas, e usamos um deles para servir a este fim, e ainda a palavra "paz" colorida e uma foto. Colocamos cada um também um objeto significante. Construímos o círculo com valores pertinentes ao círculo proposto (coragem, gentileza, empatia, liberdade de ser, sinceridade, resiliência, ritualização, amizade, responsabilidade, paciência, perseverar, cuidado). Assim se construiu o centro – egrégora da ocasião.

Segundo meus ouvidos, houve muitas falas, desde ansiedade com o círculo, desejo de cura, reintegração, que as coisas possam ser mais leves, que a estrutura do parque trouxe amor e união, que trabalhamos na tensão da utopia x viver na realidade, que oportunizamos sermos ativistas, que desmistificamos a figura dos arquitetos, que houve e há problemas pessoais/inter-relacionais, que queremos dar saltos evolucionários, que houve momentos de grande produção de conteúdo, crescimento pessoal e de realizações, de história da cidade, de horizontalidade, enfim, vários saltos evolucionários, e mais que tudo, que desejamos voltar a ocupar espaços positivos de união e de não-antagonismo. Ficou muito claro que há muito o que falar e conversar e trocar, e que devemos nos impor, sermos capazes disso."

Na finalização, declaramos satisfação com o resultado, pena que alguns não compareceram, que deu uma aliviada, e uma frase bonita de final, que "precisamos de ajuda para apagar a luz e acender a vela"...

E que Sim, o Parque Augusta é uma chama ardente e eterna e o ativismo é o eterno presente."

Amo muito vocês!

Fonte: e-mail de Michel Ronsenthal Wagner enviado ao coletivo.

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/conselhos_gestores/index.php?p=40498. Acesso em 24/09/18.

Figura 17 – Foto do encontro de cura

Fonte: Michel Rosenthal Wagner

4. AS FERRAMENTAS DO COMUM

"Nós acreditamos forçar o mundo pela técnica. Mas pela técnica é o mundo que se impõe a nós". Jean Baudrillard.

Com suas faixas em chitão colorido estilo tropicalista e seus pequenos cartazes improvisados em folhas A4 coladas em papelão, o Movimento Parque Augusta levou para as ruas do Centro de São Paulo a irreverência como símbolo das lutas urbanas do século XXI. No lugar das palavras de ordem estrategicamente alinhadas no discurso sisudo da esquerda tradicional, música e performance, abraços e beijos contra a especulação imobiliária e o eventual conluio entre política e capital perpetrado pelo governo de plantão, qualquer um, independentemente de partido e ideologia. Em cinco anos habitando redes e ruas, e também os gabinetes institucionais, o coletivo que se forma como OPA se tornou ele próprio o símbolo usado em defesa do direito de fazer entre todos a cidade, em geral, e o parque, em particular, de acordo com os desejos da comunidade que o constitui. Os corpos performando dentro do parque, nas calçadas do Baixo Augusta e nas redes digitais eram eles próprios, tomando emprestado um clássico de McLuhan[52], a mensagem dada às autoridades: as cidades se fazem em comum ou não se fazem. Um exercício de corpos em aliança, não "apenas uma forma de reivindicar o público, de contestar a legitimidade do Estado, mas também, muito claramente, uma maneira de colocar o corpo em risco em sua insistência, obstinação e precariedade, superando a distinção entre público e privado" (BUTLER, 2011)[53]. O #ParqueAugusta(R)existe porque eles querem o #ParqueAugustajá.

---

[52]MCLUHAN, M., *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Tradução: Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1975.

[53]Tradução nossa de "Bodies in Alliance and the Politics of the Street": "was not only a way to lay claim to the public, to contest the legitimacy of the state, but also quite clearly, a way to put the body on the line in its insistence, obduracy and precarity, overcoming the distinction between public and private". Disponível em http://eipcp.net/transversal/1011/butler/en . Acesso em 24/10/16

Figura 18 – Faixa-símbolo do movimento

Fonte: Página do Facebook do movimento

Ao renunciar ao discurso da política tradicional e a agir de acordo com os ditames estratégicos de partidos e movimentos sociais estruturados, o OPA buscou construir uma identidade coletiva distinta para atrair a atenção diante de uma causa bastante negligenciada pelos governantes da cidade de São Paulo: a criação de um parque[54]. E ainda mais um parque no Centro, onde o espírito do "Existe amor em SP", que ajudou a eleger o prefeito, vinha sendo cooptado pressão da iniciativa privada para moldar a cidade com vistas ao consumo de produtos culturais e à valorização do metro quadrado[55]. A relevância dos símbolos na geração de identidades coletivas e interação com observadores e opositores já era apontada pela Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) na análise dos movimentos sociais. Na era da Internet, a coesão dos apoiadores, a compreensão dos observadores e a mobilização dos antagonistas se dá pelas narrativas, por aquilo que as pessoas dizem (ARQUILLA, J. e RONFELDT, D., 2001).

Surgido nas redes e alternando redes e ruas em seu percurso de cinco anos, tanto o OPA quanto os demais grupos, estes em menor grau, têm as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como uma ferramenta estruturante de suas ações. A formação da

[54]O Parque Chácara do Jockey, por exemplo, demorou 20 anos para ser criado, desde que os moradores passaram a reivindicá-lo.

[55]São exemplos o Projeto Nova Luz, das administrações José Serra (PSDB) e Gilberto Kassab (PSD), arquivados por Fernando Haddad (PT), que por sua vez anunciou o Plano de Reformulação do Vale do Anhangabaú, com um projeto doado pelo Banco Itaú em 2013.

comunidade do Parque Augusta, como tratamos no capítulo anterior, e a produção em comum, tema do próximo capítulo, passam de forma indissociável pelos símbolos e pelas ferramentas, aqui mais compreendidas como infraestruturas, criadas ou usadas pelo movimento e que permitem decidir, comunicar e produzir a ação entre todos. Embora seja a assembleia o canal preponderante da tomada de decisões e a ação direta no território urbano seu modo da atuação pública por excelência, da convocatória ao registro, passando pelo trabalho de estruturação – tudo transita pelas redes digitais.

Figura 19 - Produção em comum de faixas e cartazes

Fonte: Página do Facebook do movimento

"Das redes às ruas e das ruas às redes" vêm sendo repetido à exaustão desde 2011, tornando-se praticamente um chavão na análise de movimentos em rede. E deixou de ser uma excepcionalidade, como há constatado Paolo Gerbaudo em sua mais recente pesquisa sobre protestos globais (The mask and the flag: populismo, citizenism and global protest):

> Counter to the idea of "slackativism" proposed by techno-pessimists like Evgeny Morozov, the online communications were never meant to be substitutive of offline protest action. Their philosophy was summed up in Occupy Wall Street's motto, "Organize online – Occupy offline"; the idea was that activists has to be brought together in online discussion as a preliminary stage before the ultimate "jump to the streets.[56] (GERBAUDO, 2017, p 149).

[56] Tradução nossa: "Contrário à ideia de "slackativismo" proposta por tecnopessimistas como Evgeny Morozov, as comunicações online nunca pretenderam substituir as ações de protesto off-line. Sua filosofia foi resumida no lema do Occupy Wall Street: "Organizar online - Ocupar off-line"; A ideia era que os ativistas tivessem que ser reunidos em discussões online como um estágio preliminar antes do último "salto para as ruas".

Apesar das contradições inerentes às ferramentas proprietárias e corporativas de organização e comunicação que o movimento adotou (Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, Telegram e WhatsApp), é correto dizer, de acordo com os próprios ativistas, que sem as redes sociais esse movimento não teria assumido as dimensões de importância e alcance social a que chegou. Tampouco teria passado por algumas de suas crises mais agudas, surgidas com frequência em disputas políticas e pessoais nos grupos de discussão, alimentadas pela dimensão que a palavra escrita toma sem o olhar nos olhos propiciado por um debate face a face. Mas também é verdade, acrescentam, que sem eventos públicos, marchas, ocupações, assembleias, fóruns, reuniões e reuniões, a dimensão simbólica da visibilidade e da presença humana não teria sido configurada – e o movimento não teria alcançado suas duas grandes vitórias até aqui: impedir a construção de prédios no terreno e garantir a criação do parque sem ônus para a Prefeitura. A narrativa formada por corpos e redes dá a tônica na ação entre todos que caracteriza o comum urbano.

> *Mesmo quando perdemos o território, as pessoas voltaram para o ânimo de se encontrar e surgiram coisas fantásticas de ações que organizamos de um dia pro outro e deu muito mais certo do que coisas que passamos um mês organizando pelo Face, porque acaba sendo mais íntegro. A Internet é muito boa como ferramenta, mas como base para uma organização, não, impossível. A não ser que seja com uma organização imposta que não é a proposta de nenhum movimento que pense de uma maneira coletiva.* (Ativista, depoimento informal)

Longe do determinismo que atravessa a obra de McLuhan sobre o poder que as TICs teriam neste campo, e que Benkler chegou a chamar de "ingênuo" (2006), a geração que deu visibilidade à causa do parque em 2013 foi impulsionada pelos grandes protestos antiglobalização no final dos anos 90 e na primeira década do século, culminando nas jornadas de junho no Brasil, de que quase todos participaram. E também se formou politicamente durante a crise de representatividade que experimentamos. Suas fontes de comunicação não são a mídia de massa, mas a Internet e, principalmente, as redes sociais. Vem daí, e não da política tradicional, as referências da narrativa e da estética que o caracterizam.

> […] they made use of the tropes of what could be called digital-popular culture, in reference to Antonio Gramsci's idea of "national popular, as a cultural space at the intersection of popular and digital culture which had been emerging on social networks such as Facebook, YouTube, Instagram, Twitter, and many others. Specifically, they applied three stylistic solutions that best allowed them to tap into the customs of social media users: crisp text for posts, avoiding the verbosity and obscurity of the militant left;

> emotionally charged expression to motivate prospective participants; abundant visual content in the form of Internet memes, pictures and videos; and the harnessing of the logic of interactivity and crowd-sourcing, as seen in collective activist blogs.[57] (GERBAUDO, 2017, p. 147)

Se as lutas antiglobalização tiveram na mídia independente, como o *Indymedia* ou lista de e-mails, seu principal canal de comunicação, os protestos da década atual fazem uso de plataformas corporativas, gerados pelo mesmo capitalismo neoliberal ao qual se opõem. Os ativistas entrevistados por Gerbaudo deixam claro que hoje, em vista da necessidade de se comunicar e mobilizar o maior número possível de pessoas, pragmatismo conta mais que purismo, gerando o que o autor descreve como "ciber-populismo". No caso do Brasil, realmente, usar o Facebook é um imperativo para informar e mobilizar um número razoável de pessoas, bem como o WhatsApp para se comunicar rapidamente dentro de uma comunidade – entre todos os integrantes mais orgânicos da comunidade OPA e mesmo entre os vizinhos mais ativos e que participam do coletivo, apenas um deles não tem Facebook, mas usa WhatsApp; já entre a maioria dos vizinhos há uma rejeição ao uso do WhatsApp.

> *Tem esta virada em 2013 em que muita gente passa a conhecer o movimento por conta de um engajamento nas redes. Em 2013 teve isto mesmo, uma coisa que aconteceu no mundo inteiro, estas revoltas que na verdade foram muito estimuladas por conta das novas tecnologias. Agora que passou um pouco de tempo dá para perceber que isto foi uma entrada de uma nova era, uma coisa que modificou as nossas vidas, todo mundo passou a usar o Facebook de uma maneira diferente após as manifestações, quase como uma troca: antes você era alienado pelas grandes mídias e agora a gente é alienado pelas redes sociais.* (Ativista, depoimento informal)

O Facebook começou a se popularizar no país por volta de 2008 e hoje tem 100 milhões de perfis no País, quase metade da população e mais de 95% dos que acessam a Internet. Além disso, quando o Movimento Parque Augusta tomou a configuração atual, em 2013, tinha como referência as Jornadas de Junho, massificadas pelo Facebook. Naquela época, o alcance de um post de página dessa rede social estava na casa de 12-15% dos seguidores, os anúncios na plataforma ainda eram poucos e se acreditava que o seu uso

---

[57] Tradução nossa: [...] eles fizeram uso dos tropos do que poderíamos chamar de cultura digital-popular, em referência à ideia de Antonio Gramsci de "nacional popular", como um espaço cultural na intersecção da cultura popular e digital que emergia nas redes sociais, como Facebook, YouTube, Instagram, Twitter e muitos outros. Especificamente, eles aplicaram três soluções estilísticas que lhes permitiram explorar os costumes dos usuários de mídias sociais: texto nítido para posts, evitando a verborragia e obscuridade da esquerda militante; expressão emocionalmente carregada para motivar os participantes em potencial; conteúdo visual abundante na forma de memes da Internet, fotos e vídeos; e o aproveitamento da lógica de interatividade e crowd-sourcing, como visto em blogs de coletivos ativistas."

naturalmente democratizava a política. O mito da autocomunicação de massas propagada por Castells (2010, 2011, 2013) estava no auge de sua credibilidade. Embora hoje sejam conhecidos todos os danos que a democracia tem sofrido a partir da fácil manipulação do Facebook e, mais recentemente, do WhatsApp (notícias falsas, bots, polarização, Brexit, eleição de Trump e Bolsonaro, Cambridge Analytica etc.), é lá que estão os brasileiros e é lá que um movimento precisa estar, de alguma maneira, se quer tentar comunicar-se com o maior número de pessoas possível. Mesmo que hoje o alcance de um post orgânico (não pago) no Facebook não atinja 1% dos seguidores de uma página, não há como fugir dele. Além disso, no caso da comunicação interna e dos canais de deliberação, o Movimento não tem integrantes com habilidades digitais para criar plataformas independentes usando software livre, com ambientes seguros, como é possível observar em outros países, caso da Espanha, por exemplo. E mesmo assim, o uso de plataformas proprietárias não deixa de ser feito por estes coletivos estrangeiros para a comunicação externa.

> *O uso do Facebook é um fenômeno do ativismo brasileiro. Acho que fomos induzidos a isso. O Facebook já havia passado por levantes no mundo todo e veio com tudo no Brasil em 2013, cheio de facilidades que em 2014 já não existiam. Crescemos de tal jeito dentro que não conseguimos sair. Ficamos entalados lá dentro, como uma armadilha mesmo. E o pior é que nem crescemos tanto, porque a página está há três anos com o mesmo número de seguidores*. (Ativista, depoimento informal)

Outro fator que influencia as decisões sobre ferramentas de comunicação, organização e deliberação da comunidade Parque Augusta é que, com o parque fechado desde dezembro de 2013, com exceção dos 47 dias de ocupação em 2015 e umas poucas semanas em 2016, as redes sociais são o ponto de encontro mais fácil e rápido para os membros da OPA transmitirem mensagens internamente, tomarem decisões urgentes ou organizarem as próprias reuniões e assembleias. Funcionam como o parque virtual no qual eles se apoiam para seguir em luta, assim como as ruas e espaços culturais dos arredores. Com o site desativado desde o final de 2016, devido à falta de recursos para refazê-lo, também recai sobre as redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram, principalmente) a possibilidade de manterem-se em contato com o público em geral.

> *Eu tenho uma visão que, do ponto de vista da organização, a Internet atrapalha muito. O papel importante foi de divulgar. Realmente se não fosse a Internet talvez o movimento não tivesse tido visibilidade e não teria força política. Primeiro ajudou a divulgar, atrair pessoas, permitir que a gente tenha uma visão do que significa se organizar, como a gente pode se organizar e trocar ideias com outros grupos, ver como eles se organizam.* (Ativista, depoimento informal)

É usando a criatividade na elaboração de “memes” que reproduzam seus símbolos e mensagens (parque sem prédios, 100% público, sem custo para a cidade), as ferramentas oferecidas pelas redes e o trabalho individual de cada um dos membros – não apenas de um grupo de comunicação definindo estratégias – que buscam alcançar o maior número possível de pessoas quando realizam eventos públicos ou para massificar mensagens cruciais. Foi assim, por exemplo, quando organizaram festivais de arte no final de 2013, usando as redes próprias e as dos artistas simpáticos à causa para atrair cerca de cinco mil pessoas para o parque, que não apenas viram os shows, mas também participaram das maratonas de limpeza e muitos aderiram à causa. Foi via redes, também, que se conectaram com ativistas do movimento Gezi Park, de Istambul, que vieram ao Brasil participar da Bienal de Arquitetura em 2013 e terminaram por participar de assembleias e eventos em conjunto com o OPA.

Durante a Vigília Criativa de 2015, também coube às redes o papel de atrair a simpatia da população para que permanecessem no parque, adiando a reintegração de posse pela polícia e levando à realização de assembleias massivas, retomando o caráter de multidão conectada do início de sua atuação. Um destaque desse momento foi um "twitazo", usando as hashtags #parqueliberado e #parqueaugustaja, com a participação de coletivos espanhóis, ingleses, americanos e gregos anunciando que o parque estava aberto e que esta era uma causa importante para a defesa da cidade e do meio ambiente. Em 2017, o Fórum Comunitário, que reuniu outros movimentos, acadêmicos, ambientalistas, indígenas e moradores para discutir, a partir do projeto de parque recém elaborado, o direito à cidade e ao patrimônio urbano, foi transmitido ao vivo pelo Facebook Live, uma das ferramentas mais atraentes da plataforma hoje. Em algumas das sessões, mais de duas mil pessoas acompanharam ao vivo ou assistiram à gravação nos dias seguintes.

Para Di Felice (2009, 2011-2012, 2013), que classifica movimentos como o do Parque Augusta como net-ativistas, essas características das redes do movimento são próprias da “última revolução comunicativa” que nos atravessa e que:

> [...] alterou, pela primeira vez na história da humanidade, a própria arquitetura do processo informativo, realizando a substituição da forma frontal de repasse de informações (teatro, livro, imprensa, cinema, TV), por aquela reticular, tecnologicamente interativa e colaborativa. Surge, portanto, não somente uma nova forma de interação, consequência de uma inovação tecnológica que altera o modo de comunicar e seus significados, mas também os pressupostos e as características de uma nova arquitetura social que estimula inéditas práticas interativas entre nós e as tecnologias de informação (DI FELICE, 2011-2012, p. 16).

Esta nova "condição habitativa", segundo Di Felice, formada por pessoas e tecnologias que interagem de forma livre e autônoma nas redes, não molda um processo totalmente planejado, mas sim um percurso criativo imprevisível. A união das lutas libertárias da década de 1960 com o potencial da Internet gerou dois movimentos bastante antagônicos. De um lado, inspirado na crítica anticapitalista radical e cooptando as reivindicações de multidisciplinaridade, trabalho flexível, menos hierarquia, mais autonomia e menos alienação, o capitalismo se reinventou no que Boltanski e Chiapello (2009) chamam de "novo espírito do capitalismo", caracterizado pelo trabalho imaterial (cognitivo), domínio do sistema financeiro e globalização, com reforço da doutrina neoliberal. De outro, abriu-se um vasto caminho de possibilidades para a atuação colaborativa, política e social, incluindo a luta contra esse mesmo capitalismo financeiro, neoliberal e globalizado.

E uma maneira diferente de fazer política brotou da sociedade em rede, dando origem a guerrilhas virtuais, ações colaborativas de todos os tipos (BENKLER, 2006), movimentos contestatórios e reivindicativos autônomos, horizontais, deslocados de partidos políticos e movimentos sociais tradicionais (DI FELICE, 2013, CASTELS, 2013 e 2015). Dos zapatistas à Primavera Árabe e ao 15M, passando pelo *Ocuppy*, Jornadas de Junho ou os *jilets jaunes* (coletes amarelos) que movimentaram a França neste final de 2018, até os movimentos de comum urbano que brotam nos centos sociais ocupados na Espanha e Itália, nos jardins comunitários em Nova York ou nas hortas comunitárias mundo afora. É o ativar de uma inteligência coletiva capaz de engendrar novas relações sociais, baseada na produção em comum e, no caso urbano, das infraestruturas a que temos direito nas cidades globalizadas.

No caso do OPA e em seu momento atual, o Canteiro Vivo, a construção da identidade coletiva do grupo, produzida internamente nas assembleias e nos grupos de trabalho e também em chats de Facebook e Telegram, une as redes e as ruas na sua propagação. De um lado, as *hashtags* que indexam no Twitter (#parqueaugustajá, #parqueliberado, #parqueaugusta #desintegraçãodeposse, #verãoparqueaugusta, principalmente) e se popularizam pelos *memes* de Facebook; de outro as marcas registradas da ação direta criativa, performática: festivais de arte, eventos "A rua também é parque" e a Zona Autônoma Temporária (TAZ)[58] instalada durante a ocupação de 2015. Somam-se a isso, as

[58] Zona Autônoma aqui é uma referência à Zona Autônoma Temporária (TAZ em sua sigla em inglês), cunhada pelo escritor e hacker americano Peter Lamborn Wilson, que assina como Hakin Bey, e que significa "uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se refazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la."

transmissões ao vivo de eventos e assembleias, os vídeos com depoimentos de personalidades e fotos disseminadas pelas redes, os atos, caminhadas e intervenções com faixas tropicalistas e cartazes desenhados à mão em estilo quase infantil. Eventos esses organizados, divulgados, registrados e difundidos via internet.

A seguir relacionamos e analisamos o uso, resultados e problemas das ferramentas de que o movimento lança mão para se comunicar internamente e com a sociedade, tomar decisões, relacionar-se com o poder público, convocar atos públicos e demais eventos. Também se destaca a construção comum de documentos, *papers*, posicionamentos e projetos, tanto a partir de ferramentas online (pad, Google docs) como em oficinas de produção de projetos, conteúdos, folhetos, cartazes.

4.1 TOMADA DE DECISÕES

> *Decidir designa, por lo tanto, ese momento en que el grupo se cimenta y, al mismo tempo, sedimenta su aventura, ese momento en el que elabora las opciones, las elecciones de su historia"*[59]. (VERCAUTEREN, CRABBÉ E MULLER, 2010, p. 71)

Os caminhos da tomada de decisões do Movimento Parque Augusta podem ser contados a partir das assembleias e da ação nos grupos do Facebook, do Telegram e do WhatsApp. Desde a preparação das assembleias, os debates de temas relevantes do dia a dia, a organização de encontros, a troca de documentos e informações começam ou terminam nos diferentes grupos das redes sociais, tanto os públicos como os secretos, além das convocatórias públicas na página do Facebook, no Instagram e no perfil do Twitter. Mas se é nas assembleias que as decisões são tomadas e debatidas em profundidade, é nos grupos fechados que os problemas de deliberação mais aparecem e se exacerbam, como tratamos no subcapítulo *3.3 A Governança do comum.*

Pelo histórico do movimento já relatado no capítulo anterior, tratamos aqui das tecnologias sociais de deliberação assumidas a partir de junho de 2013, quando os ativistas chegaram ao espaço do parque antes frequentado praticamente só por moradores das

[59]Tradução nossa: "A decisão significa, portanto, aquele momento em que o grupo se funda e, ao mesmo tempo, instala sua aventura, aquele momento em que elabora as opções, as escolhas de sua história.

redondezas. Até junho de 2013, os Aliados, apoiados e às vezes liderados pela Samorcc, tomavam as decisões sobre as gestões junto à Prefeitura e aos vereadores ou se juntavam pra fazer abaixo assinado, mas sem a organicidade de um movimento social tradicional nem com a governança de um movimento autogestionado, como o OPA foi desde o início.

A etapa que se inicia em junho de 2013 tem ela mesma vários momentos. O primeiro vai de junho a dezembro de 2013, quando os jovens (a maioria com menos de 25 anos) começam a chegar mais e mais a cada mês, atraídos em geral por meio das redes sociais e, pouco a pouco, empenham-se em estruturar as tecnologias sociais e respectivas ferramentas que serão usadas: decisão por assembleias, grupos de trabalho, comunicação em rede etc.. As práticas que vêm se consolidando internacionalmente desde os movimentos antiglobalização da década de 1990 se instauram a partir de referências trazidas pessoalmente e informalmente pelos ativistas ou de leituras teóricas e analíticas sobre o ativismo do novo milênio, como relatado anteriormente. O segundo momento vai de janeiro de 2014, quando, já com os portões do terreno fechados, é criado o OPA, até dezembro de 2017, quando uma crise interna praticamente dissolve a assembleia e os grupos de trabalho, como relatado no subcapítulo *A Governança em comum*. Nesse período, as assembleias públicas e os GTs pautam a deliberação, mas cada vez mais há uma presença maior das redes sociais nos debates e decisões, independentemente de estarem todos os integrantes em cada um deles (grupo secreto do Facebook, grupo de Telegram). Em um intervalo de 47 dias durante esta segunda etapa, de 17 de janeiro a 4 de março de 2015, está a TAZ, a Zona Autônoma Temporária, o laboratório vivo de todo o projeto, a prática da autogestão no terreno, o deliberar e agir em comum no dia a dia da ocupação. A Vigília Criativa que se constituiu no protótipo de parque desejado.

Figura 20 – Assembleia durante a ocupação

Fonte: Arquivo do movimento

Este percurso de deliberação, ainda que não seja inédito, reveste-se de singularidades, porque até há pouco tempo estava restrito, no Brasil, aos grupos anarquistas e raros coletivos engajados na luta pelo direito à cidade, como o Movimento Passe Livre (MPL). Veio do MPL e também do Ocupa Sampa parte da referência para o desenvolvimento das ferramentas do OPA.

> *Havia uma influência direta do MPL nos princípios da democracia direta, da horizontalidade, tanto que sobre as diretrizes do OPA a gente nunca conversou muito, foi algo mais espontâneo, quase uma cópia do MPL. Porque estava muito em voga o MPL, o desejo de uma democracia direta. Foi bem no momento da crise da representatividade no Brasil. Me incomodava um pouco o dogmatismo de pegar e colocar princípios, fazer uma cartilha que nunca teve uma discussão mais profunda, mas isto sempre permeou tudo de forma orgânica e os acordos foram sendo feitos de forma espontânea.* (Ativista, depoimento informal)

A rejeição à hierarquia, às estruturas verticais, à participação limitada ao voto nas eleições ou depois, em poucos casos, ao direito de integrar um conselho apenas consultivo, tanto em nível federal como municipal, está na origem dos movimentos de comum urbano mundo afora, e do OPA em particular. Na carta de princípios do organismo, publicada no antigo site e nas revistas, vem de forma clara a recusa a qualquer estrutura formal como tecnologia social de organização. Estão ali a horizontalidade, a autonomia pessoal, a democracia direta, a não representatividade dos membros, o pluralismo dos indivíduos e desejos, a rotatividade de papéis e funções, a transparência total e o respeito que inspira cuidados, além da explicitação de total independência em relação a qualquer grupo formal ("político, religioso, econômico ou de qualquer natureza") ou partido político.

> *O pessoal de alguma maneira já estava fazendo, não sei dizer a referência de onde a galera tirou, mas já tinha estas ideias de horizontalidade. Inclusive foi por estas coisas estarem meio claras que as pessoas foram se aproximando e houve uma concentração muito grande de anarquistas. [...] Lembro de uma galera que não sabia direito o que queria, mas sabia o que não queria, que era qualquer proximidade com o que o Fora do Eixo [60] se transformou...* (Ativista, depoimento informal).

[60] O Circuito Fora do Eixo é uma rede de coletivos culturais surgida em 2005, dedicada a apoiar músicos e artistas em geral fora do eixo Rio-São Paulo, para dar visibilidade a seu trabalho. Inicialmente declarando-se autônomos, acabaram por buscar apoio em editais e financiamentos públicos e também a ser criticados pela verticalização dos processos decisórios e até de autoritarismo. Nasceu no Fora do eixo, em 2013, o coletivo Mídia Ninja, que cobriu as Jornadas de Junho de forma independente. A partir de 2014, integrantes do Fora do Eixo passaram a participar diretamente na área de cultura do Governo Dilma Roussef.

Entretanto, desde o início do movimento, em 2013, pairaram dúvidas sobre como seria exatamente a sonhada ferramenta e os limites da horizontalidade e da autonomia. Criado em 2014, o Grupo de Estudos de Autogestão, muitas vezes tratado como GT, trabalhou de 2014 a 2016 em um projeto para o parque que se confunde permanentemente com a gestão do próprio movimento. Ao longo desse período, sempre que algum problema de deliberação/governança era detectado, as assembleias faziam menção à necessidade de terminar a formatação dessa tecnologia social para o projeto ser apresentado e debatido entre todos, o que nunca chegou a ser formalizado até novembro de 2018. Com dezenas de reuniões e de participantes, diariamente dentro do parque durante a ocupação, e semanalmente fora dele, depois, inclusive com debates online, o misto de grupo de estudos e de trabalho gerou um documento com conceitos e códigos detalhados que deveriam no futuro nortear a administração do parque. Estão ali desde os preceitos de gestão prática, da administração do espaço, até as normativas básicas para o funcionamento das assembleias, com códigos de fala e de manifestação visual. Além de referenciais teóricos do anarquismo, do movimento feminista radical americano e da sociocracia, o que mais inspirou o grupo foi mesmo as práticas do movimento assimiladas do MPL, embora as premissas nem sempre tenham sido aplicadas à risca.

As múltiplas ferramentas de ação que o movimento passaria a adotar também foram alvo de controvérsias, primeiro entre os vizinhos apoiadores do parque e os recém-chegados e, depois, dentro do próprio OPA. A já relatada arenga entre o grupo Aliados com os recém-chegados ensinava que o consenso como ferramenta de decisão não seria sempre possível.

> *Sempre existia uma disputa de poder nas assembleias através da competição pela fala e, a partir disto, a disputa sobre qual estratégia usar. Sempre havia conflitos, porque havia grupos que não queriam que fossem adotadas estratégias paralelas, queriam defender suas estratégias se impondo sobre as dos outros. Havia outras pessoas que aceitavam a diversidade, defendiam que se podia criar distintos grupos. Quem quer tocar ação direta toca, quem quer tocar questão política e jurídica também. Havia muitas pessoas que monopolizavam o microfone e fugiam dos temas, expunham suas carências desviando as conversas. Muitas acusações eram feitas, as pessoas queriam dizer o que tinha que ser feito e como ser feito. Guerras ideológicas e de visões de vida também. Havia pessoas que defendiam que não deveriam haver diálogo com o Estado, eu defendia que deveríamos estabelecer o diálogo. Alguns defendiam que deveríamos nos posicionar como anarquistas.* (Ativista, depoimento informal)

Figura 21 – Extrato de documento Gestão Comunitária do Parque Augusta

[…] 2) ESTRUTURA DE BASE

2.1) Assembleias

As Assembleias são espaços periódicos (semanal, com duração de 3 horas) de encontro coletivo para deliberações sobre assuntos de interesses comuns. As assembleias são soberanas. São nas assembleias que os assuntos de interesses coletivos são expostos, debatidos e as decisões são tomadas. Todos têm direitos iguais de pronunciamento e opinião. Busca-se sempre o consenso coletivo, tentando ao máximo que todos se sintam satisfeitos e, somente em último caso, as decisões devem ser tomadas por votação com participação igualitária de todos e buscando-se dois terços dos votos válidos para definir um posicionamento. Pronunciamentos e opiniões são abertos a todos, porém as deliberações serão tomadas pelos participantes efetivamente ativos, conforme descrito no item 1.1) Gestão Comunitária.

Caso um assunto urgente necessite uma atenção especial e precise ser discutido antes da data da próxima assembleia ordinária ou demande debate mais prolongado, uma Assembleia Extraordinária pode ser convocada com o máximo de antecedência possível. Toda assembleia deve gerar uma ata que será publicizada à coletividade no melhor tempo hábil. [...]

Fonte: Arquivo do OPA no Google Drive

4.1.1 Assembleias

Ao longo dos cinco anos de movimento, as assembleias fizeram parte da rotina praticamente semanal dos integrantes do OPA. Entre junho e dezembro de 2013, dentro do parque, assim como durante a ocupação de 2015, quando eram diárias. Nos outros períodos, as assembleias se revezaram em vários pontos da cidade, sempre às segundas-feiras. Praça Roosevelt, Matilha Cultural, Casa Amarela, Biblioteca Mario de Andrade e, já em 2017, a Livraria Tapera Taperá foram palco dos debates e decisões mais importantes.

O registro de atas encontrado no drive começa em 11/12/2013. Exceto alguns memes de Facebook e um ou outro comentário em posts, não há registro formal das assembleias antes desta data. A partir de janeiro de 2014, com a criação do OPA e o fechamento do parque, a organização se aprimora, há convocação de assembleias pelas redes sociais ("memes" em

Facebook, Instagram e Twitter), pautas públicas e atas, embora algumas destas tenham se perdido com o fim da plataforma Titanpad, onde foram redigidas.

Figura 22 Assembleia de 2014 na praça Roosevelt

praça roosevelt 2014

Fonte: Página do Facebook do Movimento.

Figura 23 – Extrato da assembleia de 02/01/14

A1 pede que cada um que chegou agora às assembleias que se apresente; fala sobre a proposta de pauta, que tem algumas, mas está aberta.
RODADA DE APRESENTAÇÕES
A1 apresenta as pautas:
- ações a serem feitas agora que estamos na rua;
- interlocução com os poderes pra deixarmos claro nossa posição de autogestão e participação popular;
- focar na expropriação do terreno?
- entender como os grupos de trabalho vão atuar fora do parque
A2 sugere que tenha uma pauta específica sobre situação jurídica; A3 aproveita pra colocar o picnic vegano (Veganic) em pauta, e é aceito que ele aconteça no domingo, às 10h, que seja na calçada; A4 propõe que haja uma pauta sobre mobilização da vizinhança; A5 fala de fortalecer o jurídico e também dialogar com o bairro; A6 acha que discutir o que queremos com o parque fica pra mais pra frente; A7 diz que está no movimento desde 1996, que a servidão caiu em 1957, que estão tentando reverter isso, que estão deixando iscas como os carros pra tentar descaracterizar o que aconteceu até agora, caso alguém entre no parque, e conclui dizendo que não devemos entrar agora, e sim ficar no entorno; A8 lembra que na primeira assembleia foi colocado pelos Aliados do Parque Augusta que não se devia entrar no parque, mas o movimento decidiu fazer atividades lá dentro.
(A pauta ‘jurídico’ é adicionada, a pauta ‘vizinhança’ entra na pauta 'ações na rua')

Fonte: Arquivos do movimento no Google Drive

Quando os portões do parque foram fechados pela primeira vez, em dezembro de 2013, os ativistas procuraram definir como se manter atuantes e visíveis do lado de fora. Até ali, com a realização de festivais de arte massivos e shows de músicos famosos, além de rodas de conversa com influenciadores da mídia, tinham tanto visibilidade midiática quanto em redes sociais, combinando a esfera pública digital, que originou o movimento, com a convencional, que lhe garantia um respaldo institucional maior junto às autoridades municipais. Na pauta da assembleia de 08/01/14 (figura 24), por exemplo, além de definição de estratégias de comunicação e linha editorial para as redes digitais, há a indicação da necessidade de ação midiática a partir dos vereadores a favor da causa do parque. Nesse início de funcionamento como "organismo", a deliberação abarca, ao mesmo tempo, praticamente todos os temas que dizem respeito à constituição do movimento, a via jurídica, a programação de eventos, os GTs etc.

Apesar da perda das atas que estavam no Titanpad, a análise das que sobreviveram em outros canais mostra que tanto a organização das assembleias como o seu relato não seguiam uma linha única, dependendo de quem as conduzia, dos temas tratados e de quem se encarregava de registrá-la. Há atas extremamente resumidas para assembleias ricas em debates; e atas detalhadas sobre temas mais rotineiros e de pouca relevância.

Figura 24 – Trecho de ata de assembleia de 08/01/14

Ata Assembleia 08/01/2014

MATILHA CULTURAL

[...]

Informe Jurídico: Hoje foi dada entrada da liminar, que garante a servidão de passagem e o uso público do bosque. Conversa com juiz se baseou nos desejos da comunidade e necessidades do entorno do parque aberto, buscando uma sensibilização à causa, a liminar busca que seja cumprido o termo de compromisso de acesso ao bosque, que a partir de 74 tem acréscimo da preservação do bosque. Achamos que há uma necessidade de estudo da legislação e vislumbre do parque. E opinião pessoal do advogado, temos de nos manter na legalidade, afinal estamos falando de um modus operandi que pode ser expandido. [...]

Pauta Jurídico

A1. Nós dividimos os terrenos, já que o argumento do Conde se baseia na falta de segurança.

A.2: Ele não pode fechar o terreno independente da alegação que ele use. [...]

A3:]...] Parque todo aberto já, não se pode abandonar a ideia. Devemos exigir abertura imediata, podemos ter diversas frentes para conseguir, o Haddad recuou e sancionou. Parque Augusta já existe. E acredito que a prefeitura não aceitaria a autogestão.

A5:[...] Ocupar espaço, chamar atenção, minha opinião não esperar juiz.[…]

A6: Precisamos pensar em uma proposta de plano B[…]

A7: Preocupação, nós não estamos no nosso campo, a lei é burguesa, só mudamos com pressão política, petições, discussão da legitimidade da abertura, ponto pacifico. Porém dessa vez a lei nos embasa, e a pedido dos interessados quem mantém fechado é o poder público, então o poder público está descumprindo a lei, o terreno é tombado, inclusive o muro, não podemos interferir nisso. […]

A2: podemos ver se o MP pode ajudar, porém o MP irá demorar. Minha opinião, possibilidade jurídica de aguardar pra radicalidades. Se não podemos cagar.

Pauta: GTs

A5: Introdução, tem muita centralização disso em mim, duas metas, expropriação e autogestão. A partir daqui pensarmos em ações lá dentro, e estruturar em rede e GTs, site em construção, sobre isso GT sites (obs. sair do fb), o site serve de base para organização dos GTs. GTs existentes: jurídico, comunicação, cinema, projeto, site, intervenções urbanas, meio ambiente, atos. Começam fechados, e tem de se abrir.

A8: GT Projeto, amanhã reu biblioteca Mario de Andrade, plano de autogestão, especular sobre isso, formulário dos desejos, estratégia de avaliar as propostas pessoais.

A5: Já começar o projeto de autogestão com o formulário de desejos [...]

A4: GT rotativos, assembleia também tem de ser rotativa, e pensar na estrutura da assembleia, poderíamos fazer lá na frente, exemplo de assembleia pública de BH, e aqui nosso lugar é o parque

---

Pauta: Programação

A12: Veganike sempre são no domingo e seria regularidade. Coletivo tem de chegar mais cedo e organizar.

A13: Aula pública com biblioteca terra livre, e discutir álcool.

A14: Esse (Veganike) foi mais divulgado, poderíamos fazer oficina de mandalas e feira livre. Centro de adoção, para levar cães e brincar com crianças

Encaminhamentos:

- Jurídico: definido que esperamos a liminar, enquanto pensamos em um plano b
- GTs: Site quando disponível será uma forma de organização, enquanto isso lista passada na assembleia, se entende como manter o projeto de autogestão, com formulário de desejos, GT de comunicação e site precisam do menino que tá viajando
- Evento: quando fazer? E onde fazer?

Resolução: Mov. Parque Augusta se responsabiliza pelo sábado, a Rua Também é Parque, e Veganike se responsabiliza pelo domingo.

Fonte: Arquivos do OPA no Google Drive

Em momentos determinados, chega a haver um modelo básico de assembleia e de atas e as propostas de aprimoramento desse modelo foram constantes, mas isso não implica na exposição do conteúdo em si, e sim na forma de apresentação. Frequentemente, alguém tentava reorganizar esses canais, trazia ideias novas, algumas seguiam, outras não.

Figura 25 – Metodologia de assembleia

SOBRE QUANDO E COMO OCORREM AS ASSEMBLEIAS PÚBLICAS DELIBERATIVAS
As datas são determinadas ao término de cada assembleia deliberativa (em 2014 tem acontecido uma vez por semana, todas as segundas-feiras às 19h na Roosevelt). O local, desde que o parque foi fechado, tem sido debatido via redes sociais até um consenso virtual surgir e o local ser divulgado nos canais online.

SOBRE ASSEMBLEIAS EXTRAORDINÁRIAS
Os Grupos de Trabalho podem concordar, durante reunião programada em Assembleia Pública, convocar uma Assembleia Extraordinária.

SOBRE A REUNIÃO DE PAUTA
Para decidir as pautas um pad tem que ser criado e divulgado publicamente em canal oficial do Movimento. Os integrantes da mesa da assembleia respectiva ficam responsáveis por colher e organizar as sugestões e encaminhar para: http://titanpad.com/assembleiapautasPA.

SOBRE A ATA
O integrante da mesa responsável por fazer a ata tem que encaminhar a versão completa para: http://bit.ly/parqueaugustaatas e a resumida para: resumidas: http://www.parqueaugusta.cc/site/atas-de-assembeia

Fonte: Print de ata em pdf encontrada no Google Drive

Como em um laboratório, a experimentação era permanente, mas não havia a prática de preservar todas as descobertas. Segundo ativistas entrevistados, influi nisso a constante presença de pessoas novas em um movimento aberto como o OPA, alguma rotatividade de participantes, a conjuntura externa da luta (mais institucional ou mais ação direta) e as subjetividades circulantes, especialmente depois da perda do espaço, e os constantes embates pessoais daí resultantes. Já durante a ocupação, com dezenas de problemas cotidianos concretos exigindo deliberação e ação imediata, as assembleias e as atas tinham objetividade e seguimento, ainda que às vezes houvesse a participação de mais de 100 pessoas, algumas pela primeira vez.

Figura 26 – Planejamento de assembleia

Inicio : _19h15h

Atribuicoes da mesa
1 - Integrante que medie
2 - Integrante que controle o tempo e as inscricoes
3 - Integrante que faca os encaminhamentos e agenda.
4 - Integrante para fazer ata.
5 - Integrante para realizar relato minucioso e detalhado das discussões, para registro hitórico.

Abertura
- Informes.
- Apresentacao de pontos a serem debatidos.
(Pautas não contempladas na assembleia retornaram na próxima como prioridade, respeitaremos o horário teto da assembleia.)
- Anúncio do teto do horario da assembleia.
- Integrante que realiza a ata fica responsável pela lista de presença da assembleia.

Metodologia
- Leitura texto gerado referente ao movimento.
- Balanço das ações ocorridas entre a assembleia da semana anterior e a atual e levantamento de pautas a respeito destes pontos.
- Informe dos pontos a serem debatidos na assembleia
- Abrir para inclusão de pauta, ordem dos assuntos a serem debatidos e tempo de discussão dedicado a cada ponto da pauta.
- Começo da Assembleia

1 - Apresentação
1min para cada participante se apresentar.
Mesa intervem ao final do tempo.

2 - Seguem as pautas decidias para a semana em específico.
Para cada pauta:
- Debates
- Encaminhamentos (com prazos e responsáveis)
- Agenda

Fonte: Print de arquivo do Google Drive

Figura 27 - Roteiro teste para assembleia I

Estrutura da assembléia experimental de 17 de fevereiro de 2014

[redacted]

1o momento: APRESENTAÇÃO
19h - 19h45
a) Explicar a estrutura proposta para a assembleia
b) Princípios
c) acordos
- Evitar sair da roda, pelo menos, até o fim da pauta que tenha participado;
- Respeitar o tempo de fala
  - o próprio tempo, não se alongar demais, e o tempo dos colegas.
- Fazer o tempo total valer
- Todos temos voz - ouvir mais do que se colocar
  - Respeito ao que o outro tem pra dizer. Concordando, discordando ou pra complementar a fala de alguém, espere a pessoa falar e se inscreva para falar também.
- Assembleia Generosa - acolher a demanda de todos
  - O debate é entre ideias e propostas, mais do que entre pessoas. Atitudes ofensivas e discriminatórias não serão toleradas. Não é necessário gritar pra se fazer ouvir.
- horizontalidade
  - não existe concentração de poder, estratificação, hierarquização nem lastro. não interessa se você está aqui desde fevereiro ou se trabalhou cinco dias na semana passada
- mesa soberana
  - Legitimar e respeitar a função mediadora da mesa.
- assembleia não é Grupo de Trabalho
  - Combinações dos horários das reuniões que surgirem de informes ou pautas devem ser combinadas posteriormente, fora do ambiente de assembleia, através do consenso entre as pessoas dos GTs responsáveis pelas ações.
d) apresentação dos novos participantes

Fonte: Print de arquivo em pdf do Google Drive do OPA

Figura 28 – Roteiro teste para assembleia II

2o momento - INFORMES

19h45 - 20h
a) Explicar o que é informe e a estrutura desse momento
b) Informar sucintamente os informes já levantados (listar informes aqui abaixo)
c) pegar novas inscrições de informes
d) aprofundar cada informe
  //momento de exposição e pequeno diálogo, mas não debate//

3o momento - LEVANTAMENTO DE PAUTA

20h - 20h15
a) Explicar o que são pautas e o que é debate
b) Expor sucintamente as pautas já levantadas, inclusive de La Rolnika (listar pautas aqui abaixo)
c) colher novas pautas
d) fazer painel expondo pautas
e) priorização das pautas a partir de votação

4o momento - DELIBERAÇÃO
21h45 - 23h
a) deixar claro ordem de priorização e quanto de tempo será para cada pauta.
b) Debate
c) após o fim do debate, a mesa propõe encaminhamentos de acordo com as exposições feitas. Pessoas também podem propor mais encaminhamentos. Validar encaminhamentos e votar.
d) pautas pendentes

5° momento - Últimas Considerações.
- avaliar o encontro
- próxima mesa

Fonte: Print de arquivo em pdf do Google Drive do OPA

Um problema que surgia frequentemente em relação à ferramenta assembleia como instância máxima de deliberação era a discordância dos que não estavam presentes sobre o que foi decidido ou a dúvida sobre se aquela havia sido a melhor decisão e, por isso, a tentativa de reabrir o debate. E isso frequentemente se dava no grupo secreto do Facebook. Um exemplo foi a decisão de anunciar ou não nas redes sociais uma reunião com o prefeito que já havia motivado uma grande polêmica, como mostramos no capítulo anterior. Devido a eventuais embates muito duros para fazer valer posições, chegou-se a elaborar um código de conduta para as assembleias, como mostra a figura 29.

Figura 29 - Código de conduta para assembleias

Respeito e Generosidade – radicais

Necessidade de respeito: assumimos que todos os participantes são indivíduos plenos, capazes e bem intencionados. No momento da discordância, praticar inteligência e respeito mútuos. Não cabe movimentos em bloco ou ações por facção. Não cabe xadrez político dentro do Organismo. Abrimos espaço para indivíduos plenos, que topem a inteireza de uma participação imortal enquanto dure. Peito aberto e franqueza.
Este princípio também deixa muito pouco espaço para vetos. Ele existe, sim, mas apenas em situações extremas – situações do tipo "se esse decisão passar eu estou fora daqui". Vetos são severos e não devem ser confundidos com opinião.
Discordar de uma ideia não é suficiente para vetá-la. Na verdade, se você vê fraquezas em uma ideia, eis aí a oportunidade de diálogo para que a ideia seja incrementada, substituída por outra ou mesmo abortada.

Fonte: Print de arquivo em pdf encontrado no Google Drive

4.1.2 Grupos do Facebook, Telegram e WhatsApp

Aberto ainda em 2013, primeiro com o nome de OPA e alterado em 2017 para simplesmente "Parque Augusta", o grupo secreto do Facebook tinha como papel inicial a comunicação interna entre o que poderia ser chamado o "núcleo duro do movimento", aqueles ativistas que estavam no dia a dia da luta. Servia também para deliberações de emergência, pequenas enquetes sobre datas de reuniões e assembleias, distribuição de tarefas que surgiam pós-assembleia etc. Afinal, o canal de deliberação soberano era a assembleia. Em novembro de 2018, o grupo comportava 215 pessoas, mais da metade delas há muito não participavam de nenhuma assembleia ou ação.

Ocorre que, ao longo do tempo, mesmo que as assembleias não tenham perdido o protagonismo, a facilidade de uso das redes a qualquer hora do dia acabou por permitir

debates deliberativos no grupo secreto, por fim um fator e *locus* de algumas crises. Entretanto, seu uso nunca foi unanimidade. De um lado, críticas pelo formato de debate propiciado pelas redes sociais, que distancia as pessoas do olho no olho, objetifica as subjetividades que olhares e gestos modulam nos encontros presenciais, uniformiza as falas e abre um enorme espaço para interpretações equivocadas dos dizeres. De outro, o questionamento do uso da plataforma de uma empresa que faz parte do sistema que muitos querem combater.

Figura 30 – Print screen da capa do grupo secreto do Facebook

Fonte: Grupo Secreto do Facebook

Como nunca houve *hackers* nem especialistas em programação integrando o movimento, a possibilidade de construir espaços digitais alternativos, com o uso de software livre, acabou por nunca se viabilizar. Pesou sempre também o fato de, no Brasil, o Facebook liderar disparado como canal de redes sociais mais usado, onde "todos estão". Dentro do próprio movimento isso era um fator inconteste, principalmente entre os ativistas mais velhos, que não tinham a prática de uso de outras plataformas nem queriam enveredar por novos caminhos digitais. Em 2017, diante da insistência de Javier Toret, ativista espanhol que esteve no Brasil colaborando com o OPA, para que não centrassem os debates de estratégias em canais como Facebook, que considera "backdoors da CIA e dos EUA e um risco para todos nós e também para o Parque Augusta", ou mesmo na assembleia aberta, pouco segura, um dos integrantes explicitou as dificuldades nesse sentido:

> *O Movimento Parque Augusta até então se pautou por assembleias abertas, tem gente de todas as idades, não tem uma cúpula organizada, não tem criptocúpula. Feliz ou infelizmente foi assim. A gente se conheceu na luta e foi usando o que tínhamos em mãos. Entendo a questão, acho fundamental, mas acho deslocada porque não chegamos a tal ponto de organização. Nunca é tarde, mas precisamos de mais gente a fim de participar.* (Ativista, em conversa informal)

A mesma relação havia com o grupo do Telegram. O primeiro deles, “Berinjela”, foi criado em janeiro de 2015, durante a ocupação, como canal de mensagens rápidas e mais reservadas, alertas, crises etc.. Não tinha a função de deliberação, porque isso ocorria nas assembleias diárias. Com o passar do tempo pós-ocupação, porém, algumas coisas começaram a ser decididas ali entre um grupo menor (média de 30 membros e cerca de 10 ativos), antes mesmo de serem postadas no grupo secreto, embora não se tratasse de decisões de grande porte. Diante da desconfiança de que o Berinjela não era mais seguro, pois participavam dele pessoas que há muito não estavam no movimento, e de algumas discussões agressivas, em 31 de julho de 2017 aqueles que estavam ativos no processo criaram um novo grupo, o “Abacate”. Como o anterior, este não tinha a função de deliberar, mas novamente acabou sendo um espaço de tomada de decisões para muitas atividades, que acabavam não passando nem pelo crivo do grupo secreto do Facebook, mais populoso, nem da assembleia.

Finalmente, em dezembro de 2017, esse grupo torna-se o palco de embates entre ativistas insatisfeitos com o que consideravam protagonismo de outros, principalmente com centralização das informações e ações institucionais. Com o acordo entre Prefeitura e construtoras mais uma vez paralisado, depois de um ano de expectativas e trabalho duro na elaboração do projeto comunitário do parque, o movimento entra em nova paralisia até meados de 2018, quando é convocada a primeira assembleia do ano via grupo secreto do Facebook, naturalmente.

A partir desta retomada da ação, criam-se, também, um novo grupo no Facebook, fechado, apenas com os ativistas que estavam comparecendo às assembleias naquele momento, o ZAT Parque Augusta (Zona Autônoma Temporária Parque Augusta). Mas em pouco tempo os debates se transferiram para um grupo de WhatsApp – o Psicoparques –, que havia sido criado no momento de crise do início do ano, sem incluir os membros do movimento que estavam acompanhando, de forma centralizada, o acordo entre Prefeitura e empreiteiras. Durante cerca de três meses, após a assinatura do acordo, era como se existissem dois movimentos separados: um tratando de ações institucionais e outro planejando ações diretas e eventos, situação que começou a ser revertida com o encontro de cura relatado no subcapítulo *3.3 Governança do comum* [61].

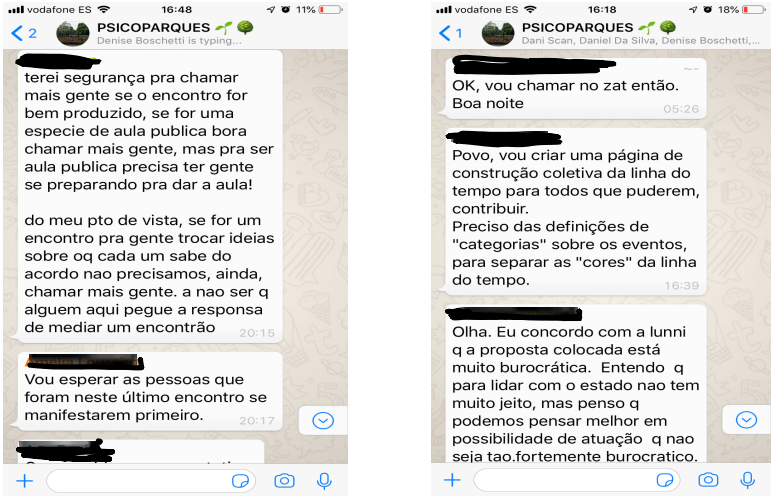
[61] Embora a investigação já estivesse encerrada, devido ao prazo de depósito, foi possível acrescentar estas informações pelo acompanhamento que continuamos fazendo - e devemos continuar, em um processo de “investigação militante”, que acabou por estabelecer-se durante a observação colaborativa que guiou este trabalho.

Figura 31 – Print screen da capa do grupo ZAT Parque Augusta

Fonte: Grupo fechado do Facebook

O grupo Psicoparques do WhatsApp acabou por dividir-se em outros três, dedicados a debater e até deliberar sobre a implantação do Canteiro Vivo, a realização de um festival de artes para comemorar a conquista do parque e planejar as aulas públicas, agora denominadas "Escola Sem Paredes", em contraposição à "Escola Sem Partido"[62]. Nesse momento, o Grupo secreto do Facebook se esvazia e até a lista de e-mails aparece como canal de algumas deliberações, como do encontro de cura relatado no subcapítulo *3.3 Governança*.

Figura 32 – Print screen de debates no Grupos Psicoparques



Fonte: Grupo Psicoparques no WhatsApp

[62] A "Escola Sem Partido" é um movimento de militantes de direita, incluindo deputados federais que tentavam aprovar uma lei para fiscalizar a atuação dos professores em sala de aula, com o objetivo de censurar o que chamam de "cultura marxista" – conteúdos relacionados com questões de gênero e estudo de marxismo etc.

4.2 Comunicação entre todos

Para um movimento que praticamente nasceu nas redes, mais especificamente no Facebook, natural que poucos dias depois do primeiro encontro de ativistas o Parque Augusta já tivesse uma página e um grupo público nessa plataforma, chegando ao Twitter, ao Instagram e ao YouTube pouco tempo depois. Em dezembro de 2013, o movimento já fazia suas primeiras transmissões ao vivo pelo Twittcasting, um aplicativo japonês de streaming que estava se popularizando no Brasil na época. Como já mostrado, é pelo Facebook que todos conversam, se informam sobre o que vai acontecer no movimento, nas ruas e nos gabinetes, marcam encontros, organizam eventos, se entendem e se desentendem.

Durante mais de dois anos – entre fevereiro de 2014 e dezembro de 2016 –, o OPA também manteve o site como referência de seus conteúdos centrais, especialmente os princípios, objetivos e história do movimento, as atas resumidas das assembleias, fatos mais relevantes da atualidade da luta e conteúdos complementares. Era o destino dos links das redes sociais e garantia a unidade da linha política e de comunicação, produzindo confluências em um contínuo de ações nas redes e nas ruas. Produzido e administrado em comum por ativistas que então participavam do coletivo, foi desativado em 2016, quando aquele que era responsável por manter o servidor se afastou e não foi mais possível recuperar nem a programação nem o conteúdo[63]. Além do site e das redes sociais, completa os canais de comunicação a Revista OPA, que teve dois números editada em 2014 e um terceiro sendo preparado em novembro de 2018, a partir do conteúdo do Fórum Comunitário de 2017.

Desde o início, a comunicação do movimento foi feita a muitas mãos, juntando as colaborações que cada um podia oferecer, por habilidades ou disponibilidade de tempo. Os "memes" eram obras de poucos – artistas, designers ou apenas com prática no uso de Photoshop e outras ferramentas. Mas as estratégias de comunicação, as mensagens e os textos sempre saíram do esforço coletivo depois de debates nas assembleias, troca de mensagens via grupos nas redes sociais ou na escritura em pads onde todos podiam dar uma opinião. Nunca foi mantido um GT de Comunicação fixo. Este sempre surgia quando havia eventos externos ou ações importantes, como durante a ocupação de 2015, os fóruns, os festivais, a apresentação de ação civil pública contra as construtoras, o pronunciamento sobre o acordo para criação do parque ou a entrega do projeto comunitário à Prefeitura. Algumas vezes os

[63] O site será abordado com mais profundidade no capítulo **5. A produção em comum**.

GTs realizavam reuniões presenciais, mas em geral seu trabalho se dava online, em pads ou documentos no Google Drive.

Como a comunicação não tinha uma estrutura formal, tampouco havia um mailing estruturado de jornalistas, contatos dos mais chegados ou mesmo um padrão de envio de releases. Para os "memes", a linha gráfica vinha a partir do logo criado em 2014 e algumas especiais estabelecidas para alguma campanha específica, como para o Projeto de Parque desejado, trabalhado durante o Fórum de 2017, ou os padrões de mensagens compartilhadas durante a ocupação. Em alguns momentos, chegou-se a escrever um plano de comunicação, mas nunca uma estratégia geral para o movimento nem planos de largo prazo. Tudo ia se construindo e mudando seguindo a dinâmica da luta e das pessoas envolvidas na tarefa.

Figura 33 - Estratégia de redes sociais Verão Parque Augusta

Estratégia mídias sociais Verão PA

FACEBOOK

Como já expliquei, atingimos um círculo muito pequeno de pessoas com a página oficial do PA. O Facebook já a deixou viciada e nós mesmos somos quem vê as publicações. Por isso, precisamos nos concentrar e fazer posts certeiros para haver grande número de compartilhamento.

- Um post por dia, no máximo dois na página oficial do PA (posts com fotos/memes ou vídeos, e sempre com grande diferença de tempo. Ex: um no começo da tarde 13h/14h outro só às 20h/21h). (Ver nos recursos da página melhores horários: https://www.facebook.com/parqueaugustaja/insights/?section=navPosts
- Posts com textos diretos e mais curto possível
- Usar nas fotos sempre o logo do festival
- Usar sempre as hashtags **#festivalPA #parqueaugustavive #parqueaugusta**
- Nos dias dos festivais: publicar fotos do que está rolando no festival no evento (postar como página do PA e não pessoa física, assim as pessoas confirmadas no evento recebem notificação)

INSTAGRAM

O Instagram (assim como o Twitter) é o aplicativo em que as hashtags mais funcionam e isso faz novas pessoas acharem o perfil (no caso, do PA).

- Usar sempre as hashtags **#festivalPA #parqueaugustavive #parqueaugusta**
- marcar sempre a localização do PA
- lembrar de já compartilhar no Twitter também

TWITTER

- Usar sempre as hashtags **#festivalPA #parqueaugustavive #parqueaugusta**
- Rtweetar tudo que sair do PA em jornais ou de pessoas influenciadoras
- Usar aplicativo TweetDeck para programar posts. O mesmo post pode ser programado para manhã/tarde/noite já que a vida útil de um post é pequena. O aplicativo ainda nos ajuda a achar qualquer coisa que sair sobre o PA, mesmo que não marquem o @parque_augusta
- Se comunicar com outros movimentos sociais

YOUTUBE

- Todos os vídeos na página oficial do PA
- Vídeos sobre o PA bacanas podem ficar em playlists que criarmos.

Fonte: Print feito pela pesquisadora de arquivo do Google Drive

4.2.1 Aprisionados no Facebook

O Movimento Parque Augusta provou o melhor e o pior dessa rede social nos últimos cinco anos. Das convocações massivas ao quase ostracismo multitudinário, a luta pelo parque passou pelos eventos, posts, "memes", vídeos, fotos, infográficos, gifs, enquetes, transmissões ao vivo e stories – enfim, todas as possibilidades de formatos de conteúdo e engajamentos oferecidos pela plataforma. Em alguns eventos mais importantes, até mesmo a promoção

(pagamento) de posts esteve presente, a partir da generosidade de um ou outro militante ou de alguma "vaquinha", com o objetivo de aumentar o alcance do que pretendiam comunicar.

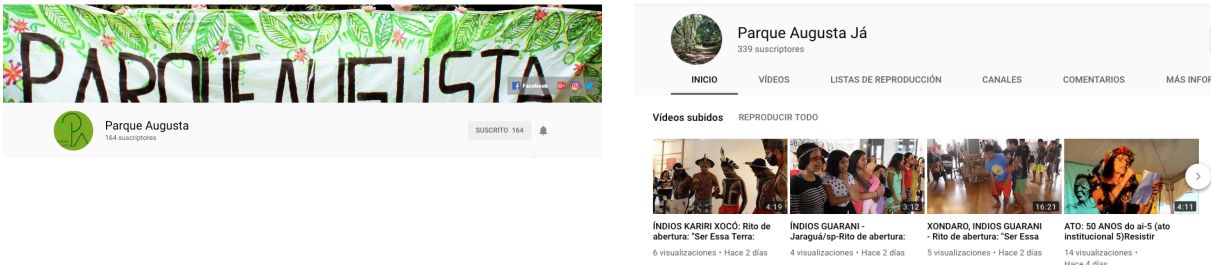
A audiência ou o alcance do que foi postado nas redes garantiu, principalmente no início, a visibilidade do movimento, a propagação de sua mensagem e o engajamento. Mais ainda: a popularidade nas redes permitia adesão às ações nas ruas e, em consequência, mais poder de pressão diante do poder público pela concessão do parque ou atendimento dos demais pleitos dos coletivos. Foi assim com os movimentos massivos que varreram o mundo nas duas últimas décadas e foi assim com o Parque Augusta, tanto nos primeiros festivais, com até cinco mil pessoas por evento, quanto durante a ocupação. E mesmo hoje, com a pouca visibilidade orgânica das páginas imposta pelo Facebook, a simples presença nas redes, com a publicação de "memes" e eventos, ainda que pequena em momento de ação reduzida ou de compasso de espera pelas soluções institucionais, mantém acesa a chama, o movimento ativo e sempre propenso a ser divulgado, individualmente ou no coletivo. Houve casos de eventos organizados após períodos de baixa ação nas redes e nas ruas, por exemplo, em que com uma pequena promoção nos moldes entendidos pelo Facebook (pagamento) acabaram por chegar a mais pessoas do rol de seguidores. Coisa que não seria possível sem a manutenção das páginas e as pessoas cativas a elas.

Os principais canais de comunicação externa do Movimento como um todo (OPA/Canteiro Vivo, Aliados do Parque Augusta e Samorcc) nas redes sociais são duas páginas (Parque Augusta e Aliados do Parque Augusta), três grupos públicos (Grupo de Discussões Parque Augusta, Aliados do Parque Augusta e Parque Augusta) no Facebook, além de dois perfis no Twitter (Parque Augusta Já e Aliados do Parque Augusta), um no Instagram (Parque Augusta) e dois canais no YouTube (Ocupa Parque Augusta e Parque Augusta). Para a comunicação interna há um grupo secreto no Facebook (Parque Augusta) e quatro no WhatsApp (ET-Festival Pq Augusta, #CanteiroVivo PA, ET #EscolaSemParedes, ET MídiaComunicação Pq.Au), estes últimos criados em 2018, para a retomada do OPA/Canteiro Vivo após a crise do início do ano (vide capítulo *3.3 Governança*).

A dispersão de canais deve-se à existência dos múltiplos coletivos com estratégias de ação, objetivos e princípios diversos. Como abordado no capítulo 3. *A Formação da Comunidade*, a discordância em relação aos métodos de ação e a gestão do futuro parque vai se refletir na estratégia de comunicação de cada um e no simbolismo de sua representação pública. Enquanto os Aliados do Parque Augusta e aqueles que se agrupam ao redor da Samorcc usam as redes como canal de comunicação convencional, compartilhando links de

outras publicações com textos, notícias e vídeos, tanto sobre o parque como sobre o meio ambiente e a cidade em geral, o OPA/Canteiro Vivo sempre explorou todas as possibilidades criativas oferecidas pelas redes. Caracteriza-se por lançar mão de experimentos digitais de múltiplos formatos, conectar-se e divulgar causas específicas do direito à cidade e dos comuns urbanos, bem como dos anseios globais nessas áreas ou dos movimentos anticapitalistas e antiglobalização.

Figura 34 – Prints da capa dos perfis no YouTube



Fonte: YouTube do Movimento Parque Augusta

O que se destaca nesse emaranhado de canais são justamente aqueles abertos e geridos pelo OPA, que reunia cerca de 10 mil posts na página do Facebook, quase 2 mil do Twitter, mais de quatro centenas de imagens do Instagram e de vídeos do YouTube[64], fora as postagens do grupo secreto. Estão ali presentes as ações diretas, as assembleias, os eventos próprios ou de que participam, as negociações com Ministério Público e Prefeitura, os manifestos e tomadas de posição, o modelo de parque desejado, os objetivos, metas e princípios da causa, a imagem simbólica construída diante da população, seus desacordos internos ou com os demais coletivos do Movimento, bem como a parceria com outros coletivos de defesa à cidade e do comum urbano de todo o Brasil.

Nos períodos de maior engajamento interno ou de visibilidade pública do movimento, como durante os festivais de arte, a Vigília Criativa, os fóruns, a elaboração do projeto de parque e a proximidade de desfechos para sua criação, organiza-se um GT de Comunicação específico para traçar a estratégia de comunicação geral e gerenciar as redes, produzir conteúdos, especialmente "memes". Trata-se de uma criação coletiva, posta em comum, e da qual não participam apenas os integrantes do GT. Qualquer pessoa pode sugerir e produzir os conteúdos, alinhando apenas a postagem com o GT, para não haver duplicatas ou contradições.

[64] Número de novembro de 2018.

Figura 35 – Memes de convocatórias do movimento no Facebook

Fonte: Página do Facebook do Movimento

No dia a dia, a alimentação das páginas e grupos de comunicação externa é feita pelos administradores e editores previamente definidos, que conversam informalmente nos grupos secretos do Facebook ou Telegram ou durante as assembleias. Como o número de administradores chega a 28, mais dois editores, incluindo pessoas dos Aliados ou que já não participam do dia a dia do coletivo, em momentos de menos ativismo a página acaba por ficar sem estratégia, cada um postando o que acredita ser importante. Embora não se perca o foco na causa, muitas vezes há um excesso de posts, com conteúdo repetitivo. Principalmente quando em algum ato de rua a dupla que se intitula Movimento Parque Augusta Sem Prédios grava depoimentos com muitas pessoas e acaba compartilhando todos.

Em geral, são depoimentos genéricos em vídeo sobre a importância do Parque Augusta para a cidade (artistas, políticos, lideranças comunitárias, estudantes etc.) ou fotos de pessoas posando com uma faixa do movimento. Além de serem compartilhados de forma igual em todos os canais do Facebook ligados ao movimento, trazem textos demasiado grandes para os padrões ideais da plataforma e excesso de fotos, um tipo de conteúdo que tem baixa aderência na rede por ser repetitivo e pouco criativo. Dentro do princípio da autonomia que rege o OPA e do respeito ao esforço que requerem essas produções, nunca houve uma deliberação sobre o tema. Uma única vez, em 2017, quando havia uma estratégia clara definida e o objetivo era fazer a página funcionar de acordo com esta, para maximizar os resultados, foi retirado o status de administrador do fotógrafo, o que causou constrangimentos internos até que a situação fosse revertida.

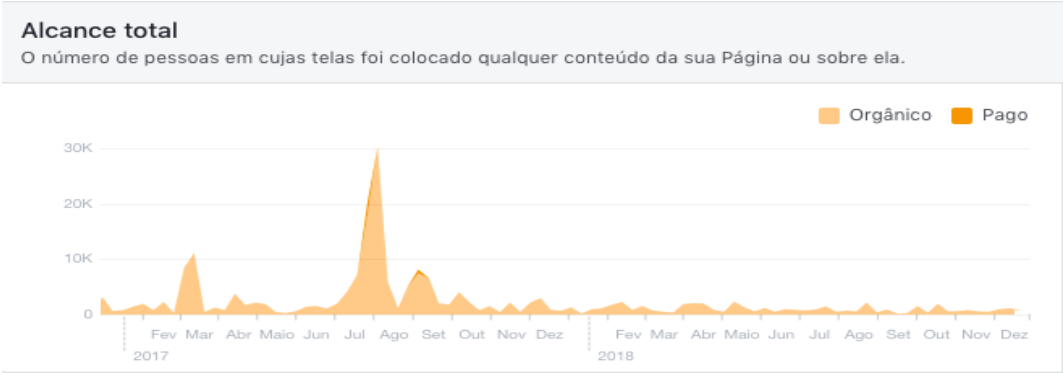
Apesar dessa preponderância do uso das redes, o alcance do movimento nesses espaços é hoje bem modesto se comparado às convocações massivas e o que ocorria em 2013,

2014 e durante a ocupação de 2015. A causa da perda de visibilidade reside principalmente nos constantes bloqueios dos algoritmos do Facebook para posts orgânicos (não pagos), mas também na citada falta de estratégia e organização interna no que se refere à comunicação por que passou o movimento em 2018. Pesa muito, também, a própria conjuntura de disputas políticas nas redes (a causa do Parque deixou de ser a ordem do dia no cenário político de São Paulo). Em julho de 2017, por exemplo, durante o Fórum Comunitário, as transmissões ao vivo das conferências pelo Facebook Live tiveram audiência de mais de dois mil pessoas individualmente nessa plataforma (durante e depois da transmissão), sem contar a assistência pós-eventos e a dos vídeos posteriormente colocados no YouTube. Uma repercussão que os posts do movimento não alcançavam desde 2015, durante a Vigília Criativa.

Figura 36 - Visualizações de vídeos no Facebook 07/17 a 07/18

Fonte: Estatísticas do Facebook capturada pela pesquisadora na plataforma

Figura 37 - Alcance da página do Movimento no Facebook



Fonte: Estatísticas do Facebook capturada pela pesquisadora na plataforma

Em novembro de 2018, a página do Facebook era curtida por 22.289 pessoas, sendo 25.682 seguidores (pessoas que optaram por ver as publicações em sua timeline), números que permanecem mais ou menos constantes nos últimos dois anos, com pequenas variações

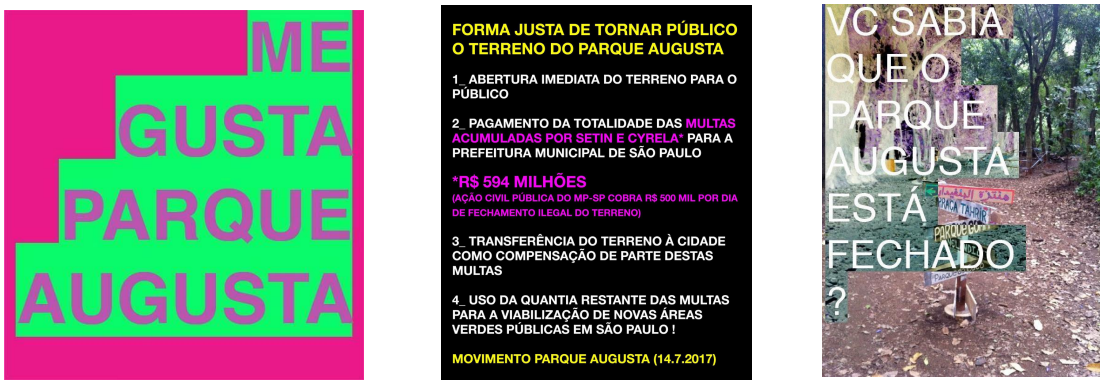
para mais ou para menos, segundo os dados fornecidos pela própria plataforma. O grupo de discussões Parque Augusta também se mantém mais ou menos estável em 4.365 membros, desde o boom de crescimento de 2013 a 2015. No Twitter, são apenas 1.171 seguidores em agosto de 2018, número mais ou menos estável desde o início, em 2013. No Instagram foram um total de 486 posts e a receptividade dos 2.714 seguidores (dado de 01/08/18) mantém uma média superior a 100 likes (3,5% de engajamento) O post que obteve mais likes chegou a 285 (10% de engajamento). No YouTube, as publicações se dividem entre dois canais: o do OPA, criado em janeiro de 2014, com 161 seguidores e 34.623 visualizações de vídeos (até 01/08/18) e da dupla Movimento Parque Augusta Sem prédios (Parque Augusta Já), com 339 inscritos.

A página do Aliados do Parque Augusta, com a característica de gerenciamento já comentada, tem 12.617 seguidores. Não publica eventos ou conteúdos produzidos pelo OPA, sequer divulgou o projeto comunitário com o qual um de seus integrantes contribuiu no item "cachorródromo". Além do conteúdo factual, dá um grande destaque para seu próprio evento, que já se encontra na 10 edição: Picnic no asfalto ou Picnic à moda antiga, realizado sempre em agosto, durante a Virada Sustentável, e que se caracteriza pela presença de moradores da região sempre vestidos de forma elegante, portando chapéus, e praticamente todos com um cachorro à tiracolo. Já o grupo público de Facebook Aliados do Parque Augusta, além de repetir boa parte dos conteúdos da página do coletivo, publica os vídeos e fotos produzidos pela dupla Parque Augusta Sem Prédios, que tem acesso direto como editora. Assim como o grupo dos Aliados, o grupo administrado pela ex-presidente da Samorcc, Célia Marcondes, somente publica conteúdos factuais sobre o movimento alinhados com sua posição em relação ao parque desejado, não cedendo espaço para as atividades do OPA. Com 4.881 membros, sua imagem de capa é a foto de um parque europeu, o modelo por ela perseguido. Durante a campanha eleitoral de 2018, Célia Marcondes, a representantes da Samorcc, divulgou também diversos memes promovendo sua própria candidatura a deputada federal, o que não foi permitido na página nem no grupo público administrado pelo OPA, de onde foram excluídos.

4.2.2 #MeGustaParqueAugusta: memes e hashtags como símbolo

Seguindo o rastro das grandes mobilizações internacionais, especialmente 15M espanhol e os movimentos que dele decorreram, o OPA baseou sua comunicação nas redes em "memes", vídeos e fotos, em uma mescla de arte e cultura popular produzida em comum. Textos ácidos contra a especulação imobiliária e à performance do prefeito, sem a verborragia militante da esquerda partidária, com apelo emocional e para a necessidade de união em prol da causa comum (GERBAUDO, 2017). Fazem parte deste apelo a ironia política e contra políticos, as cobranças diretas à administração e ao prefeito, mas sem nenhuma menção ou crítica partidária. O foco foi sempre o parque "100% verde, sem prédios", como símbolo de um direito que estava sendo negado à população. Mensagem central desdobrada no reforço ao projeto de parque desejado pela comunidade, na gestão comunitária/autogestão e na postura/ação esperada do prefeito/prefeitura para que isso se realizasse.

Figura 38 - "Memes" simbólicos do OPA



Fonte: Página do Facebook do Movimento

A luta voltou-se cotidianamente contra a especulação imobiliária, o que permitia atacar ou cobrar a todos que dela se beneficiassem ou para que com ela contribuíssem sem entrar, no entanto, na disputa pelo poder ou na fragilização do governo, situações que normalmente empanam muitas lutas urbanas quando partidos e instituições organizadas delas participam.

Um exemplo característico dessa estratégia aconteceu um mês antes da Operação Lava-Jato[65] estourar no País e expor a rede de corrupção entre grandes construtoras, governos e políticos, atingindo especialmente o PT do prefeito Fernando Haddad. Durante o carnaval de 2014, pouco depois da criação do parque e do fechamento, ato contínuo, dos portões por parte das construtoras, o OPA organizou o bloco PsicoParque Memo, que saiu às ruas com o tema-enredo "Funk da especulação", uma alusão clara às relações promíscuas entre estas empresas e o poder público. A letra circulou pelo Facebook, inclusive na página dos Aliados, primeiro como meme (Figura 39), chegando depois ao YouTube com um vídeo gravado em uma apresentação diante da Prefeitura. Sem nenhum ataque direto aos políticos, o OPA expôs a visão que pauta sua luta: há um explícito conluio entre os administradores públicos e as construtoras na aprovação de obras não desejadas pela população ou que infringem as leis, como foi o caso do Parque Augusta.

Figura 39 – Funk da especulação

Fonte: Página do Movimento no Facebook.

[65]A Operação Lava-Jato é uma investigação policial em torno de casos de corrupção no Governo Federal, conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal iniciada em 2014. Com foco inicial na Petrobrás, avançou por outras áreas do governo, já prendeu e condenou dezenas de donos e executivos de empresas de construção, bem como políticos e funcionários públicos. Entre os presos encontra-se o ex-presidente Luís Ignácio Lula da Silva. Informações oficiais no site do Ministério Público Federal. http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato/fases-da-operacao-lava-jato-1. Acesso em 10/12/18.

Ao longo desses cinco anos, os memes produzidos pelo OPA oscilaram entre as mensagens “call to action” para mobilizar tanto os já ativistas como a população ainda não envolvida, e as críticas e cobranças ao poder público e aos donos do terreno, embasadas nas leis e informações que garantem o espaço como parque ou, pelo menos, a manutenção de um acesso público. Há cards apenas informativos, com textos didáticos, há cards com textos irônicos, com perguntas retóricas, com denúncias, críticas, cobranças, convocando para assembleias e eventos, comemorativos de pequenas vitórias. Há conjuntos de cards integrantes de uma campanha específica, como a coleta de desejos para o projeto de parque, ou que fazem parte de uma “história”, como o anúncio dos pontos principais do projeto comunitário elaborado em 2017.

Figura 40 – Exemplos de “memes” do Facebook, Instagram e Twitter

Fonte: Redes sociais do movimento

É verdade que nos dois primeiros meses do movimento em 2013 a mensagem que dominava os memes era a de construção coletiva do parque e da defesa do verde mesclada com promoção da arte urbana. Mas já em meados de agosto de 2013 a especulação imobiliária entra na pauta de uma reunião convocada pelas redes sociais. E pouco a pouco, verde, arte e direito à cidade se mesclam. Em novembro de 2013, por exemplo, um meme chama para uma assembleia em que serão debatidas as razões do desinteresse da administração Haddad pela preservação das áreas verdes. Debate este seguido de uma caminhada até o Teatro Oficina, para evento conjunto com a companhia de teatro que há anos luta contra a construção de um empreendimento imobiliário no terreno em torno de sua sede. Estava ali o embrião de um movimento conectado com lutas urbanas semelhantes e da criação, cerca de seis meses depois, da Rede Novos Parques.

Seja qual for o tipo de meme, porém, todos ostentam um padrão de produção, linguagem e arte:

- A grande maioria é criação coletiva a partir de GTs e assembleias.
- Mantêm um alinhamento estético, usando linguagem lúdica sem serem piegas nem ingênuos.
- Têm coerência e afinidade explícita com o posicionamento do grupo em relação à concessão do terreno e do parque desejado.

A unidade e consenso alcançados em relação aos temas mais sensíveis, o afeto e entusiasmo presentes nas relações interpessoais e motivação ativista garantem a coerência e a pertinência do que é produzido. Mesmo que não estejam todos sentados em uma mesma sala, a inteligência coletiva garante o comum que deriva da produção. A linha criativa às vezes varia, mas a identidade de conteúdo é mantida. E todas as situações de "call to action", seja para assembleias, eventos, reuniões, oficinas de fantasias de carnaval ou um fórum de debates traz embutida na convocatória o espírito da conexão, da inteligência coletiva, do compartilhamento, enfim, da construção em comum.

4.2.3 Relações com a mídia corporativa

Apesar de viver nas e das redes, e de ter uma visão muito crítica sobre o papel da mídia corporativa na esfera pública, os integrantes do OPA/Canteiro vivo mantêm permanentemente o desejo de reconhecimento da luta e de sua posição sobre os diferentes temas relacionados a ela, seja o projeto de parque seja o tipo de acordo ideal para sua criação. Nas pautas dos diferentes GTs de Comunicação criados ao longo do tempo, sempre esteve presente uma estratégia para atrair a atenção dos jornalistas, embora sem que seja seguido os preceitos de uma clássica assessoria de imprensa. Trata-se de uma relação improvisada e que tanto rendeu bons frutos quanto gerou frustração. Este último sentimento quase sempre relacionado com a impossibilidade de pautar a mídia pós-ocupação. Poucos são os eventos do OPA que atraem a atenção dos jornalistas, sendo ignorados principalmente aqueles mais lúdicos ou artísticos ou que propiciam debates apenas entre ativistas ou com a comunidade. Por defeito, esse tipo de evento só atrai a atenção dos jornalistas quando há alguma autoridade presente. Durante o processo de negociação do terreno, em 2017 e em 2018, por exemplo, toda iniciativa da Prefeitura ou dos empresários tinha algum tipo de repercussão midiática, ao menos uma nota em jornal. O movimento era ouvido nas matérias principais, mas nunca

figurava no título, coisa que só conquistou efetivamente durante a Vigília Criativa, seu principal esforço de ação direta.

Figura 41 - Extrato de ata da assembleia

2 - Divulgação da expectativa de abertura dos portões

Começar a divulgação externa da ação de abertura dos portões do Parque e do apoio do MP na causa, demonstrando a expectativa nossa de ver o Parque aberto depois de 6 meses fechado nos últimos 40 anos.
Associar essa divulgação com materiais audiovisuais já existentes, fazendo um resumo da causa com o objetivo de maior comunicação com a população e agregando novos defensores. Foi lembrando o documentário do Es Cucho, que ainda não vimos, e a possibilidade de termos acesso a ele nessa divulgação.
Mencionar na divulgação, o aumento do descaso com a área abandonada e os crimes ambientes atuais. (release [redacted]+[redacted]+[redacted]+quem quiser)

Fonte: print de trecho da ata arquivada no Google Drive

Figura 42 – Parque Custo Zero

Fonte: “Meme publicado em Twitter, Facebook e Instagram em 2014

4.3 INSTRUMENTOS DE AÇÃO

Se a primeira ação que espalhou a causa da criação do Parque Augusta aconteceu online (o evento criado no Facebook), sua efetivação se deu, de fato, offline, fazendo valer ali, desde o início, o chavão que persegue os movimentos sociais emergentes do século XXI: das redes para as ruas, das ruas para as redes. No caso do OPA, porém, com o passar do tempo, entre redes e ruas, os ativistas acabaram por fazer, mesmo sem o respaldo de todos, paradas estratégicas nos gabinetes governamentais, parlamentares e do Ministério Público. O OPA usou, nesses cinco anos, os instrumentos disponíveis para fazer-se conhecido e ouvido, alternando a ação direta – ocupação do terreno, performances nas calçadas, festivais de arte,

fóruns de debates e atos públicos – com a ação institucional – ações na justiça, negociações e acordos em gabinetes. No primeiro caso, como protagonista; no segundo, como coadjuvante ou figurante, umas poucas vezes como parceiro. E nos dois casos sempre transpostos pelas redes digitais, elas mesmas a ação direta, via streaming, nos espaços de fluxos onde ativistas e espectadores se encontram e transitam.

A ação direta foi desde o início constitutiva do próprio OPA e um dos motivos de sua existência. A atuação institucional, que era a prática dos Aliados e da Samorcc até 2013, entrou em um segundo momento, em janeiro de 2014, quando já não havia o espaço parque e o coletivo decidiu usar todos os recursos possíveis para voltar a tê-lo, sem abandonar sua origem nas redes e ruas. E voltou com força em 2015, quando a Polícia os desalojou do terreno depois de 47 dias de ocupação. E esta volta acabou por se dar de forma mais absorvente, levando às crises na governança e aos dissensos tratados no capítulo *2. A Formação da Comunidade*.

> *Quando eu olho eu vejo que a defesa do institucional ela começou lá em 2013, quando foi decidido entrar com uma ação. No comecinho de 2014, houve uma pequena discussão de fazer isto ou não, mas tinha que fazer para correr por aí. O problema foi que pendeu só para isso não sei se foi pelo cansaço das pessoas de tantos anos fora do parque, ou foi porque quem estava fazendo mais isto tinha mais poder para pressionar por este lado e os outros não.* (Ativista, depoimento informal)

4.3.1 Vigília Criativa

A grande ação direta do OPA foi, definitivamente, a Vigília Criativa de 2015, como chamaram a ocupação do terreno por 47 dias, com o objetivo de forçar Prefeitura e construtoras a chegarem a um acordo para efetivar a criação do parque que, por direito, já era da cidade. Ocupar um terreno privado no centro da maior cidade da América do Sul, colocar os corpos na rua contra a especulação imobiliária, desafiar o prefeito a se posicionar sobre sua verdadeira disposição de dar um parque ao Centro atraiu para o movimento as atenções da população e colocou um pouco mais de luz sobre o processo de gentrificação e monetização do Centro de São Paulo. E também esteve nessa ocupação a possibilidade de experimentarem, na prática, a gestão comunitária ou autogestão do parque debatida nas assembleias e grupos de estudo. Durante o tempo em que durou a vigília, o parque viveu, em ritmo acelerado, o seu vir a ser autogestionado, uma mescla da cidade desejada com a realidade do Centro de São Paulo. Houve festivais de música (Verão Parque Augusta) com atrações nacionais (Karina Buhr,

Edgar Scandurra, Pequeno Cidadão e Bárbara Eugênia), embora o foco principal fossem os artistas underground das várias tribos paulistanas. Houve mapeamento de árvores, plantio de horta urbana, mutirões de limpeza, estudo sobre água e todos os cuidados necessários e relações amorosas com a natureza preconizadas pela permacultura. Houve gerador de energia, painel fotovoltaico e Internet. Houve cinema, aulas públicas, debates, yoga e meditação. Houve comida comunitária vegana. Houve assembleias diárias, GTs e reuniões temáticas. Houve acolhimento para pessoas em situação de rua e dependentes químicos. Houve briga, lágrimas, traficante querendo fazer ponto de venda na casa do parque e roubo. E houve festa, encontros, abraços e muita colaboração. Houve corpos e sentires em comum.

> *A gente foi ter esta experiência no parque que era uma causa um pouco mais concisa. Era a ideia de criar uma resistência específica ali para aquele terreno. Mas, mesmo assim, vivemos esta aventura de começar a propor assembleias abertas e foi muito bom enquanto a gente conseguiu manter uma coerência de busca por criar princípios, formas e metodologias de assembleias. Foi um período muito rico mesmo, durante o final de 2013 até a ocupação de 2015. Um ano e meio de muito trabalho e esforço de manter uma ideia aberta, para que quem quisesse somar, pudesse somar. Quando falávamos em organizar um fórum na rua aí chegava gente nova, bandas para tocar, principalmente as ações que chamavam gente, tanto as reuniões para organizar as ações como as próprias ações em si. Eram momentos de ampliação. Muitas pessoas entravam em contato, muitas presencialmente para depois entrar na parte virtual. Os momentos de mais afeto eram os momentos em que os sonhos eram mais palpáveis, se a gente ocupa o parque, tem muita coisa para fazer. São Paulo é uma cidade muito carente. Os problemas da cidade eles entraram no parque junto com as soluções, a gente fez este trabalho de desobstrução do parque, isto foi bem legal.* (Ativista, depoimento informal).

Preparada durante um ano, entre o fechamento dos portões em 28 de dezembro de 2013 e 17 de janeiro de 2014, a ocupação constituiu-se no laboratório (movimento) dentro do laboratório sonhado (parque), a autogestão dentro da autogestão.

> *Foi muita conversa e conversa e aí na hora foi tudo na precariedade, mas havia uma pequena organização ali. A gente tinha para isto um caixa que foi da Bienal*[66] *que os artistas holandeses que abriram espaço para a gente fizeram uma doação para levar esta grana para ocupação, o que ativou as necessidades básicas, como gasolina para o gerador, comida etc. Depois isto foi se mantendo com doações. A gente ia pedindo pela cidade, a vizinhança ia lá e levava coisas.*

[66] Os ativistas do OPA participaram da 31ª Bienal de Arquitetura de 2014, em São Paulo, em um debate em torno das tensões em torno da exploração do espaço urbano e natural, patrocinado pelos artistas holandeses Bik Van der Pol, como parte de seu projeto educacional de oficinas, palestras e caminhadas chamado "Olhar para não ver".

> *Passávamos o chapéu para gasolina para o gerador. Ganhamos um painel fotovoltaico.* (Ativista, depoimento informal)

Uma pequena organização que não impediu os problemas de se criar a zona autônoma sempre imaginada pelo coletivo no Centro de São Paulo. Não só como o festival (Verão Parque Augusta), a celebração, a festa sempre aberta, não ordenada, onde a espontaneidade é fundamental para que se realize a rebelião, a guerrilha que se faz e refaz (BEY, 1991). Mas também como o espaço de produzir em comum as relações que alimentam a comunidade e permitem sua rebelião contra a expressão urbana mais gritante da acumulação capitalista, a especulação imobiliária (HARVEY, 2012). E estas relações se dão, aqui, no que Corsín Jimenéz e Estalella chamam de "el ritmo urbano de uma política de experimentación" (2013).

> *Primeiro tive uma noção mais clara do que é uma organização, um organismo funcionando e como é difícil alguém fazer uma coisa e depois outra pessoa chegar e desfazer o que ela tinha feito. Isto dava muito trabalho. Ao mesmo tempo foi um sonho, uma viajem infinita que está guardada em um lugar diferente na minha memória, não consigo acessar direito, mas acho que me deparei com as maravilhas e os maiores horrores que eu podia imaginar. A maravilha era presenciar uma zona autônoma, a sensação que era para as pessoas que estavam lá, envolvidas no movimento, as que só curtiam o espaço, experimentavam um lugar em que a nudez não era castigada, em que a polícia não chega dando geral, que alguém saca um instrumento e começa a tocar e aquilo é mágico, um espaço mesmo de liberdade. E eu acho que esta liberdade tem um outro lado, que é experimentar algo comum em um espaço tão pequeno. Foi difícil porque todo mundo precisa de espaço para se expressar e por mais que o parque fosse grande, para a quantidade de pessoas era pequeno. Todo mundo queria mostrar o seu trabalho, era uma galeria aberta de intervenções. Acho que a organização teve uma dor, mas ela estava começando a acontecer e isto estava bem interessante também.* (Ativista, depoimento informal).

Figura 43 – Cartilha para Vigília Criativa

CARTILHA PORTARIA OPA

bom dia boa tarde noite

a vigília na portaria serve como proteção ao parque, é o primeiro contato de quem chega.

inscrições por semana:
elencar voluntários que se dispõe a participar da vigília, sortear 5 entre por dia.

KIT VIGÍLIA:

– livro ata
– apito
– celular (ideia de ter um celular com telegram no rolê sempre)
– lanterna
– colete
– panfletos informativos

FUNÇÕES:

– não abandonar a portaria
– conversar com quem entrar:
  – avisar que estamos aqui para manter aberto
  – avisar da reintegração de posse
  – avisar das assembleias
  – entregar panfleto informativo
  – pedir para assinar o livro ata
– esporadicamente dar uma volta no bosque/casinha/vilinha
– notificar peculiaridades no livro ata
– em caso de tretas
  – apitar pra acordar povo que tiver dormindo no parque
  – mandar mensagem para o chat coletivo do telegram
  – ligar para: XXXXXXXX

Fonte: Arquivo do Google Drive do OPA

As subjetividades emergentes de ativistas e vizinhos unidos nesses 47 dias produziu aquilo que se via em cartazes na Puerta del Sol, durante o 15M espanhol: "Éramos invisibles, ¡ahora somos reflectantes!"[67] (GARCIA LOPEZ, 2013, p. 526). Os ativistas recordam a ocupação como uma mostra do Canteiro Vivo em que querem transformar o parque a partir de agora, que traduz o direito de construir juntos, de forma autogestionada, as infraestruturas necessárias para seu projeto de parque e cidade (LAFUENTE e CORSÍN-JIMENÉZ, 2010). É parte inseparável desse sonho, não só a colaboração e o trabalho coletivo, mas a celebração que transpassou a ocupação.

Pelas características da comunidade gestada pelo OPA desde o início, contando com a presença de muitos artistas e produtores culturais, e pelo próprio nome dado à ocupação, a Vigília Criativa tornou o parque, naquele verão de 2015, o festival de que fala Bey, um centro cultural aberto e participativo, cujas assembleias chegaram a ter 400 pessoas em alguns dias e onde o carnaval dividiu turno com a quarta-feira de cinzas durante os 47 dias.

[67] Tradução nossa: "Éramos invisíveis, agora refletimos".

Figura 44 – Extrato de ata de 22/01/15 (ocupação)

Ata da 2ª assembleia Parque Augusta dentro do Parque Augusta

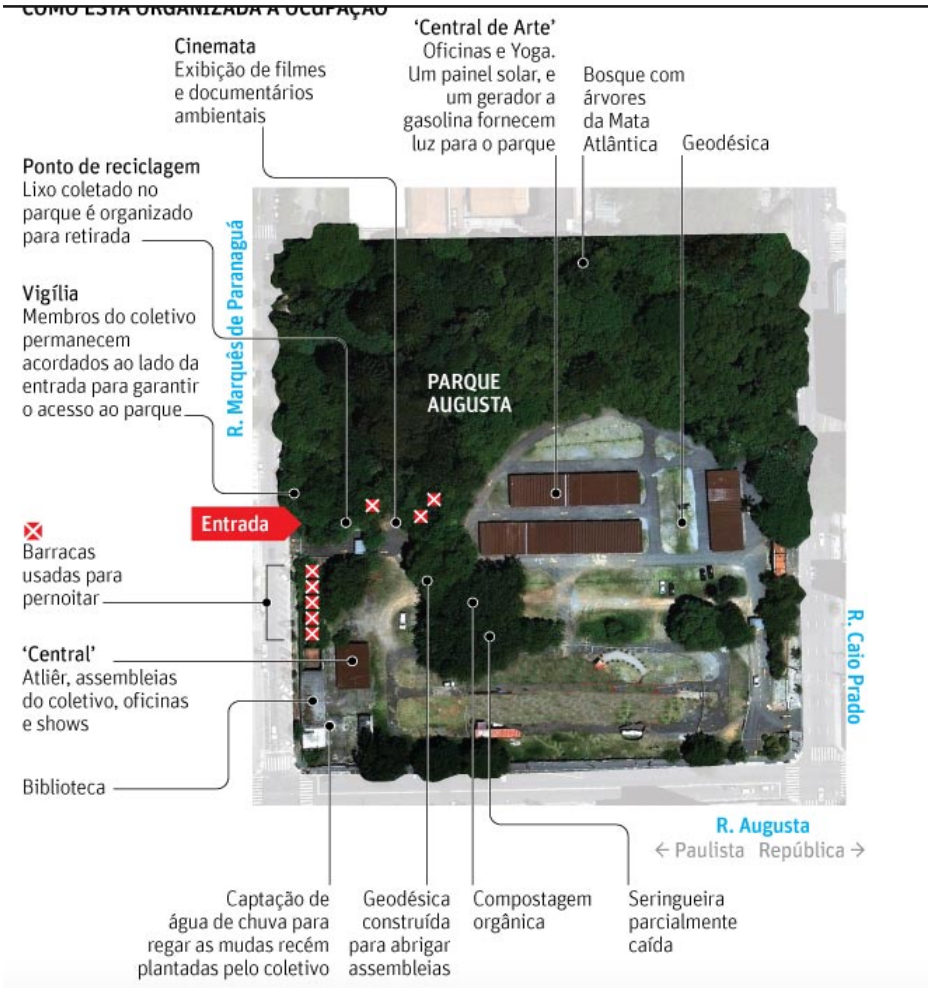
- **Informes:**
  - Até agora às 19h no fórum não tinha nenhum pedido de reintegração de posse, que era esperado.
  - Organização e divulgação das doações e escambos
  (ganhamos banheiros portáteis)
  - Amanhã, 3º grande ato contra a tarifa no Tatuapé
  - A1: falou de portas que podem virar painéis, gavetas que virem horta. Rua: Teodoro Baima.
  - Amanhã vai acontecer um posicionamento, vai ser um primeiro diálogo com o cara do MTST para pedir apoio – Guilherme Boulos.
  - O moço viu quem arrancou a faixa parque é livre lá embaixo, com uma certa raiva súbita. Não teve como registrar. No primeiro dia, também houve isso. Tirou, repõe.
  - A2 falando da panela de pressão[68]: precisamos de assinaturas!
  - A3: respeitar o parque no sentido de compreensão geral: fogueira, etc. e trazer cultura urbana para o parque, 'Peter Webb'. Permacultura quinta à noite.
  - "escola livre" quarta 18h, piquenique 20h, projeção 21h, discussão. Demanda: GT programação.
  *escola da fontinha, doc.cinemata [A1,A2,A3,A4]
- Programação (A4, A5, A6, A7): proposições espontâneas de preservação do parque; proposições artístico-poéticas; quais são as árvores, restauração do parque; uso do parque como parque; [...]
- Programação do Parque Augusta para o aniversário da cidade.
  *light-painting, quarta entre 20h e 21h *estender o gerador para projeção nos prédios [...]
- Sugestão de pautas: 1) falar sobre lixo: coleta, caçamba, 2) sobre biólogos: uma perícia sobre acusações possíveis de crime ambiental.
- GT comunicação e mídias, recrutamento de designers. Criar um fluxo dinâmico. Demanda: quarta 20h – reunião GT mídia comunicação [qualquer um pode fazer um meme, não só designers]
- Sugestão de pauta: discutir se faremos comércio e feira dentro do parque -> utilidade pública cooperativa e gradual de distanciamento do sistema capitalista, política com ambulantes \ plantio e reconhecimento \ sítio arqueológico \ domingo 11h: fila performática Itaú [não] vale! penetrando a servidão de passagem [...]
- FOTOS URGENTES e datadas: de cima da seringueira mostrando a corda; foto do dia do mesmo ângulo para mostrar a evolução da mata.
- GT bar: desmembrar a relação dos ambulantes e a contribuição para com o parque. Questão do valor a que se vende.

Fonte: Arquivo do OPA no Google Drive

Interessante notar que, apesar de a maioria não haver experimentado antes uma ocupação, como declaram, eles organizaram o espaço com parcimônia, respeitando a natureza e seguindo a compartimentação já notada em acampadas como a da Puerta del Sol, em Madrid, com territórios ou barracas divididas por atividade ou finalidade. Tanto assim que o jornal Folha de São Paulo publicou um mapa dessa organização, que os ativistas veem como um retrato fiel de sua cidade em miniatura, conforme mostra a figura 45.

[68]Panela de Pressão era uma ferramenta da plataforma de *e-governance* Minha Sampa, que fez campanha de pressão das autoridades em defesa do Parque Augusta.

Figura 45 - Mapa da ocupação



Fonte: Folha de São Paulo de 04/03/2015

A história da ocupação está registrada dia a dia nas redes sociais do movimento (memes, vídeos, fotos, posts), em atas de assembleias, em reportagens da mídia e na memória dos que ali viveram. Embora nem todos passassem as noites no espaço.

> *A luta do OPA era não ser o que alguém em cima desenhou e alguém em cima cuidar dos trâmites necessários para ser realizado o desejo da população. A representatividade não funciona. Identifico o OPA quando as pessoas estão alinhadas fazendo e, neste ponto, durante a ocupação tinha uma convivência muito intensa. As coisas foram acontecendo de acordo com as demandas. Tinha muita conversa informal do dia a dia das pessoas se conhecendo, vivendo juntas. Isto aí em 45 dias trouxe uma riqueza que as ações passavam a ser feitas de uma maneira muito mais intensa.* (Ativista, depoimento informal)

Figura 46– Retratos da ocupação: carnaval

Fonte: Página do Movimento no Facebook

Figura 47 – Assembleia e festival durante a ocupação

Fonte: Página do Facebook do Movimento

Figura 48 – Chamada para atividades durante a ocupação

Fonte: Página do Facebook do Movimento

Além dos problemas cotidianos de gestão do espaço ocupado e da lida com as relações entre os integrantes do movimento e com as pessoas que vieram de fora para participar, pairou sobre a Vigília Criativa a ameaça permanente de desocupação violenta pela PM paulista. E isso finalmente aconteceu no dia 4 de março, quando chegou o mandato de reintegração de posse pedido pelas construtoras. Embora uma assembleia tenha decidido na noite anterior que todos iam sair pacificamente do espaço, sem enfrentamento, algumas pessoas decidiram permanecer sobre as árvores, o que gerou muita tensão. E a PM não deixou de usar a força até contra os que estavam saindo pacificamente, sendo que pelo menos duas ativistas foram feridas levemente.

> Ninguém mais aguentava estar lá dentro, queríamos encontrar uma forma de sair dali. Estava todo mundo exausto e queria abandonar a ocupação, mas não queríamos sair por baixo. A última assembleia para decidir nosso posicionamento sobre a reintegração de posse tinha pessoas que nunca apareceram para ajudar em nada, só vinham nas festinhas. Eles enchiam o saco dizendo que éramos covardes, que não podíamos desistir, que deveríamos enfrentar a polícia. Mas eram pessoas que não estavam no corpo de quem estava segurando aquilo, eram opressores. Foi uma treta muito grande decidir como enfrentar a polícia. Pensávamos nos vizinhos. Dona Ana, dona Gilda, não queríamos que ninguém se machucasse, era um desgaste.
> Já queríamos voltar para nossas vidas, nossas casas, era uma grande tensão no ar. Mas não queríamos perder aquele experimento, queríamos fechar aquilo de uma forma digna, fizemos uma cena, uma performance de resistência. Algumas pessoas ficaram o A1, o A2, as pessoas que no final ficaram em cima da árvore, que não queriam sair. Aquilo gerou uma tensão final, que eu achei ótimo, e seguimos em um ato em direção à Prefeitura, um ato que foi muito forte, triste e

potente, acho que eu nunca chorei tanto na minha vida, não me lembro de ter chorado tanto. (Ativista, depoimento verbal)

Figura 49 – Imagens da desocupação

Fonte: Heber Biela

Figura 50 – "Desintegração de posse": um banquete comunitário antes da PM chegar

Fonte: Facebook do Movimento e de Heber Biela

4.3.2 A rua também é parque

Quando as construtoras fecharam o portão na cara dos usuários do parque em 2013, o movimento se transferiu para as calçadas do entorno, especialmente a da rua Augusta, cuja movimentação permite maior visibilidade, além de outros espaços emblemáticos do Centro, como a vizinha Praça Roosevelt e o Buraco da Minhoca (baixios do Minhocão). De 2013 até o final de 2017 quase duas dezenas de eventos com a mesma estética e o mesmo objetivo: protestar contra o fechamento dos portões, pedindo sua reabertura imediata, dar visibilidade à causa e pressionar o prefeito para chegar a um acordo com as construtoras não-oneroso para a cidade (custo zero, usando as multas que elas devem por fechar o parque). Ainda que não fizessem o mesmo ruído da ocupação ou mesmo dos festivais de 2013, os eventos chamados de "A rua também é parque" funcionavam como imã para novas pessoas aderirem à causa e

mantinha unidos os integrantes mais antigos, em especial aqueles que não eram adeptos das ações institucionais e de debater meandros de leis e reuniões de gabinete.

Figura 51 – A Rua também é parque

Fonte: Arquivo do OPA no Google Drive

Nos eventos na rua, assim como aqueles realizados durante a ocupação, cabia de tudo, bastava alguém apresentar uma proposta e se encarregar de organizar o que propôs. Havia um código de conduta implícito para a produção em comum: quem sugeriu, faz; não valia criar trabalho para os outros em um movimento que propunha a prática colaborativa. Assim, a improvisação era a marca dos eventos. Um tapete de ginástica pode virar uma "maca" para massagens informais. Uma piscina de plástico rodeada de cadeiras de praias forma o cenário para performar corpos de biquíni. A música vem do carrinho de som de um DJ que percorre o Centro. Uma geodésica cria a "sala de aula pública" ou espaço para assembleias. Uma canga no chão e está formado o picnic. Rodeando o espaço em que o riso e a dança contaminam os passantes, as tradicionais faixas tropicalistas pedindo o parque urgente.

Figura 52 - Evento Ocupa a Rua Picnic no Asfalto

Fonte: Print do evento do Facebook feito pela pesquisadora

Algumas vezes a produção se sofisticava, como as realizadas em parceria com o SeCura Humana, que costuma organizar o Parque Aquático Móvel durante o verão sem praia nem piscinas públicas de São Paulo. Aproveitando a água limpa que corre do lençol freático pelo meio-fio da rua Augusta, para chamar a atenção para os rios escondidos em uma cidade sempre ameaçada pela seca, eles usam uma bomba para alimentar um chuveiro improvisado ou encher uma piscina de plástico. Um rio que não é rio diante de um parque que não é parque.

Figura 53 – Evento SeCura Humana

Fonte: SeCura Humana, retirada de sua página no Facebook

As faixas são a marca registrada do movimento e uma ferramenta essencial em todos os eventos, junto com os cartazes improvisados em pedaços de papelão. E são eles que acompanham os dois ativistas que se dedicam a participar de todos os eventos importantes e massivos da cidade, relacionados com o meio ambiente, direitos humanos, feminismo, moradia, democracia etc., como também festivais de teatro e cinema, exposição de arte e shows, para manifestar a presença do Movimento Parque Augusta e gravar depoimentos de participantes, depois subidos para o YouTube e Facebook. Apesar da baixa visualização dos vídeos – raramente mais de 100 vezes –, estes formam uma coleção que garante uma presença permanente do movimento na Internet.

Figura 54 – Manifestações em ato na rua e diante da Prefeitura

Fonte: Álbum de fotos do Facebook de Heber Biella

Junta-se a estes eventos os atos próprios ou pequenas passeatas no Centro, terminando ou partindo sempre do parque, em momentos cruciais da luta. Um dos mais significativos foi a marcha até a Prefeitura depois da ação violenta da polícia na reintegração de posse que finalizou a ocupação em 2015.

Figura 55 – Marcha até a Prefeitura pós-desocupação e manifestação diante do Fórum

Fonte – Heber Biella

4.3.3 De gabinete em gabinete

As primeiras discussões sobre a necessidade de abrir uma linha institucional de ação surgiram já em janeiro de 2014, com a discussão sobre a ilegalidade de as construtoras fecharem os portões para impedir o acesso público ao bosque. No entanto, foi mesmo a partir do fim da ocupação, em março de 2015, que começaram os estudos mais aprofundados sobre todo o imbróglio legal que envolve os terrenos do parque, principalmente em relação ao tombamento da área pelo Conpresp, sua aprovação como Zepam e a necessidade de a Prefeitura se manifestar sobre um acordo para adquirir o terreno. Mas a tônica desse processo,

que nunca chegou a ser levada em conta pela própria Prefeitura, era que o movimento tentava encontrar saídas para que a cidade ganhasse um parque sem que, para isso, fosse retirado um único centavo do orçamento destinado a outras rubricas.

Desde o início, apesar de sua ação ter levado à aprovação da lei de criação do parque, o movimento nunca foi legitimado como interlocutor pelo Prefeito e seu partido, o PT. Ao contrário da Samorcc, em clara oposição político-partidária à administração vigente, tanto o OPA como a maior parte dos vizinhos não faziam este tipo de disputa. Os ativistas colocavam-se à esquerda do PT, mas não disputavam espaço de poder com ele. Assim como os vizinhos, lutavam por uma causa específica, o parque, e pelo direito de fazer cidade em comum. Mesmo assim, Fernando Haddad só os recebeu uma vez, em 2016, depois de ter sido interpelado publicamente, em um evento, e aí deixou claro que não pretendia despender recursos para atender o pleito. A Secretaria de Cultura chegou a ser a indicada como o contato a que o movimento deveria recorrer na Prefeitura para tratar do assunto, embora os parques e sua criação estivessem na alçada da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). O que indicou, para muitos, um claro desprezo pela causa.

> *Durante a reunião com o Haddad, a gente falando sobre as coisas incríveis que tinham acontecido na ocupação, em como a gente estava empolgado com as paradas e ele sem paciência nenhuma, querendo chegar na questão que interessava a ele, que era como é que a gente ia comprar o parque. A gente querendo que ele entendesse de alguma forma o valor de tudo que a gente estava fazendo, que era uma coisa meio imaterial. […]*
> *Seria a chance de aproveitar uma administração mais à esquerda para poder dar passos que fizessem com que a causa não fosse mais vista como uma causa elitista. Foi uma grande desilusão em relação à Prefeitura ter endossado isto de que a causa é elitista.* (Ativista, depoimento informal)

Em um processo intenso de autoformação, com ajuda de advogados e de urbanistas, os ativistas mais afeitos a este tipo de ação passaram a munir-se de informações e provas, fizeram pesquisas históricas, construíram argumentos e autoridade sobre os diferentes temas envolvidos, compartilhando com todos os avanços alcançados e dando mais potência institucional à comunidade (LAFUENTE e CORSÍN-JIMENÉZ, 2010). Como em um laboratório de práticas, todas as atividades foram cooperantes: quem dispunha de mais tempo ia ao cartório fazer cópias de algum processo ou ao arquivo público procurar escrituras públicas do início do século XX ou protocolar um pedido de audiência na Prefeitura. Os experimentos desenvolvidos nesse laboratório coletivo permitiram que o movimento se tornasse mais empoderado diante do Ministério Público, com quem dialogava para encontrar

saídas, e da própria Prefeitura. Esse conhecimento se tornou um patrimônio do movimento, passível de ser replicável para as outras lutas da Rede Novos Parques ou outras demandas pelo direito à cidade.

Quando, finalmente, em 2016, o promotor Sílvio Marques entrou com uma ação civil pública, a pedido do movimento, contra as construtoras, exigindo a reabertura imediata dos portões e a cobrança de R$ 500 mil de multa por dia de fechamento, o OPA reforçou sua atuação em torno da questão legal, que passou a dominar as assembleias. Sílvio Marques também propunha o uso do dinheiro desviado pelo ex-prefeito Paulo Maluf, e que fora recentemente repatriado da Suíça, para a compra do terreno, um argumento incorporado rapidamente pelo Movimento. Outra alternativa fartamente estudada, e que havia sido proposta já em 2014, era o uso do potencial construtivo como compensação financeira para as construtoras doarem o terreno à cidade. A Prefeitura rechaçou esta possibilidade, que acabou sendo a usada, em agosto de 2018 para finalmente resolver o problema.

Mais do que uma atuação de gabinete, alheia aos princípios de criação do movimento, os ativistas que defendiam agir também junto ao poder público viam ali não apenas a possibilidade de influenciar o governo a ampliar e melhorar as políticas públicas para a cidade, mas também uma forma de fiscalizar e defender que nenhuma negociata espúria se realizasse entre políticos e empreiteiras, tão na berlinda nos últimos anos pelas revelações da Operação Lava-Jato. A cobrança permanente por transparência nos acordos e a exigência de ser partícipe do processo, ainda que como observador, teria este viés.

> *Havia pessoas que defendiam que não deveria haver diálogo com o Estado. Eu defendia que deveríamos estabelecer o diálogo, argumentando que o parque está fechado, então a gente tem que entender que está fechado ilegalmente. Temos que pressionar os órgãos, temos que denunciar. E os anarquistas defendiam que não deveríamos falar com a Prefeitura, porque anarquista não dialoga com Prefeitura.* (Ativista, depoimento informal)

Com todos os senões e a desmobilização que a atuação institucional levou ao OPA, a fiscalização do movimento ajudou a sepultar o primeiro acordo fechado entre o então prefeito João Doria (PSDB) e as construtoras, no final de 2017. Costurado pela Prefeitura com as construtoras, com a anuência da Samorcc e do promotor, o acordo previa que Setin e Cyrela ganhariam uma grande área na Marginal de Pinheiros, zona em progressiva valorização urbana, em troca de entregarem o parque construído, um bulevar na rua Gravataí, a reforma da praça Roosevelt, um prédio novo para a administração regional de Pinheiros, creche, posto de saúde e centro de acolhida para moradores de rua. Com isso, o dinheiro repatriado de

Maluf seria liberado para a Prefeitura construir creches na cidade. Já no ato de assinatura de uma carta de intenções entre as partes, em agosto de 2017, para o qual o movimento não foi oficialmente convidado, uma ativista do OPA pediu a palavra para comentar o acordo, o que lhe foi negado pelo prefeito. Mesmo assim, da plateia ela manifestou suas dúvidas e suspeitas sobre os valores envolvidos no negócio e os prejuízos que a Cidade poderia ter, além de ressaltar que havia uma ação contra as construtoras, cobrando multas, fato que não era citado no acordo.

> *Devastaram a área, cortaram árvores, agora tem tapumes cortando o parque. Eles não podem sair premiados. A gente considera que esse acordo, com pressa e pouco transparente, acaba premiando eles.* (Ativista Daniel Scandurra, em entrevista à rádio Jovem Pan, em 19/07/17)

O primeiro acordo acabou emperrando na Justiça, por divergências nos valores dos terrenos a serem permutados. O novo acordo, pela troca do potencial construtivo também foi acompanhado de perto pelo movimento e acabou sendo por ele assinado como testemunha, visto que era o demandante da ação civil pública contra as empresas, que será extinta e uma multa menor arbitrada para que o dinheiro seja usado na construção do parque. Mas também aqui a atuação do movimento tem sido alertar para a falta de transparência nos cálculos que vão ditar o valor dos créditos a que Setin e Cyrela terão direito para comprar potencial construtivo em outras regiões da cidade.

Para a consecução do primeiro acordo e o cálculo do valor final do parque, a SVMA havia pedido ao movimento, em abril de 2017, que apresentasse um projeto arquitetônico, o que será abordado no capítulo *5. A produção em comum*. Este projeto continua valendo para o novo acordo, mas tanto antes como neste final de 2018, uma das linhas de atuação do OPA tem sido pressionar a Prefeitura a contemplar todo o pleito que resultou do esforço comum e do desejo de vizinhos e moradores de outras regiões da cidade. Um dos pontos importantes do projeto que não foi considerado era o aproveitamento da água limpa do lençol freático que corre na rua Augusta, que todos querem ver usada para a rega da horta comunitária e em um lago que simbolize o rio que o urbanismo praticado no passado tentou matar cobrindo-o de concreto.

A etapa do movimento que se iniciou quando do encerramento desta investigação, em novembro de 2018 mantinha ainda o OPA diante do dilema que lhe percorreu desde 2014: ação institucional X ação direta. Mas esta última, agora, caracterizada pela implantação do sonhado canteiro vivo, com a abertura imediata dos portões e a instauração da autogestão ou

gestão comunitária, ela própria encarregada de definir o projeto de parque desejado e sua execução entre todos. A oferta da Prefeitura, e que uma parte do movimento aceita, é a participação do movimento, junto com a administração pública, no Conselho Gestor a ser criado, seguindo o exemplo de outros parques da cidade. Ocorre que os conselhos gestores têm poder limitado e estão prestes a perderem o pouco que lhes restava, tornando-se apenas consultivos como parte do processo de concessão privada que a Prefeitura inicia.

5. A PRODUÇÃO EM COMUM

Para além de atuarem entre todos em defesa de um bem comum, o parque, os ativistas do OPA e parte dos vizinhos dedicaram-se à produção de conhecimento em comum. Tal produção vai de papers com reflexões teóricas sobre a natureza do ativismo que praticam até a elaboração do projeto arquitetônico e de gestão (autogestão) do parque que desejam, passando pela produção de dois exemplares da Revista Organismo Parque Augusta[69], do site do OPA[70], de dossiês com o histórico do parque e do movimento, petições e outros documentos jurídicos e estudos ambientais. Inclui-se também a organização de três edições do Fórum Parque Augusta (o último deles gravado e dá origem à publicação da terceira edição da revista) e a organização de eventos como os festivais de arte e A Rua Também é Parque.

Como uma comunidade epistêmica (LAFUENTE e CORSÍN JIMENÉZ, 2010 e 2017), produziram de forma colaborativa, tanto online como em grupos de trabalho e reuniões, aquilo de que necessitavam para sustentar sua causa, sejam conteúdos ou eventos capazes de mover reivindicações, visibilizar suas demandas, ganhar adeptos e parceiros ou influenciar decisões institucionais. Uma rede de inteligência coletiva que se dedicou a investigar todas as naturezas e facetas dos problemas que impediam a criação do parque, montando um banco de conteúdos, desenvolvendo habilidades que não tinham e criando soluções para enfrentar as adversidades ou exigir ação dos poderes públicos.

> Tales comunidades de afectados están llamadas a ser comunidades epistémicas, pues su empoderamiento dependerá de su capacidad para apropiarse del conocimiento y las nuevas tecnologías. Para hacerse visible, para que su mal sea reconocido como tal tendrá que probar su capacidad para identificar la naturaleza del problema, diseñar las variables que permitan rastrearlo, objetivar el conflicto que denuncian, enmarcarlo en narrativas verosímiles, movilizarlo por las redes pertinentes, cobijarlo bajo el manto de lo jurídico, conceptualizarlo buscando resonancias y acercarlo al lenguaje de los aliados. Las comunidades de afectados, en consecuencia, siempre aspiran a un ensanchamiento de la vida pública por la vía de una modernización epistémica... Ahí es nada: gente que, para sacudirse el zapato que les aprieta, quiere un laboratorio desde el cual diseñar un pacto social renovado. Son un frente

[69] Os dois exemplares da Revista OPA estão disponíveis em https://issuu.com/organismopa. Acesso em 13/07/18

[70] Era abrigado no endereço http://parqueaugusta.cc/ja, mas se encontra desativado desde 2016 por falta de recursos financeiros. Nos anexos estão prints das principais páginas publicadas antes de ser desativado.

> innegable de innovación social y modernización política.[71] (LAFUENTE e CORSÍN JIMENÉZ, 2010, p.22).

Ao contrário das organizações com estruturas jurídicas e departamentos especializados em áreas de interesse, como partidos políticos, sindicatos, ONGs e outras entidades formalmente constituídas, os coletivos gerados por e em torno do comum contam com os recursos ofertados por seus integrantes, baseados em suas atuações profissionais ou acadêmicas ou militância anterior. Ou mesmo do esforço e disposição de aprendizagem por parte da comunidade. Foi a partir da criação de GTs (projeto, jurídico) e grupos de estudos (autogestão) que os integrantes do Movimento Parque Augusta foram se autoformando, pesquisaram experiências e conteúdos desenvolvidos por outros coletivos, identificaram bibliografias teóricas que embasassem o discurso e a prática, ou buscaram auxílio externo em coletivos mais especializados.

É o caso, por exemplo, da água limpa que desce pela rua Augusta com alta frequência, que brota do lençol freático ali existente. Contataram o coletivo *Rios e Ruas* em 2014 e, em uma expedição que percorreu o bairro desde a Avenida Paulista, aprenderam que, por baixo do asfalto e do concreto, ainda vive o córrego Augusta, um afluente do córrego do Saracura, que passa embaixo do bairro do Bixiga. A descoberta levou à ideia de aproveitamento dessa água para abastecer o futuro parque (limpeza e rega da horta que pretendem plantar) e formar um lago ornamental, já incluída no Projeto Comunitário entregue à Prefeitura. Com a negativa da Prefeitura em contemplar esse aproveitamento no projeto final do parque, alegando dificuldades operacionais e legais, em 2018 buscaram a ajuda do engenheiro Sadala Domingos, especialista na recuperação de córregos e rios canalizados para fornecer mais subsídios técnicos que ajude a convencer os técnicos municipais.

A presença no OPA de advogados, arquitetos/urbanistas e especialistas em permacultura/ desenvolvimento sustentável favoreceu, ao longo do tempo, a formação de um entendimento crítico sobre as diversas irregularidades cometidas pelas proprietárias do terreno desde o fechamento dos portões (descumprimento da servidão de passagem e bosque de uso

---

[71] Tradução nossa: "Essas comunidades de afetados são chamadas a serem comunidades epistêmicas, porque seu empoderamento dependerá de sua capacidade de se apropriar de conhecimento e das novas tecnologias. Para tornar-se visível, de modo que o mal que lhe atinge seja reconhecido como tal, terá que provar sua capacidade de identificar a natureza do problema, projetar variáveis para localizá-lo, objetivar o conflito que denunciam, enquadrá-lo em narrativas plausíveis, mobilizar pelas redes relevantes, cobri-lo sob o manto do jurídico, conceituá-lo à procura de ressonâncias e aproximá-lo da linguagem dos aliados. Comunidades de afetados, portanto, sempre aspiram a um alargamento da vida pública por meio de uma modernização epistêmica... Aí é nada: as pessoas, para tirar o sapato que lhes aperta, querem um laboratório a partir do qual conceber um pacto social renovado. Elas são uma frente inegável da inovação social e modernização política.

público que constam nas escrituras), bem como sobre o processo de licenciamento municipal, a natureza da proteção da área em termos históricos e ambientais e os requisitos mínimos para se criar um parque natural em uma região urbana. O coletivo conhecido por *Advogados Ativistas*, que tinha pelo menos dois membros integrando o OPA desde o início, também teve uma importância fundamental para o movimento, na defesa e proteção dos ativistas nos momentos de ameaça (três deles são processados pelas construtoras por invasão de propriedade privada em 2013) ou mesmo investida da polícia para desocupar o terreno (em 2015).

Na abertura de uma das conferências do Fórum Comunitário, em 2017, o ativista Daniel Scandurra reafirmou que o objetivo dos encontros era possibilitar uma reflexão conjunta, com outros atores da luta pelo direito à cidade, "sobre o futuro desse terreno tão desejado por tanta gente e também e sobre como essa conquista pode reverter-se e refletir de inspiração para outros movimentos, de outros lugares e em outras disputas como essa." (SCANDURRA, 2017, vídeo no YouTube[72]). Esse esforço para replicar os conhecimentos adquiridos, como produto de um laboratório de práticas do comum, vem acontecendo desde 2014, quando se formou a Rede Novos Parques (RNP), congregando outros movimentos de moradores e ativistas, a maioria da periferia, também disputando seu pedaço de verde com o capital imobiliário.[73]

Como integrante da RNP, o Parque Augusta compartilha seus avanços na área jurídica que podem servir para todos, suas estratégias e táticas de luta, somando ainda forças em atos e eventos públicos. Em novembro de 2017, por exemplo, seus ativistas atuaram fortemente na campanha pela criação do Parque do Bixiga, em disputa travada entre o Teatro Oficina e o empresário Sílvio Santos, e em novembro de 2018 se juntaram aos frequentadores da Chácara do Jóquei para tentar impedir sua privatização, uma ameaça concreta contra todos os parques de São Paulo. E uma das primeiras contribuições externas do "laboratório Parque Augusta" para a Rede Novos Parques foi sintetizada, em 2016, por um grupo de ativistas do OPA, no "Caderno Digital 1.0", uma espécie de manual sobre os diferentes processos envolvidos ou caminhos a percorrer para a criação de um parque em São Paulo[74]. Em 2018, também em

[72]Disponível em https://youtu.be/UZ2vv4W_RPI Acesso em 20/12/17

[73]A RNP começou a ser criada em março de 2014, por inspiração de dona Ana, que chamou o primeiro ato em defesa dos parques ameaçados de SP. Hoje já são 48 áreas em disputa, embora os movimentos ainda não tenham alcançado uma relação orgânica entre eles.

[74] Disponível em http://redenovosparques.blogspot.com/. Último acesso em 14/07/18

conexão com os estudos inicialmente desenvolvidos pelo OPA, a RNP preparou a cartografia desses novos parques desejados, incluindo a situação legal e possibilidade de cada um[75].

Toda a produção posta em comum pelo OPA tem relação direta com o contexto local em que se formou e evoluiu o movimento - a realidade urbana da cidade de São Paulo -, mas traz elementos que permitem sua replicabilidade em outras áreas verdes vítimas de especulação imobiliária, desprotegidas sob a relutância do poder público em delas se ocupar ou dar prioridade à questão ambiental/lazer. Ao menos servem como inspiração da forma de luta e organização. Em seus estudos sobre os laboratórios do comum existentes em Madri, por exemplo, Estalella, Rocha e Lafuente constataram uma "rara e excepcional singularidade" na diversidade de casos estudados: trata-se de "um objeto epistêmico por meio do qual quem se reúne em torno dele problematiza todo tipo de domínios, práticas e formas de organização social", constituindo-se em "um método de investigação, um espaço experimental (literalmente) ou um objeto de conhecimento"[76] (ESTALELLA, ROCHA e LAFUENTE, 2013, p.31).

Figura 56 – Índice de Caderno digital da RNP

Fonte: Print da página do Caderno na Internet

[75] Disponível em https://www.blogger.com/blogin.g?blogspotURL=https://cartografiarnp.blogspot.com/. Último acesso em 14/07/18.

[76] Tradução nossa de "...un objeto epistémico través del cual quienes se reúne en torno a él problematizan todo tipo de dominios, prácticas y formas de organización social..." e "un método de investigación, un espacio experimental (literalmente) o un objeto de conocimiento".

Seguindo as três possibilidades de abordagem do comum pelas comunidades de afetados sugeridas pelos autores, o Movimento como um todo, e o OPA em particular, configura-se como um laboratório ativista em busca da criação de um "parque-laboratório", um "precedente semente" (expressão dos próprios ativistas) de um novo tipo de parques naturais urbanos: construídos e geridos sob a égide da participação social, da autogestão cidadã, tendo a permacultura como princípio gerador. A carta de princípios do OPA, publicada no site em 2014, já declara que o Parque Augusta "é um laboratório de práticas urbanas de permacultura", onde podem ser testadas "tecnologias promissoras como agricultura urbana, telhados verdes e hortas comunitárias. Um grande viveiro de ideias que irá garantir a existência do verde no centro de São Paulo" (OPA, 2014). A exemplo dos laboratórios, o parque é, para o movimento, um processo de permanente investigação e construção, confirmando o que Corsín Jiménez e Lafuente identificam como características básicas do comum – "perguntar juntos, problematizar a diferença entre teoria e prática, entre reflexão e ação" (CORSIN JIMÉNEZ e LAFUENTE, 2010) – e que se encontravam explícitas no site do OPA:

> Nunca teremos um desenho definitivo para o Parque Augusta. Somos vivos, assim como a cidade, assim como todas as matas da cidade. Por que definir um único desenho definitivo que se arrastará por anos? E como fazer este desenho se não em contato permanente com a natureza, a natureza deste parque e com todos diretamente envolvidos? [...] Não seremos o projeto premiado de um escritório famoso, jamais seremos torres, tirem essa ideia da cabeça. O Parque Augusta será múltiplo e se renovará periodicamente. Deixaremos áreas inteiras móveis, possíveis de remanejamento e construção. Temos energia e infinita criatividade para recriar este parque. Já existem tantos parques Augusta. E eles continuarão existindo." (Site do OPA, 2014, online)

Importante ressaltar que, como toda comunidade epistêmica ou de aprendizagem, o OPA não construiu do zero e com primazia o conhecimento e as práticas ativistas e concepções que compartilha e dissemina. No próprio site há uma menção clara sobre a inspiração no MPL, conforme tratamos no subcapítulo *3.1 Governança em Comum.* A

experiência do Campo de Cebada[77], um laboratório do comum que funcionou em um terreno público de Madri entre 2009 e 2017, chegou ao movimento já no final de 2013, trazida por um integrante do Basurama[78], coletivo de arquitetos que teve atuação decisiva neste processo e em outros espaços ocupados de Madri. Em uma aula pública durante um dos eventos "A Rua Também é Parque", em janeiro de 2014, ele apresentou um relato pormenorizado de como havia sido criado e funcionava o Campo de Cebada[79].

5.1 ARQUIVO DE PRÁTICAS E IDEIAS

O OPA tem hoje dois arquivos (Um no Google Drive e outro no grupo secreto do Facebook) recheados de conteúdos produzidos coletivamente ou reunidos para estudo ao longo de sua existência. De atas de assembleias a manifestos, de cópias de ações judiciais, propostas para o Plano Diretor e petições a rascunhos da Revista do OPA e do site, passando por fotos e memes, são dezenas de arquivos em diversos formatos (doc, pdf, jpeg, png, ind etc.) que permitem recontar boa parte da história do movimento e da luta pelo parque. Isso sem contar os conteúdos que compõem seus canais em Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, Soundcloud e Twittcasting (memes, áudios, fotos e vídeos) e os textos rascunhados coletivamente na plataforma colaborativa PiratePad. Perderam-se, em 2017, porém, os rascunhos e atas de assembleias sem cópia alojados na plataforma TitanPad, que saiu do ar e ninguém atentou para o fato de que isso ia acontecer, apesar dos diversos avisos divulgados pelos responsáveis no início do ano. Algumas atas e rascunhos foram salvos com a colaboração da pesquisadora, que os havia rastreado em outros canais e conseguiu recuperá-los antes do fim da plataforma.

---

[77] Diante do atraso no início das obras de um centro poliesportivo no bairro de La Latina, ao lado do Mercado de la Cebada, ativistas e vizinhos ocuparam o terreno público em 2009, tornando-o um dos primeiros "comunes urbanos" de Madri, chamado de Campo de Cebada. Foi palco de experimentação de formas de convivência urbana, de projetos arquitetônicos móveis e comunitários, produção de conhecimento e autoformação e centro social e cultural. O espaço tinha cessão pública, mas era autogestionado pelos diferentes coletivos que atuavam ali, que saíram em dezembro de 2017, de comum acordo com a prefeitura, quando esta garantiu o início das obras do centro desportivo. Informações mais recentes sobre o espaço no Facebook: https://www.facebook.com/campodecebada/

[78] Mais informações sobre o coletivo em http://basurama.org/ . Último acesso em 12/12/17

[79] Parte do depoimento está gravado em dois vídeos disponíveis em https://twitcasting.tv/parque_augusta/movie/33387596 e https://twitcasting.tv/parque_augusta/movie/33388953. Acesso em 13/12/17.

No capítulo *4. Ferramentas do Comum*, tratamos da diversificada caixa de ferramentas de que lançaram mão até aqui, incluindo um conjunto de ações institucionais que requereram estudo e pesquisa para se concretizarem. As mais significativas delas, sem dúvida, foram os subsídios oferecidos ao Ministério Público para a ação civil pública contra as construtoras pelo fechamento do parque, as negociações com a Prefeitura em defesa do Projeto Comunitário, as propostas de alteração do Plano Diretor de São Paulo para favorecer as áreas de proteção ambiental, a luta para que o Direito de Protocolo[80] não seja válido no caso dessas áreas e a defesa da troca de potencial construtivo como solução para desapropriar áreas de interesse comum. Todas elas foram produção em comum e fazem parte do vasto arquivo de práticas e ideais que o OPA mantém no Google e no Facebook.

Figura 57 – Exemplo de texto construído colaborativamente em pad (cada cor, uma colaboração)

1a) Quem somos
O Organismovimento <comunidade, comuna, grupo, coletivo, rede, rizoma, arborescência ….> Parque Augusta é a reunião de diversos indivíduos <ahhrg. porquêsss::??? SUGIRO **PESSOAS** Entendo que dentro da linguagem biologizante de "organismo" o termo "**indivíduo**" pode resgatar simplesmente o "indivíduo da espécie" , ou seja, o mínimo indivisível. mas fora da biologia a coisa fica carregada. O individualismo é um modo de designar os comportamentos imediatistas e ególatras da contemporaneidade; a palavra tem como sentido a negação da divisibilidade, que é parente da redistribuição, da divisão de bens sociais> em prol de um objetivo comum: lutar pela transformação da última área permeável do centro da metrópole de São Paulo e com um raro ecossistema ambiental: o PARQUE AUGUSTA.
O Organismo tem por princípio ser aberto à participação popular em todas as instâncias do processo: open source <Código Aberto e Livre> <é livre num sentido parecido com que se tem falado dos Softwares Livres: não é livre simplesmente por ser todo mantido e financiado pelos seus atores, que não visam lucro ou outro interesse oculto. É livre especialmente por abrir a todos a "fonte" de seus atos (divulgando desde os diálogos de chat até as atas de assembleia e registros de eventos e encontros) e acolher as modificações que um novo ator queira apresentar. Ao invés de um grande rito de passagem ou filiação, de um empenho inicial de esforços para se enturmar e "provar seu valor" para algum suposto líder tudo o que se exige é que o novo ator que queira apresentar novas aplicações no Parque respeite o núcleo mínimo de regras e princípios que nos permite a todos manter uma mesma linguagem e um sistema capaz de operar conjuntamente. Caso alguma dessas regras ou princípios básicos seja desprezada o que ocorre é que a ideia apresentada simplesmente "não roda" pois não encontra nenhuma conexão onde prosperar.>. Objetiva evidenciar o descaso ambiental e a problemática do abuso do direito de propriedade presentes na especulação imobiliária nos grandes centros urbanos e causadores de gentrificação (http://reporterbrasil.org.br/gentrificacao), oferecendo uma alternativa, gestão horizontal, inclusiva e diversificada; uma nova organização da sociedade civil, que passa a se responsabilizar pelas mudanças que deseja ver no contexto socioeconômico e político da cidade.

Fonte: Arquivo no Google Drive

Em muitos casos, a redação colaborativa dos documentos permanece visível nos pads ainda disponíveis na plataforma www.piratepad.net ou em arquivos de word, indicando o esforço de contemplar o pensamento e conhecimento do maior número de ativistas possível,

[80] Direito que os particulares têm de construir de acordo com a legislação vigente quando entregaram à Prefeitura seus projetos (protocolaram). Isso permite a eles não seguir uma legislação mais restritiva vinda posteriormente ao protocolo, o que afeta os avanços nas leis de proteção ambiental.

desnudando muitas vezes dissensos e contradições. Outras vezes, a partir da discussão em assembleia, quem tem mais destreza para escrever ou tem uma visão do que deve ser feito mais próxima do consenso acaba por se encarregar do texto final. Aconteceu assim, por exemplo, no final de 2017, quando se decidiu enviar uma carta à juíza a quem cabia julgar a ação civil contra as construtoras. O OPA entendia que ela não estava suficientemente informada sobre a posição do movimento e sua importância no processo, além dele não estar contemplado em todos os seus desejos no projeto que a Prefeitura queria implantar. A carta passou por diversas mãos em um pad, durante mais de três meses, mudando de formato dependendo de quem assumia a tarefa, até que uma ativista conseguiu produzir um texto com o qual todos estavam conforme. E por fim a carta foi enviada.

O processo de produção de conhecimento em comum obedece à lógica da organização interna. Geralmente, a decisão parte de uma demanda externa ou da detecção, por parte dos ativistas, de um problema que impacta diretamente no parque. O tema é levado à assembleia, debatido e dali sai um GT ou comissão encarregada de lidar com ele. Ou se ataca a questão na própria assembleia, como foi o caso de uma delas, realizado no ateliê de dois integrantes do grupo, no Centro, para debater o projeto comunitário que estava em elaboração em 2017:

Figura 58 - Extrato de assembleia de 25/05/17

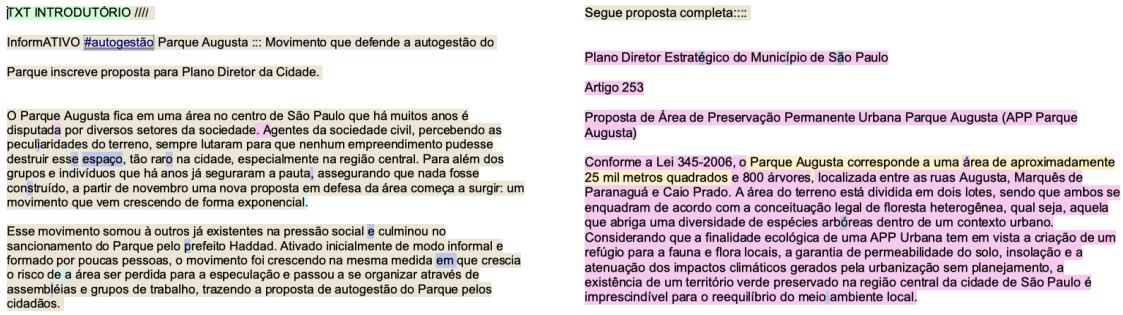
> […] 2 – Elaboração do projeto
>
> 1. Detalhamento do cachorródromo – A1 apresentou um panorama das boas e más práticas de cachorródromo, e um projeto para este elemento do parque. E A2s detalhou a inclusão do elemento água para valorizá-lo, inclusive com proposta de desenho de lago.
> 2. O grupo se debruçou individualmente ou em duplas sobre cada um dos 22 itens que compõem o projeto, desenhando o fluxo de funcionamento, relações internas entre eles e necessidades para que sejam implantados. A partir deste trabalho, os arquitetos vão redesenhar o projeto comunitário do parque. [...]

Fonte: Ata da Assembleia constante nos arquivos do movimento no Google Drive

Em geral, a construção em comum que se encontra nos arquivos está calcada nas ferramentas digitais que permitem a redação de documentos colaborativos. Os pads tiveram a primazia de uso nos primeiros anos, mas acabaram substituídos pelo Google Docs mais recentemente, quando o TitanPad saiu do ar e o PiratePad passou a apresentar instabilidade. E o registro destas colaborações está no Google Drive e, mais recentemente, em um blog aberto

no Hotglue[81]. Um deles é o texto construído a várias mãos para a proposta de tornar o parque Área de Proteção Permanente (APP) no Plano Diretor, em 2014.

Figura 59 - Texto colaborativo para contribuir com o novo Plano Diretor da cidade


TXT INTRODUTÓRIO ////

InformATIVO #autogestão Parque Augusta ::: Movimento que defende a autogestão do

Parque inscreve proposta para Plano Diretor da Cidade.

O Parque Augusta fica em uma área no centro de São Paulo que há muitos anos é disputada por diversos setores da sociedade. Agentes da sociedade civil, percebendo as peculiaridades do terreno, sempre lutaram para que nenhum empreendimento pudesse destruir esse espaço, tão raro na cidade, especialmente na região central. Para além dos grupos e indivíduos que há anos já seguraram a pauta, assegurando que nada fosse construído, a partir de novembro uma nova proposta em defesa da área começa a surgir: um movimento que vem crescendo de forma exponencial.

Esse movimento somou à outros já existentes na pressão social e culminou no sancionamento do Parque pelo prefeito Haddad. Ativado inicialmente de modo informal e formado por poucas pessoas, o movimento foi crescendo na mesma medida em que crescia o risco de a área ser perdida para a especulação e passou a se organizar através de assembléias e grupos de trabalho, trazendo a proposta de autogestão do Parque pelos cidadãos.

Segue proposta completa:::

Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo

Artigo 253

Proposta de Área de Preservação Permanente Urbana Parque Augusta (APP Parque Augusta)

Conforme a Lei 345-2006, o Parque Augusta corresponde a uma área de aproximadamente 25 mil metros quadrados e 800 árvores, localizada entre as ruas Augusta, Marquês de Paranaguá e Caio Prado. A área do terreno está dividida em dois lotes, sendo que ambos se enquadram de acordo com a conceituação legal de floresta heterogênea, qual seja, aquela que abriga uma diversidade de espécies arbóreas dentro de um contexto urbano. Considerando que a finalidade ecológica de uma APP Urbana tem em vista a criação de um refúgio para a fauna e flora locais, a garantia de permeabilidade do solo, insolação e a atenuação dos impactos climáticos gerados pela urbanização sem planejamento, a existência de um território verde preservado na região central da cidade de São Paulo é imprescindível para o reequilíbrio do meio ambiente local.

Fonte: Print de arquivo do Google Drive

Outro exemplo de construção em comum que se encontra nos arquivos é a planilha de produção do Festival Parque Augusta de novembro de 2018, para comemorar a criação do parque e que acabou sendo adiado para 2019, porque a Prefeitura não autorizou o uso das calçadas do entorno para sua realização (o parque ainda se encontrava fechado em novembro de 2018). A primeira ideia, saída de uma assembleia em setembro, era a promoção de aulas públicas sobre o movimento e acordo de criação, em um processo de retomada das ações externas, depois de meses de desmobilização com o foco no institucional. Das aulas públicas passou-se para a criação de uma Escola Sem Paredes, como parte do Canteiro Vivo, que se iniciaria antes mesmo da reabertura dos portões.

O debate transferiu-se para um grupo de WhatsApp que congregava ativistas antigos, que voltavam, com os habituais do último ano e os novos que apareciam. E a ideia da Escola Sem Predes tomou fôlego com a proposta de realização de um festival para comemorar a criação do parque. Um grupo específico de WhatsApp foi criado somente para o festival e nele juntou-se uma rede de produtores culturais da cidade dispostos a fazer acontecer. Em cerca de duas semanas de reuniões, debates via WhatsApp e colaboração digital, estavam previstas mais de duas dezenas de atividades, incluindo cantores e bandas famosas.

[81] Disponível em https://parqueaugusta.hotglue.me/canteirovivo. Acesso em 30/11/18

Figura 60 - Planilha de produção do Festival Parque Augusta/Escola Sem Paredes

PA - roles p/ festival&escolasemparedes

Archivo Editar Ver Insertar Formato Datos Herramientas Complementos Ayuda Última modificación de anónimo el 21 de noviembre

COMPARTIR

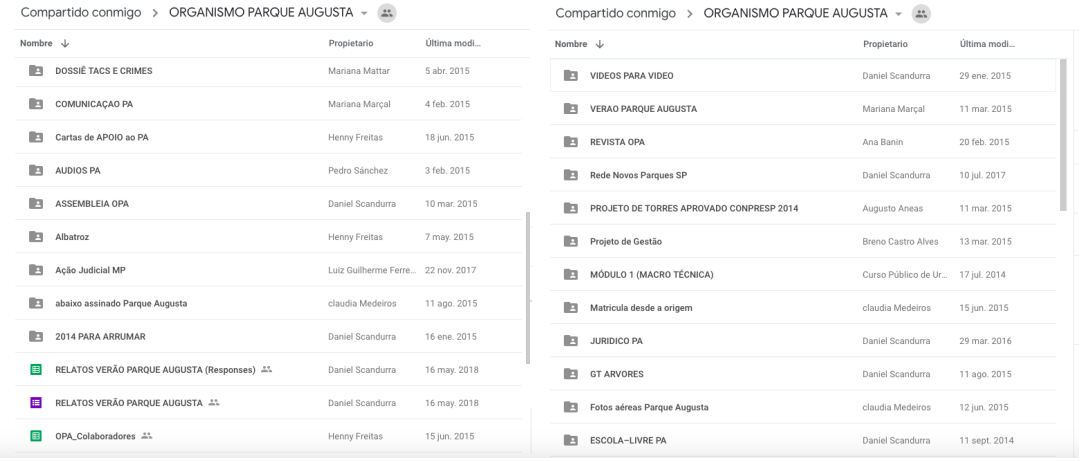
onde?	o que?	o quem?	horários	o que precisa pra rolar?	quem está na ponte?	contato da atração
GEODÉSICA PQ AUGUSTA	CALDO	coletivo de música eletrônica/ house	tarde?	PA, GERADOR DE ENERGIA, o que	bru non	victoria
GEODÉSICA PQ AUGUSTA	AMEM	da descrição do fb delas: "Festa Preta com protagonismo do público feminino, lgbt e periférico"	tarde?	PA, GERADOR DE ENERGIA, o que	dan scan/ diogo terra	micaela cyrino
GEODÉSICA PQ AUGUSTA	ANIMALIA	"experimento sensorial performado e representado por LGBTQ+, que consiste em diálogos entre imagem (projeção), som (DJ set) e performance"	tarde?	PA, GERADOR DE ENERGIA, o que	bru non/ diogo terra	rodrag?
GEODÉSICA PQ AUGUSTA	BATEKOO	"Movimento que se expressa através da dança, da musica, do corpo, da pele preta, do suor, da liberdade_corporal e sexual, da cultura negra, periférica e urbana, do empoderamento coletivo e representatividade preta dentro de qualquer espaço."	noite?	PA, GERADOR DE ENERGIA, o que	bru non/ diogo terra	arthur pacheco
GEODÉSICA PQ AUGUSTA	coletividade.NAMÍBIA	"NÓS somos uma coletividade de pessoas negras, majotitariamente TLGBQ+, que conecta artistas de diferentes áreas das artes visuais e da música, de diferentes regiões do país, com destaque pra região nordeste."	noite?	PA, GERADOR DE ENERGIA, o que	bru non/ diogo terra	euvira euvira
GEODÉSICA PÇA ROOSE	RODA DE SAMPLE	roda de instrumentos de música eletrônica/ faz base para as apresentações musicais no palco que o PA produz a programação	14h - 21h30	PA, GERADOR DE ENERGIA, o que	diogo terra/ bru non	ricardo vincenzo
GEODÉSICA PÇA ROOSE	MIL VAGÕES	coletivo de hip hop que se apresenta nos três da grande SP	14h?	mics? vem com dj? o que precisa?	denise nuvem	MARTIN
geODÉSICA PÇA ROOSE	SOMBRA	MC	16h?	mics? vem com dj? o que precisa?	nina liesen	
GEODÉSICA PÇA ROOSE	SANDRÃO (RZO)	MC	16h30?	mics? vem com dj? o que precisa?	nina liesen	
GEODÉSICA PÇA ROOSE	OZ GUARANI	grupo de rap	17h	mics? vem com dj? o que precisa?	diogo terra/ ana flávia	ana flávia/ jeff guarani
GEODÉSICA PÇA ROOSE	WERÁ	MC	16h30	mics? vem com dj? o que precisa?	diogo terra	
GEODÉSICA PÇA ROOSE	AVA ROCHA	CANTORA	19h30	mics? vem com banda? o que precis	nina liesen	
GEODÉSICA PÇA ROOSE	EDGAR	CANTOR	19h30	mics? vem com dj? o que precisa?	denise nuvem/ dan scan	
GEODÉSICA PÇA ROOSE	TULIPA RUIZ	CANTORA	19h30	mics? vem com banda? o que precis	página	
GEODÉSICA PÇA ROOSE	MARIA GADU	CANTORA	19h30	mics? vem com banda? o que precis	paulinho fluxus	
GEODÉSICA PÇA ROOSE	KARINA BUHR	CANTORA	19h30	mics? vem com banda? o que precis	daniel scan/ paulinho fluxus	

Fonte: Arquivo no Google Drive

Nos arquivos há ainda registros do trabalho de alguns GTs, como o de comunicação ou de construção do site, por exemplo, da tentativa anterior de montar uma escola aberta para autoformação (os estudos começaram em fevereiro de 2014, com a leitura e debate de Cidades Rebeldes, de David Harvey) e grupos de estudos de temas essenciais ao movimento, como a autogestão. Está ali também todo o histórico legal do terreno e as leis que poderiam ser aproveitadas para protegê-lo, para embasar as negociações entre Prefeitura e construtoras.

Uma das características que ressalta da análise dos arquivos é a diversidade de ativistas que contribuíram com eles ao longo do tempo – característica que se mantém até hoje, embora em número mais reduzido. Embora tenha havido um núcleo fixo desde o início, a abertura do movimento à participação de novas pessoas e para receber contribuições fica manifesta não só nas postagens dos grupos de discussão internas, mas também na produção dos conteúdos que dão forma ao ativismo.

Figura 61 - Arquivo do Google Drive



Fonte: Print feito pela pesquisadora

Além do Projeto Comunitário e do Fórum Parque Augusta, tratados nos dois subcapítulos seguintes, destacamos aqui o site e as revistas do Organismo Parque Augusta como exemplos de produção em comum significativas para o ativismo desenvolvido.

5.2 SITE DESINTEGRAÇÃO DE POSSE

Encerrado em 2016 por falta de dinheiro para mantê-lo[82] e em fase de reconstrução em outro endereço em novembro de 2018, o site www.parqueaugustaja.cc foi uma das grandes vitrines do movimento e trazia conteúdos que definiam o movimento, a atualidade da luta, eventos, atas de assembleias e reflexões teóricas sobre ativismo, o direito à cidade e o "comum", incluindo textos de acadêmicos, jornalistas e ativistas de outros coletivos nacionais e internacionais. Ainda que seu domínio registrado fosse "parqueaugustaja" e o site fosse do Organismo, em sua home o nome que aparecia como "marca" era "Desintegração de posse", uma alusão à luta para reverter a reintegração de posse conseguida pelas construtoras em 2015, que fechou o parque à comunidade com o uso de violência policial.

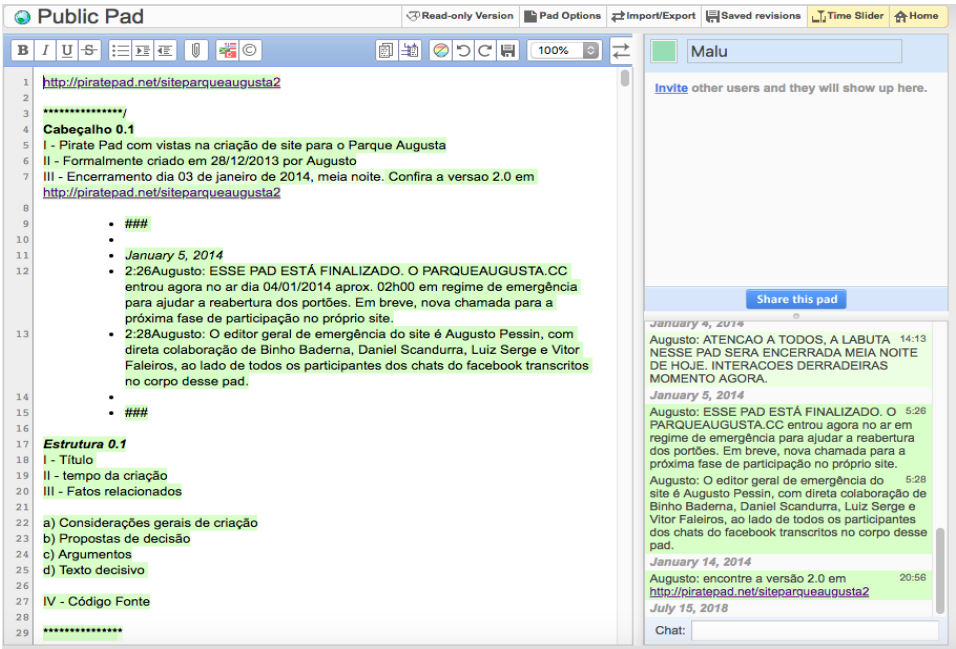
Foi desenvolvido a partir do final de 2013 e entrou no ar em 2014, logo depois da criação do OPA, por um GT de ativistas com formação – e trabalho – em design e programação. O conteúdo contou com a contribuição e a aprovação do conjunto do

[82] As cópias de telas incluídas na dissertação como ilustração e usadas para reflexões sobre o conteúdo produzido foram feitas em 2016, no endereço www.parqueaugusta.cc, quando da definição do objeto de investigação do mestrado. O arquivo do original do site encontra-se hoje no servidor de uma empresa em que trabalha um ativista afastado do movimento, mas não foi possível acessá-lo.

movimento à época, embora no princípio do processo tenha havido uma certa confusão pela autonomia e o que poderia ser considerado voluntarismo com o qual alguns trabalhavam: quem dispunha de algumas habilidades, como programar um site, por exemplo, ia fazendo a partir de uma decisão em assembleia e de repente se descobria que havia mais gente desenvolvendo o mesmo projeto. No caso do site, dois ativistas decidiram desenvolvê-lo sem comunicar ao coletivo o que estavam fazendo, com dois projetos distintos e trabalhando em servidores diferentes. Apesar de um stress inicial, isso acabou por ser sanado com o direcionamento de um site para o outro, como ilustram as imagens dos pads[83] que funcionaram como chat de debates e decisões durante a crise.

O objetivo principal da criação do canal era manter uma vitrine mais consistente e permanente do movimento e um repositório de conteúdo que facilitasse a comunicação com todos os públicos, fugindo do imediatismo das redes sociais, especialmente do Facebook, ou mesmo servindo de suporte a elas. O site foi feito em Wordpress, a plataforma de produção de blogs mais acessível e que oferece templates gratuitos, além de ser de fácil manipulação e edição. Estava presente em seus conteúdos o cerne das ideias que movem a luta pelo parque, que levaram à criação do OPA, à ação direta e às ações institucionais. E mantendo o caráter aberto do OPA, a página era interativa e abria espaço para a participação direta da sociedade.

Figura 62 - Pad com debate sobre construção do site



Fonte: Print do pad resgatado pela pesquisadora do www.piratepad

[83] Pads disponível em http://piratepad.net/siteparqueaugusta. Último acesso em 15/03/18

Figura 63 - Site do OPA

Fonte: Print do head do site feita pela pesquisadora

Figura 64 - Site do OPA

Quem somos

A mobilização popular em torno da luta pelo Parque Augusta tem cerca de 40 anos. Foram diversas conjunturas e conquistas ao longo deste período, contando com a participação de muitos grupos e indivíduos.

A partir de meados de 2013, como resposta a uma nova investida dos proprietários em construir prédios no terreno e a necessidade em se fazer pressão pela sanção de um projeto de lei que autorizaria a criação do Parque Augusta, um novo levante popular se formou e cresceu de maneira exponencial, organizado por meio de assembleias.

Essa mobilização deu origem ao movimento Organismo Parque Augusta, nome influenciado pelo coletivo parceiro Organismo PikNik. O OPA é um movimentwo autogerido, horizontal e heterogêneo. Não tem líderes e nenhum grupo ou entidade oficialmente constituído o representa. Organiza-se a partir de assembleias públicas, reuniões de grupos de trabalho, ações diretas na rua e rede mundial de computadores. É aberto à participação de quem se interessar em apoiar a causa:

Fonte: Print da home do site feita pela pesquisadora

Figura 65 - Espaço para participação do público no site

Como Participar

A melhor maneira é aparecer nas assembléias, nos eventos, nas reuniões. Acompanhe nossa agenda, nossas páginas nas redes sociais e apareça!

Se não pode estar presente, mora longe, não quer pegar trânsito etc. mas tem algo importante a contribuir, escreva-nos para contato@parqueaugusta.cc ou envie mensagens pelas redes!

Compartilhe isso: Email Facebook Twitter Imprimir

2 comments on "Como Participar"

EDISON FARAH 16/03/2014 at 4:23 pm

Em mais essa investida de hoje da mídia, no caso a revista da Folha de 16/03/2014, para favorecer as empreiteiras, nesse jogo sujo que se faz a favor da especulação, ali só seriam aceitáveis para os paulistanos as propostas 1-Pronta Entrega, de Gustavo Sandroni, a 5-Serpentina, de Felipe Hess, e a melhor de todas, 6-Floresta, do Movimento Organismo Parque Augusta.
Tudo o mais é de um profundo cinismo, só fantasia para encobrir especulação imobiliária, e poluir e inviabilizar cada vez mais a região central, que já está absolutamente saturada de empreendimentos gigantescos, mormente o Distrito da Consolação.
Esta estória do Parque Augusta é emblemática, pois colocou o rei nu, e levou a Câmara e PMSP, com certos vereadores que se diziam a favor da vida, a tirarem a máscara com que embromam a população nestes quase 50 anos.
O valor para a despropriação é ridículo, e sabemos quanto dinheiro é enterrado em marketing pelos governos municipal, estadual e federal.
E mesmo assim, há mais de 20 anos a população do Distrito da Consolação se propõe, através taxa de melhoria no IPTU, a cobrir esse valor.
Cínica, muito cínica, a Prefeitura Municipal de São.
Edison Farah
Diretor Presidente
Bairro Vivo-Agência de Preservação Urbana Paulo.

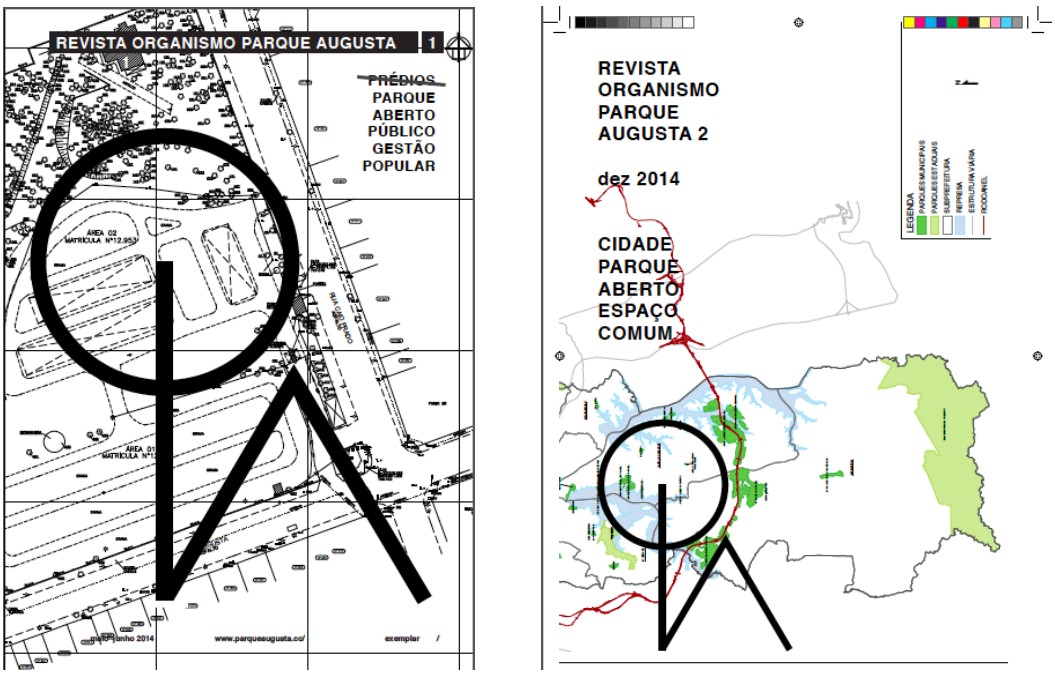
Fonte: Print de página do site feito pela pesquisadora

5.3 REVISTA ORGANISMO PARQUE AUGUSTA

Assim como o site, todos os documentos importantes do movimento e os eventos, a "*Revista Organismo Parque Augusta*" ou simplesmente *"Revista OPA",* é fruto de uma produção colaborativa que já teve duas edições publicadas (esgotadas) e encontrava-se em fase de planejamento da terceira em novembro de 2018, que traria as reflexões dos diferentes atores que participaram do "Fórum Comunitário Canteiro Vivo" em 2017. A primeira edição, com 200 exemplares numerados, saiu em 4 de junho de 2014. Trazia parte dos conteúdos já no site, principalmente os que se referiam às definições do movimento, seus princípios, objetivos e metas e o manifesto "Pra que parque?". Do total de 32 páginas, seis dedicavam-se a explicitar os percalços da luta no labirinto de legislações que influem nas decisões políticas, os avanços e retrocessos dos processos judiciais envolvendo a área do parque. E faz uma crítica explícita à atuação da Prefeitura de São Paulo, no caso à administração de Fernando Haddad (PT), acusando-a de não seguir as leis que dão direito ao parque, que afinal havia sido

criado com a assinatura do próprio prefeito. E pergunta: “São Paulo é uma terra sem leis? Ou as leis só funcionam para quem pode pagar por elas?” (REVISTA OPA 1, 2014)[84].

Figura 66 - Capas da Revista OPA 1 e 2



Fonte: Print das capas feitas pela pesquisadora a partir dos arquivos em pdf das mesmas

A par de um histórico da disputa pelo parque, fartamente ilustrado com os eventos de ação direta realizados desde junho de 2013, das opiniões sobre o Festival realizado em dezembro daquele ano e a publicação das primeiras respostas ao questionário sobre o parque desejado, a revista traz dois textos que colocam o OPA e sua causa – a abertura do parque 100% sem prédios e autogestionado – no palco dos movimentos anticapitalistas urbanos internacionais. Primeiro, um texto coletivo, refletindo as posições sobre o movimento amplamente debatidas nas primeiras assembleias, analisa a especulação imobiliária como o lado perverso do neoliberalismo na expansão das cidades, especialmente das grandes metrópoles. Aponta a cumplicidade do Estado e dos partidos com o capital em detrimento dos cidadãos e avança do conceito de direito à cidade para o direito às infraestruturas como cerne da existência do movimento:

> Direito à cidade não é somente ter acesso a ela, poder morar nela, mas poder decidir e executar ações que definam o seu

[84] A revista está disponível em https://issuu.com/organismopa/docs/revistaopa.0.1. Último acesso em 16/07/18. As páginas aqui reproduzidas foram copiadas dos arquivos do OPA.

> funcionamento e sua formação. Para que a cidade e a vida em sociedade sejam mais humanas e sustentáveis, a população deve tomar a frente das decisões, através de organizações horizontais, espontâneas e desatreladas a partidos e instituições religiosas ou financeiras, que são as responsáveis pela crise da vida nas metrópoles". (REVISTA DO OPA, 2014, p. 15)

O segundo texto na mesma linha é um artigo da pesquisadora Natasha Rena, urbanista e professora do curso de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulado "Viva o Comum das resistências verdes multitudinárias". Valendo-se das referências teóricas de Michael Hardt e Antonio Negri, especialmente de Commonwealth (2009) e Multidão (2005), Rena traça um retrato das metrópoles apropriadas pelo capital, em tempos de globalização financeira e trabalho cognitivo, ao qual os Estados, inclusive os governados pela esquerda, se veem submetidos. Ela situa o OPA entre os movimentos multitudinários desta década, especificamente entre aqueles que lutam por causas específicas nas cidades globalizadas (Parque Gezi, em Istambul) ou mesmo no Brasil (Ocupa Estelita, em Recife). O artigo de Rena dá a tônica dos conceitos e teorias que já frequentavam as assembleias e grupos de estudo do OPA e estão na base de seus princípios e metas:

> A construção da subjetividade via mecanismos oficiais do poder imperial (grandes mídias) já não convence mais a sociedade com tanta facilidade, e assistimos a uma ampliação dos campos de luta pela construção do comum, seja nas ruas, seja nas redes. Não se trata somente do território verde dos parques e praças, mas também *d*a exigência de função social da propriedade... Se queremos que esta luta seja realmente parte da construção de uma nova ontologia da multidão e constituinte de uma nova democracia, seria bom pensarmos que a defesa por estes territórios deve passar fora da lógica do público (Estado) ou do privado (capital), ou seja, deve ser construído num espaço do comum, no qual quem decide o cotidiano de forma autogerida é a própria população em exercício constante de democracia real. (RENA, REVISTA DO OPA, 2014, p.20-21).

A segunda edição da revista, também produzida a muitas mãos, traz na capa um mapa de São Paulo com a localização dos parques desejados (naquele momento), mote para avançar na importância da Rede Novos Parques e descrever alguns dos movimentos (parques dos Búfalos, Vila Emma, Peruche, da Fonte e Água Podre). A edição de 36 páginas investe ainda mais na publicação de memes disseminados nas redes nos meses anteriores, ridicularizando personagens como o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e a ex-presidente Dilma Roussef ao lado de sua ministra da Agricultura, Katia Abreu, que recebeu do

Greenpeace o título de "motosserra de ouro" em 2010, por sua atuação parlamentar em defesa da expansão do agronegócio na Amazônia em detrimento das florestas e dos indígenas[85]. De forma mais reduzida do que no número 1, a Revista volta a trazer a história da luta, os princípios e objetivos do OPA, um texto assinado pelo GT Jurídico com um detalhamento da ação civil pública contra as construtoras e as ilegalidades por elas cometidas com a área, acompanhado de um artigo sobre a história do terreno do parque, escrito pelo arquiteto Amer Moussa.

Nessa edição, os artigos de fundo estão a cargo do professor de ciências políticas da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) Acácio Augusto – "Lutas na cidade: uma proposta de ação direta" – e do professor de francês e ativista Fernando Pozzetti, que reflete sobre a causa do parque à luz das forças que regeram os milênios passados e o atual. O texto de Acácio Augusto é uma expansão de sua fala no I Fórum Parque Augusta, que havia sido realizado no mês de agosto e que será tratado no subcapítulo destinado a ele mais adiante.

Mas o grande destaque da revista é a conexão estabelecida com os ativistas turcos que participaram do Movimento Parque Gezi, com quem os integrantes do OPA haviam feito contato durante a Bienal de Artes daquele ano, em um debate justamente sobre o direito à cidade. Dois dos ativistas do Gezi escrevem largos artigos para a revista, defendendo uma urbanização democrática e popular e refletindo sobre o estágio das lutas contra o capital nas cidades, o comum urbano, o surgimento de uma nova esfera pública a partir das ações em rede e sobre os novos espaços que fortalecem a democracia – os espaços de autocriação. E fica evidente a conexão do OPA também com outros movimentos semelhantes no Brasil, entre eles o Ocupa Estelita, a ocupação Luz Estrela e o Resiste Isidoro, em Belo Horizonte.

5.4 PROJETO COMUNITÁRIO

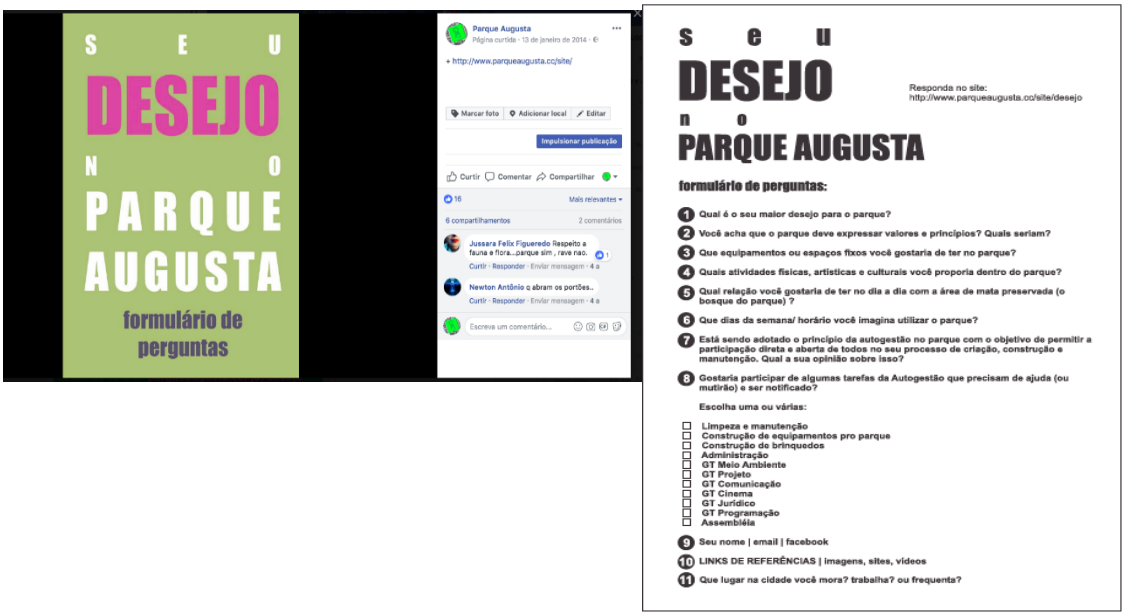
No dia seis de janeiro de 2014, um tweet e um meme no Facebook convidavam os paulistanos a expressar seus desejos e ideias para a construção do Parque Augusta. Tratava-se de um questionário (ver anexo B) online que abria espaço, ao mesmo tempo, para as subjetividades desabrochadas nos primeiros meses do movimento e para a concretude de pensar em mobiliário e outras infraestruturas úteis ou necessárias ou desejadas para esse tipo

[85] Informações em BEDINELLI, T. 'Motosserra de ouro' para a Agricultura. **El País**. 23 Dez 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/27/politica/1417104252_610580.html. Acesso em: 01/02/18.

de equipamento urbano. Nos primeiros meses, cerca de 100 pessoas expressaram suas visões de parque e como o queriam desenhado, sendo aproximadamente 20% delas pertencentes ao movimento e outras 10% com participações eventuais em assembleias e reuniões.

Paralelamente ao lançamento do questionário, que estava disponível no site do OPA e no Google Docs, vários memes e posts no Twitter, Instagram e Facebook conclamavam todos a votar. A divulgação e mobilização em torno do questionário teve seu ponto forte nas redes sociais, mas o destaque especial ficou com os eventos "A Rua Também é Parque", que começaram em janeiro de 2014. Nesses eventos, uma "árvore dos desejos" ou "lousa dos desejos" estava sempre à disposição para receber sugestões de vizinhos ou simplesmente de pedestres abordados nas cercanias do bosque.

Figura 67 - Formulário de desejos para o parque



Fonte: Print de memes do Facebook feito pela pesquisadora

A possibilidade de construção conjunta de um parque permitiu recolher tanto as ideias mais corriqueiras quando se pensa nesse equipamento urbano – um parquinho infantil ou equipamentos de ginástica para idosos – até conceitos gerais sobre a cidade e suas infraestruturas ou que se alinham à ideologia do movimento contra a especulação imobiliária. A disponibilidade para gerir comunitariamente também aparece em muitas respostas, com pessoas oferecendo-se para participar do plantio da horta, a dar aulas de yoga ou cursos de meditação, além do clássico mutirão de limpeza.

A ideia de um parque planejado e construído pela comunidade estava presente desde o evento precursor do movimento, do dia 29 de junho de 2013. O meme que o anunciava já

propunha uma “ação política para instituir a formação do Parque Augusta”, pedia que se levasse materiais (caixas de feira, martelo, marreta, pregos e ripas) e sentenciava que o “projeto arquitetural” era a transposição do muro para “construir um parque público”. Os ativistas iniciais inspiravam-se no conceito de “Autopia” (todas as possibilidades reais de trabalho de um indivíduo dentro de seu próprio espaço de vida, em contraponto à utopia, que é o lugar impossível.[86]) e trabalhavam com o conceito de “microplanejamento urbano”, que um deles já vinha experimentando profissionalmente.

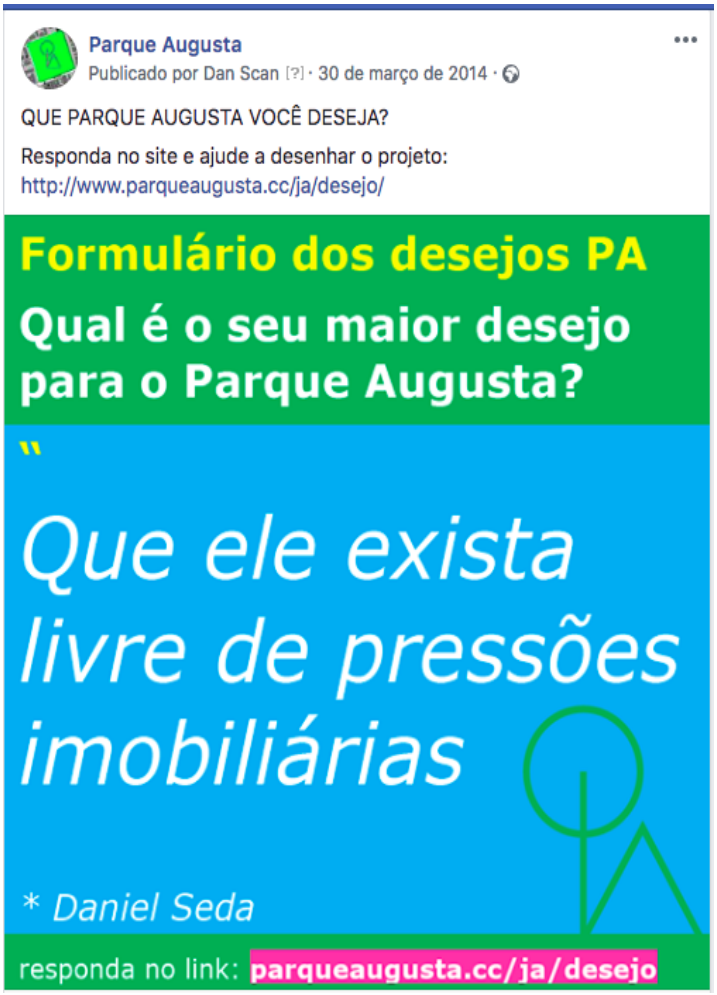
Figura 68 - Lousa dos desejos na Rua Augusta

Fonte: Página do Facebook do Movimento

A proposta inicial era construir um parque de baixo para cima informalmente, em conjunto com a comunidade, em pequenos mutirões. A chegada de novos ativistas a partir de novembro de 2013 não alterou a ideia do projeto comunitário, mas politizou um debate que inicialmente não alcançava a dimensão que seria se contrapor aos interesses imobiliários e lutar contra a privatização dos espaços públicos e o avanço neoliberal sobre as cidades. A autogestão e o papel da permacultura no novo modo de fazer cidades tampouco estava presente no início, passando a ter um papel central no projeto a partir da criação do OPA.

[86]Disponível em https://www.facebook.com/pg/microtopia/about/?ref=page_internal. Último acesso em 06/06/18.

Figura 69 – Meme com desejo para o parque



Fonte: "Meme" retirada da página do Movimento no Facebook

Foi só na assembleia de 15 de dezembro de 2013 que se criou o primeiro grupo de trabalho, com 5 integrantes, para colher ideias e depois levar o tema para ser debatido entre todos. Em 23 de dezembro, uma reunião mais ampla introduziu a proposta de participação da sociedade na construção desse projeto, conforme apontamentos da ata na Figura 70. Três dias depois as discussões se aprofundaram. A ideia que faziam de projeto começou a tomar uma forma. Já não se tratava apenas de organizar um espaço físico para que se configurasse como parque, de definir que tipo de eventos ia abrigar. A gestão do futuro parque (recém-criado por lei, embora ainda não desapropriado) tornou-se transversal a todo o debate.

Figura 70 – Extrato de ata de assembleia de 23/12/13

Extratos da ata de 23/12/2013

"7. Algumas ideias para o futuro parque:

- Faculdade de filosofia para moradores de rua
- Ideias sustentáveis
- Horta com adubagem fornecida por biodigestor
- Posto de recolhimento de material de descarte reciclável pra Prefeitura recolher e orgânico pro biodigestor, …

11. Construção da árvore dos desejos:

3. Objetivo de reunir primeiramente os desejos dos participantes do movimento.
4. Estabelecer um dia para a colheita desses desejos.
5. Reflexão sobre os desejos
6. Tentativa de abarcá-los dentro do projeto de parque
7. Num segundo momento, a árvore dos desejos é aberta aos frequentadores do parque e também pela internet.
8. Fazer um formulário, como uma pesquisa de campo sobre os desejos, impressões e conhecimentos da população em geral sobre a construção do Parque Augusta.

12. Concurso de ideias/projetos

1) As pessoas poderiam desenhar e propor ideias para o parque."

Fonte: Arquivo do OPA no Google Drive

Figura 71 – Extrato de ata com debate sobre projeto de parque

Ata da assembleia de 26/12/13

A1.: Todas as pressões políticas e jurídicas de grana chegarão... quais serão nossas reações? Devem ser coesas. Independente do individual... O pessoal está ligado que a moçada tá aqui: o que é esse lance da autogestão? A sugestão é: utilizar o sistema para legalizar o que já está sendo feito. Há exigências administrativas se quiser estar autônomo do público? Como gerar custo e lucro? Uma possibilidade é a ONG. A OSCIP exige um momento anterior: a utilidade pública, um serviço público que o Estado não consegue cumprir. Deve haver um projeto para a comunidade. Ex.: de ações de teatro para idosos, mega horta, escola livre…

A2: Não se chega a um administrador público e diz que não tem projeto nenhum. Deve-se pensar que pode ser uma OSCIP e não já uma OSCIP. Para a autogestão falta um CNPJ. A administração do Estado exige um servidor público (pois a área pública). Pra estar aqui deve ser OSCIP. Da pra ter vários serviços ligados à OSCIP. Se não tiver estrutura organizacional, não vai pra frente.

A3.: Que nomes dar para esse projeto? Se criarmos um projeto. Conseguimos entrar em contato com quem recebe o projeto?

A4.: Vai pra uma secretaria específica: secretaria de cultura, esporte, meio ambiente, educação. Necessidades do projeto: ser sem fins lucrativos... contrapartidas sociais... ligação com a creche e escola pública

que estão próximas.

A5.: Como o Estado se exclui do processo que ele mesmo é legitimado? Devemos trazer o Estado para comparecer no processo de construção

A6.: Esse parque tem uma função ambiental fundamental, dentro do plano anual estratégico. Nós fazemos isso e você vai nos ajudar.

A7.: As pessoas estão aqui por disponibilidade. Politicamente, a prefeitura tem que construir o projeto de parque junto conosco.

A8: Uma ideia pode ser a Zona Azul verde: projeto onde toda a Zona Azul do entorno fosse revertida para o parque.

A9.: Quer participar do GT de meio ambiente, oferecer ideias como os projetos de arquitetos austríacos para as hortas. Toda a construtora que faz uma construção tem que fazer replantio. Fazer o dap de todas as árvores. Cada paulistano pode plantar 5 mudas. Aqui teríamos 200 mudas. Também podemos ter uma biblioteca dentro de um contêiner. Identificar as arvores

A10: É preciso ver como abarcar as ideias de outros: festival de ideias e fazer a lista de desejos e qual o desejo pra cá. Assim, todos se sentem contemplados dentro do que estamos propondo para esse parque.

A11: Montar um domo geodésico, permacultura e trazer a população do entorno.

Fonte: Arquivo do OPA no Google Drive

Na assembleia de 2 de janeiro de 2014, com os portões fechados, os debates sobre o parque desejado voltaram a ocupar grande parte do tempo, de acordo com a ata. Já como espaço virtual, surge aí a noção de que a comunidade é o parque e o parque é a comunidade. A autogestão que vinha pautando o ativismo incorpora-se definitivamente ao processo de construção do parque comunitário.

Figura 72 - Extrato de ata de 02/01/14

A1.: Acha que já devemos começar o projeto de autogestão com o formulário

A2.: Diz que precisamos nos organizar e defende um contato informal pra levantar as formas de contatar as pessoas necessárias enquanto vamos construindo projetos.

A3. Acredita que projeto é mais a longo prazo e devemos nos pautar pela servidão de passagem no momento.

A4. Diz que a ideia de autogestão tem de estar fortemente no ar, paralelamente à pressão sobre a servidão de passagem.

A5. Acha que tem de bater na coisa da servidão, e em separado ir pensando em projeto.

A6. O projeto deve ser de baixo pra cima.

Fonte: Google Drive do OPA

A decisão de desenvolver um projeto pouco a pouco, instituindo o movimento como um laboratório permanente, o Canteiro Vivo que vai a se constituir quatro anos depois, foi, porém, atropelada por uma demanda externa. A Folha de S. Paulo, embalada pelo sucesso dos festivais de arte, pela repercussão do movimento e pelo decreto oficial de criação do parque,

lança um chamamento para apresentação de projetos arquitetônicos, a serem publicados na Revista da Folha, que circula aos domingos. Enquanto o sociólogo e paisagista que lá em junho de 2013 havia criado o evento de Facebook convocando para a construção comunitária do parque, agora fora do movimento, entrega uma proposta em seu nome, elaborada em conjunto com alguns jovens externos ao movimento, o Organismo Parque Augusta apresenta um projeto coletivo e comunitário. Tal projeto reflete não só os debates das últimas reuniões e assembleias, mas também a experiência dos dias vividos ali até o fechamento dos portões e as experiências de iniciativas postas em prática em outros países. Entre as colaborações estava a de Mister, integrante do coletivo espanhol Basurama e que vivia em São Paulo e participava do movimento.

- Conceito: 100% parque aberto (sem grades nem prédios)
- Toda infraestrutura deve ser sustentável e móvel (geodésica e cobertura móvel para atividades e feira orgânica)
- Restauro do patrimônio (reminiscência do antigo colégio Des Oiseaux, como casinha e portal)
- Permacultura
- Catalogação, preservação e manutenção da mata atlântica remanescente
- Acessibilidade universal (caminhos com decks de madeira plástica)
- Horta urbana e feira de orgânicos
- Autogestão

O material entregue à Folha já traz, embora ainda de forma esquemática, os princípios que nortearão não só o projeto por fim entregue à Prefeitura em agosto de 2017, mas aqueles que pautarão a atuação do coletivo ao longo dos quatro anos seguintes. Chegou-se, inclusive a desenhar um modelo de gestão que somava o poder público, o OPA e a comunidade, criava GTs (Meio ambiente, cinema, projetos, comunicação, jurídico e programação) e os processos de deliberação em sequência: reunião de GT, reunião entre GTs, assembleia e daí para a ação ou retorno para debate em assembleia ou volta para o GT. Por fim, traçavam um sistema de participação inspirado nos círculos concêntricos dos anarquistas, determinando o grau de inserção no movimento dependendo do tempo e das atividades de cada pessoa. Este sistema deixou de ser mencionado posteriormente.

Mas a Prefeitura não desapropriou o terreno, o parque não saiu do papel e os projetos publicados pela Folha de São Paulo foram arquivados. Nos três anos seguintes, o movimento aprimorou seu projeto de implantação e gestão, testado na prática nos 47 dias de ocupação do

parque, entre 17 de janeiro e 04 de março de 2015. Neste período, foi possível catalogar mais de 800 árvores existentes no parque, construir as primeiras estruturas móveis para "mobiliar" o espaço e, principalmente, testar a permacultura como princípio do habitar e a autogestão como prática de vida em comum. A ocupação configurou-se como o laboratório já imaginado pelos ativistas para desenhar o parque e experimentar os resultados do que iam desenvolvendo. Foi o que chamaram de "precedente-semente", uma espécie de prototipagem do parque, que se ia configurando à medida que nele se habitava e que se ouvia a população.

Em 2017, com uma nova chamada pública para responder ao questionário de desejos e o aceno de uma solução do imbróglio de 40 anos por parte do recém-eleito prefeito João Dória, o projeto se consolidou. Durante cerca de quatro meses (março-junho), de duas a três vezes por semana e, por fim, diariamente, incluindo sábados e domingos, os ativistas e moradores do entorno se reuniram para debater os desejos já expressos pela comunidade e consolidar os conceitos de parque 100% livre de prédios, aberto a todos, autogestionado, autossustentável e baseado nos princípios da permacultura. Pelo menos 40 pessoas passaram por esses encontros, analisando o que já estava proposto, expondo novos desejos e propostas, desenhando e rascunhando ideias. Formaram-se grupos para contemplar as necessidades de cada segmento (idosos, crianças, donos de cachorros, agroecologia, projeto arquitetônico/paisagístico, gestão etc.). A multidisciplinaridade já presente no movimento foi eventualmente ampliada com novos saberes e experiências, vindas tanto da academia como de outros grupos ativistas.

Figura 73 – Encontros para construção do projeto comunitário na Livraria Tapera Taperá

Fonte: Pesquisadora (maio/17)

O questionário dos desejos foi o ponto de partida do novo projeto, mais uma vez retratando vontades e disposições da comunidade:

Figura 74 - Extrato das respostas do Questionário dos Desejos

Ana Dulce

Desejos: Muita árvore. Muita e muita árvore mesmo! E com bastante vegetação de submata. Proteção das raízes que já estão fora da terra. Muito silêncio para os pássaros e para quem quer meditar junto à natureza. Banheiros e lugar para palestras, debates e cursos sobre meio ambiente. Biblioteca sobre meio ambiente. Horta comunitária. Alguns lugares para caminhada e bancos .

O que construir: Bancos, algum brinquedo fixo para crianças. Um espaço especial para pessoas com cães.

Sobre autogestão: Embora eu não entenda como isto funciona na prática, acho uma ótima ideia.

Atividades esperadas: Yoga, caminhadas, cinemata, atividades ligadas ao meio ambiente

Cooperação oferecida:

Limpeza e manutenção, construção de equipamentos para o parque

Tomás

Desejos: Que o parque seja uma área verde, comum, que possibilite a integração e fortalecimento do vínculo dos moradores do bairro com a região, além de servir de alternativa de lazer para todos os frequentadores, sejam estes vizinhos ou não.

Expectativas: Um grande diferencial do parque seriam uma horta comunitária e uma biblioteca comunitária. A biblioteca poderia aceitar todos os tipos de doações, propondo um livre intercâmbio de livros e revistas. Espaços que disponham de brinquedos para crianças e equipamentos voltados para animais domésticos. Bancos e cadeiras dos mais variados tipos, quem sabe até estruturas como redes, balanços e outros encostos que aproveitem as árvores como estrutura.

Sobre autogestão: A horizontalidade e distanciamento político de estes tipos de movimentos é essencial para garantir o seu bom funcionamento e sua perpetuação. Existem diversos tipos de projetos em países de primeiro mundo que visam cuidar de praças que podem ser usados como exemplo.

Função do espaço: Acredito que o Parque Augusta, assim como outras áreas verdes de São Paulo, devem servir para nortear a relação que o habitante tem com a sua cidade, através destes espaços poder recordar as noções de ecologia e preservação do meio ambiente, valores que são completamente esquecidos no nosso dia-a-dia por conta dos efeitos colaterais do desenvolvimento urbano, a poluição visual, sonora e do ar, verticalização, desmatamento e empobrecimento das relações sociais

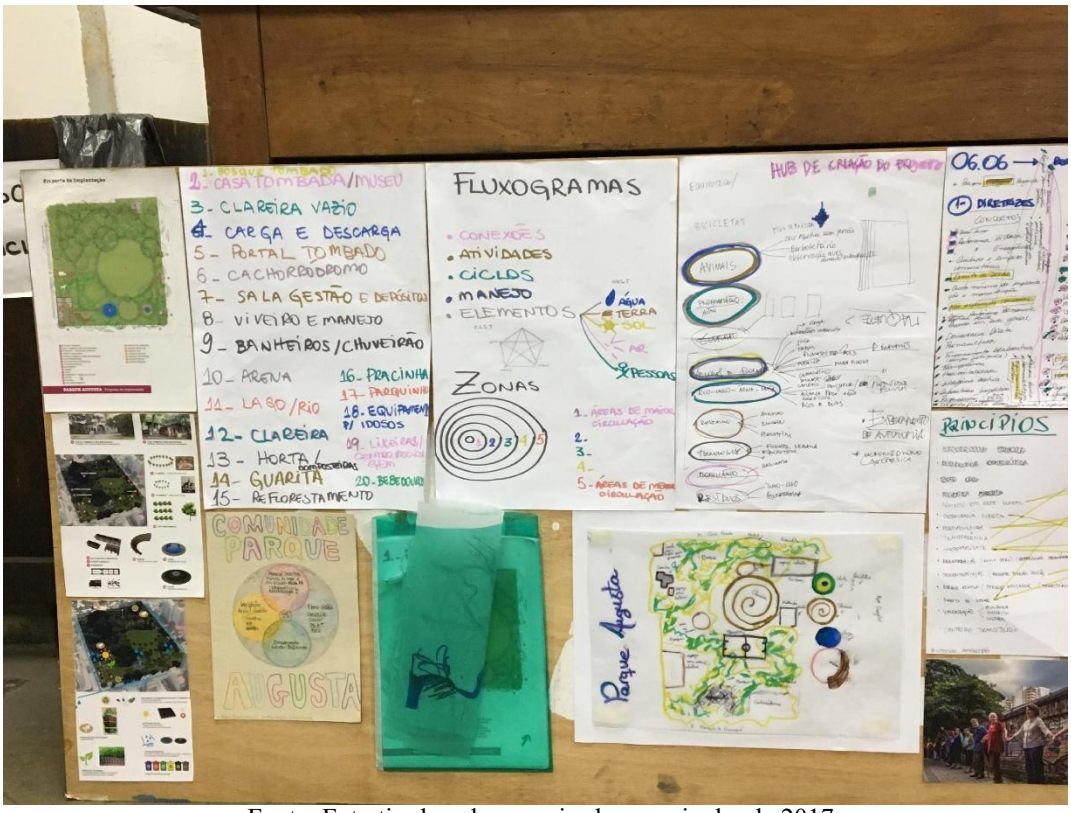
Fonte: Texto copiado pela pesquisadora do arquivo onde se encontram as respostas dos participantes.

Na impossibilidade de rascunhar e voltar a testar seus princípios e ideias em um "laboratório vivo" dentro do espaço desejado – os 23.763 mil metros quadrados do Parque Augusta –, como pretendiam desde o início, um laboratório vivo virtual funcionou em um escritório compartilhado por dois integrantes do OPA e em uma sala cedida pela Livraria Tapera Taperá, ambos no Centro de São Paulo e muito próximos da rua Augusta. O processo teve, no entanto, percalços e dissidências. Um dos arquitetos que integrava o movimento quase desde seu início não aceitou a construção coletiva, que deixava de fora algumas de suas ideias, abandonou as reuniões e, com apoio da Samorcc, uniu-se a outra profissional e apresentou um projeto assinado em nome dos dois. Nele constavam alguns elementos do projeto coletivo multidisciplinar já consensuados antes de sua saída, mas acrescidos de sugestões de valorização de resquícios arqueológicos ainda não reconhecidos oficialmente pelos órgãos competentes, além de atividades comerciais vetadas não só pelo movimento, mas também pelos vizinhos, como instalação de *food trucks,* e exposição permanente de esculturas assinadas pela esposa do prefeito (Bia Doria), sem qualquer justificativa artística ou seleção democrática.

Figura 75 - Reunião do GT Projeto em junho de 2017

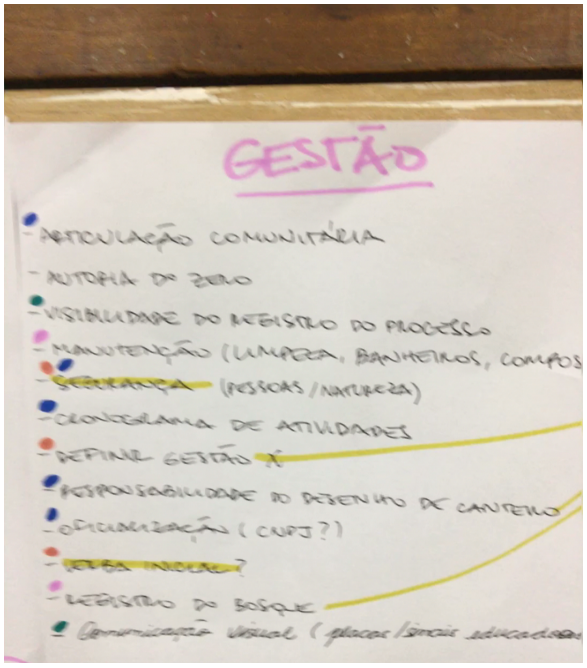
Fonte: Foto tirada pela pesquisadora no escritório de ativistas no Centro de São Paulo (junho/18

Figura 76 - Mural com a síntese dos debates sobre o Projeto Comunitário



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora em junho de 2017

Figura 77 - Apontamentos para projeto de gestão



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora durante reunião GT Projeto (junho 2017)

5.4.1 Os autores somos nós

Esta dissidência, o uso de propostas comunitárias para assinatura de projeto em nome pessoal e a inclusão de elementos estranhos aos princípios do movimento geraram debates acirrados nas assembleias semanais seguintes. Embora geralmente tratada em tom cordial, emergiu das reuniões a condenação da atitude individual como uma traição que enfraquecia o movimento como um todo diante da Prefeitura, e principalmente o ativismo do OPA, reforçando a linha institucional em detrimento da comunitária, a gestão pública, com toques privados, em detrimento da gestão comum do espaço.

Figura 78 - Extrato de ata da assembleia de 22/05/17

PROJETO

Formalizar projeto comunitário assinando como Movimento Parque Augusta. (Movimentos?).

Radicalizar na transparência do debate público. Precisamos "matar" o autor do projeto porque um único autor mataria o movimento. Reforçar o autor com 500 pessoas assinando o projeto. Abrir para a mídia, com as 500 assinaturas para não sofrer apropriação.

Cada projeto paralelo que surgir depois e fugir dessas assinaturas, não será reconhecido. Projeto democrático.

Não permitir atividades de interesse econômico dentro do parque. Não temos interesse em concessões privadas. Os dois projetos se complementam. Agora não sei se faz um terceiro projeto, ou se une os dois.

Colocar a questão das esculturas nesse momento não é o mais importante. Se sim, seria resolvido com um conselho deliberativo: obras de arte são rotativas.

Queremos um rio que se transforma em fonte de vida, não um chafariz. Rio com plantas aquáticas, que cria ressonância de vida, potencializando o ser estranho que lá habita: o bosque.

Questão do pontilhão é um mito pois é a mestra construção das ruas. O rio de verdade é o Rio Augusta. Recuperar o elemento água para dentro do Parque como fonte de educação ambiental. Ajuda com redes hídricas (contato Ricardo).

Espaço para mídia para divulgar as atividades dentro do Parque. Zoneamento Permacultural do espaço - fluxograma, análise dos elementos designados nas zonas de 1 a 5, sendo as zonas 1 as mais habitadas e as zonas 5 às menos).

REFLEXÕES GERAIS: Vivemos o embate do ego do século XX, centrado na competição, e o sujeito do século XXI, mais participativo.

Trazer símbolo político para essa gestão. Gestão da implementação paga com multas das construtoras.

Local de experimentação e ensinamento. Seja pelo viés da Permacultura ou outro, que esses encontros das comunidades sejam perenes, não como algo feito pronto, mas com necessidades reais, como banheiros públicos para higienização de pessoas. Ações não gentrificadoras."

Fonte: Google Drive do OPA

A dissidência ficou mais clara na tensa reunião de apresentação dos projetos, em que outros dois arquitetos, que haviam apresentado suas sugestões à Folha de São Paulo, foram também chamados pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), que conduzia os trabalhos na Prefeitura. Depois de cada um mostrar suas ideias, a equipe municipal sugeriu a unificação das propostas em um projeto único, processo de que não quis participar o arquiteto dissidente. Os outros dois aceitaram a sugestão e passaram a integrar o grupo do Movimento que desenhava o projeto comunitário. Uma síntese contemplando o principal de cada proposta foi finalmente entregue à Prefeitura em 22/06/2017.

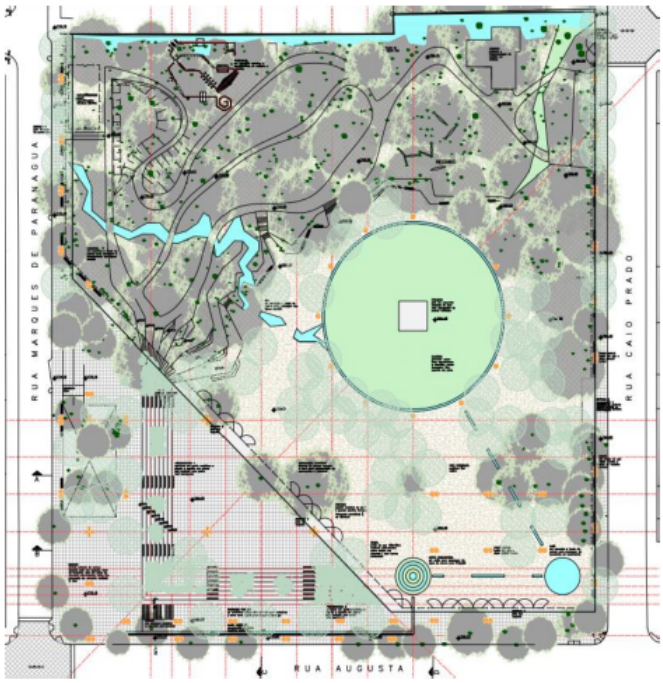
Figura 79 – Primeiro projeto comunitário entregue à SVMA

Fonte: Arquivo do OPA no Google Drive

Além das plantas arquitetônicas, o documento entregue à administração municipal reúne e sistematiza o conhecimento até aqui produzido e acumulado pelo movimento. Uma espécie de memorial com o histórico da luta, o resultado da participação social gestada no seio da comunidade e por ela autogestionada, os conceitos e princípios não só do parque desejado, mas principalmente da necessidade de instalação de um laboratório vivo e um amplo debate com a população interessada e com outros movimentos sociais (Fórum Parque Augusta) para co-desenhar o projeto.

Mais do que a demanda por um parque natural urbano autogestionado, emerge deste documento a concepção de cidade perseguida pelo movimento. Não se trata aqui apenas de reivindicar o direito à cidade como caminho de participação política. Vai além: o que o movimento propõe e quer é participar da construção dessa cidade, é "fazer cidade" entre todos, em comum, a partir da possibilidade de interferir nas infraestruturas, produzir novos saberes sobre o habitar a metrópole, ser ele próprio a infraestrutura, aqui lançando mão do conceito desenvolvido por Alberto Corsín Jimenez (2017) já abordado no capítulo 2.

Figura 80 – Projeto síntese entregue pelo Movimento



Fonte: Arquivo do OPA no Google Drive

No dia 7 de agosto de 2017, durante a apresentação pública do pré-projeto sintetizado pela SVMA a partir dos dois projetos, que foi organizada pela Samorcc no Hotel Jaraguá, os

ativistas questionaram a imposição de um método e um ritmo de decisões que não considera e respeita a diversidade e a democracia. A ausência de sustentabilidade hídrica e energética do projeto da Prefeitura também foi objeto de críticas. O OPA defende que a implantação da futura área verde possa acontecer imediatamente, com abertura de seus portões à população de São Paulo. Além disso, o Movimento enfatiza a importância de se considerar a instalação de chuveiros para moradores em situação de rua, cozinha comunitária e a realização de atividades de cura física e mental, criando um ciclo de cuidados e solidariedade que apontam como essencial à sobrevivência do viver e fazer em comum. Elementos esses não contemplados pela SVMA.

O processo de construção do parque desejado entrou em banho-maria até julho de 2018, quando nova possibilidade de acordo com as construtoras foi anunciada. No dia 17 de julho, uma assembleia na Tapera Taperá, com apenas oito ativistas do grupo permanente e muitos novos, a discussão do projeto comunitário foi retomada[87]. E um dos temas principais é o uso da água do lençol freático que corre abaixo do parque para que este tenha autonomia hídrica.

5.5 FÓRUM PARQUE AUGUSTA

O primeiro Fórum Parque Augusta nasceu de uma espécie de "comemoração da resistência" do movimento do lado de fora do parque, desde que os portões foram fechados pelas construtoras, em 2013. Depois de oito meses resistindo nas ruas ao redor do parque (A Rua Também é Parque), na praça Roosevelt, no Buraco da Minhoca e nos espaços culturais vizinhos (Matilha Cultural, Casa Amarela), o OPA decidiu ampliar o debate chamando acadêmicos, representantes de outros movimentos urbanos e indígenas com o mote: "Por que o Parque Augusta é imprescindível para a cidade?". No total, 97 pessoas (número fornecido pelo Movimento) passaram pela esquina das ruas Gravataí com Caio Prado na tarde e noite de domingo, 24 de agosto de 2014, dispostas em um círculo que ora olhava, ora dava as costas para o parque no outro lado da calçada. Todas empenhadas em escutar/falar sobre as subjetividades, os objetivos, as teorias e as práticas que circundam a luta pelo parque.

[87] Transmitida ao vivo, a Assembleia está disponível em https://www.facebook.com/taperataperah/videos/939715546219427/. Acesso em 18/07/18.

O fórum é bom exemplo do esforço de produção em comum, desde a montagem das infraestruturas do evento até a colaboração de coletivos parceiros, como mostra o programa (figura 81). Fora o evento do Facebook com a programação, chamando para uma ocupação artística da rua, três vídeos muito curtos com depoimentos de três participantes e as fotos, o único registro do conteúdo desta primeira edição dos fóruns Parque Augusta é o texto da fala do professor Acácio Augusto, da Unifesp, que volta a lê-lo no Fórum de número 3, em 2017, permitindo recuperar seu conteúdo. Trata-se de um discurso que, em sua reapresentação, acaba por tecer um fio que não só conecta os mais de quatro anos de ativismo do OPA como faz uma síntese das ideias/ideais que movem a luta, de suas principais contradições e dos embates internos do ativismo horizontal. Ainda que essa síntese não seja a oficial, muito dela se aproxima nos pontos sobre a gestão do movimento e do parque debatida internamente ao longo dos anos.

Professor de Ciência Política da Unifesp e pesquisador de anarquia moderna e cultura libertária, Acácio Augusto, que acaba por participar informalmente em diversas ocasiões do Movimento, traz a defesa da ação direta como estratégia de luta, recusando a negociação com o poder instituído, as duas linhas em que o ativismo vinha se dividindo e continuou a fazê-lo.

> Quando se fala de luta, é preciso recusar seu principal inimigo: a disposição em negociar...Busca-se a abertura dos portões e a derrubada dos muros. É isso, ou nada... Quando lutamos, por exemplo, pelo Parque Augusta, notamos que também somos contra uma constelação de princípios, regras, regulamentações, concepção de mundo, modos de vida que se chocam cotidianamente na cidade.... O fato de (a luta) ser pontual, imediata e direta confere a possibilidade de imprimirmos a ela um caráter anárquico, que recuse mediações e negociações e prime pela forma antipolítica da resistência colocada pelos anarquistas desde de o século XIX: a ação direta e as experiências de autogestão... O que digo é que é preciso manter acesa e levar a sério a potência da revolta para que não sejamos seduzidos pela paixão ao poder. Para que não tomemos a nossa luta como algo que pode ser mediado por instituições ou se perca em inúmeras negociações (AUGUSTO, 2014/2017, arquivo do OPA no Google Drive).

Entre os princípios que considera devam nortear o ativismo, Acácio Augusto destaca a horizontalidade, a permacultura (aliada à sustentabilidade) e a democracia direta. Ao mesmo tempo em que alerta para os percalços que a horizontalidade enfrenta na atual etapa do capitalismo, sendo apropriada para "renovar dominações", da mesma forma que a sustentabilidade. Para ser efetiva, ressalta, a democracia direta deve valorizar "a diferença, o

dissenso, e se opõe ao monopólio do secreto que garante o poder de burocratas e políticos profissionais" (arquivo do OPA no Google Drive). Defendendo o Parque Augusta como um "espaço incomum" a ser criado, Augusto acrescenta que a efetividade da luta e do grupo depende da não-existência deste como "um laço orgânico que une os indivíduos hierarquizados", mas sim como um fator de constante "desindividualização" (informação verbal).

Figura 81 - Evento no Facebook e foto do Fórum de 2014

Fontes: Print do evento e da foto tiradas do Facebook do Movimento

Figura 82 – Trecho de programa do I Fórum Parque Augusta

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO DO 1o. FÓRUM PARQUE AUGUSTA :::
A **PARTIR DAS 10:00 - MONTAGEM COLABORATIVA**
14:00 – A RUA TAMBÉM É PARQUE:
Oficina suco verde - *Tai chi chuan - Picnic coletivo - Grafite ao vivo - Colagem de lambe-lambes - Oficina bombas de semente - Distribuição da revista OPA#1 elaborada pelo Movimento Parque Augusta
*Tai chi chuan oferecido por Lenny Blue, com uma vivência da sua experiência com o Parque Augusta e sua visão em relação aos impactos negativos trazidos com o fechamento dos portões.
16:00 > MESA DE DEBATES
Abertura
- Acácio Augusto_professor doutor em ciência política. Pesquisa anarquia contemporânea, cultura libertária e novos movimentos sociais.
- Célio Turino_criador dos Pontos de Cultura e estudioso sobre a importância de contemplar parques públicos na cidade.
- Henrique Carneiro_professor de História da USP e defensor do direito à cidade e apropriação dos espaços públicos. Participou do Ocupa Sampa no Vale do Anhangabaú.
- Sônia Aramari_liderança Guarani. Vai debater sobre o desafio da reintegração de posse na Terra Indígena Jaraguá e sobre como a tribo se organiza, tanto em sua gestão como na relação com o lugar em que vivem.
20:00 > COMEMORAÇÃO DA RESISTÊNCIA
- CineMata + Projeções de Bruno Nogueira_exibição de documentários e vídeos sobre a história do Movimento Parque Augusta.
- Fernando Tubarão (Puxadinho da Praça)_também vai fazer barulho com uma bela discotecagem.
- Banda Os Malditos_tocando músicas autorais e de artistas como Jards Macalé, Jorge Mautner, Sérgio Sampaio e Itamar Assumpção.
- Chico Tchello (Buraco da Minhoca)_vai animar nossa Resistência ao som da sua maravilhosa e dançante

caixinha de som ambulante, Xaninha.
"É hora de pensarmos juntos na construção da cidade que queremos!"
+infos
A disputa pelo Parque Augusta sem prédios baseia-se num estudo aprofundado da área, numa vontade legítima da população, na necessidade urgente da cidade por mais áreas verdes e no direito de participação e decisão na e para a cidade.
CHEGA MAIS!
site_ www.parqueaugusta.cc/ - youtube_youtube.com/user/ocuparqueaugusta - Instagram_@parque_augusta
Vimeo_vimeo.com/parqueaugusta
+hashtags para postar fotos e infos ao vivo do nosso fórum: #ForumParqueAugusta #NaoVaiTerPredio #ResisteParqueAugusta #ParqueAugustaVive
Parceiros: Advogados Ativistas - Ateliê Compartilhado - Buraco da Minhoca - #CineMata:radiouvideo - Coletivo Yopará Integração - Espaço Cultural Puxadinho da Praça - Festival BaixoCentro - LAÇO - MATILHA CULTURAL- Mundo Pensante - OsMalditos - Guerrilha Verde

Fonte: Descrição do evento na página do Movimento no Facebook

A segunda edição do Fórum aconteceu durante a ocupação de 2015 (dias 07 e 08 de fevereiro). Ainda que apenas os debates e oficinas destes dois dias tenham sido chamados de fórum, durante toda a ocupação houve uma série de encontros para discutir temas relevantes para a cidade, para o parque e para o Movimento, como a escassez de água (São Paulo ainda vivia uma seca sem precedentes naqueles primeiros meses de 2015, iniciada no ano anterior) e as oficinas e debates sobre autogestão, mesas de conversa com a urbanista Raquel Rolnik sobre a importância do parque e com o historiador Henrique Carneiro sobre a liberação das drogas (tema considerado transversal à ocupação urbana). Desse fórum o registro que restou é ainda mais limitado: o evento no Facebook, um resumo a respeito na publicação sobre o "Verão Parque Augusta" e seus eventos e os memes com a programação, publicados no Facebook, Twitter e Instagram.

Como uma comunidade epistêmica, a troca de experiências e a produção de conhecimento multidisciplinar e transdisciplinar, em conjunto com outros coletivos ou profissionais e acadêmicos respeitados em suas respectivas áreas, sempre esteve na ordem do dia do ativismo praticado ali. Mesmo que a iniciativa de promover e organizar os fóruns venha de alguns poucos ativistas, que sempre se sentiram sobrecarregados no final, a adesão do grupo à iniciativa é total e sempre comparecem aqueles mais ativos no dia a dia. A adesão aumentou na terceira edição do fórum, em 2017, que acabou por atrair muitos ativistas que estavam afastados do movimento por várias razões, inclusive alguns que discordavam da prática predominante nos dois últimos anos, no caso as vias institucionais de pressão e negociação. Além de debates e rodas de conversas, as aulas públicas e os grupos de estudos pautam sua atuação tanto interna quanto externa. Uma mescla de conhecimentos acadêmicos/teóricos, sabedorias populares e práticas ativistas perpassam esses encontros na

busca não de uma síntese que explique ou guie o movimento, mas que lhe ressignifique e transforme a cada momento.

Figura 83 - Evento e programa do II Fórum

Fonte: imagem do evento e meme extraídos do Facebook do Movimento

Figura 84 - Debate sobre autogestão e micropolítica

Fonte: Facebook do Movimento

5.5.1 Fórum Comunitário Laboratório Vivo

O processo de debates, estudos e reflexões iniciado em 2013 culminou com a realização da terceira edição do fórum, batizada de Fórum Comunitário – Laboratório Vivo. Mais potente que as edições anteriores, por sua duração (um mês), quantidade de sessões e diversidade temática, o Fórum de julho-agosto de 2017 foi idealizado paralelamente à elaboração do Projeto Comunitário, motivado por duas necessidades pragmáticas, conforme anuncia o caderno digital preparado especialmente para o evento:

> 1) visibilizar o processo da permuta entre os terrenos, que envolve Ministério Público, Prefeitura e construtoras e até o momento estava muito pouco transparente;
>
> 2) Desenvolver de maneira comunitária um projeto de abertura imediata do parque e de implementação das reformas necessárias a curto, médio e longo prazo. Assim sendo, o Fórum abrigará encontros de variadas linguagens para aprofundar a percepção e o diálogo sobre questões urgentes que emanam do centro de São Paulo em pleno 2017 – em especial aquelas que envolvem a percepção do público (pessoas e espaços) em meio à relação promíscua entre Estado e privado.

Metamorfoseado ele mesmo em fórum, o OPA mobilizou mais de 300 pessoas, entre debatedores e público (ativistas, estudantes, representantes de outros movimentos), que se revezaram em sessões na Tapera Taperá, Matilha Cultural, Casa Amarela e Teatro de Container, além de haver realizado derivas pelas ruas, becos, túneis e viadutos ao redor do parque, refletindo e vivenciando a realidade do Centro, com seus moradores de rua, viciados em crack, a poluição sonora, visual e do ar, o avanço da especulação imobiliária e da gentrificação. Tanto as temáticas de cada sessão quanto os convidados saíram de um GT próprio, mas a composição das mesas e os convites contaram com a participação de boa parte do movimento, seja sugerindo nomes, seja fazendo as conexões necessárias para que as presenças tivessem representatividade nos temas definidos.

Intituladas Opera Vaya e Open Game Govern e idealizadas pelo artista multimídia Pedro Paulo Rocha, as derivas foram transmitidas ao vivo (Facebook Live) e resultaram em pequenos vídeos experimentais[88], performance e Ação Direta[89] paralela aos debates. As

---

[88] Vídeos disponíveis em : https://www.facebook.com/matilhacultural/videos/pcb.159304664642242/10159271645745226/?type=3&theater Último acesso em 09/07/18

[89] Fotos das sessões em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=966329713510200&set=a.966329706843534.1073741904.100003995406577&type=3&theater. Último acesso em 09/07/18.

atividades complementaram-se com uma oficina de permacultura e uma exposição com o projeto comunitário, cujo processo de elaboração permaneceu aberto a visualizações e contribuições em uma sala anexa da Tapera Taperá. Na sessão de abertura, além de uma atualização sobre o movimento e o estágio das negociações institucionais (elaboração de projeto, negociação com a Prefeitura e Ministério Público), os quatro pesquisadores atuantes no movimento à época apresentaram seus projetos de investigação (este inclusive).

As conferências foram transmitidas ao vivo pelo Facebook Live em um trabalho colaborativo de vários ativistas, cada um com seu próprio telefone e muitas vezes usando – e esgotando – o plano pessoal de dados. Gravadas e publicadas no YouTube, decupadas e a ponto de se transformarem em uma revista, as conferências, derivas e oficinas foram impulsionadas e organizadas de forma a dialogar com as três ecologias, os três vasos comunicantes propostos por Félix Guattari como interpretação/experimentação/atuação política, conforme os documentos para o Fórum sintetizados na sequência

Figura 85 – Descrição e programação do Fórum Comunitário

Fonte: Arquivo do Google Drive

As conexões do Socius: autogestão + gentrificação + micropolíticas + luta + desejo: espaço comum para quem?

> A ecosofia social consistirá, portanto, em desenvolver práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho etc. Certamente seria inconcebível pretender retornar a fórmulas anteriores, correspondentes a períodos nos quais, ao mesmo tempo, a densidade demográfica era mais fraca e a densidade das relações sociais mais forte que hoje. A questão será

> literalmente reconstruir o conjunto das modalidades do ser em grupo. E não somente pelas intervenções "comunicacionais", mas também por mutações existenciais que dizem respeito à essência da subjetividade. Nesse domínio, não nos ateríamos às recomendações gerais, mas faríamos funcionar práticas efetivas de experimentação tanto nos níveis microssociais quanto em escalas institucionais maiores. (GUATTARI, 2001, p. 15)

As subjetividades que movem o projeto: memorial + restauro + arqueologia + parque transgeracional + parque escola Pagu + desenho/projeto + singularidades

> A ecosofia mental, por sua vez, será levada a reinventar a relação do sujeito com o corpo, com o fantasma, com o tempo que passa, com os "mistérios" da vida e da morte. Ela será levada a procurar antídotos para a uniformização midiática e telemática, o conformismo das modas, as manipulações da opinião pela publicidade, pelas sondagens etc. Sua maneira de operar aproximar-se-á mais daquela do artista do que a dos profissionais "psi", sempre assombrados por um ideal caduco de cientificidade. (Idem, p. 37)

O ambiente em perspectiva: água + energia + tecnologia + resíduos da flora e fauna + cultura

> […] a ecologia ambiental, tal como existe hoje, não fez senão iniciar e prefigurar a ecologia generalizada que aqui preconizo e que terá por finalidade descentrar radicalmente as lutas sociais e as maneiras de assumir a própria psique. Os movimentos ecológicos atuais têm certamente muitos méritos, mas, penso que na verdade, a questão ecosófica global é importante demais para ser deixada a algumas de suas correntes arcaizantes e folclorizantes, que às vezes optam deliberadamente por recusar todo e qualquer engajamento político em grande escala. A conotação da ecologia deveria deixar de ser vinculada à imagem de uma pequena minoria de amantes da natureza ou de especialistas diplomados. Ela põe em causa o conjunto da subjetividade e das formações de poder capitalísticos – os quais não estão de modo algum seguros que continuarão a vencê-la, como foi o caso na última década. (Idem, p. 36)

5.5.1.1 Reposicionando o social

Imbricado em uma das zonas com menos espaços verdes e, ao mesmo tempo, mais visadas pela especulação imobiliária, o Parque Augusta vive a contradição de ser altamente necessário para a população do Centro (e para a cidade em geral) e de poder constituir-se ele mesmo um fator de gentrificação e exclusão dos mais pobres de uma área privilegiada por serviços, transportes e proximidade dos locais de trabalho. As conferências do social (11/07/17) desvendaram esse nervo exposto da luta pela criação do Parque, amplamente discutido internamente, ao abordarem o problema do custo da desapropriação (que se debatia

na época) e a localização do parque na área central (Alana Moraes[90] e Letícia Lemos[91], informação verbal) e a necessidade de conexão com outros movimentos de disputa pelos territórios, como os de moradia, simbolizado pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), tratado por Jean Tible[92], e também dos excluídos que habitam o centro (prostitutas da Rua Augusta, drogados, moradores de rua citados por Alana Moraes, Acácio Augusto e Sidnei Neves[93]). Um foco na função social do parque paralela ao seu papel no lazer e na qualidade ambiental.

As sugestões de instalação de cozinha comunitária, em vez de lanchonete comercial (Alana Moraes), e manter banheiros e chuveiros públicos, além de oferecer serviços gratuitos de saúde para moradores de rua (Sidnei Neves) abriram espaços de discussão mais acaloradas. Capitaneado principalmente pelos vizinhos que têm uma visão mais tradicional de parque e de relação com os diversos grupos que habitam o Centro, pautada pela insegurança da metrópole, este não era, porém, um debate novo para o movimento. Perpassou os 47 dias da ocupação de 2015 e as reuniões em torno da construção do projeto de parque desejado, sempre indicando posições divergentes, embora não a ponto de provocar rupturas.

Figura 86 – Fórum Parque Augusta – Ecologia social

Fonte: Heber Biella

[90] Doutoranda pelo Programa em Antropologia Social do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

[91] Pesquisadora do LabCidade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP)

[92] Professor Doutor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP).

[93] Vendedor de livros, ex-morador de rua que participou da ocupação do Parque Augusta em 2015.

Tema central do projeto de parque em desenvolvimento, a autogestão do espaço comum acabou por unificar as falas em torno do entendimento já avançado pelo OPA e somou argumentos acadêmicos a este.

Acácio Augusto:

> *[...] o que me interessa nessa luta: a possibilidade de se restituir o espaço físico denominado Parque Augusta para uso de interessados. Com isso penso que seja possível a construção de um espaço incomum e de seu uso diverso que, por um lado, impeça a construção de mais torres cafonas e cinzentas entre as tantas na cidade e, por outro lado, afirme a possibilidade de existência de um espaço no qual pessoas, motivadas pelos mais diversos interesses, possam experimentar algo de vida livre.* (informação verbal)

Alana Moraes:

> *O Parque Augusta pode ser um território existencial, no modelo do Guattari, mas também que seja um território bruxo, no sentido de que ali a gente pensa o corpo fundamentalmente, e a gente pensa possibilidades coletivas de restituir, produza um corpo coletivo nas nossas diferenças e que possa fazer frente ao higienismo, que possa pensar o que é que é resistência diante de um mundo, de uma cidade da dívida que paralisa os nossos corpos.* (informação verbal)

Jean Tible:

> *Autogestão. Acho que o Parque Augusta insiste muito nisso. Eu acho muito interessante, porque autogestão, ela de novo divide, no bom sentido, concepção e práticas. Porque autogestão é imanência, ela traz para hoje, ou seja, o que boa parte da esquerda vai sempre colocar para depois, as transformações. Então a autogestão ela puxa e ela também ajuda a gente a pensar no que seriam os dois inimigos, ou seja, Capital e Estado, como relação. Ou seja, é sempre este confronto entre poder e resistência. [...] A resposta tradicional da esquerda é estatizar. É, vamos dizer, uma reapropriação pública do privado, que por sua vez, foi uma desapropriação do comum. A autogestão coloca um pouco essa questão da democracia, ela traça um vetor que corta, atravessa essa polaridade. Isso também tem um pouco essa questão de repensar o uso comum, desse estar junto.* (informação verbal)

Letícia Lemos:

> *O Parque Augusta tem se colocado como uma peça importante, e eu acredito que o seja, não somente pela disputa por áreas realmente verdes, 100% verde, 100% pública, mas também, e especialmente, pela disputa por formas alternativas de gestão desses espaços [...] definitivamente propõe pensar formas alternativas, pensar a cidade a partir da sociedade civil, não só como organizações sociais que vão ter o CNPJ para cuidar daquele espaço, mas pensar no futuro dessas gestões. Essas duas questões, a disputa pelos espaços públicos realmente verdes e a disputa por gestões que saem dessa caixinha, e são históricas na sociedade, essas questões não podem se perder, são fundamentais nessa luta.* (informação verbal)

5.5.1.2 Conexões cosmopolíticas

As conferências de Ecologia Ambiental, no dia 18/07, na Tapera Taperá, trouxeram a cosmopolítica para a ordem do dia do movimento. Na prática, a cosmopolítica[94] já estava presente no apoio de muitos integrantes aos movimentos indígenas do entorno da capital, especialmente na defesa da Terra Indígena Jaraguá, localizada no pico de mesmo nome, nos municípios de São Paulo e Osasco, pertencente aos índios guaranis,[95] ou na relação de parceria com o coletivo Rios e Ruas[96], para mapeamento do rio que corre abaixo do parque. Mas foi no Fórum Comunitário que essas relações se costuraram umas às outras, que as subjetividades das lutas se conectaram, tecendo uma trama que coube ao antropólogo Renato Sztutman[97] dar os primeiros alinhavos, ao abrir a roda de conversa.

Figura 87 – Fórum Parque Augusta - Ecologia Ambiental

Fonte: Heber Biella

[94]Termo usado pela antropóloga Isabelle Stengers para nomear a política que diz respeito a pessoas e entidades excluídas pela modernidade do espaço próprio da política e/ou do mundo, onde se incluem os indígenas, de um lado, e também a natureza ignorada, de outro. Stengers é autora de A proposição cosmopolítica, publicado no Brasil em 2012 na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 69, p. 442-464.

[95] Embora a reserva tenha sido decretada em 2013, o governo retirou o título em 2017, atendendo a pedido do governo de São Paulo, que queria privatizar o Parque Estadual do Jaraguá, onde ela se encontra. A revogação foi posteriormente cancelada.

[96] ONG que, por meio de oficinas e expedições, revela os rios e córregos canalizados, que correm por baixo das ruas e edifícios de São Paulo.

[97] Professor Doutor do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP)

Sztutman começa por relacionar o movimento com uma luta contra o Estado[98], estando no meio do Estado, tendo em conta que "o que está aí não é possível reverter, mas é possível abrir brechas com ações de "resistência política". E segue com o conceito de cosmopolítica, em diálogo com o conceito de ecologia política de Bruno Latour, que propõe "trazer o senso da natureza para o parlamento", deixando-a falar e participar da democracia.

Renato Sztutman:

> *Se a gente está num mundo globalizado, que tal pensar uma outra imagem da planetaridade que não é o mercado do capitalismo, mas a imagem de Gaia, esse planeta vivo, uma conexão de tudo que existe, tudo é vivo, e que também está bastante conectado com a ideias das três ecologias, a ecologia do espírito. Toda a luta dos Guaranis para conseguir demarcar as terras no entorno da Cidade de São Paulo é algo necessário, inclusive, à própria Cidade para existir. Então há como pensar nessas alianças e nesses compromissos com essas lutas, agora, mais do que nunca, a gente tem que aprender por eles.* (SZTUTMAN, informação verbal)

E é o que dizem também Yakuy Guarani Kaiowá Tupinambá, de Olivença (BA), e Djera Mirim, cacique da aldeia Jaraguá (SP), que veem pontos em comum entre a história do Parque Augusta e a questão indígena, principalmente a resistência contra o Estado – no caso indígena, 517 anos lutando para defender e, depois, demarcar seus territórios.

> *Pensando no Parque Augusta, o tabuleiro é o mesmo, as peças que mudam, a nossa luta nos campos ou nas florestas, nosso território que ainda está distante desse concreto aqui, mas já tem a presença desse concreto lá. [...] Imagino esses 40 anos de Parque Augusta quantos vieram e quantos se foram, permaneceram, e sempre mudando, mas houve a questão da essência desse Parque Augusta que se manteve e está ligada à etnogênese, que é a consciência de saber a importância que é ter dentro de um concreto, de um espaço concretado como esse, manter plantas e outros animais, um espaço onde pode conter uma relação social, espiritual com a natureza. Não pode deixar morrer isso, tem que lutar.* (TUPINAMBÁ, informação verbal)

As representantes da Praça da Nascente (Coletivo Ocupe e Abrace), Andrea Valêncio Pesek e Lu Cury, levaram ao fórum do Movimento Parque Augusta a experiência de autogestão do espaço ameaçado na Vila Anglo (Pompeia, SP), que começou em 2013, quando um grupo de vizinhos se juntou para restaurar as nascentes de um riacho em uma praça semiabandonada. O objetivo implícito do coletivo foi formar uma comunidade cuidadora, não só do espaço, mas mantendo um lugar de acolhimento, de pertencimento para todos. E assim como o Parque Augusta se conectou com o Rios e Ruas em derivas de mapeamento do

[98] Referência à antropologia política de Pierre Clastrers em "A Sociedade contra o Estado" (1979), que não considera que a organização das tribos indígenas revele uma "falta" do Estado, mas sim uma luta permanente para que não se cristalize a hierarquia do chefe e a estrutura do Estado.

Córrego Augusta que acabaram por fornecer elementos para o projeto de parque, a Praça da Nascente aprendeu com eles os caminhos e propriedades da água que brotava em seu espaço de acolhida. Também acumulou conhecimento e prática para rechear sua reivindicação de substância e argumentos irrefutáveis pelo sempre refratário poder público. Da mesma maneira que o OPA desenvolveu um projeto comunitário e buscou conhecimentos jurídicos para lutar na Justiça contra as construtoras, o coletivo Ocupe e Abrace tratou de estudar e produzir conhecimento para resolver os problemas de sua comunidade de afetados.

> *Começamos a perguntar o que aquele lugar poderia ser, começamos a sonhar juntos, e a perguntar às pessoas qual era o sonho delas para aquele lugar. A gente foi desenvolvendo essa escuta ativa das pessoas, dos sonhos, das memórias e do lugar… E nesse momento as nascentes estavam todas escondidas, estagnadas, e eram grandes lugares de charco, com lixo, mosca e insalubre… A gente começou a movimentar as energias da praça… a gente não pediu licença à prefeitura, subprefeitura, a ninguém. A gente foi no pensamento simples de fazer o que tinha de ser feito. A gente tem um lema que é "fazer, fazendo", sem pensar muito e sem elucubrar, mas a ação de inspirar as pessoas a se juntarem nesse amor à terra, nessa volta à terra, que o que a gente está precisando mais agora, ainda mais nessa cidade.* (PESEK, informação verbal)

5.5.1.3 Espaço de acolhimento ou de segregação?

As subjetividades imanentes do Movimento, da relação deste com a cidade e outros coletivos do Centro transbordou na conferência sobre ecologia mental. Creusa Maria Silva, do Grupo Bem-Estar e Felicidade, trouxe os sentimentos e preocupações dos mais velhos – sobre o espaço de acolhimento que gostariam de ver no inóspito centro de São Paulo. Creusa defende um espaço de integração, não de segregação, no qual os idosos possam tomar sol, fazer exercícios, conviver com os mais jovens e trocar experiências, brincar com as crianças. Um parque para tirá-los do isolamento dos apartamentos, do tricô e da TV solitários. Afinal, somente no bairro da Consolação, onde está o terreno, vivem mais de 12 mil idosos, sendo pelo menos 2.800 com mais de 70 anos. E não é por acaso que duas delas integram o movimento e são voz ativa e presença constante em todas as atividades, das assembleias às reuniões institucionais, dos atos de rua às performances.

A relação mágica com os espaços, especialmente os vazios, e o fazer cidade perpassou a fala de Camila Mota, do Teatro Oficina, em disputa com o empresário Sílvio Santos, por um terreno vazio vizinho ao prédio, que ele quer transformar em shopping center. Inicialmente a companhia de teatro queria construir ali uma universidade, um projeto arquitetônico ousado e… com mais concreto. À medida que os atores começaram a se relacionar com o espaço

vazio, os desejos e possibilidades se alteraram naturalmente. Hoje a batalha é para transformar o espaço em um parque, aproveitando o conhecimento e experiência do ativismo do Parque Augusta, que serviu como modelo para esta nova experimentação e tem seus próprios ativistas envoltos no processo.

> A subjetividade daquele espaço revelou que a gente não podia tudo, por mais que a gente ficasse por mais de 30 anos acreditando muito naquilo, num plano de gestão que resultou naquele projeto arquitetônico, o espaço revelou que a gente não podia fazer aquilo e foi uma libertação descobrir que a gente não podia fazer tudo […] mais do que chegar e fazer um programa ou lá no terreiro, no entorno, não vai poder fazer ligação, não é essa questão. Mas é a de como você transmite uma experiência adquirida, uma subjetividade que foi descoberta. Ela não é uma coisa interiorizada, não é isso, a gente descobriu que aquele lugar, aquele vazio provoca outra relação com o corpo. (MOTA, informação verbal)

Artista transitando entre a música e a poesia, Natália Barros integrou o GT Árvores durante a ocupação e conectou as subjetividades de Edgar Alan Poe, Erza Pound, Davi Kopenawua e da beatinik Diane di Primo para relatar sua experiência com o espaço Parque Augusta, recheada de parceria e sentido de comunidade.

> Entrei no Parque Augusta para trabalhar com as pessoas que já estavam trabalhando, a gente propôs um GT das árvores, reconhecer as árvores que estavam lá, levantar que árvores eram aquelas, plantar árvores, ficar embaixo das árvores, ver as raízes das árvores, reconhecer aquele espaço, a subjetividade da gente e daquele espaço. A experiência mais significativa para mim foi que a gente fez um trabalho grande, a gente plantou dez árvores ali enormes. […] Numa operação na madrugada, três horas da manhã, entramos com aquelas árvores enormes, cada árvore tinha cinco pessoas para carregar. O que eu quero contar é que foi um trabalho onde eu não conhecia as pessoas, não sabia o nome das pessoas, as pessoas não sabiam meu nome, e para mim foi mais bonito naquele trabalho a gente conseguir trabalhar com pessoas que não eram nenhum sujeito com seus nomes, apresentando seus nomes, o trabalho rolou e aconteceu. (BARROS, informação verbal)

Também participante da ocupação de 2015 e sempre próximo ao OPA, o artista multimídia Pedro Paulo Rocha retomou para as subjetividades o polémico tema dos moradores e frequentadores do centro, já abordado na conferencia de ecologia social. E a partir dele tocou nos pontos de tensão sobre os caminhos que o movimento tomou desde a reintegração de posse, em 2015, espremido entre a ação institucional junto ao Ministério Público e Prefeitura e a ação direta que lhe havia estruturado no início e garantido sua força. Para ele, a ocupação e a relação na vigília foram fundamentais no processo de conexão com "outros porvires", porque "a subjetividade é você descobrir algo novo, descobrir algo que escape disso que é repetido no cotidiano". Começou por lembrar que à época sua performance focou nas "margens da ocupação", que são "os periféricos, os drogados, os traficantes, os loucos, aquelas pessoas que têm dificuldade em tomar esse lugar do discurso ativista". O questionamento deflagrou um debate que ocupou boa parte da conferência, envolvendo

antigos e atuais ativistas, inclusive abrindo feridas não cicatrizadas sobre a dualidade ação direta/caminho institucional e qual delas tem mais capacidade de ativar as sensibilidades da cidade como um todo, e dos movimentos em particular, em prol do parque.

> Neste momento que o teatro do poder está desnudado, por que a gente vai jogar na lei se eles estão fora da lei? Em que medida todo o nosso discurso cai em direção a um psiquismo do Estado? O Estado como centro. Se é um Estado capaz de paralisar forças de ocupação no espaço como o parque, será que é para negociar com o estado ou negociar com o fórum e fortalecer esses corpos de fora? O que emerge como grande onda subjetiva não é o acordo com o Estado. Este vira uma máquina de burocracia, com todo mundo controlando, todo mundo querendo fazer a gestão. E fazer a gestão é o exemplo do Estado... A gente pode criar uma cidade autônoma, criar um marco legal capaz de interagir diretamente na mudança do espaço do centro. [...] (ROCHA, informação verbal)

Sem fechar em conclusões simplistas nem resumos, o balanço final do fórum, tendo em conta os pontos abordados e os debates que suscitaram na sequência, encerrou o processo de elaboração do projeto de parque desejado e acabou por sintetizar o percurso teórico-prático de cinco anos de movimento, abrindo caminho para o momento Canteiro Vivo que se avizinhava e que ainda tardaria mais de um ano para voltar à pauta. Das linhas de tensões e harmonias que percorreram aos 30 dias do Fórum, restaram no final uma imagem que reflete o espírito de cinco anos de ativismo, capturada no final da conferência de ecologia mental:

Figura 88 - Espírito comunitário

Fonte: Heber Biella

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fruto da investigação sobre as práticas e a história do Movimento Parque Augusta, com um recorte no OPA, como exposto na introdução, este estudo teve por objetivos encontrar respostas para algumas das questões que inquietam aqueles que se dedicam a compreender os movimentos urbanos em rede, surgidos com mais força na virada do século, a partir dos levantes das multidões conectadas contra as políticas neoliberais. Ao longo destas páginas, buscou-se retratar o que foi observado e escutado e o que naturalmente se desprendeu dos inúmeros documentos, fotos, redes e ferramentas detectadas pela pesquisadora ou colocadas à sua disposição pelos ativistas. Sempre com o esforço de deixar que eles próprios escrevessem sua história de luta e a contassem tanto para a pesquisadora quanto para os autores cujas teorias e reflexões abriam perspectivas nesse sentido. E o que resultou desse processo de construção coletiva, entrevisto um pouco a cada dia do percurso etnográfico, foi que, ao mesmo tempo em que não há respostas definitivas nem fechadas para as perguntas que guiaram a investigação, o próprio relato em si pode ser a resposta.

O que caracteriza um movimento de comum urbano na realidade de uma metrópole brasileira como São Paulo? Relações que se constroem e reconstroem de maneira fluida, autônomas e insurgentes, que não se enquadram na tipologia clássica dos movimentos sociais e que ora se autogestionam, ora cedem à captura do voluntarismo centralizador. Trânsito este que às vezes paralisa a ação e parece indicar que o fim haverá chegado, para pouco tempo depois inverter o sentido e mostrar que a governança muitas vezes pode voltar as costas para os principais preceitos de Elinor Ostrom. E nem por isso esse comum será um fracasso que corrobora o pessimismo sobre a possibilidade de sobrevivência e a efetividade de movimentos sociais autogestionados, autônomos e sem vínculos com partidos políticos ou dogmas ideológicos. A questão da governança e da saúde das relações construídas desde 2013, porém, continuava na ordem do dia no final de 2018, quando ocorreu uma sessão de cuidados para restabelecer os afetos e seguir rumo ao novo momento, que seria finalmente a efetiva implantação do Canteiro Vivo dentro do Parque.

As diversas crises de governança vividas em cinco anos, a abertura para a permanente entrada de novos ativistas, logo incorporados aos núcleos mais constantes, e as divergências sobre alguns pontos essenciais, como os impasses entre ação direta x ação institucional, não tiraram a potência de um movimento que obteve pelo menos duas vitórias importantes: tornar um terreno antes privado em parque público e impedir a construção de edifícios em uma zona

de alta especulação imobiliária. E isso durante uma administração municipal que tem o privado como modelo de gestão em detrimento do público[99].

Nesses momentos de crise vividos durante a observação colaborativa, parecia que todas as hipóteses perseguidas pela pesquisadora estavam equivocadas: ou faltava comum à potência ou faltava potência ao comum. Mas pouco tempo depois a comunidade reescrevia generosamente sua própria história, ensinando a ela mesma que o comum não é uma linha reta que vai terminar no ponto estabelecido para a chegada. Ou como escrevem Hardt e Negri: "Tornar-se comum é uma atividade contínua, orientada pela razão, vontade e desejo da multidão, que deve passar por uma educação de seu conhecimento e afetos políticos" (HARDT e NEGRI, 2016, p. 98). E pacientemente descobria que podia "criar o comum por intermédio de um processo que tece a vontade de todos" (idem).

A construção e reconstrução permanente de suas relações se insinuam, então, como uma característica importante dos movimentos de comum urbano como o Parque Augusta, guardando o inextricável, a desordem, a ambiguidade e a incerteza da complexidade (MORIN, 2011) que atravessa as redes e ruas onde as comunidades formadas por singularidades se movem. Embora de escolas teóricas distintas, o comum que une os autores que, ao largo da investigação, foram "chamados" pelo Movimento para auxiliar na compreensão de suas práticas, converge para um conceito fundamentado nas relações tecidas por e dentro de uma comunidade baseada na colaboração, no fazer entre todos, na cooperação social. Sejam as multidões em rede de Hardt e Negri, o construir a cidade em comum, o habitar em comum, de David Harvey, ou o exercício de atuar de forma engajada apontado por David Bollier ou as comunidades de afetados de Antonio Lafuente e Alberto Corsín-Jimenéz. Em cada momento desta caminhada, um ou outro teórico se insinuava, às vezes mais de um, num processo de inteligência coletiva próprio da prática de um movimento que trouxe as três ecologias de Félix Guattari para fechar o ciclo que culminou com o desenvolvimento de um projeto comunitário de parque escrito a dezenas de mãos.

O entorno desse comum se torna menos turvo ao olhar ansioso da investigação quando se focaliza a segunda questão que a norteou – a existência de um movimento com as características de um comum urbano tem condições de ser uma semente, um laboratório de

[99] O acordo entre Prefeitura e construtores, para doação do terreno, começou a ser costurado durante a gestão do prefeito João Doria e foi definitivamente fechado durante o governo de seu substituto, Bruno Covas, ambos do PSDB e que se elegeram com uma plataforma de concessão de bens públicos à iniciativa privada, inclusive os parques municipais.

prototipagem de novos comuns urbanos para São Paulo e o Brasil? Se na gênese do conceito de laboratório está a prática da observação, experimentação, testagem e produção de determinada arte ou habilidade, as características do Movimento Parque Augusta encontram aí guarida. O próprio OPA, em diversas produções escritas se inseriu nesta categoria, a mais explícita delas foi o nome do fórum que debateu o projeto de parque em 2017: Fórum Comunitário Laboratório Vivo. Qualificação que acabou por derivar o momento "Canteiro Vivo" que passou a ser vivenciado a partir do final de 2018. Também está presente em inúmeras publicações a alcunha de "precedente-semente" adotada desde a ocupação de 2015.

Independente da nomenclatura usada, as práticas observadas e descritas ao longo das páginas desta dissertação trazem a característica da experimentação, a começar pela própria produção coletiva autônoma, sem prévios modelos ou se inspirando justamente em modelos que se apresentam eles próprios como laboratórios de comum urbano, como foi o caso do MPL, do Campo de Cebada, de Madrid, ou o Luiz Estrelas, de Belo Horizonte. E é também como laboratório que estabeleceu, principalmente a partir do Fórum Comunitário de 2017, vasos comunicantes com outros coletivos que avançam na construção de comuns urbanos, como a Praça da Nascente, e com a Comunidade Indígena Guaraní da aldeia Tekoá Pyau, que luta para manter sua reserva no Parque do Jaraguá, na Zona Oeste da Capital – um comum clássico em uma zona urbana.

Ainda que a investigação indique que, por suas práticas, o Movimento/OPA/Canteiro Vivo se constitui um laboratório de comum urbano, e que ele próprio se veja como tal, a condição de sua replicabilidade ainda não está dada na realidade da metrópole sitiada pelo capital, em um Estado e um País neste momento governados por correntes pouco afeitas a inovações políticas e ao diálogo com a sociedade autônoma. Toda a produção em comum e o relato das práticas de cinco anos – o legado que integra a última questão desta investigação – estão disponíveis online[100] e desde 2014 vêm subsidiando movimentos irmãos. Mas o surgimento da Rede Novos Parques, já a partir da experiência inicial do OPA, não implicou em uma cópia ou desdobramento integral das práticas testadas no Parque Augusta.

A produção de conhecimento tem sido compartilhada, há solidariedade e união na luta dos diferentes grupos, quando as oportunidades se oferecem, como o caso do movimento pela criação do Parque do Bixiga, em 2018, e há contribuição nas diferentes negociações com o

[100] No final de 2018, para suprir a falta temporária de um site, enquanto um novo não é construído, o movimento criou uma página temporária na Internet com seus principais conteúdos. Disponíveis em https://parqueaugusta.hotglue.me/canteirovivo. Acesso em 10/12/18.

poder público para a criação dos respectivos parques, negociações essas em aberto na maioria dos casos quando do encerramento desta investigação. As comunidades que integram os diversos movimentos que compõem a Rede, entretanto, não se tornaram ainda, elas próprias, protótipos de inovação em tecnologias sociais e produção em comum, conforme foi possível acompanhar durante o processo de convivência com o Movimento Parque Augusta e seus parceiros. Pelas limitações desta pesquisa, já que não era seu objetivo, não foi possível avançar em estudos aprofundados que permitissem fazer afirmações comprováveis por métodos científicos sobre os demais integrantes da RNP, nem sobre as relações internas entre eles no contexto de uma rede. Uma possibilidade que permanece aberta para outra oportunidade de investigação, visto que a RNP continuava ativa quando se encerrou a presente investigação.

Ao chegar até aqui, duas considerações forçam sua passagem impedindo que este capítulo se configure como o encerramento que o nome propõe. Primeiro, as relações construídas entre pesquisadora e ativistas durante a investigação e o aprendizado em comum se conformam eles próprios um legado que não se presta a mensurações, mas que, certamente, pelo menos deste lado, será replicado na continuação dos estudos sobre comum urbano já em andamento. Segundo, como precedente-semente, protótipo e canteiro vivo, o Movimento Parque Augusta se afirma, segundo as próprias palavras de um ativista, como uma fissura no sistema em que está inserido. E como fissura configura-se, nas palavras de Michel Rosenthal Wagner ao avaliar o encontro de cura de dezembro de 2018, como “uma chama ardente e eterna e o ativismo é o eterno presente”.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Teorias dos movimentos sociais: balanço do debate. **Lua Nova**, n. 75, p.00-00, 2009.

ARQUILLA, J.; RONFELDT, D. **Networks and Netwars**. Santa Monica: RAND, 2001.

BEY, Hakin. Taz. **Zona Autônoma Temporária.** Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq _interface/4a_aula/Hakim_Bey_TAZ.pdf>. Acesso em: 03 mai.2015.

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks**: how social production transforms markets and freedom. New haven and London: Yale University Press, 2006.

_____. **A economia política dos commons**. In: A comunicação digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação/ Sérgio Amadeu da Silveira e outros. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

BOLLIER, David. **Pensar desde los comunes:** una breve introducción. Madrid: Sursiendo + Traficantes de Sueños + Tinta Limón + Cornucópia + Guerrilla Translation, 2016.

_____. **Commoning as a Transformative Social Paradigm.** London: The Next System Project, 2015. Disponível em https://thenextsystem.org/commoning-as-a-transformative-social-paradigm. Acesso em: 15/09/17.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BUTLER, Judith. **Bodies in Alliance and the Politics of the Street.** Disponível em http://eipcp.net/transversal/1011/butler/en. Acesso em: 10/12/17.

CÁMARA-MENOYO, Carlos. **Comunes urbanos:** Lecciones desde la Barcelona de principios del siglo XXI **-** Una propuesta de caracterización desde la praxis. 2018. Tese (Doutorado) - Internet Interdisciplinary Institute, Universitat Oberta de Catalunya, Barcelona, 2018. Disponível em http://openaccess.uoc.edu/webapps/o2/handle/10609/78706. Acesso em: 10/07/18.

CASAS-CORTÉS, Maribel; COBARRUBIAS, Sebastian; PICKLES, John. The Commons. In NONINI, Donald, ed. **A Companion to Urban Anthropology**. West Sussex: John Wiley & Sons, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O Poder Da Comunicação**. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **Redes de Indignação e Esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A Sociedade em Rede** (A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura v.1). Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO-COMA, M., y MARTÍ-COSTA, M. Comunes urbanos: de la gestión colectiva al derecho a la ciudad. In Revista **EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales**, Santiago de Chile, v.42, n.125, p.131-153, 2016. Disponível en http://www.eure.cl/ index.php/eure/article/view/788/868. Acesso em: 15/08/17.

CORSÍN JIMENÉZ, Alberto. The Right to Infrastructure: A Prototype for Open Source Urbanism**. In Fractal**, Madrid, v.32, n.2, p.342-362, 2014.

_____. **Reclamar las infraestructuras.** Madrid: La Aventura de Aprender, 2018

CORSÍN JIMENÉZ, Alberto; ESTALELLA, A. Assembling Neighbors: The City as Hardware, Method, and "a Very Messy Kind of Archive". **Common Knowledge**, Durham, NC, v.20, n.1, p.150-171, 2014. Disponível em https://doi.org/10.1215/0961754X-2374808. Acesso em 15/08/17.

DELLA PORTA, Donatella. Eventful democratization: why we need methodological pluralism. **SCOPE 2014**: Sciense of Politics – International Interdisciplinary Conference of Political Research, Bucarest, 27-29 de Jun. 2014. Disponível em: https://www.scribd.com/ document/268408590/DONATELLA-DELLA-PORTA-Eventful-Democratization-Why-We-Need-Methodological-Pluralism. Acesso em: 15/08/17.

DI FELICE, Massimo . Redes sociais digitais, epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social. **Revista USP**, São Paulo, n.92, p.9-19, 28 Fev, 2012.

_____. **Paisagens pós-urbanas:** o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009a.

DI FELICE, Massimo; TORRES, Julliana C.; YANEZE, Leandro K.H. **Redes Digitais e Sustentabilidade**: as interações com o meio ambiente na era da informação. São Paulo: Annablume, 2013 (Coleção Atopos).

ESTALELLA, Adolfo. **Fragmentos de diários de campo.** Cópia em pdf de trechos de anotações pessoais fornecida pessoalmente pelo autor durante o período em que fui ouvinte do Master en Comunicación, cultura y cidadania digitales, da Universidade Rey Juan Carlos e MediaLab Prado, em Madri, 2016.

_____. ROCHA, Jara, e LAFUENTE, Antonio. Laboratorios de procomún: experimentación, recursividad y activismo. **Revista Teknokultura**, Madrid, v.10, n.1, p.21-48, 2013.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

GARCEZ, Marina. **Un mundo común**. Barcelona: Lectulandia, 2013.

GUATTARI, Feliz. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

GERBAUDO, Paolo. **The mask and the flag** – Populism, citizenism and global protest. New York: Oxford University Press, 2017.

GUBA, E. G. **The paradigm dialog**. London: Sage, 1990.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Biocapitalismo**. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Iluminuras, 2015.

_____. **Declaração:** Isto não é um manifesto. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

_____. **Multidão:** guerra e democracia na era do Império. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2014.

_____. **Commonwealth**: el proyecto de una revolución del común. Tradução para o espanhol: Raúl Sánchez Cedillo. Madri: Akal, 2011.

_____. **Império**. Tradução: Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **Ciudades rebeldes:** *Del derecho de la ciudad a la revoluci6n urbana*. Traducción de Juanmari Madariaga. Madrid: Akal, 2013.

HODKEINSON, S., e CHATTERTON, P. (2006). Autonomy in the city? **City**, v.10, n.3, p. 305-315, 2006. Disponível em https://doi.org/10.1080/13604810600982222. Acesso em: 15/08/17.

KLEIN, NAOMI. Reclaiming the commons. **New Left Review**, v.9, May-June 2001. Disponível en https://newleftreview.org/II/9/naomi-klein-reclaiming-the-commons. Acesso em: 01/07/18

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAFUENTE, Antonio, e CORSÍN-JIMENÉZ, Alberto. Comunidades de afectados, procomún y don expandido. **Fractal**, Madrid, v.57, p 17-42, 2015.

_____. **Los cuatro entornos del procomún.** Disponível en http://digital.csic.es/bitstream/10261/2746/1/cuatro_entornos_procomun.pdf. Acesso em: 03/03/17.

_____. _____. **Modernización epistémica y sociedad expandida**. In Educación Expandida. Sevilla: Zemos98, 2012

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LEFVBRE, Henri. **El derecho a la ciudad**. Traducción de Ion Martinez Lorea e J. González-Pueyo. Madrid: Capitán Swing, 2017.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

LÉVY, Pierre. **A esfera pública do século XXI**. Disponível em: <http://tecmundoedc287.blogspot. com.br/2012/03/esfera-publica-do-seculo-xxi.html_Acesso em: 20/01/17

_____. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2003.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutemberg**. Barcelona: Editorial Galáxia de Gutemberg, 1993.

_____. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução: Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1975.

MCLUHAN, Marshall; MCLUHAN, E. **Laws of media**: the new science. Toronto: University of Toronto Press, 1992.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Tradução de Carlos Alberto Silveira Neto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDES, Alexandre; CAVA, Bruno. **A constituição do comum**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2017.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Ciência com consciência**. Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Doria. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. O pensamento complexo e a ecologia da ação. **IHU online**, março, 2007. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/noticias/5694-o-pensamento -complexo-e-a-ecologia-da-acao-entrevista-com-edgar-morin . Acesso em: 02/06/16.

OSTROM, Elinor. **El gobierno de los bienes comunes**: la evolución de las instituciones de acción colectiva. Traducción de Corina de Iturbide Calvo e Adriana Sandro. México: Universidad Nacional Autonóma de México, 2000.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

RENA, Natasha. Viva o Comum das resistências verdes multitudinárias. **Revista do OPA,** São Paulo, n.1, p.20-21, 2014. Disponível em: https://issuu.com/organismopa/docs/revistaopa_1. Acesso em: 15/07/18.

RENDUELES, Cesar.; SUBIRATS, Joan. **Los (bienes) comunes**: oportunidade o espejismo? Barcelona: Icaria, 2016.

OPA. **Revista do OPA**, São Paulo, n.1, 2014. Disponível em: https://issuu.com/organismopa/docs/revistaopa_1. Acesso em: 15/07/18.

_____. **Revista do OPA**, São Paulo, n.2, 2014. Disponível em: https://issuu.com/organismopa/docs/revistaopa_2___v3b. Acesso em: 15/07/18.

ROMANOS, E. De Tahir a Wall Street por la puerta del sol: la difusión transnacional de los movimentos sociales en perspectiva comparada. **Revista Española de Investigacones Sociológicas**, n. 154, p. 103-118, Abril-Junho 2016.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SCHWARTZ, Edward. **NetActivism**: how citizens use the internet. Sebastopol, CA: O'Reilly, 1996.

TORET, Javier et al. **15MP2P.** Una mirada transdisciplinar del 15M. 2014. Disponível para download em: http://dx.doi.org/10.7238/in3.2014.1. Acesso em: 15/08/17.

VERCAUTEREN, David, CRABB, Olivier, e MULLER, Thierry. **Micropolítica de los grupos** – Para una ecología de las prácticas colectivas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.

Plataformas digitais do Movimento

Facebook Parque Augusta Já – Disponível em https://pt-br.facebook.com/parqueaugustaja/. Último acesso em: 06/12/18.

Facebook Aliados do Parque Augusta – Disponível em https://pt-br.facebook.com/parqueaugusta/. Último acesso em: 06/12/18.

Facebook Movimento Parque Augusta – Disponível em https://pt-br.facebook.com/movimentoparqueaugusta/. Último acesso em: 06/12/18.

Site do OPA (off-line desde 2016). Antes disponível em http://parqueaugusta.cc/ja. Último Acesso em: 2016.

Soundcloud Parque Augusta – Disponível em https://soundcloud.com/parqueaugusta. Último acesso em: 06/12/18.

YouTube Parque Augusta Já – Disponível em https://www.youtube.com/channel/UC9yKjcq4_CH-7pkBby_B6bQ. Último acesso em: 06/12/18.

Twittcasting – Disponível em https://twitcasting.tv/parque_augusta/show/. Último acesso em: 06/12/18.

Twitter (perfil) – Disponível em https://twitter.com/parque_augusta. Último acesso em: 06/12/18.

YouTube Parque Augusta – Disponível em https://www.youtube.com/channel/UCO5CHilIcyfiz2S2W6zbDWg. Último acesso em: 06/12/18.

Canteiro Vivo – Disponível em https://parqueaugusta.hotglue.me/canteirovivo. Último acesso em 07/12/18

Softwares

Nvivo For Windows (QSR International). Versão 11. Disponível em https://www.qsrinternational.com/nvivo/nvivo-products. Último acesso em: 06/12/18.

Ncapture (QSR International). Disponível em http://www.qsrinternational.com/nvivo/support-overview/faqs/what-is-ncapture. Último acesso em: 06/12/18.

ANEXO A

Roteiro para entrevistas:

- O Movimento pela criação do Parque Augusta é ....
- Desde o início já conquistamos...
- Meu balanço até aqui é....
- O mais difícil deste processo foi...
- Nos organizamos como...
- Tomamos decisões a partir de...
- Quem começou o movimento foi...
- Reconheço como lideranças ou facilitadores no processo...
- Eu soube do movimento por...
- Me juntei ao movimento porque...
- Participar fez com que eu me sentisse...
- Desde que aderi já fiz...
- Continuo participando porque...
- O que me une a todas estas pessoas é...
- A cidade de São Paulo para mim hoje é...
- Eu sonho com uma cidade...
- Nesta luta eu vou até...
- As novas tecnologias de comunicação (redes sociais, sites, pads etc.) "participam" do movimento como...
- Se não houvesse a internet/redes digitais o Movimento Parque
- Augusta seria...
- No contexto das lutas políticas, o Parque Augusta é uma causa...
- Politicamente me defino...
- Considero a presença de partidos e políticos no movimento...
- Bem comum para mim é...
- Ativismo para mim é...
- Como ativista me considero...
- Vejo como próximos desafios...

ANEXO B

Questionário de desejos:

seu DESEJO no PARQUE AUGUSTA

Responda no site:
http://www.parqueaugusta.cc/site/desejo

formulário de perguntas:

1. Qual é o seu maior desejo para o parque?
2. Você acha que o parque deve expressar valores e princípios? Quais seriam?
3. Que equipamentos ou espaços fixos você gostaria de ter no parque?
4. Quais atividades físicas, artísticas e culturais você proporia dentro do parque?
5. Qual relação você gostaria de ter no dia a dia com a área de mata preservada (o bosque do parque) ?
6. Que dias da semana/ horário você imagina utilizar o parque?
7. Está sendo adotado o princípio da autogestão no parque com o objetivo de permitir a participação direta e aberta de todos no seu processo de criação, construção e manutenção. Qual a sua opinião sobre isso?
8. Gostaria participar de algumas tarefas da Autogestão que precisam de ajuda (ou mutirão) e ser notificado?

   Escolha uma ou várias:

   - ☐ Limpeza e manutenção
   - ☐ Construção de equipamentos pro parque
   - ☐ Construção de brinquedos
   - ☐ Administração
   - ☐ GT Meio Ambiente
   - ☐ GT Projeto
   - ☐ GT Comunicação
   - ☐ GT Cinema
   - ☐ GT Jurídico
   - ☐ GT Programação
   - ☐ Assembléia
9. Seu nome | email | facebook
10. LINKS DE REFERÊNCIAS | imagens, sites, vídeos
11. Que lugar na cidade você mora? trabalha? ou frequenta?